

Em busca da urbanidade:

uma leitura dos espaços livres públicos no Sertão Central Cearense

Antonio Auriseu Nogueira Pinheiro

Orientação: Zilsa Maria Pinto Santiago





UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO E
DESIGN

ANTONIO AURISEU NOGUEIRA PINHEIRO

EM BUSCA DA URBANIDADE: UMA LEITURA DOS ESPAÇOS LIVRES
PÚBLICOS NO SERTÃO CENTRAL CEARENSE

FORTALEZA

2022

ANTONIO AURISEU NOGUEIRA PINHEIRO

EM BUSCA DA URBANIDADE: UMA LEITURA DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS
NO SERTÃO CENTRAL CEARENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design (PPGAU+D) da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura, Urbanismo e Design. Área de Concentração: Produção do Espaço Urbano e Arquitetônico. Linha de Pesquisa: Planejamento Urbano e Design da Informação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Zilsa Maria Pinto Santiago.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P718b Pinheiro, Antonio Auriseu Nogueira.

Em busca da urbanidade : uma leitura dos espaços livres públicos no Sertão Central cearense / Antonio Auriseu Nogueira Pinheiro. – 2022.

256 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, Fortaleza, 2022.

Orientação: Prof. Dr. Zilsa Maria Pinto Santiago.

1. Espaço livre público. 2. Urbanidade. 3. Praças. 4. Caminhabilidade. I. Título.

CDD 720

ANTONIO AURISEU NOGUEIRA PINHEIRO

EM BUSCA DA URBANIDADE: UMA LEITURA DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS
NO SERTÃO CENTRAL CEARENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design (PPGAU+D) da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura, Urbanismo e Design. Área de Concentração: Produção do Espaço Urbano e Arquitetônico. Linha de Pesquisa: Planejamento Urbano e Design da Informação.

Aprovado em ___ / ___ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Zilsa Maria Pinto Santiago (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. José Almir Farias Filho
Universidade Federal do Ceará

Prof.^a Dr.^a Giselle Cerise Gerson
Instituto Federal da Paraíba

FORTALEZA, 2022

Dedico este trabalho aos meus conterrâneos do Sertão Central do Ceará, que nossas cidades nos acolham e nos abracem!



AGRADECIMENTOS

A minha **família**, que diante de todas as dificuldades sempre me fortaleceu e me apoiou, em especial, agradeço aos meus maiores exemplos de vida: minha mãe **Mileide Maria**, meu pai **Antonio Crizaneudo**, e minha irmã **Talita Nogueira**. Grato também pelo apoio dos meus primos, **Raiane Maia, Renan Júnior e Mérsia Maia**, que estiveram a todo momento próximos a mim, sempre me incentivando e me fortalecendo nos momentos de desânimo.

Aos meus **amigos**, que compreenderam os muitos momentos de ausência dedicados ao mestrado, pois é necessário acreditar que o futuro é feito a partir da constante dedicação ao presente.

A todos meus **colegas** de turma, pela intensa jornada vivida, durante bons ou difíceis momentos, em especial àqueles que tive maior contato e com quem tanto compartilhei minhas angústias: **Hortênsia Maia, Carol Barros, Vitor Hugo e Alana Aragão**, amigadas que quero levar para além do DAUD.

A minha **orientadora, Zilsa Santiago**, pela total atenção, empenho, compreensão e companheirismo nesse percurso em busca de novos conhecimentos. Foi o incentivo nos momentos de desânimo, a fortaleza nos momentos de fraqueza e um espelho enquanto profissional e pessoa.

Aos **professores** do PPGAU+D, sobretudo aqueles que tive a oportunidade de aprendizagem de modo mais próximo: **Zilsa Santiago, Clarissa Freitas, Daniel Cardoso, Paulo Alcobia, Almir Farias** e, de forma muito especial, a professora visitante **Vilma Villarouco** (*in memoriam*), lastimavelmente vítima da Covid-19, e que teve sua contribuição direta nessa dissertação, sou muito grato pela possibilidade de aprendizagem e convívio.

Aos **alunos da disciplina de Desenho Universal** do semestre letivo 2020.2 do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFC, pelo envolvimento na pesquisa e colaboração com levantamentos de campo feitos durante o meu estágio docente.

Aos **membros da minha banca** de qualificação e defesa, **Almir Farias e Giselle Cerise**, pelas considerações e comprometimento para com a melhoria deste trabalho. São professores que tenho grande admiração.

À **Funcap** (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico), pela concessão da bolsa de mestrado, que foi tão relevante durante o período do curso.

Aos meus **conterrâneos**, que também contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho. Espera-se que os esforços sejam convertidos em ensinamentos, reflexões válidas e contribuições para as nossas cidades.

Por fim, gratidão pela minha **persistência**, dos meus colegas e dos professores, em absorver e produzir conhecimento **em tempos de pandemia**. Adoecemos, perdemos entes queridos, mas seguimos juntos e firmes nessa batalha. Além disso, passamos por um momento em que a ciência foi e é desacreditada pelo representante do nosso país, mas **não desanimaremos, continuaremos a fazer a nossa “balbúrdia”** nas universidades federais.

A gente tem que sonhar, senão as coisas não acontecem. (Oscar Niemeyer)

RESUMO

Os espaços livres públicos são lugares de socialização das pessoas na cidade. Com isso, as áreas de lazer e recreação, os passeios, assim como todo meio urbano, devem proporcionar às pessoas possibilidades de interações, encontros e boas condições para transitar ou permanecer nos espaços públicos, resultando em um sentimento de pertencimento por parte dos usuários. A maior parte do território brasileiro é composto por pequenas e médias cidades. De acordo com dados do IBGE (2020), 94,18% dos municípios possuem população inferior a 100 mil habitantes. Este é um percentual considerável, e dimensiona a relevância e visibilidade que devem ser dadas a esses territórios. Assim, esse estudo tem como objetivo analisar a urbanidade dos espaços livres públicos, por meio de relações entre aspectos espaciais e formas de apropriação, utilizando como recorte espacial a região do Sertão Central cearense. A pesquisa pretende: apresentar uma síntese dos atributos de avaliação do espaço público que contribuem para a urbanidade do lugar, baseada em trabalhos de autores que abordam a temática; compreender os componentes físicos e sociais de praças e seu entorno, por meio de estudos de caso em dois significativos municípios do Sertão Central do Ceará – Quixadá e Solonópole; além de identificar as preferências ambientais dos usuários de espaços livres públicos, a fim de levantar tanto problemas existentes que possam ser corrigidos, quanto recomendações para melhorar a qualidade do lugar. Foi realizada, inicialmente, uma revisão de literatura, buscando conceitos pertinentes e trabalhos sobre esta temática. Após a construção desse referencial teórico, a pesquisa foi desenvolvida a partir de quatro passos metodológicos, nomeados como: contextualizar, conhecer, observar e conversar. No primeiro passo, buscou-se obter dados gerais que pudessem caracterizar o objeto em estudo: a região do Sertão Central cearense. O segundo passo contemplou a avaliação de aspectos morfológicos do espaço urbano, tendo como recorte espacial duas poligonais (delimitadas no centro das duas cidades selecionadas). O terceiro passo correspondeu a uma análise da interação das pessoas com o espaço, buscando uma compreensão das formas de usos e apropriações. O quarto passo objetivou avaliar a percepção dos usuários, e, para isso, foram utilizados como instrumentos a seleção visual e a entrevista semiestruturada, aplicadas com o auxílio da tecnologia de realidade virtual. Com o diagnóstico traçado após a aplicação desses procedimentos, foi verificado que os atributos relacionados aos aspectos físicos do espaço construído não favorecem as condições de urbanidade. Essas questões também foram confirmadas através dos posicionamentos dos participantes do estudo de percepção ambiental. Percebe-se que, ainda assim, foram identificadas diversas formas de usos e apropriações desses espaços livres públicos, como sentar na calçada para conversas, a realização de cultos na praça, além de vias sendo compartilhadas por veículos automotivos e de tração animal, refletindo padrões de usos possíveis de serem visualizados nas pequenas e médias cidades, e que, conseqüentemente, proporcionam urbanidade com características locais.

Palavras-chave: Espaço livre público. Urbanidade. Praças. Caminhabilidade.

ABSTRACT

Public open spaces are places of socialization of the people in the city. With this, the leisure and recreation areas, the tours, as well as all urban environment, should provide people the possibilities for interactions, meetings and good conditions to transit or stay in public spaces, resulting in a feeling of belonging on the part of users. Most of the Brazilian territory is composed of small and medium-sized cities. According to IBGE data (2020), 94.18% of the municipalities have a population of less than 100 thousand inhabitants. This is a considerable percentage, and it scales the relevance and visibility that should be given to these territories. Thus, this study aims to analyze the urbanity of public open spaces, through relations between spatial aspects and forms of appropriation, using the region of the Sertão Central of Ceará as a spatial cutout. The research intends to: present a synthesis of the attributes of public space evaluation that contribute to the urbanity of the place, based on works by authors that address the theme; understand the physical and social components of squares and their surroundings, by means of case studies in two significant municipalities of the Sertão Central of Ceará - Quixadá and Solonópole; in addition to identifying the environmental preferences of users of public open spaces, in order to raise both existing problems that can be corrected, and recommendations to improve the quality of the place. Initially, a literature review was carried out, seeking relevant concepts and works on this topic. After the construction of this theoretical framework, the research was developed from four methodological steps, named as: contextualize, know, observe and talk. In the first step, we sought to obtain general data that could characterize the object under study: the region of the Sertão Central of Ceará. The second step contemplated the evaluation of morphological aspects of the urban space, having as spatial cutout two polygonal (delimited in the center of the two selected cities). The third step corresponded to an analysis of people's interaction with space, seeking an understanding of the forms of uses and appropriations. The fourth step aimed to evaluate the perception of users, and, for this, visual selection and semi-structured interview were used as instruments, applied with the aid of virtual reality technology. With the diagnosis drawn after the application of these procedures, it was verified that the attributes related to the physical aspects of the built space do not favor the conditions of urbanity. These questions were also confirmed through the positions of the participants of the environmental perception study. It is noticed that, even so, were identified several forms of uses and appropriation of these public open spaces, as sit on the sidewalk for conversations, realization of worships in the square, in addition roads being shared by automotive and animal traction vehicles, reflecting patterns of possible uses to be visualized in small and medium-sized cities, and which consequently provide urbanity with local characteristics.

Keywords: Public open space. Urbanity. Squares. Walkability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cubo dos paradigmas formalidade e urbanidade	33
Figura 2 - Fluxo de pedestre mediante a dimensão da quadra	36
Figura 3 - Representação gráfica da qualidade de ambientes x atividades	39
Figura 4 - Mortes no trânsito no Brasil	65
Figura 5 - Caminhos dos primeiros migrantes baianos e pernambucanos.....	71
Figura 6 - Primeiras vilas nas bacias hidrográficas - Ceará - 1699 a 1822	72
Figura 7 - Getúlio Vargas em Quixadá.....	73
Figura 8 - Estação Ferroviária de Quixeramobim.....	73
Figura 9 - Açude do Cedro – Quixadá (Século XIX).....	75
Figura 10 - Açude do Cedro – Quixadá (2007).....	75
Figura 11 - Carroça-pipa.....	89
Figura 12 - Estacionamento para carroças	89
Figura 13 - Óculos VR BOX.....	106
Figura 14 - Voluntária da pesquisa.....	106
Figura 15 - Pedra do Cruzeiro.....	112
Figura 16 - Monólito em via.....	112
Figura 17 - Verticalização das edificações 1.....	113
Figura 18 - Verticalização das edificações 2	113
Figura 19 - Trânsito - cruzamento 1.....	113
Figura 20 - Trânsito - cruzamento 2	113
Figura 21 - Carroças no trânsito 1.....	114
Figura 22 - Carroças no trânsito 2.....	114
Figura 23 - Paus de arara estacionados 1.....	114
Figura 24 - Pau de arara estacionado 2	114
Figura 25 - Ciclistas nas vias.....	115
Figura 26 - Bicicletas estacionadas no centro	115
Figura 27 - Produtos advindos da zona rural.....	115
Figura 28 - Carrozeiro vendedor	115
Figura 29 - Feira de artesanato	116
Figura 30 - Reisado de caretas	117
Figura 31 - Pula Fogueira.....	117

Figura 32 - Pessoas conversando na calçada.....	117
Figura 33 - Moradora sentada na calçada.....	117
Figura 34 - Centro Quixadá – dia.....	118
Figura 35 - Centro Quixadá - noite.....	118
Figura 36 - Edifício com cinco pavimentos.....	120
Figura 37 - Ginásio Valdemar Alcantara	120
Figura 38 - Fachada Cega.....	121
Figura 39 - Fachada com aberturas	121
Figura 40 - Calçada com largura confortável.....	125
Figura 41 - Calçada estreita	125
Figura 42 - Obstáculo fixo (rampa).....	128
Figura 43 - Obstáculos móveis.....	128
Figura 44 - Mobiliário (geladeira com livros).....	129
Figura 45 - Mobiliário (banco).....	129
Figura 46 - Calçada com piso danificado.....	134
Figura 47 - Lixo na calçada	134
Figura 48 - Cruzamento de vias.....	140
Figura 49 - Cruzamento de vias	140
Figura 50 - Análise das travessias - Quixadá.....	141
Figura 51 - Praça 1 - José de Barros	142
Figura 52 - Praça 2 - Praça do Chalé.....	142
Figura 53 - Praça 3 - Coronel Nanan	143
Figura 54 - Indicação das faces do entorno da Praça 1	145
Figura 55 - Face 1 - Praça 1.....	145
Figura 56 - Face 1 - Praça 1.....	145
Figura 57 - Face 2 - Praça 1.....	146
Figura 58 - Face 2 - Praça 1.....	146
Figura 59 - Face 3 - Praça 1.....	146
Figura 60 - Face 3 - Praça 1.....	146
Figura 61 - Face 4 - Praça 1.....	146
Figura 62 - Face 4 - Praça 1.....	147
Figura 63 - Indicação das faces do entorno da Praça 2.....	147
Figura 64 - Face 1 - Praça 2	148
Figura 65 - Face 1 - Praça 2.....	148

Figura 66 - Face 2 - Praça 2.....	148
Figura 67 - Face 2 - Praça 2.....	148
Figura 68 - Face 3 - Praça 2	149
Figura 69 - Face 3 - Praça 2.....	149
Figura 70 - Face 4 - Praça 2.....	149
Figura 71 - Face 4 - Praça 2.....	149
Figura 72 - Mapeamento comportamental – Praça 1 - turno manhã - 2020.....	150
Figura 73 - Mapeamento comportamental – Praça 1 - turno manhã - 2021	151
Figura 74 - Mapeamento comportamental – Praça 2 - turno manhã - 2020.....	152
Figura 75 - Mapeamento comportamental – Praça 2 - turno manhã - 2021	152
Figura 76 - Pessoas lanchando – Praça 2.....	153
Figura 77 - Pessoas orando - Praça 2.....	153
Figura 78 - Mapeamento comportamental – Praça 1 - turno tarde - 2020.....	154
Figura 79 - Mapeamento comportamental – Praça 1 - turno tarde - 2021.....	154
Figura 80 - Pessoas jogando cartas - Praça 1	155
Figura 81 - Praça com poucas pessoas - Praça 1.....	155
Figura 82 - Espaço vazio - Praça 2.....	155
Figura 83 - Food truck – Praça 2.....	155
Figura 84 - Mapeamento comportamental - Praça 2 - turno tarde - 2020	156
Figura 85 - Mapeamento comportamental – Praça 2 - turno tarde - 2021.....	156
Figura 86 - Prática de ativ. física - Praça 1.....	157
Figura 87 - Pessoas utilizando a praça - Praça 1	157
Figura 88 - Mapeamento comportamental – Praça 1 - turno noite - 2020	158
Figura 89 - Mapeamento comportamental – Praça 1 - turno noite - 2021	158
Figura 90 - Criança brincando - Praça 2.....	159
Figura 91 - Pessoas fotografando - Praça 2.....	159
Figura 92 - Mapeamento comportamental – Praça 2 - turno noite - 2020	160
Figura 93 - Mapeamento comportamental – Praça 2 - turno noite - 2021	160
Figura 94 - Pessoas caminhando - Praça 1	161
Figura 95 - Nuvem de palavras - sugestões para as praças de Quixadá	168
Figura 96 - Padronização das calçadas.....	169
Figura 97 - Cadeirante se locomovendo pela via	169
Figura 98 - Nuvem de palavras - sugestões para a caminhabilidade em Quixadá..	170

Figura 99 - Vista aérea 1 – Solonópole.....	172
Figura 100 - Vista aérea 2 - Solonópole.....	172
Figura 101 - Moradores sentados nas calçadas.....	172
Figura 102 - Jovens nas escadarias da igreja.....	172
Figura 103 - Apresentação de dança.....	172
Figura 104 - Grupo de quadrilha.....	173
Figura 105 - Festa de <i>Réveillon</i>	173
Figura 106 - Missa campal.....	173
Figura 107 - Alunos em áreas sombreadas.....	174
Figura 108 - Pau de arara.....	175
Figura 109 - Trânsito de motocicletas.....	175
Figura 110 - Foto de edificação - antes.....	175
Figura 111 - Foto de edificação - atualmente.....	175
Figura 112 - Fachada cega.....	176
Figura 113 - Fachada vazada.....	176
Figura 114 - Calçada com largura confortável.....	181
Figura 115 - Calçada estreita.....	181
Figura 116 - Calçadas com desníveis 1.....	182
Figura 117 - Calçadas com desníveis 2.....	182
Figura 118 - Obstáculo fixo (poste).....	182
Figura 119 - Obstáculos móveis.....	182
Figura 120 - Calçada com concreto desempenado.....	188
Figura 121 - Calçada com revestimento danificado.....	188
Figura 122 - Faixa elevada 1.....	195
Figura 123 - Faixa elevada 2.....	195
Figura 124 - Análise das travessias - Solonópole.....	196
Figura 125 - Praça 1 - Simeão Machado.....	197
Figura 126 - Praça 2 – Silvino Barreira.....	198
Figura 127 - Praça 3 – Largo dos Dantas.....	198
Figura 128 - Nuvem de palavras - sugestões para as praças de Solonópole.....	204
Figura 129 - Nuvem de palavras - sugestões para a caminhabilidade em Solonópole.....	206

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa de localização da Região do Sertão Central	23
Mapa 2 - Regiões de Planejamento do Estado do Ceará	68
Mapa 3 - Densidade de iluminação - Sertão Central.....	78
Mapa 4 - Hierarquia do Sertão Central - REGIC 2018	83
Mapa 5 - Poligonal Quixadá	98
Mapa 6 - Poligonal Solonópole.....	99
Mapa 7 - Catalogação das faces das quadras - Quixadá.....	100
Mapa 8 - Catalogação das faces das quadras - Solonópole	101
Mapa 9 - Espaços livres públicos - Quixadá.....	111
Mapa 10 - Variedade de usos - Quixadá.....	119
Mapa 11 - Idade aparente das edificações - Quixadá	122
Mapa 12 - Permeabilidade das fachadas - Quixadá.....	123
Mapa 13 - Síntese da avaliação das faces das quadras - Quixadá.....	124
Mapa 14 - Largura das calçadas - Quixadá	126
Mapa 15 - Inclinação das calçadas - Quixadá.....	127
Mapa 16 - Desníveis nas calçadas - Quixadá	130
Mapa 17 - Obstáculos nas calçadas - Quixadá.....	131
Mapa 18 - Mobiliários nas calçadas - Quixadá.....	132
Mapa 19 - Tipo de pavimentação - Quixadá	133
Mapa 20 - Conservação e manutenção da pavimentação - Quixadá.....	135
Mapa 21 - Limpeza das calçadas - Quixadá	136
Mapa 22 - Sombreamento por vegetação - Quixadá.....	137
Mapa 23 - Sombreamento por marquises - Quixadá.....	138
Mapa 24 - Síntese da avaliação dos trechos dos passeios - Quixadá	139
Mapa 25 - Espaços livres públicos - Solonópole	171
Mapa 26 - Variedade de usos - Solonópole	177
Mapa 27 – Idade aparente das edificações - Solonópole.....	178
Mapa 28 - Permeabilidade das fachadas - Solonópole	179
Mapa 29 - Síntese da avaliação das faces das quadras - Solonópole	180
Mapa 30 - Largura das calçadas - Solonópole	183
Mapa 31 - Inclinação das calçadas - Solonópole	184

Mapa 32 - Desníveis nas calçadas - Solonópole.....	185
Mapa 33 – Obstáculos nas calçadas - Solonópole.....	186
Mapa 34 – Mobiliários nas calçadas - Solonópole	187
Mapa 35 - Tipo de pavimentação - Solonópole	189
Mapa 36 - Conservação e manutenção da pavimentação - Solonópole	190
Mapa 37 - Limpeza das calçadas - Solonópole.....	191
Mapa 38 – Sombreamento por vegetação - Solonópole	192
Mapa 39 - Sombreamento por marquises - Solonópole	193
Mapa 40 – Síntese da avaliação dos trechos dos passeios.....	194

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese teórico-conceitual acerca da urbanidade	42
Quadro 2 - Classificação do Sistema Municipal de Espaços Livres	47
Quadro 3 - Funções das praças de acordo com os períodos no contexto urbano brasileiro.....	51
Quadro 4 - Síntese sobre discussões teórico/conceituais acerca das cidades médias	55
Quadro 5 - Síntese do levantamento de trabalhos sobre cidades não metropolitanas cearenses.....	57
Quadro 6 - Correspondência dos níveis hierárquicos dos estudos REGIC 1966 a 2018	80
Quadro 7 - Indicadores demográficos e econômicos das regiões de planejamento .	81
Quadro 8 - Legislações urbanas dos municípios do Sertão Central.....	86
Quadro 9 - Referencial teórico metodológico das variáveis de avaliação do espaço público	92
Quadro 10 - Procedimentos metodológicos da pesquisa	95
Quadro 11 - Síntese do <i>checklist</i>	102
Quadro 12 - Síntese das etapas realizadas na aplicação da técnica de seleção visual	107
Quadro 13 - Perguntas da entrevista semiestruturada.....	108
Quadro 14 - Avaliação das praças - Quixadá.....	143
Quadro 15 - Aspectos positivos e negativos das praças de Quixadá.....	163
Quadro 16 - Avaliação das praças - Solonópole	198
Quadro 17 - Aspectos positivos e negativos das praças de Solonópole	200
Quadro 18 - Comparativo dos estudos de caso - faces das quadras.....	207
Quadro 19 - Comparativo dos estudos de caso - trechos dos passeios	208
Quadro 20 - Comparativo dos estudos de caso - travessias.....	209
Quadro 21 - Comparativo dos estudos de caso - praças	210
Quadro 22 - Comparativo dos estudos de caso - mapeamento comportamental....	211
Quadro 23 - Comparativo dos estudos de caso – seleção visual.....	212
Quadro 24 - Comparativo dos estudos de caso – entrevista - praças.....	213

Quadro 25 - Comparativo dos estudos de caso – entrevista: condições de caminhabilidade	214
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificações demográficas das cidades médias	54
Tabela 2 - Indicadores demográficos e econômicos das regiões de planejamento ..	69
Tabela 3 - Indicadores gerais, demográficos e econômicos - Sertão Central	75
Tabela 4 - Cidades com centralidade por deslocamentos para cursar ensino superior	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Síntese dos indicadores dos municípios do Sertão Central.....	76
Gráfico 2 - Sexo	162
Gráfico 3 – Faixa etária	162
Gráfico 4 - Grau de escolaridade.....	163
Gráfico 5 - Renda	163
Gráfico 6 - Escala de diferencial semântico - Praça 1 - Quixadá	165
Gráfico 7 - Escala de diferencial semântico - Praça 2 - Quixadá	165
Gráfico 8 - Escala de diferencial semântico - Praça 3 - Quixadá	166
Gráfico 9 - Sexo.....	199
Gráfico 10 - Faixa etária.....	199
Gráfico 11 - Grau de escolaridade.....	200
Gráfico 12 - Renda	200
Gráfico 13 - Escala de diferencial semântico - Praça 1 - Solonópole.....	202
Gráfico 14 - Escala de diferencial semântico - Praça 2 - Solonópole.....	202
Gráfico 15 - Escala de diferencial semântico - Praça 3 - Solonópole.....	203

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP	Áreas de Preservação Permanente
AU	Aglomeração Urbana
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
EM	Estatuto da Metrópole
FAUUSP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
iCam	Índice de Caminhabilidade
IDM	Índice de Desenvolvimento Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITDP	Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento
LOA	Lei Orçamentária Anual
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
MEAC	Metodologia Ergonômica para o Ambiente Construído
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Plano Plurianual
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RM	Região Metropolitana
RMSC	Região Metropolitana do Sertão Central
RV	Realidade Virtual
SECULT	Secretaria da Cultura do Estado do Ceará
SEL	Sistema de Espaços Livres
SELP	Sistema de Espaços Livres Públicos

SMEL Sistema Municipal de Espaços Livres
SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UFC Universidade Federal do Ceará
UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	A URBANIDADE E AS CIDADES NÃO METROPOLITANAS	28
2.1	Em busca do conceito de urbanidade	29
2.2	Os espaços livres públicos na cidade	45
2.3	Um olhar para além da metrópole	52
2.3.1	<i>Discussão teórico-conceitual acerca das pequenas e médias cidades</i>	<i>53</i>
2.3.2	<i>Cidades cearenses com enfoque no contexto não metropolitano</i>	<i>57</i>
2.3.3	<i>Aspectos espaciais e cotidiano nas pequenas e médias cidades</i>	<i>60</i>
3	O SERTÃO CENTRAL CEARENSE	66
4	METODOLOGIA	91
4.1	A abordagem metodológica	92
4.2	O desenho metodológico adotado	95
5	LENDO A URBANIDADE	109
5.1	Estudo de caso 1: a cidade de Quixadá	110
5.1.1	<i>Conhecer</i>	<i>118</i>
5.1.2	<i>Observar</i>	<i>144</i>
5.1.3	<i>Conversar</i>	<i>162</i>
5.2	Estudo de caso 2: a cidade de Solonópole	170
5.2.1	<i>Conhecer</i>	<i>175</i>
5.2.2	<i>Conversar</i>	<i>199</i>
5.3	Considerações e comparativo dos estudos de caso	206
5.3.1	<i>Conhecer</i>	<i>206</i>
5.3.2	<i>Observar</i>	<i>210</i>
5.3.3	<i>Conversar</i>	<i>212</i>
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
	REFERÊNCIAS	222
	APÊNDICES	234
	ANEXOS	245

1. Introdução



Os espaços livres públicos são lugares de vivências e convivências na cidade. As pessoas usufruem desses espaços, cotidianamente, como locais de transição e/ou permanência. Para analisar se esses espaços são convidativos e acolhedores, é necessária uma abordagem que permita pensar a cidade na perspectiva das pessoas.

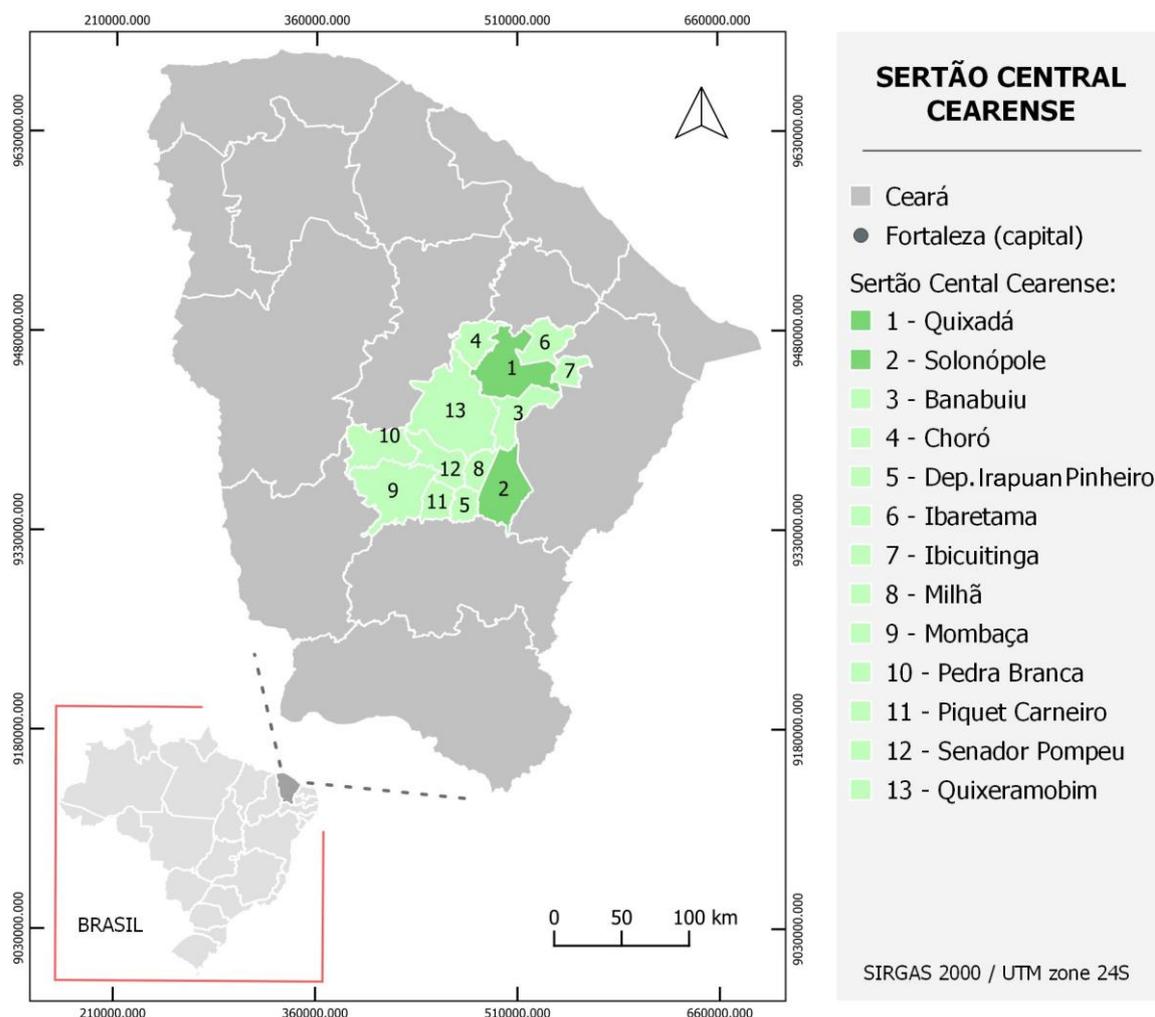
Esse estudo tem como objeto central os espaços livres públicos em um contexto espacial não metropolitano, tendo como foco a urbanidade desses lugares. Entende-se que a urbanidade está nas interações socioespaciais, bem como no espaço público que abraça as diversidades do ambiente e dos usuários, considerando, inclusive, os conflitos nele existentes.

Aguiar (2012) cita a urbanidade como um tipo de espacialidade, sendo essa espacialidade entendida como uma relação entre espaço e pessoas. Semelhantemente, Rheingantz (2012) aponta a urbanidade como a relação de um coletivo que resulta das interações entre os humanos e os não humanos – o ambiente, os materiais, o clima, a cultura e a estética. Trigueiro (2012) vê os espaços públicos como “instrumentos da urbanidade”, e destaca o potencial de favorecer o encontro e a convivência urbana.

Dada essa contextualização da temática da pesquisa, apresenta-se o recorte espacial delimitado para estudo: a região de planejamento¹ do Sertão Central cearense. A região é composta pelos seguintes municípios: Banabuiú, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibareta, Ibicuitinga, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu e Solonópole. Com uma área territorial de 16.014 km² e uma população de 373.278 habitantes, resulta em uma densidade demográfica de 23,3 hab/km². Complementando a caracterização demográfica, a região apresenta uma taxa de urbanização de 56,08% (IPECE, 2019). O mapa 1 apresenta a localização da região no mapa do estado e os municípios que a constituem. Os estudos de caso foram desenvolvidos nas cidades destacadas.

¹ As regiões de planejamento compreendem-se como uma delimitação geográfica proposta pelo Governo do Estado do Ceará, possuindo como intuito aperfeiçoar as atividades de planejamento, monitoramento e implementação de políticas públicas de forma regionalizada. Considerando, sobretudo, os aspectos semelhantes das regiões vinculados às características geográficas, socioeconômicas, culturais e de rede de fluxos (IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2015).

Mapa 1 - Mapa de localização da Região do Sertão Central



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Mesmo diante da intensidade dos processos de urbanização e metropolização, a maior parte do território brasileiro, segundo dados do IBGE, é composto por pequenas e médias cidades. Apresentando dados mais precisos, 94,18% dos municípios têm uma população inferior a 100 mil habitantes, número significativo para que esses territórios mereçam visibilidade. Essa notoriedade faz-se relevante tanto no aspecto acadêmico, através do desenvolvimento de pesquisas, já que a maioria dos trabalhos científicos têm como foco as grandes metrópoles, quanto por parte do poder público, isso através da necessidade de estratégias de planejamento e implementação de projetos e políticas públicas para esses municípios.

Araújo (2005) menciona que 80% dos municípios brasileiros possuem menos de 30 mil habitantes. A autora cita, ainda, que deve ser aproveitado o potencial

das pequenas cidades para a construção de uma política de desenvolvimento local, com protagonismo da gestão nessas menores escalas.

Sobre os estudos urbanos voltados a realidades não metropolitanas, Maia (2010) cita que foi a partir dos anos 1990 que houve uma incidência mais considerável de trabalhos abordando essa temática, fazendo com que os pesquisadores fossem instigados a pensar sobre outras realidades, a exemplo das teses de Maria Encarnação Beltrão Sposito (1993) e de Tânia Maria Fresca (2001).

As metrópoles têm provocado grandes discussões teóricas e metodológicas, justificadas pelos acontecimentos e complexas problemáticas normalmente relacionadas a esses espaços. Entretanto, faz-se tão relevante os estudos sobre cidades pequenas e médias, que tais análises podem, inclusive, contribuir para a solução de problemas em uma escala ainda reduzida (MAIA, 2010).

Como motivação para escolha da temática e recorte espacial do estudo, ressalta-se que o ambiente urbano das pequenas e médias cidades esteve presente na trajetória acadêmica de formação do pesquisador, a exemplo das pesquisas de iniciação científica e do trabalho de conclusão de curso, propondo a implantação de espaços públicos em uma cidade do Sertão Central cearense, ambos desenvolvidos no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Além disso, no curso de especialização em Gestão de Cidades e Planejamento Urbano, foi elaborado como artigo final um diagnóstico urbano para leitura espacial de uma cidade de pequeno porte, visando a construção de uma base de dados georreferenciada.

Um desafio para a realização de pesquisas nas cidades do Sertão Central cearense, corresponde à carência de bases de dados que possam colaborar para a análise de indicadores urbanos. Com isso, pretende-se que os dados levantados e sistematizados nesta pesquisa possam contribuir para outros estudos e para os órgãos de gestão e planejamento urbano de cidades com características similares.

Uma outra realidade muito presente nesses pequenos municípios é a falta de qualificação técnica nas células de planejamento urbano. Na grande maioria dessas cidades, não há, por exemplo, um profissional Arquiteto e Urbanista atuando no setor. Assim, espera-se que neste trabalho possa ser apresentada uma leitura detalhada quanto aos espaços livres públicos dessas cidades e, com esse diagnóstico, possam ser traçadas estratégias de melhorias para esses lugares.

A análise de potencialidades, deficiências e necessidades dos espaços livres públicos das pequenas cidades configura-se como uma premissa deste trabalho, e pretende-se, portanto, incorporar uma leitura do espaço urbano capaz de identificar as características locais e as necessidades dos usuários.

Dado esse contexto, tem-se como questão de partida para o desenvolvimento deste trabalho: De que modo os espaços livres públicos nas pequenas e médias cidades podem contemplar formas, usos e apropriações que favoreçam boas condições de circulação, convívio e permanência das pessoas, além de potencializar a promoção da sociabilidade e da interação social?

Propõe-se como objetivo geral do estudo: analisar a urbanidade dos espaços livres públicos em um contexto não metropolitano por meio dos aspectos socioespaciais, utilizando como recorte espacial a região do Sertão Central cearense.

São objetivos específicos:

- Apresentar uma síntese com atributos de avaliação do espaço público que contribuem para a urbanidade do lugar, baseada em trabalhos de autores que abordam a temática;
- Compreender os componentes físicos e sociais de praças e seu entorno, por meio de estudos de caso em dois significativos municípios do Sertão Central.
- Identificar as preferências ambientais de usuários dos espaços livres públicos, a fim de levantar problemas existentes que possam ser corrigidos, além de recomendações com melhorias para a qualidade do lugar.

Nos estudos de campo, foram analisados os espaços livres públicos de transição e também os de permanência. Tratando-se do contexto espacial de realização da pesquisa, têm-se as calçadas como espaços de transição mais recorrentes, e a praça como principal espaço de permanência. No presente trabalho, foi dado maior enfoque às praças, por representarem, sobretudo nas cidades de pequeno e médio porte, um lugar que faz parte do cotidiano, além de serem atributo de representatividade para o encontro e a socialização das pessoas (MINDA, 2009).

Destaca-se o contexto temporal de desenvolvimento da presente pesquisa, iniciada no segundo semestre de 2019 e finalizada no segundo semestre 2021. Nesse período, houve muitas alterações nos padrões de usos das cidades. Com a pandemia

da Covid-19, por determinado tempo os espaços livres públicos ficaram completamente vazios, as regras de isolamento e distanciamento social colocaram a sociedade em estágio de constante alerta e medo, perante o momento de incertezas ocasionado pelo agravamento da crise de saúde pública (BEZERRA; CUNHA JÚNIOR, 2020).

Em muitas cidades, decretos municipais ou estaduais proibiram o uso de espaços públicos de lazer, como praças e parques. Se antes uma praça com muitas pessoas, muitas atividades acontecendo simultaneamente, era sinônimo de vitalidade do espaço, em um determinado momento passou a ser considerada como um lugar de risco. Os deslocamentos cotidianos também foram reduzidos a atividades estritamente essenciais.

No Brasil, o quadro atual (dezembro de 2021) é de redução no número de casos e mortes causadas pela Covid-19, somada ao avanço da vacinação, percebe-se o retorno de algumas atividades antes proibidas, como eventos e shows. Com as análises de campo, também foi observado que as pessoas estão utilizando o espaço público, como as praças, por exemplo. Contudo, não há como afirmar uma volta à “normalidade pré-pandemia”, principalmente mediante a ameaça do aumento de infecções pelo surgimento de novas variantes.

A dissertação está estruturada em seis capítulos. O primeiro capítulo é a **introdução**, em que se apresenta a contextualização da pesquisa, a justificativa e motivação para escolha da temática, além da questão de partida, os objetivos gerais e específicos, e estruturação do trabalho.

O segundo capítulo, intitulado “**A urbanidade e as cidades não metropolitanas**”, apresenta o referencial teórico da pesquisa. No subcapítulo “Em busca do conceito de urbanidade”, são, inicialmente, apresentadas conceituações do termo, de acordo com diversos estudiosos que trabalham com a temática, e, posteriormente, são utilizados alguns dos autores mais consagrados dos estudos urbanos e que contribuem para o entendimento da urbanidade. Por fim, como síntese, é apresentado um quadro com as principais ideias dos autores mencionados.

No subcapítulo “Os espaços livres públicos na cidade”, é apresentada a relevância dos espaços livres públicos para a socialização das pessoas no meio urbano, sendo a praça um espaço de grande representatividade para as pequenas e

médias cidades. Também foi apresentada uma breve discussão abordando os conceitos de praça e suas funções.

Por fim, no subcapítulo “Um olhar para além da metrópole”, são discutidas questões teórico-conceituais relacionadas às pequenas e médias cidades. Também são apresentados alguns trabalhos de análise do espaço urbano de cidades cearenses fora da Região Metropolitana de Fortaleza, além de apresentar aspectos espaciais e o cotidiano nesses territórios de menor porte.

O terceiro capítulo, intitulado “**O Sertão Central cearense**”, apresenta a contextualização do recorte espacial, a área escolhida para desenvolvimento do estudo de campo. São expostos dados demográficos, econômicos, sociais, históricos, além de estudos relacionados à hierarquia urbana e aspectos legais de norteammento do planejamento urbano.

O quarto capítulo descreve a **metodologia** utilizada na pesquisa de campo. Ressalta-se que o contexto da pandemia ocasionada pelo SARS-CoV-2 (COVID-19) impactou principalmente esta etapa do trabalho. Dessa forma, alguns procedimentos foram adaptados para que pudessem ser executados de forma on-line, utilizando, por exemplo, imagens de satélites e o *google Street View*, possibilitando que fosse dado prosseguimento ao estudo, mesmo diante das restrições de deslocamento e utilização dos espaços públicos.

Inicialmente, foi realizado um levantamento das variáveis utilizadas em trabalhos de avaliação da urbanidade no espaço público. Essas variáveis foram agrupadas e distribuídas em quatro passos metodológicos definidos para o estudo, são eles: contextualizar, conhecer, observar e conversar.

O quinto capítulo, “**Lendo a urbanidade**”, traz os resultados da pesquisa de campo desenvolvida nas duas cidades escolhidas para aplicação dos estudos de caso. O capítulo está estruturado conforme os passos metodológicos: conhecer, observar e conversar, e, posteriormente, é apresentada uma síntese com os resultados obtidos e uma análise comparativa dos dois estudos de caso.

No sexto capítulo estão as **considerações finais** do trabalho, contendo as reflexões conclusivas sobre os resultados e desdobramentos obtidos, expondo recomendações para mitigar os problemas encontrados, além de mencionar possíveis encaminhamentos futuros para a pesquisa.

2. A urbanidade e as cidades não metropolitanas



Este capítulo apresenta a pesquisa bibliográfica relacionada à temática da pesquisa. Nesse estudo, foram utilizados como fontes: livros, artigos, dissertações, teses, dentre outros textos acadêmicos. Esse embasamento teórico abrange três principais assuntos: a urbanidade, os espaços livres públicos, e as cidades não metropolitanas.

Essa estrutura do referencial teórico tem como ponto de partida uma discussão a respeito da urbanidade, pois esse é um dos elementos centrais deste trabalho, considerando a urbanidade como uma condição relevante para que as cidades sejam convidativas e atrativas para as pessoas. Em seguida, é apresentada uma discussão a respeito dos espaços livres públicos, locais que podem assumir a função de encontro, de convivência das pessoas, de transição, e, potencialmente, de manifestação da urbanidade. Por fim, trata-se das cidades não metropolitanas, visto que o recorte espacial delimitado para a pesquisa corresponde a cidades de pequeno e médio porte, localidades que possuem particularidades que as diferem dos grandes centros urbanos.

2.1 Em busca do conceito de urbanidade

Neste subcapítulo, pretende-se apresentar uma discussão teórica acerca da temática da urbanidade. Inicialmente, o estudo centra-se na definição do termo urbanidade e seus desdobramentos, tendo por base os trabalhos de Holanda (2002, 2011 e 2012), Saboya (2011), Netto (2012), Krafta (2012), Trigueiro (2012), Aguiar (2012), Rheingantz (2012), Tenório (2012) e Bertuluci (2019).

Buscando aproximações de uma conceituação do termo, Netto (2012) apresenta o que ele denominou de “traços da urbanidade”, reflexões embasadas por meio de relações entre conceitos urbanos e filosóficos. Entendendo a urbanidade como uma forma de experiência, sugere-se que os estudos da filosofia possam contribuir para tal discussão. As seis características – ou traços – da urbanidade são:

1 - Experienciar urbanidade significa experienciar o mundo em condições diferentes de outros arranjos materiais da vida coletiva. [...]

2 - A experiência da urbanidade é uma experiência do mundo social: suas condições de continuidade e integração, e seu oposto – as tendências de distanciação e segregação social. [...]

3 - A terceira seção explora o lugar da cidade na produção das tensões de desintegração do mundo social assim como na possível solução material para tais tensões. [...]

4 - A seção discute a urbanidade como efeito de convergências de atos, atores e espaços no presente da cidade. [...]

5 - Contudo, características espaciais não são homogêneas nem se repetem de cidade para cidade, cultura para cultura. Argumentarei que, se há diferentes condições materiais e sociais para a urbanidade, haveria conseqüentemente diferentes urbanidades. [...]

6 - O reconhecimento de diferentes urbanidades nos levaria à inclusão de toda e qualquer urbanidade, incluindo socialidades hostis e espaços de repressão, violência e degradação do humano. [...] (NETTO, 2012 p, 36-37)

Essa conceituação do termo parte do entendimento da relação sociedade-espaço. A urbanidade está nas interações mediadas na cidade, abrangendo as conexões entre práticas sociais e o próprio espaço. A diversidade de formas possíveis de sociabilidade e espacialidades proporciona também diferentes urbanidades, termo utilizado no plural para designar características heterogêneas, considerando contextos espaciais diversos e diferenças culturais (NETTO, 2012). Nesse sentido, Bertuluci (2019) acrescenta:

[...] não existem povos e cidades homogêneas, não existe também um único modelo de urbanidade, existem urbanidades. Urbanidade é uma qualidade da cidade e de qualquer cidade. Não é uma qualidade das regiões centrais e adensadas, tampouco é uma qualidade de cidades maiores. Por isso acredita-se que diferentes regiões de uma cidade são capazes de gerar diferentes tipos de urbanidade. (BERTULUCI, 2019, p. 22).

Com isso, entende-se que a presença ou não da urbanidade independe do porte da cidade. A cidade pequena, por exemplo, possui dinâmica diferente no uso do espaço público, nos fluxos e deslocamentos, nas formas de socialização e nas práticas culturais. É evidente que essa realidade difere dos centros urbanos maiores, entretanto, não são essas características que definem a qualidade espacial do lugar e o quanto as pessoas se relacionam e se apropriam do espaço.

Krafta (2012) desvalida o argumento que a densidade ou quantidade de pessoas em um determinado local seja, por si só, um denotador de urbanidade, e complementa: “lugares densos desenvolvem um padrão de urbanidade diferente do

verificado em lugares menos densos, e isso não representa perda ou ganho de urbanidade.” (KRAFTA, 2012, p. 119).

Para o entendimento da urbanidade, além de considerar os aspectos relacionados à civilidade e cortesia da cidade para com as pessoas, Krafta (2012) menciona a urbanidade historicamente produzida, com isso, considera variações temporais e espaciais. Na sociedade, com o passar do tempo, novos hábitos podem surgir, sendo, assim, possível verificar novos padrões de urbanidade. Além disso, dada as diferenças culturais de cada região, em um determinado lugar um dado comportamento pode ser considerado virtuoso, enquanto em outro lugar não.

Semelhante ao conceito apresentado por Netto (2012) e Krafta (2012), Trigueiro (2012) afirma que a urbanidade está presente nas relações de cortesia e civilidade dentro de um contexto socioespacial. A autora enfatiza em seu discurso o papel dos espaços públicos, colocando-os como elemento central para o alcance da urbanidade.

Pela capacidade que os espaços públicos urbanos têm de oferecer possibilidades em práticas urbanas e estimular o processo de acionamento de outros inúmeros objetos e usos, os espaços públicos urbanos se encontram no cerne da questão da urbanidade e são, neste sentido, considerados “instrumentos da urbanidade”. (TRIGUEIRO, 2012, p. 85).

Também na busca pela definição do termo, Aguiar (2012, p. 61) menciona: “o conceito de urbanidade aqui focalizado se refere ao modo como espaços da cidade acolhem as pessoas. Espaços com urbanidade são espaços hospitaleiros. O oposto são os espaços inóspitos ou, se quisermos, de baixa urbanidade.” O autor considera utilizar o termo em seu sentido tradicional, e apresenta a urbanidade como um parâmetro maior para a avaliação da qualidade dos lugares.

Independente da escala, seja em uma edificação, um bairro ou uma cidade, a essência da urbanidade está na possibilidade de apropriação das pessoas e, conseqüentemente, nessas conexões mantidas entre as pessoas e o espaço (AGUIAR, 2012). Essa apropriação pode derivar de uma identificação simbólica, relacionada a aspectos afetivos e cognitivos mediante a interação e uso do espaço público.

Sobre a relevância do uso do espaço no entendimento de urbanidade, Rheingantz (2012) menciona:

Penso que a única forma sensata de definir urbanidade seja por meio do uso. É o uso, ou seja, a interação ou as relações entre humanos e não humanos, ou entre humanos e ambiente (construído ou natural). A qualidade está no uso, e não no ambiente, embora ele tenha influência no processo. (RHEINGANTZ, 2012, p. 255)

Portanto, a urbanidade não se origina nem nas pessoas, nem no espaço por elas utilizado, mas sim nas relações e interações entre esses dois elementos (pessoa e espaço, ou humanos e não humanos, como é citado pelo autor). Para Rheingantz (2012), a urbanidade pode ser entendida como uma forma de experiência, na medida em que considera em seu entendimento o contexto vivencial dos indivíduos, bem como os seus valores, afetos e emoções.

Tenório (2012, p. 14) acrescenta que “na urbanidade, então, está pressuposta a interação presencial, que só pode ocorrer entre indivíduos que compartilham um mesmo espaço físico”. A autora defende o encontro das semelhanças e diferenças no espaço público, sendo o respeito à diversidade um pressuposto primordial à urbanidade.

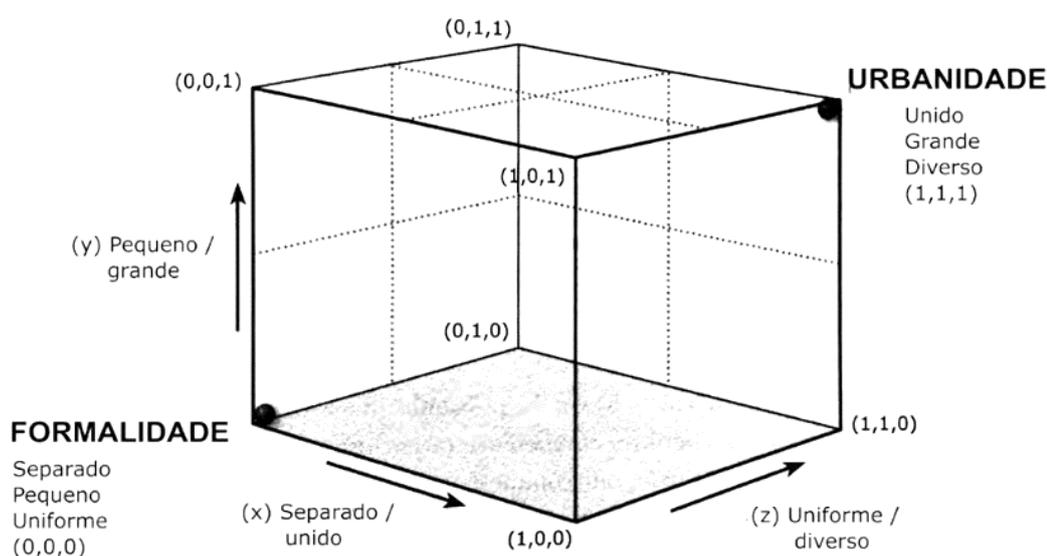
Ainda no âmbito conceitual do termo, Holanda (2012) apresenta duas tipologias: a primeira é a urbanidade social, com atributos correspondentes aos meios de interação das pessoas; a segunda é a urbanidade arquitetônica (o termo não corresponde exclusivamente à escala da edificação), que está relacionada ao aspecto espacial e aos atributos relacionados à qualidade do lugar. Sobre as características físicas da urbanidade:

Propus que urbanidade fisicamente caracteriza: a) minimizar espaços abertos em prol de ocupados; b) menores unidades de espaço aberto (ruas, praças); c) maior número de portas abrindo para lugares públicos (jamais paredes cegas); d) minimizar espaços segregados, guetizados (becos sem saída, condomínios fechados) e efeitos panópticos pelos quais tudo se vê e vigia. (HOLANDA, 2011, p. 16).

Holanda (2002) cita o paradigma da formalidade em oposição ao paradigma da urbanidade. Os adjetivos: separado, pequeno e uniforme, correspondem ao polo da formalidade, podendo ser exemplificado pela *la Ville*

Radiouse (a cidade radiante), proposta por Le Corbusier, cidade símbolo do movimento modernista. O polo da urbanidade corresponde ao espontâneo, e são atribuídos os adjetivos: unido, grande e diverso. Unido, pois a cidade deve ser integrada, contínua e sem segmentação; grande, pois não deve possuir anseios a complexidade das grandes metrópoles; e diverso, em formas e práticas sociais. A figura 1 apresenta o modelo gráfico representativo dos paradigmas da formalidade e urbanidade proposto por Holanda.

Figura 1 - Cubo dos paradigmas formalidade e urbanidade



Fonte: Holanda, sem identificação de ano

Holanda (2003, p. 16) preconiza que a condição de urbanidade seria típica das “sociedades e instituições não hierarquizadas, não ritualizadas, caracterizadas pelo espontâneo e pela improvisação”. Essa colocação sugere a informalidade como característica da urbanidade. Para exemplificar essa informalidade, o autor cita como exemplo a Vila Planalto, localizada em Brasília, comunidade que, diferentemente da região central, foi construída de modo não padronizado e sem um planejamento formal, mas que é símbolo de diversidade, um local com múltiplos usos do espaço, com variadas tipologias arquitetônicas e viárias, e com mescla de classes sociais.

Saboya (2011) define seis dimensões presentes no conceito de urbanidade, que são: muitas pessoas utilizando os espaços públicos; diversidade de perfis, interesses, atividades, idades, classes sociais, etc.; alta interação entre os

espaços abertos públicos e os espaços fechados; diversidade de modos de transporte e deslocamento; pessoas interagindo em grupos; e traços da vida cotidiana.

A dimensão “traços da vida cotidiana”, embora não tão explorada por outros autores, acrescenta uma visão relevante ao conceito de urbanidade. Pessoas se deslocando para o trabalho, crianças indo para a escola, moradores indo às compras no supermercado, são alguns exemplos dessas atividades. Nas cidades turísticas é possível ver as ruas com grande número de transeuntes, no entanto, nem sempre essas características da vida cotidiana são tão visíveis, demonstrando, assim, que o fator quantitativo não garante a urbanidade do lugar (SABOYA, 2011).

Dada essa reflexão dos conceitos referentes à urbanidade, a maioria desses autores utilizam como referência os estudos urbanos de Lynch (1999), Jacobs (2011) e Gehl (2015). Mesmo não apresentando diretamente a conceituação da urbanidade, esses trabalhos são considerados por muitos autores como a teoria de base para entendimento do tema, sendo citados também por Ribeiro (2013), Rocha (2017), Cabral (2015), Goettems (2017), Rezende (2019), Bertuluci (2019), dentre outros.

Em 1961, Jane Jacobs, moradora de Nova York, lançou o livro “Morte e Vida de Grandes Cidades”, e teve como principal instrumento de estudo a análise do cotidiano na cidade através da observação do comportamento das pessoas no meio urbano. Em suas pesquisas, foi utilizada a combinação de ferramentas distintas, tais como: estudos de caso, dados estatísticos e entrevistas.

Jacobs (2011, p.1) inicia a obra com a emblemática frase: “este livro é um ataque aos fundamentos do planejamento urbano e da reurbanização ora vigentes”, deixando evidente o seu objetivo em tecer uma crítica em relação ao padrão da época, que corresponde aos ideais do urbanismo modernista da primeira metade do século XX. Tenório (2012) cita Jacobs como uma das precursoras na denúncia dos efeitos negativos do movimento moderno para a urbanidade. A crítica de Jacobs é focada, principalmente, na perda de diversidade das novas urbanizações produzidas em grande escala, se comparadas com a diversidade das cidades ditas de crescimento natural. Essa diversidade abordada refere-se tanto aos aspectos morfológicos (diferentes usos, tipologias, idades das edificações), quanto aos aspectos sociais (variados perfis econômicos, etários, étnicos dos usuários).

Para Aguiar (2012), o termo urbanidade começou a ser discutido na segunda metade do século XX, período de estabelecimento de fortes críticas ao movimento moderno no campo do urbanismo, considerando, também, o trabalho de Jacobs como emblemático nessa temática. Mencionando as principais características da autora, Aguiar (2012, p. 64) cita Jacobs como “uma aficionada da vitalidade, da animação, do burburinho dos lugares urbanos, da vida na rua, as pessoas, as lojas, a mistura de tipos arquitetônicos e humanos interagindo no espaço público”, características que, em conjunto, colaboram para atingir a tão almejada diversidade.

Quatro condições são elencadas por Jacobs (2011) como fundamentais para a efetivação dessa diversidade urbana, sendo: a necessidade de usos principais combinados; a necessidade de quadras curtas; a necessidade de prédios antigos; e a necessidade de concentração. Esses aspectos devem ser obrigatoriamente atendidos, desejavelmente em sua plenitude, ou o mais próximo disso, o que não quer dizer que resultará em uma diversidade comparável a todos os distritos, pois cada lugar difere dos outros em inúmeros fatores.

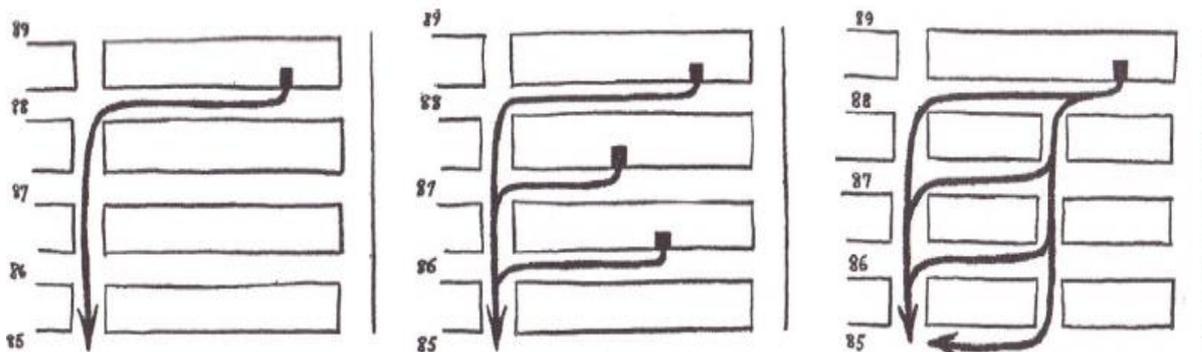
A necessidade de usos principais combinados corresponde à possibilidade do distrito de oferecer mais de uma função principal, preferencialmente mais de duas, compartilhando o mesmo espaço. Essa variedade é condicionante para garantir a permanência constante de pessoas nas ruas, nos diferentes horários do dia. Esse fluxo ainda contribui com a sensação de segurança do pedestre, combinada à permeabilidade das fachadas e o papel da edificação na vigilância da calçada (JACOBS, 2011).

A expressão “Os olhos da rua” tornou-se característica da obra de Jacobs (2011). Almeja-se esse contato visual entre as edificações e o espaço público, de modo que as pessoas que estão no espaço interno dos edifícios possam atuar como vigias das atividades que acontecem na cidade, contribuindo, de forma direta, para a segurança do pedestre. No quesito de sensação de segurança, também é apontado que a presença de pessoas atrai outras pessoas, desse modo, a cidade deve possuir mecanismos para atrair esses usuários.

As possibilidades mais diversas de percursos na cidade são potencializadas com as quadras curtas. Esses quarteirões de menores dimensões possibilitam o “virar a esquina” com maior frequência, espaços esses que são mais propícios à atividade de passagem. Nessa situação, as relações de vizinhança também são favorecidas,

visto que as quadras longas limitam as possibilidades de trajetos, causando uma menor interação com o entorno próximo (JACOBS, 2011). A figura 2 representa graficamente as diversas possibilidades de trajetos, que são potencializadas através das quadras curtas.

Figura 2 - Fluxo de pedestre mediante a dimensão da quadra



Fonte: Jacobs, 2011

Além de combater a monotonia no que diz respeito à linguagem plástica da edificação, a necessidade de prédios antigos, citada por Jacobs (2011), não se resume exclusivamente àqueles edifícios restaurados que mostram a imponência de uma determinada época, ela cita o aspecto econômico e as possibilidades dos empreendimentos pequenos e de menor rendimento estarem situados em áreas diversas da cidade, com valores de aluguéis mais acessíveis.

Uma concentração suficientemente alta de pessoas no distrito é a quarta condição necessária para a diversidade. Destaca-se a diferença entre superlotação (algo que dificulta a qualidade de vida) e altas densidades, por isso, deve-se trabalhar com quantidade de moradia por determinada área, e não com quantidade de pessoas. Para evitar o modelo modernista de altos arranha-céus com grandes porções de área verde no entorno, propõe-se maiores taxas de ocupação para distribuição dos edifícios, e esses das mais diversas tipologias, com gabaritos mais baixos que possam possibilitar a visualização da vida pública ao nível do solo (JACOBS, 2011).

A obra de Jacobs é, por unanimidade, a mais citada em trabalhos que abordam a urbanidade. Mesmo a autora não tratando diretamente do termo, a urbanidade pode ser apreendida na forma em que almeja a efervescência das

atividades urbanas do cotidiano, e em como o espaço público pode ser atrativo para as pessoas. Sua obra não teve influência apenas na época da publicação, sendo, ainda hoje, citada por grandes nomes do urbanismo e dos estudos urbanos, como, por exemplo, por Jan Gehl.

Jan Gehl é um arquiteto e urbanista dinamarquês. Dentre as suas obras, a que obteve maior destaque foi o livro “Cidades Para Pessoas”, publicado em 2010. Assim como Jacobs (2011), Gehl (2015) apresenta fortes advertências em relação à produção urbana com bases modernistas. Através da análise de diversas cidades, busca identificar os fatores primordiais para a qualidade de vida urbana, destacando questões referentes à escala humana na cidade, a mobilidade com foco no pedestre, a caminhabilidade², dentre inúmeros outros elementos.

Gehl (2015) cita a qualidade física do espaço urbano como elemento indispensável para que as cidades sejam convidativas às pessoas. Destaca, também, a importância da elaboração e execução de bons projetos urbanos, visto que são instrumentos para estimular a participação de uma vida urbana versátil e variada. Ressalta-se que essa vida urbana não é simplesmente um grande número de pessoas transitando nas calçadas.

Mas nas cidades, há muito mais em caminhar do que simplesmente andar! Há um contato direto entre as pessoas e a comunidade do entorno, o ar fresco, o estar ao ar livre, os prazeres gratuitos da vida, experiências e informação. Em essência, caminhar é uma forma especial de comunhão entre pessoas que compartilham o espaço público como uma plataforma e estrutura (GELH, 2015, p. 19).

O caminhar na cidade é uma atividade que favorece a urbanidade, mas, por si só, não é o suficiente. Como menciona Gehl (2015), mais do que transitar no espaço público, deve haver a interação entre as pessoas, e, conseqüentemente, favorecer formas de sociabilidade. Para a efetivação da cidade como lugar de encontro, é apresentado um importante conceito:

² Caminhabilidade ou *Walkability*, termo em inglês, refere-se ao quanto uma área é apropriada para o caminhar; ele está relacionado à fluidez do deslocamento a pé, nas calçadas e nas travessias. Não existe um consenso sobre quais indicadores medem a *walkability* de uma determinada região, mas é possível destacar alguns pontos importantes como a conectividade das ruas, a presença de passeios adequados e a sensação de segurança. (URBE.LAB, s.d.)

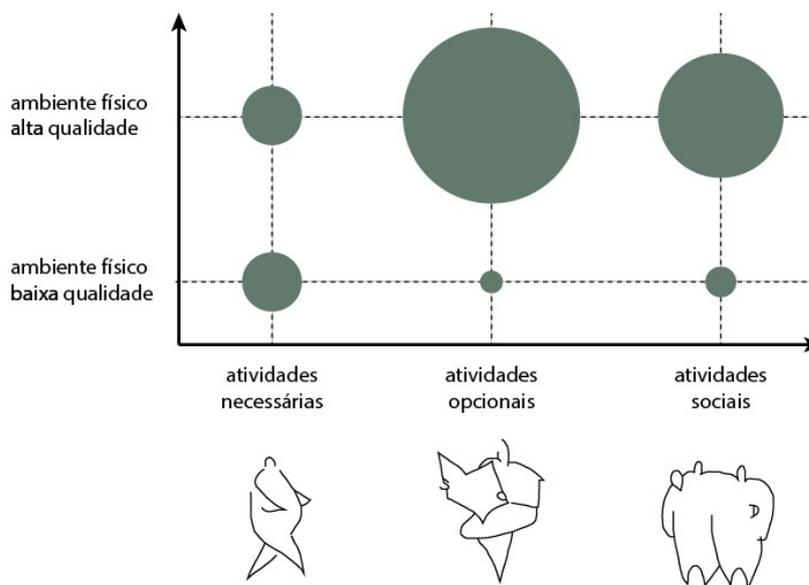
Como conceito, “a vida entre edifícios” inclui todas as diferentes atividades em que as pessoas se envolvem quando usam o espaço comum da cidade: caminhadas propositais de um lugar a outro; calçadas; paradas curtas; paradas mais longas; ver vitrines; bater papo e encontrar pessoas; fazer exercícios; dançar; divertir-se; comércio de rua; brincadeiras infantis; pedir esmolas; e entretenimento de rua (GEHL, 2015, p. 19).

Tenório (2012) relaciona essa definição de “vida entre os edifícios” diretamente ao conceito de urbanidade, centrando sua argumentação na necessidade dos espaços públicos de convidar e acolher as pessoas. Tais pessoas/usuários que devem ser diversos, e que espera-se que permaneçam pelo maior período de tempo possível participando dessa “vida pública”.

Para que a cidade seja propícia ao encontro e à socialização, Gehl (2015) enfatiza o papel das atividades sociais, apresentadas como toda forma de comunicação entre pessoas no espaço público, ressaltando o papel do ver e do ouvir. Esses contatos podem ser passivos, como, por exemplo, observar as pessoas e o que está acontecendo no entorno; ou podem ser ativos, tais como: cumprimentos, conversas, encontros casuais, brincadeiras infantis, encontros de jovens no espaço público, dentre outros.

As atividades no espaço público devem ser diversas, e Gehl (2015) categoriza outros dois tipos de atividades: as necessárias e as opcionais. As atividades necessárias correspondem àquelas que as pessoas obrigatoriamente têm que fazer, como, por exemplo, ir ao trabalho, ir à escola, fazer compras, etc. Já as atividades opcionais são desempenhadas de acordo com a vontade espontânea das pessoas, muitas vezes relacionadas ao viés recreativo. A figura 3 apresenta essas três categorias de atividades e a sua relação com a baixa ou a alta qualidade do ambiente físico.

Figura 3 - Representação gráfica da qualidade de ambientes x atividades



Fonte: Gehl, 2015.

Focando na qualidade do espaço público, Gehl (2015) apresenta quatro objetivos-chave a serem atingidos, que são: vitalidade, segurança, sustentabilidade e saúde. No âmbito do planejamento urbano, esses objetivos configuram-se como requisitos para obtenção da qualidade de vida, e, quando alcançados, espera-se como resultado uma cidade convidativa e acolhedora para as pessoas.

O primeiro objetivo é a vitalidade. Uma cidade viva deve possibilitar boas condições enquanto espaço de transição e permanência, para tanto, devem ser combinadas atividades sociais e de lazer. A vitalidade não está diretamente relacionada à quantidade de pessoas em um determinado lugar, com isso, independente do porte da cidade, pode-se haver condições para atingir tal objetivo.

Tendo em mente a multidão feliz nos desenhos de arquitetura, cabe esclarecer que a experiência da vitalidade na cidade não se limita à quantidade. A cidade viva é um conceito relativo. Poucas pessoas em uma rua estreita de uma cidadezinha podem, com facilidade, apresentar uma imagem viva, animada. O que importa não são números, multidões ou o tamanho da cidade, e sim a sensação de que o espaço da cidade é convidativo e popular; isso cria um espaço com significado. (GEHL, 2015, p. 63).

No segundo objetivo, a segurança, pode-se destacar duas demandas necessárias: a primeira diz respeito à segurança no tráfego, correspondendo à

proteção de pedestres e ciclistas contra acidentes, além da qualidade e acessibilidade das calçadas para o caminhar, etc.; a segunda corresponde à prevenção à criminalidade, para isso, é indispensável a presença de pessoas nas ruas. Como exemplo de elemento facilitador, ou seja, que pode propiciar essa sensação de segurança, pode-se mencionar os usos variados do espaço. Gehl (2015, p. 91) acrescenta: “Sentir-se seguro é crucial para que as pessoas abracem o espaço urbano. Em geral, a vida e as próprias pessoas tornam a cidade mais convidativa e segura, seja em termos de segurança percebida ou vivenciada.”

O terceiro e o quarto objetivo referem-se a cidades sustentáveis e saudáveis. Na busca da cidade sustentável, a substituição do modal automotivo por deslocamentos a pé ou de bicicleta configura-se como meta a ser alcançada. Ainda sobre o caminhar e o pedalar, essas devem ser etapas naturais do padrão de atividades diárias, contribuindo com os anseios da cidade saudável e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida (GEHL, 2010).

Contudo, no contexto das pequenas e médias cidades, mesmo a escala reduzida da dimensão do tecido urbano sendo uma condição favorável à caminhabilidade como meio de deslocamento, percebe-se que o veículo automotivo ainda é muito utilizado, como aponta Maron (2020):

O automóvel, para a cidade de pequeno porte ainda é um dos meios de transporte mais utilizados. A classe média que muitas vezes é uma classe social dominante desses municípios, acredita que o carro é sinônimo de demonstração de poder aquisitivo e os modos ativos devem ser apenas utilizados por pessoas de baixa renda. Sendo assim, se torna um desafio realizar uma mudança de hábito e de mentalidade dessas pessoas para que os modos de transporte ativos sejam mais utilizados. (MARON, 2020, p.135).

Gatti e Zandonade (2017) também citam o elevado quantitativo de veículos nas ruas, considerando a proporção das pequenas e médias cidades brasileiras, que, somado a esse fator, não há uma infraestrutura adequada para garantir o conforto e a segurança dos ciclistas e pedestres, de modo que não favorece um padrão de mobilidade ativa³.

³ A mobilidade ativa corresponde aos meios de transporte à propulsão humana (pedestres, bicicletas, triciclos, patins, skates e até cadeiras de rodas). Além de não gerar poluição atmosférica e sonora, o transporte ativo ocupa menos espaço físico que os automóveis, menor custo econômico, aproxima as pessoas ao invés de segregar, e oferece a oportunidade de praticar atividade física sem que o indivíduo

Gehl e Svarre (2018), além de apresentarem metodologias e ferramentas aplicáveis aos estudos de espaços públicos, embasam o livro “A Vida na Cidade: como estudar” construindo uma linha histórica com obras de grandes teóricos da área. Além da já mencionada Jacobs, citam Lynch como fonte de inspiração e um dos pioneiros nesse campo de estudo, destacando o modo pelo qual o autor identificou como as pessoas leem, se movimentam e vivenciam a cidade.

Kevin Lynch era norte-americano. A sua obra “A Imagem da Cidade”, publicada em 1960, teve grandes influências no âmbito dos estudos urbanos. O livro apresenta uma análise detalhada de três cidades: Los Angeles, Boston e Jersey City. A primeira parte do estudo é composta por observações em campo, e na segunda etapa são realizadas entrevistas com os moradores da cidade.

Semelhantemente ao posicionamento de Jacobs (2011), de reconhecer o aspecto temporal e a sua relevância para a construção do espaço na cidade, Lynch (1999) afirma:

Contemplar cidades pode ser especialmente agradável, por mais vulgar que o panorama possa ser. Tal como uma obra arquitetônica, a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo. (LYNCH, 1999, p. 11).

Lynch (1999) instiga o ato de contemplar o espaço público, muito incisivamente busca apreender a visão dos moradores através de uma leitura pública da cidade. Aguiar (2012) cita a contribuição do trabalho de Lynch para a identificação dos elementos geradores da urbanidade:

Esse modo lynchiano de apreciação da cidade – através da leitura do modo como edifícios e pessoas conformam em conjunto a cena urbana – detecta aquilo que, tanto quanto entendo, seria a essência do conceito de urbanidade. Essa apreciação estética coloca lado a lado os elementos físicos que constituem a cidade, incluídos aí seus elementos inertes, os espaços públicos e edifícios, e os elementos animados, as pessoas (e veículos) que lhe conferem vida. Essa apreciação estética não é gratuita. Ao contrário, ela é comprometida. Trata-se aí de uma formulação na qual o atendimento às conveniências do corpo é protagonista chave em sua capacidade de construir urbanidade. (AGUIAR, 2012, p. 65).

tenha que dispor um tempo extra do seu dia para isto. (CARVALHO; FREITAS, 2012, p. 1618).

Podendo ser entendido como uma condição para a urbanidade, o conceito de legibilidade (também mencionado como clareza) está relacionado com a qualidade visual da paisagem da cidade. Legibilidade é definida por Lynch (1999, p. 13) como “a facilidade com a qual as partes podem ser reconhecidas e organizadas numa estrutura coerente”. Essa possibilidade de leitura facilitada dos elementos da cidade corrobora com o vínculo de identidade com o lugar.

Cada pessoa possui uma imagem própria da cidade, que pode ser influenciada por fatores diversos, tais como: sociais, históricos e funcionais. No entanto, para Lynch (1999), os elementos de leitura da paisagem urbana são elementos comuns aos usuários. Apesar das imagens individuais, algumas coisas são recorrentes e comuns, assim, o autor busca identificar o que ele denomina de imagem pública. Avaliando a percepção dos moradores, Lynch (1999) classificou cinco elementos determinantes referentes à forma física, sendo: vias, limites, bairros⁴, cruzamentos e marcos. No cenário urbano, esses elementos não existem de forma isolada, eles sobrepõem-se e interligam-se frequentemente e, a depender do contexto, um determinado elemento pode possuir classificação maleável.

Mediante o referencial teórico apresentado, foi elaborada uma síntese com as principais ideias de cada autor e a sua respectiva contribuição para a construção do conceito de urbanidade. Objetiva-se, de modo resumido e esquematizado, apresentar os múltiplos olhares sobre o tema, cada autor com sua perspectiva, mas que, em conjunto, se complementam e enriquecem a discussão. O quadro 1 apresenta esse estudo.

Quadro 1 - Síntese teórico-conceitual acerca da urbanidade

Autores	Resumo teórico-conceitual
Jacobs (2012)	<ul style="list-style-type: none">• Crítica ao padrão de cidade modernista;• Observação atenta às atividades do cotidiano urbano;• A diversidade como condição principal;• Características físicas: necessidade de usos principais combinados, necessidade de quadras curtas, necessidade de prédios antigos e necessidade de concentração;

⁴ O conceito de bairro apresentado por Lynch refere-se a uma área percebida como relativamente homogênea em relação ao resto da cidade, ou, ao menos, como possuindo uma certa característica em comum que permite diferenciá-la do resto do tecido urbano. É, portanto, um critério visual, perceptivo, ao contrário do critério administrativo que define o conceito tradicional de bairro no Brasil (SABOYA. 2008)

Gehl (2015)	<ul style="list-style-type: none"> • O entendimento de urbanidade presente na definição de “vida entre edifícios”, correspondendo a espaços públicos que possam convidar e acolher as pessoas em sua diversidade; • A cidade deve ser pensada para a escala humana; • As atividades sociais como potencializadoras para uso do espaço público; • A busca por cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis;
Lynch (1999)	<ul style="list-style-type: none"> • O contemplar e o apreciar a cidade para entender como edifícios e pessoas conformam em conjunto a cena urbana; • A legibilidade e clareza para leitura da cidade (gerando segurança emocional e identidade com o lugar); • Elementos determinantes da forma física na cidade: vias, limites, bairros, cruzamentos e elementos marcantes; • Ouvir (entrevistar) os moradores para compreender a relação pessoa/espaço;
Netto (2012)	<ul style="list-style-type: none"> • A urbanidade como uma forma de experiência; • A urbanidade está nas conexões entre práticas sociais e o próprio espaço; • A diversidade do espaço gera diferentes urbanidades (no plural);
Bertuluci (2019)	<ul style="list-style-type: none"> • Urbanidade é uma qualidade da cidade; • Urbanidade independe do porte da cidade; • Diferentes contextos espaciais geram diferentes urbanidades;
Krafta (2012)	<ul style="list-style-type: none"> • Densidade ou quantidade de pessoas em um determinado local não é, por si só, um denotador de urbanidade; • Variações temporais e espaciais levam à urbanidade historicamente produzida;
Trigueiro (2012)	<ul style="list-style-type: none"> • A urbanidade está presente nas relações de cortesia e civilidade dentro de um contexto socioespacial; • Os espaços públicos estão no cerne da questão da urbanidade e são considerados “instrumentos da urbanidade”;
Aguiar (2012)	<ul style="list-style-type: none"> • A urbanidade refere-se ao modo como espaços da cidade acolhem as pessoas; • Espaços com urbanidade são espaços hospitaleiros; • A urbanidade é um parâmetro maior para avaliação da qualidade dos lugares; • A essência do conceito de urbanidade está na possibilidade de apropriação e nas conexões mantidas entre as pessoas e o espaço;
Rheingantz (2012)	<ul style="list-style-type: none"> • A urbanidade está nas relações e interações entre humanos e não humanos; • A definição de urbanidade parte das formas de uso do espaço; • O entendimento da urbanidade depende do contexto vivencial e das experiências dos indivíduos;
Tenório (2012)	<ul style="list-style-type: none"> • A urbanidade está entre indivíduos que compartilham um mesmo espaço físico; • O encontro das semelhanças e diferenças no espaço público favorece a diversidade;
Holanda (2002, 2011 e 2012)	<ul style="list-style-type: none"> • A urbanidade social corresponde às formas de interação das pessoas; • A urbanidade arquitetônica corresponde aos atributos relacionados à qualidade do lugar;

	<ul style="list-style-type: none">• Características físicas da urbanidade: minimizar espaços abertos em prol de ocupados, menores unidades de espaço aberto, maior número de portas abrindo para lugares públicos e minimizar espaços segregados;• O paradigma da formalidade como oposto ao paradigma da urbanidade.
Saboya (2011)	<ul style="list-style-type: none">• Dimensão 1 da urbanidade: Muitas pessoas utilizando os espaços públicos;• Dimensão 2 da urbanidade: Diversidade de perfis, interesses, atividades, idades, classes sociais, etc.;• Dimensão 3 da urbanidade: Alta interação entre os espaços abertos públicos e os espaços fechados;• Dimensão 4 da urbanidade: Diversidade de modos de transporte e deslocamento;• Dimensão 5 da urbanidade: Pessoas interagindo em grupos;• Dimensão 6 da urbanidade: Traços da vida cotidiana.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Diante das contribuições dos autores apresentados, entende-se que a urbanidade está na cidade que acolhe as pessoas, está no espaço público que abraça a diversidade de culturas, etnias, gêneros, crenças religiosas, posicionamentos políticos, etc., está na cidade que oferece boas condições para as pessoas transitarem e permanecerem nos espaços, permitindo que um cadeirante, um idoso, uma criança possa usufruir com os mesmos direitos dos demais cidadãos. A urbanidade está, portanto, nessa interação entre as pessoas no espaço público e no sentido de apropriação do lugar.

Como o objetivo da presente pesquisa é uma análise da urbanidade nos espaços livres públicos, para apreensão da qualidade do lugar são considerados como elementos-chave: a relação entre a forma do espaço e o modo como as pessoas usam e se apropriam desses lugares, ou seja, configuração do espaço e sua utilização. Assim, pretende-se compreender de que maneira os espaços podem atrair ou não as pessoas, como eles são utilizados e qual a percepção dos usuários em relação a esses espaços.

Destaca-se que o fato de uma cidade ser de pequeno, médio ou grande porte não é um indicativo de maior ou menor probabilidade de manifestação da urbanidade. Essas cidades podem possuir contextos espaciais e formas de uso diversificadas, o que resultam em múltiplas apropriações e percepções por parte das pessoas, e pode-se dizer que resultam em diferentes urbanidades, termo que é utilizado no plural por alguns autores.

Como os espaços livres públicos são locais de manifestação da urbanidade, o capítulo seguinte apresentará uma discussão conceitual, tipológica, referente às formas de usos desses espaços.

2.2 Os espaços livres públicos na cidade

Em termos conceituais, os espaços livres são espaços livres de edificação ou de urbanização, sendo as ruas, as praças, os parques, os terrenos baldios, as dunas, dentre outros (MACEDO, 1995; MAGNOLI, 1982). Macedo (1995, p. 16) caracteriza os espaços livres como lugares onde “as pessoas fluem no seu dia-a-dia (sic) em direção ao trabalho, ao lazer ou à moradia ou ainda exercem atividades específicas tanto de trabalho, como lavar roupas (no quintal ou no pátio), consertar carros, etc., como de lazer (na praça, no playground).”

Na escala da cidade, os espaços livres podem ser de propriedade pública ou privada, vegetados ou não vegetados (QUEIROGA, MAYER e MACEDO, 2018). Esses espaços podem ser produzidos de modo formal ou informal, resultando em possibilidades múltiplas de usos e apropriações, portanto, não se restringem aos ambientes previamente planejados, como praças, parques, vias ou áreas de lazer de condomínios.

Peregrino, Brito e Silveira (2017) mencionam que, no Brasil, os espaços livres necessitam de uma maior conexão física, estando seus componentes fragmentados e dispersos no tecido urbano. Mesmo com essa condição atual, os autores mencionam que esses espaços ainda possuem o potencial de articular-se em um grande sistema benéfico e democrático. Com isso, tratando-se dos espaços livres, é importante analisar o caráter sistêmico, abordado como Sistema de Espaços Livres - SEL. Sobre essa visão, Preto (2009) aponta:

Visto como conjunto de elementos estruturantes da trama urbana, os espaços livres devem ser analisados não por seus elementos isolados, mas por suas relações, continuidades e complementariedades para suporte do conjunto das ações sociais, portanto, enquanto ‘sistema’: uma estrutura organizada à qual podem ser relacionadas características funcionais, de porte, nível hierárquico, entre outras. A visão sistêmica enseja que, para além das finalidades específicas aos quais os diferentes elementos do sistema

atendem (viária, de infraestrutura, paisagística, produtiva, de lazer, ecológica-ambiental), os espaços livres, em sua interação, reforcem a imagem da cidade, possibilitem a manifestação política, a apreciação estética, e as possibilidades de identidade com o 'lugar'. Somente na articulação dos espaços livres, e portanto, do sistema, a leitura da cidade é possível. (PRETO, 2009, p.32-33).

Para Queiroga e Benfatti (2007), os espaços livres apresentam múltiplos papéis, tais como: a circulação, a drenagem, atividades do ócio, convívio público, marcos referenciais e memória, podendo, até mesmo, haver sobreposições entre os usos. Para os autores, esses espaços apresentam relações de conectividade, complementaridade e hierarquia, portanto, formam um sistema. Esse sistema de espaços livres pode apresentar um maior ou menor grau de planejamento, além de poder haver um maior ou menor interesse da gestão pública em um ou em outro subsistema a ele relacionado. Algumas características do sistema de espaços livres são:

[...] toda cidade possui um sistema de espaços livres, na medida em que:

- toda cidade possui, ao menos, um sistema viário, e as vias, em sua esmagadora maioria, são espaços livres;
- as relações que caracterizam um sistema de espaços livres não são apenas de natureza ambiental (sistema de espaços livres de caráter ambiental) ou funcional (sistema de espaços livres voltados ao convívio e ao lazer), podem ser mais complexas, pois os espaços livres podem desempenhar vários papéis, sincrônica ou diacronicamente;
- as conexões físicas não são as únicas formas de relação entre espaços livres. (QUEIROGA, MAYER e MACEDO, 2018, p. 124).

Considerando os usos e funções desses espaços, a pesquisa intitulada “Sistemas de espaços livres e a constituição da forma urbana contemporânea brasileira: produção e apropriação – Quapá Sel II”, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP, apresenta uma classificação do SMEL - Sistema Municipal de Espaços Livres⁵, o quadro 2 apresenta as categorias estabelecidas com a respectiva exemplificação correspondente.

⁵ Essa classificação do Sistema Municipal de Espaços Livres corresponde a uma proposta de contribuição do Lab QUAPÁ – FAUUSP do ano de 2013, visando o aperfeiçoamento do plano diretor do município de São Paulo. Destaca-se que essa categorização não aborda espaços livres públicos específicos da cidade em questão, sendo uma classificação genérica, podendo, com isso, ser utilizada na presente pesquisa.

Quadro 2 - Classificação do Sistema Municipal de Espaços Livres

Classificação	Exemplificações
Espaços de conservação ambiental	Unidades de conservação previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – (Parques Naturais Municipais, Parques Estaduais, Áreas de Proteção Ambiental, Reservas Particulares do Patrimônio Natural, Estações Ecológicas e etc.) e Áreas de Preservação Permanente – APPs, todas previstas e descritas em legislação federal;
Espaços livres voltados a práticas sociais	Mirantes, praças, jardins públicos, parques urbanos, calçadas junto a orlas de rios e mares, centros esportivos municipais, campos de futebol formais ou informais, praias junto a reservatórios, espaços livres em escolas públicas, campi universitários entre outros;
Espaços livres integrantes de sistemas de circulação de veículos e de pedestres	Ruas, avenidas, ciclovias, caminhos de pedestre, escadarias, ferrovias, hidrovias, aeroportos e outros;
Espaços livres associados a espaços de circulação	Canteiros centrais e laterais, taludes junto a vias expressas, rotatórias, espaços ajardinados junto a trevos viários e etc.;
Espaços livres associados a sistemas infraestruturais	Estações de tratamento de água, estações de tratamento de esgoto, faixas de domínio de linhas de alta tensão, faixas de domínio de dutos (adutoras, coletores tronco, gasodutos, oleodutos), aterros sanitários entre outros;
Espaços livres privados de uso coletivo	Parques e jardins de fundações privadas, clubes, praças corporativas, espaços livres de centros comerciais, de escolas privadas e etc.;
Espaços livres privados de uso residencial, unifamiliar ou condominial	Quintais, jardins, espaços de recreação, práticas esportivas e etc.;
Outros espaços livres de uso produtivo ou não	Áreas de mineral, áreas de reflorestamento, áreas de produção agrícola e pecuária, pesqueiros, espaços livres urbanos não consolidados - glebas não parceladas, lotes desocupados e etc.

Fonte: Queiroga, Mayer e Macedo, 2018

Ressalta-se que esses espaços podem assumir caráter multifuncional, pois a categorização de uma área pode ser variável, como, por exemplo, a implantação de um parque em uma determinada área pode favorecer a proteção ambiental, ou ainda uma via de circulação pedonal pode ser utilizada como área de socialização. Queiroga, Mayer e Macedo (2018) citam que dentro do sistema de espaços livres podem surgir subsistemas inter-relacionáveis.

Considerando essa possível inter-relação entre as classificações, o presente estudo tem como foco a categoria “espaços livres voltados a práticas sociais”, visto que são áreas com forte potencial para socialização e interação entre as pessoas na cidade. Considera-se que a categoria “espaços livres integrantes de sistemas de circulação de veículos e de pedestres” também seja relevante para a

pesquisa, pois essa categoria contempla as calçadas e demais elementos de circulação pedonal. Não fazem parte do escopo da pesquisa os espaços privados, sendo priorizados os espaços públicos e de livre acesso aos usuários.

Um fator relevante a ser considerado na presente pesquisa é a condição pública dos espaços livres. Preto (2009), tendo como base a discussão a respeito de espaços livres, apresenta a conceituação dos espaços livres públicos.

Os espaços livres 'públicos' são, portanto, os espaços – não edificados – destinados ao conjunto da sociedade, de livre acessibilidade, de livre manifestação e apropriação. Para que essas condições ocorram, pode-se discutir a questão da propriedade e a condição dos espaços para abrigarem as ações da esfera da vida pública. (PRETO, 2009, p.30).

Preto (2009) menciona que os espaços livres públicos são espaços não edificados que abrigam as ações do cotidiano na cidade, na maioria dos casos essas ações são marcadas pela espontaneidade. A esfera de vida pública é solidificada pela participação cidadã e valorização da cidade enquanto local de encontro e respeito à diversidade. As principais características dos espaços livres públicos são apresentadas por Queiroga (2012):

Os espaços livres públicos se constituem em elemento estruturador do processo de produção das cidades, a começar fundamentalmente pelos traçados viários, mas continuando, como diferencial locacional, na indução seletiva de usos e ocupações no entorno de praças, parques e avenidas. [...] Nos espaços públicos se estabelecem os principais eventos da vida pública, das manifestações políticas às grandes festas religiosas, ocupando ruas, praças, praias, rios e orlas marinhas urbanas. (QUEIROGA, 2012, p. 82-83).

Esses espaços livres públicos não estão inseridos de maneira isolada no tecido urbano da cidade, eles articulam-se e constituem, de maneira integrada, o Sistema de Espaços Livres Públicos – SELP, apontado por Corrêa (2016) como o subsistema mais representativo do SEL. Considerando essa visão sistêmica, segundo Preto (2009), o SELP tem o potencial de informar aos cidadãos que a cidade é das pessoas, por meio da valorização dos percursos, das características específicas do espaço e das diversas formas de uso e apropriação do ambiente urbano.

Nesse conjunto de espaços livres públicos, as pessoas têm a possibilidade de interação e socialização. Bertuluci (2019) destaca, em específico, a praça pública

como uma tipologia de espaço com significativa relevância para a sociabilidade no meio urbano:

Boa parte das atividades de permanência acontece nos espaços livres de edificações, como jardins, praças e parques, que proporcionam convivência e lazer para a população. Dessa forma, ambientes livres e públicos possuem importante papel de consolidação das relações sociais e das identidades urbanas, assim como são de irrefutável valor para a história da cidade em que se encontram. Dentre esses espaços destaca-se a praça pública pelo seu valor histórico como local de encontro e lazer, onde acontecem trocas culturais e comerciais, manifestações festivas e políticas, presente em cidades grandes, médias e pequenas. (BERTULUCI, 2019, p.27).

Sobretudo nas cidades de pequeno e médio porte, a praça faz parte do cotidiano da população, sendo um elemento representativo não apenas para o encontro das pessoas, mas também, muitas vezes, por abrigar as principais festividades, pela carga de memória afetiva, pelo valor histórico, etc. (MINDA, 2009; CASTRO, 2010; BOVO, HAHN e RÉ, 2016).

Enquanto espaço livre público, a praça desempenha um papel preponderante para a convivência e recreação das pessoas na cidade. Robba e Macedo (2003, p. 17) conceituam as praças como “espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”. Semelhante a essa definição, Minda (2009, p. 39) afirma que “a principal característica da praça é ser o espaço de encontro e convívio urbano por natureza. Este espaço constitui uns dos símbolos mais importantes do imaginário urbano da população.”

Como resultado da participação e representatividade desse espaço para a vida na cidade ao longo do tempo, Alex (2008) também menciona o valor histórico atrelado ao significado da praça. Para o autor, a praça pode ser considerada um centro social integrado ao tecido urbano, definição que abrange não apenas a dimensão física, considerando, assim, o valor social e simbólico inerente a esse espaço.

Sobre a dimensão simbólica da praça no processo de formação e expansão das cidades, Minda (2009) comenta:

A maioria das cidades latino-americanas foram desenvolvidas a partir de uma praça central que cumpre o papel simbólico de centro ou de “coração” da cidade. Esta praça está articulada ao traçado regular característico das

cidades coloniais. Ao redor deste espaço livre se localizam as edificações mais representativas, as quais abrigam funções religiosas, governamentais e comerciais, encontrando assim, a igreja, a prefeitura, o teatro, etc. (MINDA, 2009 p. 39).

Nas cidades de pequeno porte, essa configuração espacial ainda é muito recorrente. Geralmente, a praça principal está localizada próxima a Igreja Matriz, e nas proximidades existem feiras, muitas vezes com produtos do próprio comércio local. No subcapítulo seguinte, serão apresentadas mais características e especificidades da praça, com foco no contexto das pequenas e médias cidades.

Caldeira (2007) cita que a composição formal da praça brasileira tem origem no período colonial, sendo, esse espaço público, elemento contribuinte para a estruturação das cidades na época. Para a autora, a praça simbolizava o espaço de maior importância no cotidiano da colônia. Inclusive, algumas praças consolidaram-se como referência na história das cidades brasileiras.

Apresentando, inicialmente, uma conceituação do espaço, Leitão (2002) cita exemplos de usos das praças nos mais diversos períodos ao longo da história:

Definidas como espaços abertos de uso comum, elas foram pontos de encontro pessoal, local de reuniões públicas, espaços para a realização de espetáculos, local para execução de condenados à morte, espaços cívicos destinados a realizações de discursos marcadamente políticos, espaços onde se colocavam as estátuas e os monumentos, espaços destinados a lazer e a contemplação, etc. (LEITÃO, 2002, p.21).

Embora a relevância desse espaço tenha se mantido ao longo do tempo, de acordo com as características de cada época, as praças passaram por adaptações, visando adequação quanto às funções, estruturas e formas. Essas alterações derivam da representatividade pública e dos anseios da sociedade, fator que as caracterizam como espaço público. Robba e Macedo (2002) determinam quatro períodos distintos de configuração das praças no contexto brasileiro, tendo por base as funções sociais adquiridas no decorrer do tempo. O quadro 3 apresenta esses períodos.

Quadro 3 - Funções das praças de acordo com os períodos no contexto urbano brasileiro

Períodos	Colonial	Eclético	Moderno	Contemporâneo
Função social das praças	<ul style="list-style-type: none"> • Convívio social • Uso religioso • Uso militar • Comércio e feiras • Circulação • Recreação 	<ul style="list-style-type: none"> • Contemplação • Passeio • Convívio social • Cenário 	<ul style="list-style-type: none"> • Contemplação • Recreação • Lazer esportivo • Lazer cultural • Convívio social • Cenário 	<ul style="list-style-type: none"> • Contemplação • Recreação • Lazer esportivo • Lazer cultural • Convívio social • Comércio • Serviços • Circulação • Cenário

Fonte: Robba e Macedo, 2003

Percebe-se que, atualmente, no período contemporâneo, há mais funções atreladas ao uso da praça. Analisando os períodos do quadro, verifica-se que não se trata de novas atividades, mas sim de usos que já foram recorrentes em épocas anteriores. Sobre a alteração das funções do espaço público, é importante enfatizar o atual contexto pandêmico, período que limitou os usos dos espaços e demandou cuidado e atenção para com as medidas sanitárias, visando à redução dos riscos de contaminação, e interferindo, conseqüentemente, na sua funcionalidade.

Sobre as principais funções da praça, Lamas (1993) afirma:

A praça pressupõe a vontade e o desenho de uma forma e de um programa, se a rua, o traçado, são lugares de circulação, a praça é um lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas. (LAMAS, 1993, p.100).

A praça, para cumprir essa função de local de convergência de práticas sociais, precisa estar acessível às pessoas. Alex (2008) cita a acessibilidade como condição primordial para o uso das praças. O autor salienta três tipos de acesso ao espaço público. O primeiro é o acesso físico, que refere-se à ausência de barreiras arquitetônicas ou espaciais que possam interferir no livre fluxo das pessoas. O segundo é o acesso visual, que diz respeito à qualidade do primeiro contato do usuário para com o espaço público, mesmo que à distância, sendo que a visibilidade por parte dos usuários pode ser um aspecto que favorece a sensação de segurança. O terceiro é o acesso simbólico ou social, e refere-se à existência de sinais que indicam se as

peças são bem-vindas ou não ao lugar, portanto, o espaço deve ser convidativo aos usuários.

Desviando a sua essência enquanto local de manifestação da vida pública, Robba e Macedo (2003) apontam que a praça pode tornar-se instrumento de propaganda político-partidária. Os autores mencionam a visibilidade que esses espaços possuem, e, por meio disso, o poder público, como principal agente produtor e gerenciador dos espaços livres públicos, utiliza a divulgação de ações de criação e adaptações desses locais, com o intuito de obter efeito positivo na aprovação da administração pela opinião pública. De forma complementar a esse pensamento, eles exemplificam:

Na atualidade, o maior investimento se faz para reformar praças em bairros nobres ou centrais. Algumas praças são reformadas por decisões políticas, que na grande maioria dos casos, trazem melhorias urgentes e necessárias para a cidade, mas também, são frequentes os casos em que o espaço, mesmo que antigo, ainda funciona com pleno vigor e validade, não necessitando de reformas ou alterações, apenas de um programa de manutenção eficiente e constante. (ROBBA E MACEDO, 2003, p.48).

A praça e os demais espaços livres públicos são alvos de conflito de interesses no espaço urbano. A cidade em si é um espaço de conflito, portanto, deve-se conviver e aprender com essas problemáticas, buscando soluções que venham a mitigar tais efeitos. Espera-se, minimamente, que esses espaços, além de serem ponto de encontro das pessoas, sejam locais de respeito à diversidade e à multiplicidade cultural, étnica, de gêneros, de classes sociais, etc.

Dada essa contextualização acerca dos espaços livres públicos e das praças, no subcapítulo seguinte, após discussões de questões conceituais das pequenas e médias cidades, serão apresentadas especificidades desses lugares em territórios de menor porte.

2.3 Um olhar para além da metrópole

Este tópico busca apresentar discussões sobre a cidade, direcionando o contexto para os territórios de menor porte, ou, por assim dizer, de territórios não

metropolitanos. Na primeira parte apresentam-se desdobramentos e limitações para classificação do porte das pequenas e médias cidades. Em um segundo momento, busca-se direcionar a pesquisa para o contexto espacial mais próximo ao objeto de estudo, analisando referências bibliográficas com foco nas cidades cearenses não metropolitanas. Por fim, discute-se sobre características espaciais dessas cidades, discorrendo ainda sobre o cotidiano e suas singularidades, comparadas aos grandes centros urbanos.

2.3.1 Discussão teórico-conceitual acerca das pequenas e médias cidades

Existem inúmeros estudos com esforços de estabelecer classificações para o porte das cidades, a exemplo de: Santos (1996), Amorim Filho e Serra (2001) e Maricato (2001) - esses três citados por Trindade (2010) - Azevedo (1970), Campos, Queiroga e Custódio (2018), além de instituições de pesquisa como o IBGE e o IPEA. Embora seja comum a adoção de termos como: pequenas, médias e grandes cidades, em muitos dos casos essa classificação segue uma definição com base no critério populacional. Certamente, este é o indicador de melhor acesso e de mais fácil mensuração, entretanto, é possível que, ao analisar apenas o aspecto demográfico, seja negligenciada uma análise de particularidades e singularidades desses centros urbanos.

Whitacker (2010) apresenta uma exemplificação, mencionando que uma cidade com 100 mil habitantes no interior do estado da Bahia não é igual a uma cidade com o mesmo contingente populacional no estado de São Paulo, havendo muita discrepância entre esses espaços. Mesmo não podendo deixar de considerar a contagem populacional, quando se pensa em uma classificação de pequenas e médias cidades, esse dado, em si, não traduz a dinâmica do conjunto de cidades estudadas, ou mesmo não é sinônimo de uma dada realidade.

Ainda se tratando desse aspecto, quando mensurado apenas o critério populacional, não há um consenso do intervalo do número de habitantes para cada porte de cidade. A exemplo disso, a tabela 1 traz um comparativo da classificação de cidades médias adotada em diversos países.

Tabela 1 - Classificações demográficas das cidades médias

Países / instituições	Tamanho demográfico das Cidades médias (mil habitantes)
Alemanha	150.000 - 600.000
Argentina	50.000 - 1.000.000
Banco Mundial	até 1.000.000
Brasil	50.000 - 250.000 e 100.000 - 500.000
Dinamarca	100.000
Espanha	30.000 - 130.000
EUA	200.000 - 500.000
França	20.000 - 100.000
Grécia	50.000 - 100.000 e 10.000 - 50.000
Itália	50.000 - 200.000 e 100.000 - 300.000
ONU	100.000 - 3.000.000
Paquistão	20.000 - 100.000
Portugal	20.000 - 100.000
Irlanda	50.000 - 100.000
Reino Unido	150.000 - 600.000
Suécia	50.000 - 200.000
União Europeia	20.000 - 500.000

Fonte: SOUZA, 2009 com base em MARQUES DA COSTA, 2002; BELLET; LLOP, 2003

Tendo como base apenas o cenário brasileiro, também existem divergências nessas classificações, como é possível visualizar através da análise de algumas referências. Azevedo (1970) classifica como cidades pequenas aquelas com população entre 5 mil e 30 mil habitantes; médias com população de 30 mil a 100 mil; e grandes com população entre 100 mil e 500 mil habitantes. Cuti (2019) menciona a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que estabelece como pequenas as cidades de até 20 mil habitantes; cidades médias com população entre 20 mil e 500 mil; e grandes acima de 500 mil habitantes. O Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) classifica como pequenas as cidades com população de até 50 mil habitantes. Campos, Queiroga e Custódio (2018) mencionam que existe um consenso na qualificação de cidade de porte médio, categorizando aquelas que possuem entre 100 mil e 500 mil habitantes. Considerando a maior parte

dos estudos publicados entre 1990 e 2005, Trindade (2010) menciona os trabalhos de Santos (1996), Amorim Filho e Serra (2001) e Maricato (2001), que classificam como médias as cidades com população entre 100 mil e 500 mil habitantes.

Dadas essas divergências, e considerando ainda as limitações na categorização embasada exclusivamente no porte demográfico, surgem alguns estudos com alternativas denominais e conceituais para o agrupamento de cidades, como, por exemplo, as médias. O quadro 4, elaborado por Lima e Silveira (2018), apresenta uma síntese de um estudo bibliográfico entre autores de diferentes linhas teóricas, em que estão sintetizados os principais elementos considerados na categorização das cidades médias.

Quadro 4 - Síntese sobre discussões teórico/conceituais acerca das cidades médias

Teóricos	Elementos Adotados na definição	Destinação	Papéis assumidos	Atributos urbanos	Agenda pensada
Rochefort (1962)	Tamanho populacional; Organização interna; Relações externas.	Dispersão espacial da população e atividades econômicas	Revezamento de funções entre a maior e menor cidade	Não	Não
Andrade; Lodder (1979)	População entre 50 e 250 mil habitantes; Funcionalidade urbana, enquanto potencialidade econômica.	Marcada pelo acúmulo de subempregos, forte economia terciária e grande pobreza urbana	Indutoras de desenvolvimento regional	Não	Não
Ferrão; Henriques; Neves (1994)	Inaugura nova tipologia entre as cidades: intermediárias; Posições estratégicas para investimentos, regionais e nacionais.	Nova tipologia, novas cidades do futuro; Renovação urbana por novas materialidades	Potencialidades urbanas conectadas às escalas nacional e internacional; Responsáveis pelo desenvolvimento regional	Valorização das condições ambientais/ecológicas; Modernização das cidades, sinônimo de melhores qualidades de vida	Não
Amorim Filho; Serra (2001)	Aptidão na recepção/fixação de migrantes; Importância demográfica e funcional.	Mobilizador de movimentos migratórios às grandes cidades	“Válvulas de escape” ao bom funcionamento do sistema capitalista produtivo; Assumem papel de articuladores e intermediários nas escalas	Condizentes para uma melhor qualidade de vida; Mantenedores de um patrimônio histórico e urbano.	Não

			regionais/ nacionais		
Sposito (2001, 2007)	Áreas de influências mediadas pelas distâncias espaciais e conectividades; Não inscritas nos quadros metropolitanos.	Espacialidades urbanas orientadas mais para o consumo do que para a produção; A partir de diferentes dinâmicas de integração, tem redefinido a rede urbana e os papéis das cidades médias	Centros intermediários da economia; Polarizadores regionais; Fixadores de fluxos migratórios rumo às metrópoles	Não	Não
Branco (2006)	Portes econômicos e demográficos; Diferenciados graus de urbanização e qualidade de vida.	Nós articuladores entre as grandes e pequenas cidades	Influenciadores nos sistemas de redes regionais e nacionais; Capacidades para desenvolvimento regional	Ofertas de infraestruturas e facilidades de circulação	Não
Corrêa (2007)	Porte demográfico; Funções urbanas.	Integração econômica, funcionalidades urbanas e diferenciação demográfica comparadas às grandes metrópoles	Posicionamento e localização geográficos privilegiados para os investimentos; Promotores de intensas interações espaciais	Não	Não

Fonte: LIMA; SILVEIRA, 2018

Observa-se que, além do contingente demográfico para qualificação do porte das cidades, os autores analisam outros aspectos, tais como: funções urbanas, economia, urbanização, qualidade de vida, áreas de influência, conectividade, além de relações internas e externas. Notoriamente, esses elementos adotados possibilitam uma compreensão muito mais aprofundada do fenômeno urbano. Verifica-se a complexidade no que tange à classificação e agrupamento dessas cidades, tema que tangencia esta pesquisa, contudo, não se configura como elemento central de debate.

Para Maia (2010), a adjetivação do substantivo “cidade” com a palavra “média” ou “pequena” direciona à definição do tamanho da cidade. Sposito (2009)

afirma que é necessário aplicar um esforço para superar a adoção dos adjetivos “pequenas” e “médias” atribuídos às cidades, considerados como insuficientes para caracterização das cidades não metropolitanas.

Com isso, o presente estudo não tem o objetivo de classificar se os centros urbanos em análise são de pequeno ou médio porte. Parte-se da compreensão que esses espaços se diferenciam do contexto metropolitano, possuindo suas particularidades e realidades diferenciadas.

2.3.2 Cidades cearenses com enfoque no contexto não metropolitano

Objetivando uma maior aproximação com o recorte espacial da pesquisa, foi realizado um levantamento de referências bibliográficas que possuem como foco a análise das cidades cearenses de modo mais preciso, com direcionamento para cidades de menor porte, excetuando, assim, a Região Metropolitana de Fortaleza. A maioria desses trabalhos são do campo de estudo da geografia. Essas referências possuem direcionamentos diversos, tais como: classificação das cidades médias do Ceará, análise da centralidade, cidades polarizadoras, dentre outros. O quadro 5 apresenta a síntese dessa investigação.

Quadro 5 - Síntese do levantamento de trabalhos sobre cidades não metropolitanas cearenses

Autores/ Ano	Título do trabalho	Recorte do trabalho	Classificação	Cidades	Crítérios utilizados
Holanda e Amora (2011)	Cidades médias do Ceará, estado do Nordeste do Brasil, e suas dinâmicas contemporâneas	Geral - Ceará	Cidades médias	Juazeiro do Norte, Sobral, Crato e Iguatu	IPEA, ONU e análise do contexto regional
Holanda (2011)	Transformações socioespaciais das cidades médias cearenses	Geral - Ceará	Cidades médias	Juazeiro do Norte, Sobral, Crato e Iguatu	IPEA, ONU e análise do contexto regional
Lima Júnior (2019)	Macro contexto contemporâneo e transformações econômicas: os	Geral - Ceará	Cidades médias	Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Crateús,	REGIC

	ajustes espaciais cearenses			Iguatu, Itapipoca e Quixadá	
Maria Júnior (2003)	Cidades médias do Ceará: uma abordagem da urbanização cearense	Geral - Ceará	Cidades médias	Sobral, Crato e Juazeiro do Norte	Análise da rede urbana
Rodrigues (2020)	Cidades médias no contexto metropolitano brasileiro: institucionalização e planejamento territorial da região metropolitana de Sobral/CE	Específico	Cidade média	Sobral	-
Pereira e Oliveira (2012)	Cidades médias cearenses e a reestruturação do espaço urbano: algumas ponderações acerca de Juazeiro do Norte/CE	Específico	Cidade média	Juazeiro do Norte	-
Sousa (2019)	Centralidade no sertão cearense: uma perspectiva a partir do comércio em Quixadá-CE	Específico	Centralidade	Quixadá	-
Pereira (2014)	Caracterização das atividades terciárias no centro urbano de Quixadá-CE	Específico	Cidade polarizadora	Quixadá	-
Pereira (2012)	Hierarquia urbana no Sertão Central cearense	Específico	Cidade polarizadora	Quixadá	-

Fonte: Elaborado pelo autor com base no levantamento de estudos/autores, 2021

Maria Júnior (2003), no trabalho “Cidades médias do Ceará: uma abordagem da urbanização cearense”, classifica como médias as cidades: Sobral, Crato e Juazeiro do Norte. Para essa definição, a autora analisou o papel dessas cidades na rede urbana cearense, bem como a influência comercial que elas exercem junto aos centros locais circunvizinhos.

O trabalho intitulado “Cidades médias do Ceará, estado do Nordeste do Brasil, e suas dinâmicas contemporâneas”, de Holanda e Amora (2011), tem como enfoque a apreensão das dinâmicas urbanas resultantes das mudanças ocasionadas pela reestruturação capitalista, tendo por objeto de análise as cidades de Juazeiro do

Norte, Sobral, Crato e Iguatu, classificadas, segundo as autoras, como cidades de porte médio. Essa classificação das cidades médias cearenses foi definida pelas autoras de acordo com os critérios do IPEA (100 mil a 500 mil habitantes), ONU (100 mil a 1 milhão de habitantes) e, além disso, dada a complexidade para essa classificação, foi analisado o papel dessas cidades no contexto regional. Holanda (2011), no artigo “Transformações socioespaciais das cidades médias cearenses”, segue as mesmas classificações e critérios.

Lima Júnior (2019), no artigo intitulado “Macro contexto contemporâneo e transformações econômicas: os ajustes espaciais cearenses”, analisa os reflexos das mudanças econômicas recentes sobre o reordenamento espacial do estado do Ceará, tendo como recorte temporal a primeira década do século XXI. Para definição das cidades médias cearenses, o autor destacou as limitações da utilização exclusiva do critério demográfico, e utilizou como referência as distinções hierárquicas dadas pelo IBGE através do estudo sobre Regiões de Influência de Cidades (REGIC 2008). Com isso, as seguintes cidades foram definidas como médias: Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Crateús, Iguatu, Itapipoca e Quixadá⁶.

Alguns trabalhos têm como foco a análise fragmentada de uma única cidade média, como é caso de Rodrigues (2020): “Cidades médias no contexto metropolitano brasileiro: institucionalização e planejamento territorial da região metropolitana de Sobral/CE”; e Pereira e Oliveira (2012): “Cidades médias cearenses e a reestruturação do espaço urbano: algumas ponderações acerca de Juazeiro do Norte/CE”.

Sousa (2019), no trabalho: “Centralidade no sertão cearense: uma perspectiva a partir do comércio em Quixadá-CE”, considerando a rede urbana cearense, menciona que a relevância de cidades como Sobral, Juazeiro do Norte, Crato e Iguatu foi extensamente exposta nas pesquisas acerca das cidades médias cearenses, no entanto, para o autor, seria necessário um estudo acerca da centralidade de Quixadá. Como resultados do estudo, o autor constatou e confirmou a centralidade da cidade sobre os demais municípios do seu entorno.

⁶ Essa classificação de Quixadá como cidade de porte médio, assim como a sua representatividade no contexto estadual, embasou a sua escolha para estudo de caso, juntamente com outra cidade do Sertão Central cearense de porte distinto.

Ainda se tratando do recorte espacial do Sertão Central cearense, os trabalhos: “Caracterização das atividades terciárias no centro urbano de Quixadá-CE” (PEREIRA, 2014), e “Hierarquia urbana no Sertão Central cearense” (PEREIRA, 2012), trazem Quixadá como uma cidade polarizadora, destacando, ainda, os altos índices de dependência das cidades do entorno em relação ao polo.

2.3.3 Aspectos espaciais e cotidiano nas pequenas e médias cidades

São inúmeros os elementos que podem ser elencados para diferenciação do cotidiano das pequenas e grandes cidades. Bavaresco (2010) apresenta características dos grandes centros, sendo algumas das exemplificações: o alto índice de circulação de pessoas (indo e voltando do trabalho, por exemplo), o fluxo dos veículos automotivos, e, conseqüentemente, o congestionamento, barulho de buzinas e motores, apitos de guardas de trânsito, além das fábricas. Para o autor, essas cidades geralmente funcionam 24 horas por dia e possuem um modo de vida muito pautado nas batidas do relógio, o ritmo é intenso e acelerado.

Em contraposição, sobre o cotidiano das pequenas cidades, Bavaresco (2010) menciona:

Nas pequenas cidades, é plausível observar que, à noite, elas param parcialmente. Exceto nos finais de semana, quando reservamos algumas horas para o lazer, sobretudo, porque não irá prejudicar o dia de trabalho seguinte. Além de, nos finais de semana, haver atividades de descontração como: espaços para jantar, dançar e outros. E essas atividades não são possíveis de serem encontradas todos os dias. A noite está reservada para o repouso de um longo dia de trabalho, portanto, deve ser de sossego para permitir o descanso. [...] Nas pequenas cidades, as pessoas mantêm relações muito próximas, fortalecendo certas regras sociais. Nesse aspecto, muito fortes são os valores morais de trabalho, como respeito para as horas de descanso e os dias de guarda, o sábado e o domingo. Tanto nos dias de guarda, como no domingo, ainda é possível reservar algumas horas para as orações ou à Santa Missa. As badaladas do sino chamam para o encontro dominical e o som de suas batidas pode ser ouvido por praticamente todos os munícipes. (BAVARESCO, 2010, p.98).

Nas pequenas cidades, o ritmo de vida é mais pacato. Em um passeio no centro, que em muitos casos corresponde ainda ao próprio local de moradia, e não apenas de comércio, sem um encontro marcado é possível e frequente encontrar um

amigo ou um familiar, possibilitando um diálogo rápido na calçada da rua ou uma conversa no banco da praça. Castro (2010, p. 109) cita que “nas pequenas cidades, quase todos os moradores se conhecem. Por isso, é muito comum se observar as pequenas nucleações de conversa nas praças e nos logradouros públicos.”

Esses elos de relações sociais das cidades de menor porte são mais presentes que nos grandes centros urbanos, havendo, assim, maior destaque para os aspectos da pessoalidade no cotidiano dessas cidades, como estabelece Prado:

[...] na cidade grande, seremos “indivíduos” — quando na rua, quando anônimos na massa, quando cidadãos, em condições de igualdade no exercício de direitos e obrigações; ou seremos “pessoas” — quando em casa, quando identificados e reconhecidos por nossas relações e posições em determinados contextos, podendo por isso ter precedência ou ser discriminados. Já na cidade pequena, a tendência é sermos sempre “pessoas”, identificadas como particulares, reconhecidas, localizadas. (PRADO, 1995, P.35).

Sobre essa contraposição de “indivíduos” dos grandes centros urbanos, e “pessoas” das pequenas localidades, e destacando ainda a marca da pessoalidade, a autora menciona as inúmeras referências atribuídas a um determinado nome. Exemplificando no contexto das pequenas cidades: Maria não é simplesmente Maria, ao referir-se a essa pessoa, costuma-se referenciar o nome dos pais, a família, o local de residência ou trabalho, a profissão, dentre inúmeras outras denominações.

Gatti e Zandonade (2017), discutindo sobre aspectos das cidades interioranas (das pequenas localidades às cidades médias), consideram que muitos desses territórios ainda trazem características da vida rural, seja nas suas funções ou mesmo na configuração do desenho urbano. Complementando esse pensamento, Soares e Melo (2010, p. 243) estabelecem que “rural pode ser entendido como uma representação social que está presente na pequena cidade através dos hábitos, costumes, valores e tradições dos moradores. Nesses espaços há intensa interação entre os valores rurais e urbanos na vida dos moradores.”

O cotidiano dos moradores dos pequenos aglomerados urbanos está permeado por relações com o rural, causando uma forte relação com a produção e reprodução do espaço. O modo de vida dos habitantes, a maneira que se relacionam e se comportam trazem características rurais para o ambiente urbano (MESQUITA, 2014).

Para Gatti e Zandonade (2017), nas cidades pequenas e médias é possível visualizar uma parcela significativa de idosos e crianças. Possivelmente, o brincar na rua ainda seja uma atividade mais praticada comparada a uma realidade metropolitana, com exceção dos bairros periféricos ou predominantemente residenciais. Nessas cidades, algumas atividades como o caminhar e o pedalar adquirem uma importância significativa nas ações cotidianas, a escala reduzida da mancha urbana possibilita que um percentual significativo do território seja possível de ser percorrido através do caminhar. Castro (2010) cita que devido às dimensões físicas reduzidas das pequenas cidades, o deslocamento do transeunte estimula a pedestrianização. Entretanto, mesmo que esses fatores sejam favoráveis, nem sempre os modais de mobilidade ativa são os mais utilizados nessas cidades

Um outro hábito ainda visualizado nesses territórios é o de sentar na calçada, tornando a rua um espaço de complementação das relações sociais e familiares, seja como um local de conversa, seja como um ponto de observação das atividades que circundam o espaço. Gatti e Zandonade (2017, p. 4) citam que essas cidades são “lugares onde a calçada ainda é o lugar do sentar e observar, onde as ruas apresentam usos compartilhados com o lazer e a praça é o principal espaço do encontro e da permanência.” Muitos são os significados e memórias que as praças podem representar nesse contexto, acerca disso, Bovo, Hahn e Ré (2016) afirmam:

Dessa forma, podemos afirmar que uma praça de pequena cidade apresenta uma maior apropriação por parte da população, principalmente pelas funções que desempenha, dentre elas, destacamos a social, já que se diferencia de uma praça de grande cidade, pois a grande cidade sempre possui muitas praças e com diferentes usos e funções. Numa pequena cidade a praça geralmente encontra-se localizada no “centro” sendo o principal ponto de encontro da população principalmente dos finais de semana, é também no entorno da praça que se concentram as principais atividades comerciais e na maioria das vezes ali estão instalados os órgãos públicos municipais, dessa forma é ponto de referência para toda a população. (BOVO; HAHN; RÉ, 2016, p. 442).

Minda (2009) também apresenta uma argumentação semelhante, afirmando que há uma maior apropriação das praças nas pequenas cidades, pautado também na justificativa da função por ela desempenhada. Traz ainda importantes características desse espaço, destacando o caráter público com um amplo sentido sociocultural, além da qualificação como local de expressão dos costumes e hábitos

da população. Ainda sobre a praça no contexto dos pequenos territórios, o autor complementa:

Nestas cidades a praça faz parte do cotidiano, é o espaço mais representativo e mais importante para o encontro e a socialização dos cidadãos, não só de aqueles habitantes da zona urbana, mas também, para os habitantes das zonas rurais que frequentam a cidade. Nos espaços livres da praça se realizam as atividades de lazer, contemplação, apresentações culturais e manifestações públicas. A praça carregada de atributos joga um papel importante na história e na essência destas cidades. (MINDA, 2009, p. 52).

Castro (2010) estabelece um padrão morfológico das pequenas cidades brasileiras, que são compostas, em sua área central, por uma Igreja Católica (demonstrando aqui o aspecto histórico da hegemonia do catolicismo) e próxima a ela uma praça. Nessas cidades, algumas outras praças foram surgindo ao longo do tempo, entretanto, na maioria dos casos, ainda hoje essa praça inicial é a que assume o papel mais relevante no cenário urbano. Completando a análise da configuração espacial, o autor acrescenta, nessa proximidade da praça e igreja, uma área predominantemente de atividades comerciais, com um entorno de pequenas residências.

Minda (2009) também cita a relevância da igreja no contexto das pequenas cidades, apresentando-a como elemento chave para o desenvolvimento desses aglomerados urbanos. No aspecto da tradição, existe o hábito de frequentar a igreja aos domingos, atividade ligada não exclusivamente ao culto religioso, mas também como uma ocasião para encontro dos moradores, uma prática relacionada ao lazer que muitas vezes se estende à praça.

Todas essas características físicas e do cotidiano das pequenas e médias cidades indicam suas particularidades e distinções comparadas aos grandes centros urbanos. De fato, há diferenças no ritmo de vida, nas relações sociais, nas formas de uso do espaço, etc., todavia, faz-se necessária uma reflexão de como essas cidades estão conectadas em rede⁷ e o quanto isso influencia nas suas relações espaciais e sociais. No município de Solonópole, localizado no Sertão Central cearense, por exemplo, mesmo sendo de pequeno porte, está instalada uma indústria de calçados

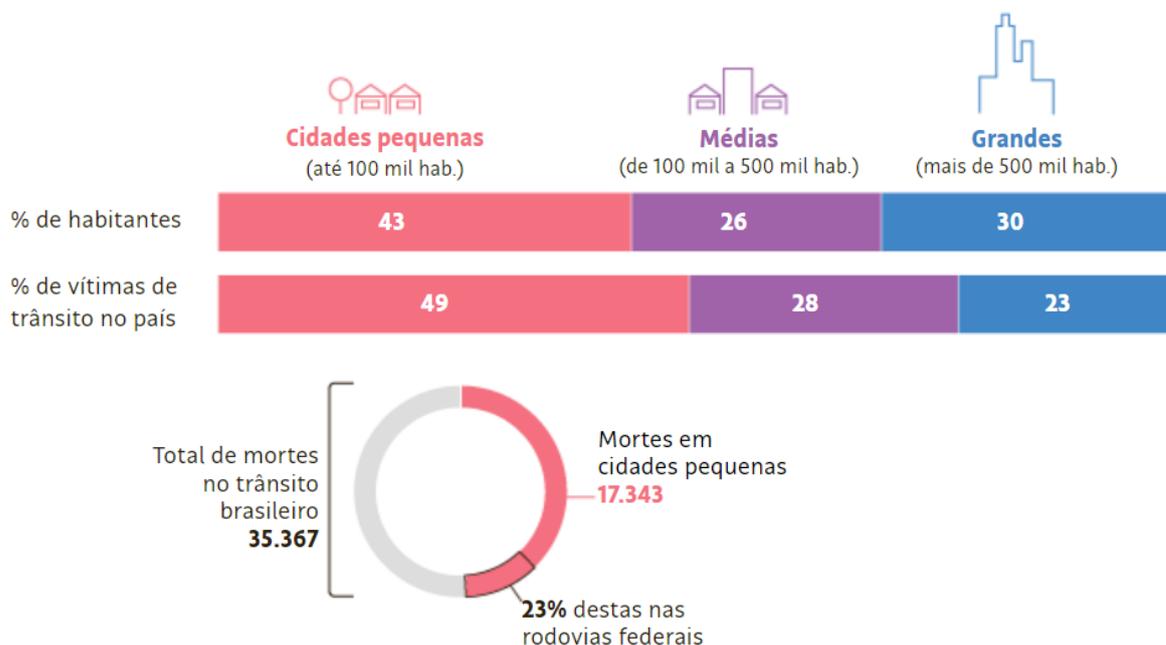
⁷ No capítulo 4, "O Sertão Central Cearense", será apresentada uma breve discussão sobre o conceito de rede urbana, bem como a caracterização da hierarquia dessa região.

que tem sede no estado do Rio Grande do Sul, e que produz itens de grandes marcas do setor. Sobre essas características da cidade globalizada, Silva e Sposito (2009) comentam a respeito das relações espaciais e econômicas nas pequenas cidades:

Apesar das relações espaciais das pequenas cidades serem demarcadas por um patamar econômico diferenciado daquele encontrado nos grandes centros, é necessário evidenciar suas particularidades e os significados que representam no quadro urbano. No caso das pequenas cidades da região de Presidente Prudente-SP, por exemplo, essa afirmação ganha sentido quando avaliamos que a rede urbana regional (centralizada por uma cidade de porte médio, no caso Presidente Prudente) é composta por diferentes graus de complexidade, em razão da própria dinâmica dos papéis que as cidades pequenas exercem na divisão territorial do trabalho. Desse modo, torna-se evidente que hoje um município que possua menos de trinta mil habitantes, como é o caso de Pirapozinho, possa estabelecer muito mais relações econômicas relevantes com o capital internacional do que propriamente com a esfera do local e do regional; o que acaba por subverter a própria lógica dos modelos de hierarquia que, outrora, foram utilizados para explicar a realidade urbana no Brasil. (SILVA; SPOSITO, 2009, p.205).

Um outro comparativo relevante a se destacar, considerando o porte das cidades, corresponde a questões relacionadas ao trânsito. Embora a quantidade de veículos nas ruas das pequenas cidades seja muito inferior que nos grandes centros, deve ser levada em consideração a sua proporção mediante a estrutura viária, bem como a existência ou não de outros fatores que contribuem para o ordenamento do trânsito, como, por exemplo, os itens de sinalização. A figura 4 mostra um gráfico que indica que quase metade das mortes no trânsito no Brasil acontecem nas pequenas cidades.

Figura 4 - Mortes no trânsito no Brasil



Fonte: Folha de São Paulo, 2019 (com base em: SUS, 2017 - Compilados pela Universidade Federal do Paraná e pelo Observatório Nacional de Segurança Viária)

Esses dados contemplam, inclusive, a proporção de habitantes mediante o porte das cidades. Considerando os dois extremos do gráfico, visualiza-se que a população das pequenas cidades corresponde a 43% da população brasileira, entretanto, considerando o total de mortes ocasionadas no trânsito, 49% acontecem nessas localidades. Já nas grandes cidades, que representam 30% da população total brasileira, foram registrados 23% dos acidentes de trânsito com vítimas fatais. Esse assunto relacionado ao trânsito será abordado posteriormente, na apresentação dos estudos de caso.

3. O Sertão Central cearense



A Lei Complementar N.º 154, de 20 de outubro de 2015, define as 14 regiões do Estado do Ceará e suas composições de municípios para fins de planejamento. Anteriormente à aprovação dessa lei, os modelos orçamentários, como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), eram construídos com base nas delimitações do recorte territorial das 8 Macrorregiões de Planejamento. Objetivou-se, com a ampliação da quantidade de regiões, amenizar os efeitos da heterogeneidade do espaço quanto aos aspectos sociais, econômicos, culturais, etc.

Com as regiões de planejamento, pretende-se aplicar estratégias de gestão e planejamento mais adequadas a cada área do estado, considerando as características e especificidades desses territórios. Além disso, busca-se uma melhor leitura do contexto espacial para que as políticas públicas possam ser implementadas de forma regionalizada (IPECE, 2015). O mapa 2 apresenta a divisão dessas regiões de planejamento.

As 14 regiões de planejamento são: Cariri, Centro Sul, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Norte, Litoral Oeste/ Vale do Curu, Maciço de Baturité, Serra da Ibiapaba, Sertão Central, Sertão de Canindé, Sertão dos Crateús, Sertão dos Inhamuns, Sertão de Sobral e Vale do Jaguaribe. A tabela 2 traz alguns indicadores demográficos e econômicos dessas regiões. Embora o objeto de estudo deste trabalho seja o Sertão Central, apresenta-se essa análise comparativa a fim de compreender como a região está inserida no panorama estadual.

Mapa 2 - Regiões de Planejamento do Estado do Ceará



Fonte: IPECE, 2019

Tabela 2 - Indicadores demográficos e econômicos das regiões de planejamento

Regiões	População	Área territorial (km ²)	Dens. Demog. (hab/km ²)	Taxa de Urba. (%)	PIB (R\$ mil)
Cariri	999.169	17.298,35	57,76	69,46	6.306.666,84
Centro Sul	387.141	11.581,50	33,43	58,56	2.144.698,53
Grande Fortaleza	3.949.974	7.434,91	531,27	94,43	60.578.264,48
Litoral Leste	200.196	4.631,20	43,21	54,65	1.847.169,98
Litoral Norte	390.483	9.363,50	41,70	54,18	2.187.540,27
Litoral Oeste	384.592	8.890,58	43,26	56,66	2.357.043,46
Maciço de Baturité	238.977	3.707,30	64,46	48,69	1.111.270,03
Serra da Ibiapaba	350.423	5.701,61	61,46	51,95	1.920.066,42
Sertão Central	387.164	16.014,27	24,18	56,10	2.079.007,07
Sertão de Canindé	202.808	9.202,34	22,04	55,82	931.944,88
Sertão de Sobral	482.399	8.533,50	56,53	70,58	3.722.713,15
Sertão dos Crateús	348.844	20.591,20	16,94	58,11	1.689.837,10
Sertão dos Inhamuns	134.115	10.863,39	12,35	46,28	636.903,08
Vale do Jaguaribe	386.576	15.011,98	25,75	58,61	2.618.599,13
Total (Ceará)	8.842.791	148.825,60	59,42	75,06	90.131.724,43

Fonte: Dados do IPECE, 2015

A região do Sertão Central cearense é a quinta mais populosa, os 387.164 habitantes representam 4,38% da população do estado. Com uma extensão territorial de 16.014,27 km², a região ocupa a terceira posição, fator que contribui para uma densidade demográfica de apenas 24,18 hab./km², configurando-se como uma das mais baixas do estado. Dessa população, 56,10% residem em áreas urbanas, com isso, a região possui a oitava maior taxa de urbanização.

Analisando os aspectos econômicos, é indiscutível a grande representatividade da Região Metropolitana de Fortaleza, possuindo um percentual de participação de 67,21% no PIB do estado. A região de planejamento do Sertão Central contribui com 2,31%. Mesmo sendo um índice muito inferior ao da Grande Fortaleza, está entre a média das demais regiões.

Dado esse panorama comparativo com alguns indicadores das regiões de planejamento do estado, para posterior apresentação de dados dos municípios que compõem o Sertão Central, será apresentada uma breve contextualização histórica

do processo de formação desse território. Essa caracterização busca apresentar, de modo resumido, os principais marcos temporais que influenciaram no desenvolvimento da região.

A formação do território hoje equivalente ao Sertão Central corresponde ao processo de ocupação dos vales dos rios iniciados no Ceará no século XVII, com o desenvolvimento da atividade pecuária bovina. Nos séculos posteriores (XVIII e XIX), os currais e os caminhos das boiadas constituíam os aglomerados urbanos. (PEREIRA, 2012). Duarte Júnior (2009) comenta sobre esse processo de ocupação do território cearense e a origem das primeiras cidades:

Os pedidos de terras para pecuária datam do final do século XVII e se referem a áreas localizadas nas imediações do Rio Jaguaribe. As fazendas foram, portanto, os primeiros núcleos de povoamento da capitania, com fixação ao longo dos rios Jaguaribe e Acaraú. Datam dessa época as cidades de Aquiraz, Icó, Aracati, Sobral e Viçosa do Ceará, dentre outras mais antigas. (DUARTE JÚNIOR, 2009 p.45).

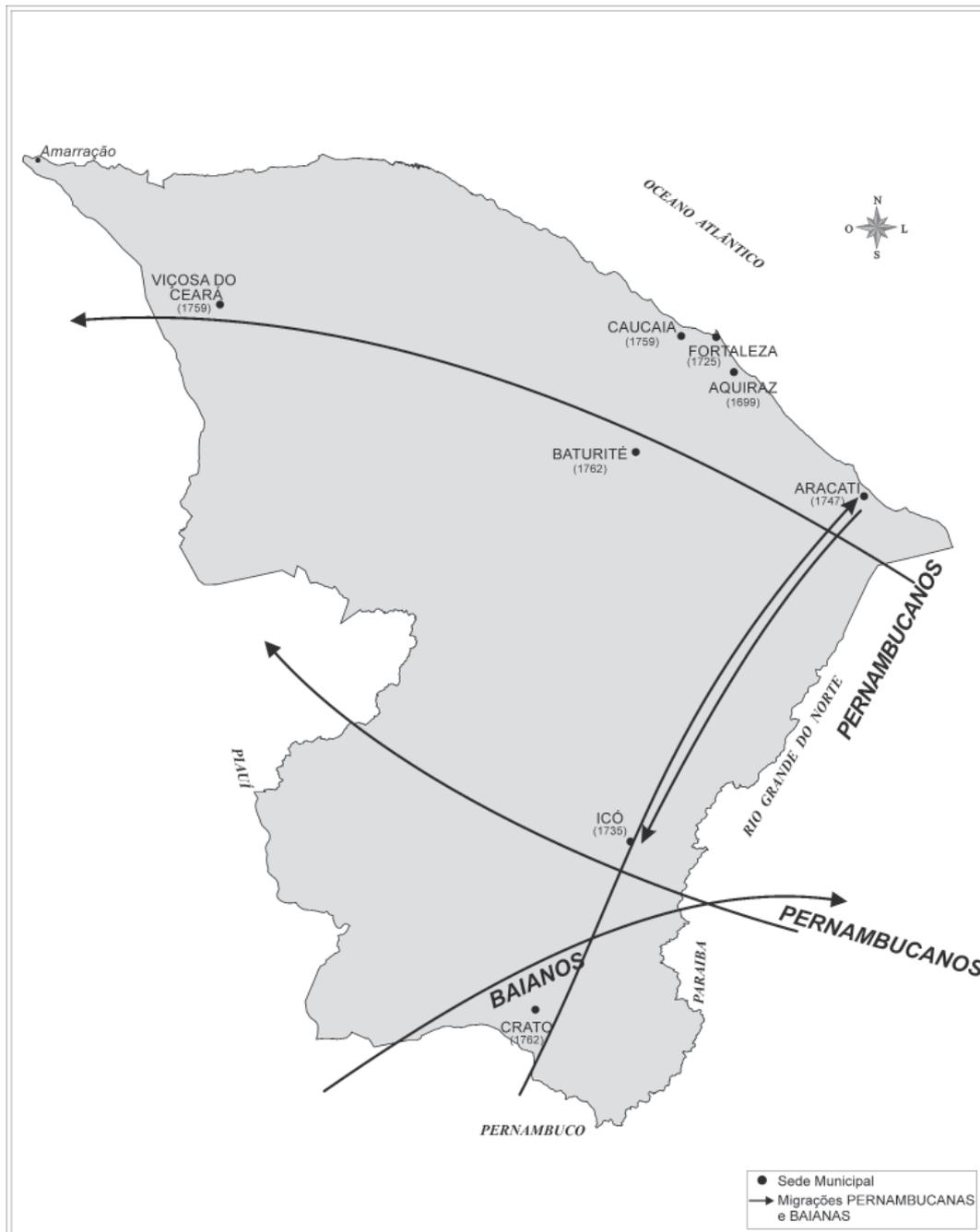
Essa ocupação foi protagonizada, principalmente, pelo fluxo migratório dos criadores de gado advindos de Pernambuco e da Bahia, esses caminhos eram percorridos no sentido do sertão para o litoral. Entretanto, o desenvolvimento do Ceará aconteceu de maneira mais intensa após o desligamento da capitania de Pernambuco, ocorrido em 1799 (DUARTE JÚNIOR, 2009). A figura 5 representa os primeiros fluxos migratórios do território cearense.

Pontes (2010) classifica dois importantes períodos para a definição da configuração inicial do território cearense. O primeiro corresponde aos anos de 1699 a 1762, marcado pela colonização portuguesa do território, até então povoado pelos indígenas. As primeiras quatro vilas criadas foram: Aquiraz (1699), Fortaleza (1725), Icó (1735) e Aracati (1747). Um marco dessa fase foi o ano de 1758, em que, a partir desse período, os aldeamentos indígenas passaram a ser elevados a categoria de vilas. Assim, foram estabelecidas as vilas: Viçosa do Ceará (1759), Caucaia (1759), Baturité (1762) e Crato (1762).

O segundo período mencionado por Pontes (2010) tem início em 1762, sobre essa fase a autora cita a primeira vila estabelecida na região que hoje corresponde ao Sertão Central:

Na segunda fase, intensifica-se o criatório e o comércio do gado, bem como o beneficiamento da carne e do couro para o mercado interno, fatos que impulsionaram a formação das outras oito primeiras Vilas. Na bacia do Banabuiu-Quixeramobim prosperou a primeira Vila da região central do Estado, que foi a de Quixeramobim (1789). (PONTES, 2010, p. 24).

Figura 5 - Caminhos dos primeiros migrantes baianos e pernambucanos



Fonte: Pontes, 2010

Pontes (2010) cita as outras 8 vilas criadas no segundo período, sendo: Sobral (1766), Granja (1766), Quixeramobim (1789), Guaraciaba do Norte (1791),

vilas: Mombaça (1852), **Solonópole** (1870), **Quixadá** (1870) e Pedra Branca (1871). No período da república Velha (1890-1929), foi criado o município de Senador Pompeu (1896) nessa região. Entre 1830 até o início do regime militar, em 1964, na região correspondente ao Sertão Central, surgiu o município de Piquet Carneiro (1957). E mais recentemente foram emancipados os seguintes municípios: Milhã (1985), Banabuiú (1988), Deputado Irapuan Pinheiro (1988), Ibaretama (1988), Ibicuitinga (1988) e Choró (1992).

No Sertão Central cearense, a partir do século XIX, os longos períodos de estiagem sinalizavam para um enfraquecimento da economia da pecuária. Nessa época, houve a construção da via férrea, que proporcionou a drenagem facilitada de mercadorias para a capital do estado (PEREIRA, 2012). A figura 7 mostra o então presidente Getúlio Vargas com sua comitiva, em 1933, desembarcando na estação ferroviária de Quixadá. Nessa visita ao Ceará, o presidente buscava encontrar medidas para amenizar os efeitos da seca que assolava a região na época. A figura 8 apresenta a estação ferroviária de Quixeramobim em 1906.

Figura 7 - Getúlio Vargas em Quixadá



Fonte: Revista a noite ilustrada, 1933

Figura 8 - Estação Ferroviária de Quixeramobim



Fonte: Revista da semana, 1906

Haiashida (2014) comenta sobre o processo histórico de formação da região do Sertão Central cearense. Além de mencionar o processo inicial de ocupação, apresenta duas importantes obras realizadas que ajudaram no combate à seca no final do século XIX e início do século XX. A construção do açude do Cedro e a implantação da linha férrea foram intervenções que configuraram a região como um polo de atração de mão de obra.

A ocupação do sertão central cearense ocorreu através da concessão de sesmarias para a atividade pastoril, seguindo o caminho dos principais rios, Banabuiú e Salgado. Os municípios mais antigos são Quixadá, Quixeramobim e Senador Pompeu. A partir deles, os demais municípios foram sendo constituídos, com o desmembramento de seus distritos. Um dos aspectos marcantes da história deste território foi a imigração de pessoas que, fugindo das secas, como ocorreu em outros estados nordestinos, se deslocavam para esta região atraídas pelo trabalho nas construções de açudes e vias férreas. (HAIASHIDA, 2014, p. 133).

Pereira (2012) comenta sobre a obra de construção do açude do Cedro em Quixadá e o seu impacto para a região:

Fato contemporâneo às emancipações, e de significativa importância, foi a construção do açude Cedro em Quixadá, iniciada no ano de 1884 e concluída na primeira década do século XX. A barragem pioneira inaugurou as intervenções públicas de “combate à seca” no Nordeste brasileiro, sob a responsabilidade da Comissão de Açudes, criada por D. Pedro II. A construção desse importante objeto técnico (Santos, 1996) é um condicionante para a reestruturação do território no Sertão Central, atraindo grande contingente de trabalhadores e moradores para aquela paragem sertaneja. Durante o período de construção, mais de trinta mil pessoas envolveram-se diretamente. Além do abastecimento humano, de acordo com Costa (2002), o açude Cedro foi planejado para irrigar uma área equivalente a 1.000 ha. Desenhado esse quadro, conformou-se a partir de então um polo de atração de população, “um oásis” em relação a um território caracterizado pela pobreza, pela desigualdade fundiária e também pelas intempéries climáticas (estiagens). (PEREIRA, 2012, p.111).

Hoje, o açude do Cedro é o principal cartão postal da região. Foi tombado em 1977 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), reconhecida como a primeira grande obra hídrica realizada pelo governo brasileiro. Em 2014, foi indicado pelo governo brasileiro para o título de Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), candidatura aceita pelo órgão em 2015. As figuras 9 e 10 são do açude do Cedro, a primeira com data desconhecida, e a segunda, uma fotografia do ano de 2007.

Figura 9 - Açude do Cedro – Quixadá (Século XIX)



Fonte: IBGE, sem identificação de data

Figura 10 - Açude do Cedro – Quixadá (2007)



Fonte: Alex Uchoa, 2007

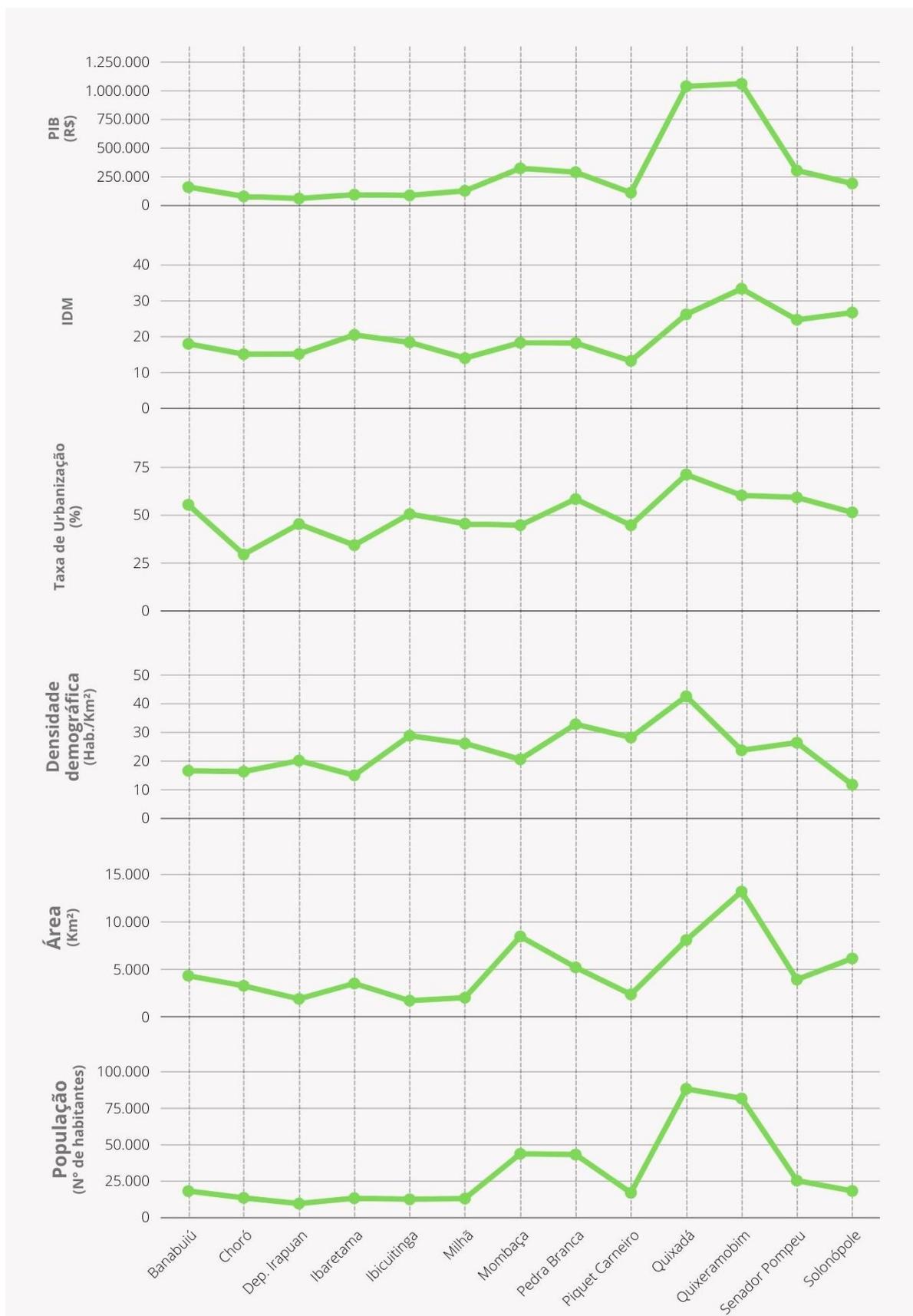
Para contextualização da região de planejamento do Sertão Central, a tabela 3 apresenta alguns indicadores de cada um dos municípios que compõem a região. Em destaque, estão os dois municípios selecionados para o desenvolvimento dos estudos de caso. Para facilitar a análise comparativa e uma melhor visualização da representatividade dos municípios em cada um dos aspectos analisados, foi elaborado um gráfico síntese (gráfico 1).

Tabela 3 - Indicadores gerais, demográficos e econômicos - Sertão Central

Regiões	Ano de criação	População	Área (Km ²)	Dens. Demog. (hab/km ²)	Taxa de Urba. (%)	IDM	PIB (R\$)
Banabuiú	1988	18.256	4.323	16,63	50,55	18,04	161.090
Choró	1992	13.565	3.262	16,35	29,52	15,14	79.702
Dep. Irapuan Pinheiro	1988	9.662	1.883	20,16	45,44	15,20	61.476
Ibaretama	1988	13.369	3.513	15,05	34,41	20,51	94.426
Ibicuitinga	1988	12.629	1.697	28,86	50,66	18,43	88.293
Milhã	1985	13.142	2.009	26,18	45,61	14,04	128.104
Mombaça	1851	43.858	8.470	20,61	44,08	18,35	324.686
Pedra Branca	1871	43.309	5.211	32,84	58,51	18,25	290.182
Piquet Carneiro	1957	17.086	2.355	28,24	48,40	13,27	122.205
Quixadá	1870	88.321	8.081	42,57	71,32	26,24	1.039.104
Quixeramobim	1766	81.778	13.201	23,79	60,41	33,38	1.061.279
Senador Pompeu	1896	25.456	3.918	26,44	59,34	24,74	305.135
Solonópole	1870	18.357	6.144	11,80	51,55	26,75	192.312

Fonte: Dados IPECEDATA, acesso em 2021

Gráfico 1 - Síntese dos indicadores dos municípios do Sertão Central



Fonte: Dados IPECEDATA, acesso em 2021

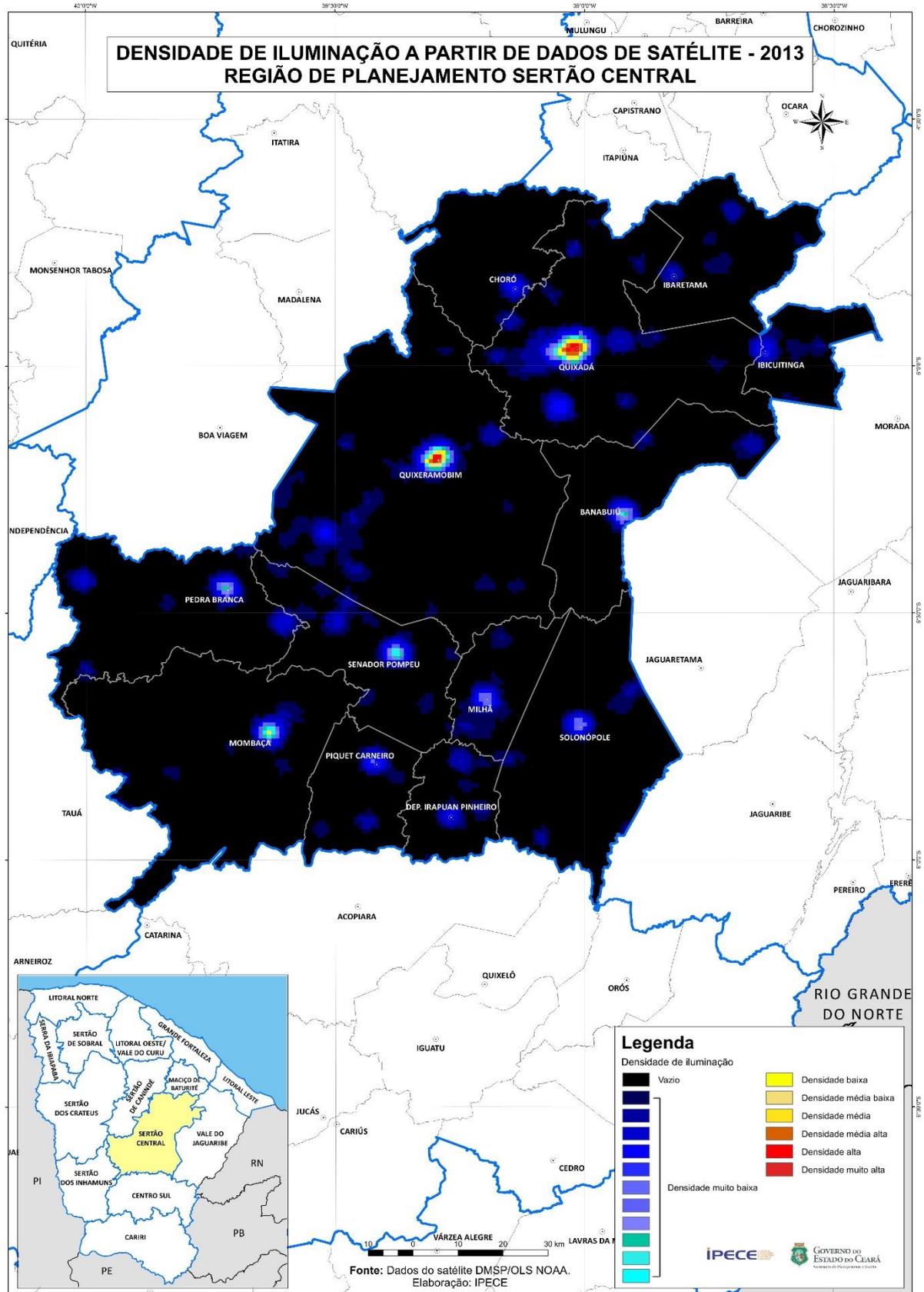
Os municípios mais populosos do Sertão Central cearense são Quixadá e Quixeramobim, juntos, eles representam 43% da população da região. Dos 13 municípios que fazem parte do Sertão Central, 8 deles têm população inferior a 20 mil habitantes. Quanto à densidade demográfica, Quixadá também aparece à frente. Ressalta-se que a densidade demográfica apresentada corresponde à razão da população pela área de todo o limite municipal, e não apenas das áreas urbanas.

Quanto a porcentagem de residentes em áreas urbanas, Quixadá possui a maior taxa de urbanização (71,32%), enquanto o município de Choró apresenta a mais baixa, com apenas 29,52%. Na região, 6 municípios possuem taxa de urbanização inferior a 50%. Cerca de 53% do PIB do Sertão Central está concentrado nas cidades de Quixadá e Quixeramobim.

O Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) é elaborado pelo IPECE, esse indicador realiza a avaliação multidimensional dos municípios a partir de 30 indicadores sintetizados em um único índice, por meio de técnicas estatísticas que contemplam aspectos sociais, de infraestrutura, econômicos e fisiográficos (IPECE, 2018). Quixeramobim, Solonópole e Quixadá apresentam respectivamente os melhores IDM da região.

O mapa 3 apresenta a densidade de iluminação a partir de dados de satélite da Região do Sertão Central, os municípios com maior densidade são Quixadá e Quixeramobim, seguidos de Mombaça e Senador Pompeu.

Mapa 3 - Densidade de iluminação - Sertão Central



Fonte: IPECE, 2013

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desenvolve importantes estudos que contemplam a leitura do território nacional. Esses trabalhos corroboram com uma análise da rede urbana brasileira, possibilitando, inclusive, compreender o processo evolutivo do fenômeno urbano, como é o caso do estudo das Regiões de Influência das Cidades - REGIC. Esse estudo apresenta uma série histórica de publicações, tendo sido divulgado nos anos de 1972, 1987, 2000, 2008 e o mais recente em 2020⁸. Nesse período, é possível visualizar um aperfeiçoamento dos procedimentos metodológicos utilizados. O REGIC “tem o propósito de identificar e analisar a rede urbana brasileira, estabelecendo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das Cidades” (IBGE, 2020, p. 9).

Corrêa (1997) define rede urbana como:

Um conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si. É [...] um tipo particular de rede na qual os vértices ou nós são os diferentes núcleos de povoamento dotados de funções urbanas, e os caminhos ou ligações dos diversos fluxos entre esses centros [...]. A rede urbana é um produto social, historicamente contextualizado, cujo papel [...] é [...] articular toda a sociedade em uma dada porção do espaço, garantindo a sua existência e reprodução. (CORREA, 1997, p.93).

Para compreender a forma como essas cidades estão organizadas e articuladas nessa rede, faz-se necessário realizar estudos relacionados à hierarquia urbana desses centros, refletindo o grau de influência e intensidade dos fluxos existentes entre as cidades.

No decorrer das publicações do estudo das Regiões de Influência das Cidades, houve alteração nos termos utilizados para classificar os níveis de centralidade das cidades. Com o objetivo de compreender a evolução metodológica do REGIC, e para facilitar estudos comparativos entre períodos distintos, Moura, Nagamine e Ferreira (2021) elaboraram um quadro de comparabilidade das escalas de classificação das séries históricas do IBGE (ver quadro 6). Esse quadro foi utilizado como parâmetro de análise da rede urbana do Sertão Central cearense ao longo do tempo.

⁸ Geralmente, a publicação do REGIC não é divulgada no mesmo ano de realização do estudo. REGIC 1966 divulgado em 1972; REGIC 1978 divulgado em 1987; REGIC 1993 divulgado em 2000; REGIC 2007 divulgado em 2008; REGIC 2018 divulgado em 2020.

Quadro 6 - Correspondência dos níveis hierárquicos dos estudos REGIC 1966 a 2018

REGIC 1966	REGIC 1978	REGIC 1993	REGIC 2007	REGIC 2018
Grande Metrópole Nacional	Metrópole Regional	Máximo	Grande Metrópole Nacional	Grande Metrópole Nacional
Metrópole Nacional			Metrópole Nacional	Metrópole Nacional
Centro Metropolitano Regional			Metrópole	Metrópole
Centro Macrorregional				
Capital Regional A	Centro Submetropolitano	Muito Forte	Capital Regional A	Capital Regional A
Capital regional B	Capital Regional	Forte	Capital Regional B	Capital regional B
			Capital Regional C	Capital Regional C
Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional	Forte para médio	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional A
Centro Sub-Regional B		Médio	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional B
Centro Local A	Centro de Zona	Médio para fraco	Centro de Zona A	Centro de Zona A
Centro Local B		Fraco	Centro de Zona B	Centro de Zona B
Demais Municípios	Mun. Subordinado	Muito Fraco	Centro Local	Centro Local

Fonte: Elaborado com base em Moura, Nagamine e Ferreira, 2021

O REGIC abrange todo o território nacional, contemplando desde as grandes metrópoles, até os pequenos aglomerados urbanos. Esse nível de alcance possibilita visualizar a dinâmica dos fluxos e conexões de cidades classificadas nos menores níveis hierárquicos. Nas cidades de menor porte, que, muito frequentemente, possuem um limitado acervo de base de dados, esse estudo tem contribuição relevante para o desenvolvimento de pesquisas e melhor compreensão da rede urbana.

O quadro 7 apresenta o histórico de classificação de cada uma das cidades do Sertão Central cearense nas 5 publicações do REGIC. Além de visualizar quais cidades, atualmente, tem maior centralidade e representatividade na região, a análise de como essas cidades se comportaram no decorrer do tempo ajuda a compreender as transformações mais significativas ocorridas na rede urbana. As cidades de Banabuiú, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibareta, Ibicuitinga e Milhã possuem emancipação política mais recente, e, por esse motivo, não foram citadas nas primeiras publicações do REGIC.

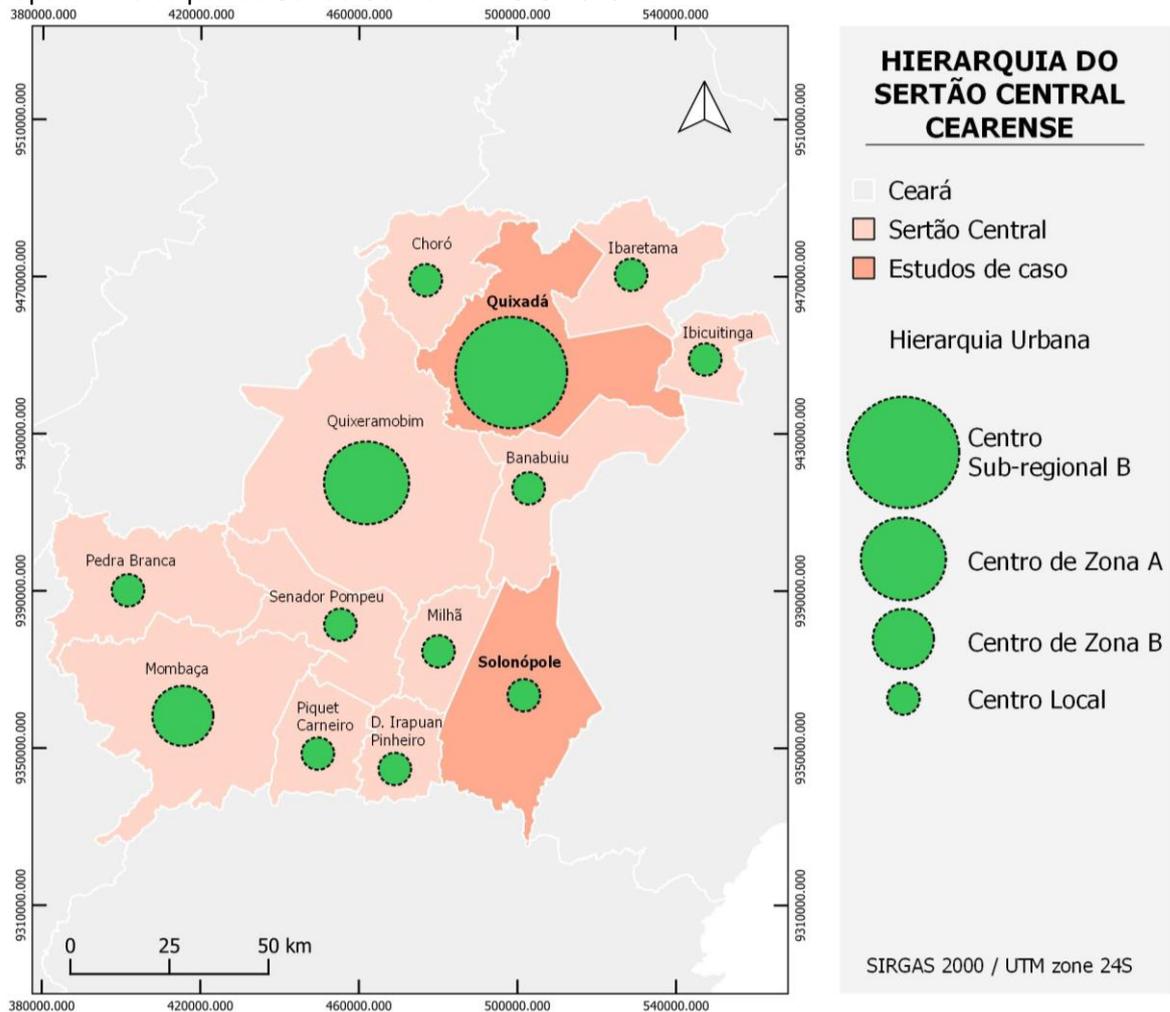
Analisando os dados apresentados, percebe-se que todas as cidades com emancipação política mais recente permaneceram no menor nível hierárquico de classificação (Banabuiú, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibareta, Ibicuitinga e Milhã). Além disso, algumas cidades mais antigas apareceram nesse mesmo nível em todas as publicações, como é o caso de Pedra Branca, Piquet Carneiro e Solonópole.

A cidade de Senador Pompeu, em 1966, foi classificada como Centro Local A, era o nível mais alto, em comparação aos demais municípios do Sertão Central. Entretanto, ao longo do tempo, perdeu sua representatividade na região, e na última publicação apareceu no menor nível hierárquico. As cidades de Mombaça e Quixeramobim apresentaram oscilação ao longo do período, alternando suas classificações entre níveis mais baixos e mais elevados.

O mapa 4 apresenta a representação gráfica do último REGIC (2018) dos municípios do Sertão Central. Destaca-se que a publicação apresenta 5 níveis hierárquicos: Metrópoles, Capitais Regionais, Centros Sub-Regionais, Centros de Zona e Centros Locais (na região do Sertão Central aparecem os 3 últimos níveis). Na rede urbana cearense, existe 1 centro classificado como Metrópole (primeiro nível), que corresponde ao arranjo populacional de Fortaleza; 2 centros classificados como Capitais Regionais (segundo nível), que são os arranjos populacionais de Juazeiro do Norte e Sobral; e 12 cidades classificadas como Centros Sub-Regionais (terceiro nível), sendo: Iguatu, Aracati, Baturité, Camocim, Crateús, Itapajé, Itapipoca, Limoeiro do Norte, Pacajus, Quixadá, Russas e Tianguá.

A cidade de Quixadá está classificada como Centro Sub-Regional B, apresentando o maior nível hierárquico da região. Segundo definição do IBGE (2018), os Centros Sub-Regionais correspondem a cidades que possuem atividades de gestão menos complexas, comparadas às Capitais Regionais, mas com significativa representatividade para os centros urbanos do entorno, devido, principalmente, a sua área de influência. São cidades com porte populacional médio de 85 mil habitantes.

Mapa 4 - Hierarquia do Sertão Central - REGIC 2018



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021 (com base nos dados do REGIC 2018)

A cidade de Quixeramobim aparece no segundo maior nível hierárquico da região (Centro de Zona A), seguida de Mombaça, classificada como Centro de Zona B. Os Centros de Zona caracterizam-se por menores níveis de atividades de gestão, polarizando um número inferior de cidades vizinhas, em virtude da atração direta da população por comércio e serviços, baseada nas relações de proximidade (IBGE, 2018).

As demais cidades foram classificadas como Centros Locais: Banabuiú, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibaratama, Ibicuitinga, Milhã, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Senador Pompeu e Solonópole. Algumas das características dos Centros Locais são:

O último nível hierárquico define-se pelas Cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população moradora de outras Cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra Cidade. Simultaneamente, os Centros Locais apresentam fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, geralmente tendo outros centros urbanos de maior hierarquia como referência para atividades cotidianas de compras e serviços de sua população, bem como acesso a atividades do poder público e dinâmica empresarial. São a maioria das Cidades do País, totalizando 4 037 centros urbanos – o equivalente a 82,4% das unidades urbanas analisadas na presente pesquisa. (IBGE, 2018, p.13).

Assim, verifica-se que a grande maioria das cidades do Sertão Central estão classificadas nesse último nível, indicando elos de ligação com as cidades de maior porte. No caso da região citada, a cidade de maior representatividade é Quixadá, cidade que é citada pelo REGIC na lista dos 30 municípios do Brasil com maior centralidade nos deslocamentos para cursar ensino superior. A tabela 4 apresenta esse estudo.

Tabela 4 - Cidades com centralidade por deslocamentos para cursar ensino superior

Ranking	Cidades	Centralidade temática (IAT - IA)	Ranking	Cidades	Centralidade temática (IAT - IA)
1	AP Sobral/CE	648 131,2	16	AP São Carlos/SP	288 771,1
2	AP Viçosa/MG	549 446,7	17	AP Pelotas/RS	276 210,2
3	AP Santa Maria/RS	479 954,9	18	AP Patos/PB	268 872,0
4	Paripiranga (BA)	460 703,2	19	Montes Claros (MG)	262 483,3
5	AP São Luís/MA	411 765,7	20	Vitória de Santo Antão (PE)	259 093,9
6	AP Juiz de Fora/MG	380 973,3	21	AP São João del Rei/MG	246 153,1
7	Ouro Preto (MG)	330 698,9	22	Quixadá (CE)	245 426,7
8	Alfenas (MG)	315 485,8	23	Feira de Santana (BA)	239 289,7
9	AP Campina Grande/PB	313 906,3	24	AP Teresina/PI	236 434,0
10	AP Maringá/PR	312 947,6	25	AP Itaúna/MG	227 185,2
11	Caruaru (PE)	304 333,4	26	Castanhal (PA)	226 731,7
12	Manaus (AM)	298 778,5	27	AP Aracaju/SE	220 526,5
13	Cajazeiras (PB)	295 595,5	28	Anápolis (GO)	213 860,4
14	AP Campos dos Goytacazes/RJ	291 631,0	29	AP Araraquara/SP	213 504,2
15	Itabuna (BA)	289 410,1	30	AP Itu - Salto/SP	207 946,1

Fonte: REGIC - IBGE, 2018 (grifo do autor)

Nessa pesquisa, foram considerados os deslocamentos pendulares com ida e volta em todos os dias úteis, com menor frequência (semanais, quinzenais ou mensais, comuns na educação a distância), ou mesmo com mudança do estudante para outra cidade. Esses dados confirmam a classificação de Quixadá como uma cidade universitária e a sua representatividade como polo de atração de estudantes da região.

Não se restringindo apenas ao âmbito educacional, Sousa (2019) aponta a centralidade da cidade de Quixadá mediante as atividades comerciais do município:

A atividade comercial em Quixadá, se apresenta fortemente diversificada tanto no número de estabelecimentos como no gênero de atividades, indo desde os produtos mais cotidianos (evidenciado pela grande quantidade de estabelecimentos de gêneros alimentícios) até os de grande valor agregado (eletrodomésticos e veículos). Tais características permitem que quase todas as necessidades de consumo, tanto dos moradores de Quixadá como dos municípios próximos possam ser atendidas sem que haja deslocamento a outros centros de maior porte, gerando fluxo de consumo, e conseqüentemente de centralidade para Quixadá. Essa relação entre grande variedade comercial e sua influência na centralidade se evidencia a partir da presença de estabelecimentos que necessitam de um alto fluxo de consumo para serem economicamente viáveis numa cidade interiorana como é o caso de Quixadá. Tal característica confirma a centralidade de Quixadá sobre os demais municípios do seu entorno no que diz respeito ao comércio. (SOUSA, 2019, p.4010).

Pereira (2012) também cita a polarização atual da cidade de Quixadá. Para além das relações comerciais, o autor enfatiza a dependência das cidades vizinhas também em relação à educação, ao lazer e à saúde, ele complementa:

Para o caso específico em análise, é possível observar que, na aurora do século XXI, o aglomerado regional polarizado por Quixadá demonstra, assim como na maioria dos arranjos dessa natureza no Ceará, fragilidade e altos índices de dependência do entorno em relação ao polo. Esse modelo de planejamento mina a possibilidade de uma integração a partir do compartilhamento de funções e inviabiliza trocas intermunicipais mais equilibradas. (PEREIRA, 2012, p.124).

Essa breve análise da rede urbana do Sertão Central indica a relevância da cidade de Quixadá no contexto regional. Contudo, a intensidade desses fluxos estabelecidos também pode indicar tendências de deficiência na oferta de alguns serviços nas cidades do entorno.

Analisando atributos relacionados ao planejamento urbano, destaca-se que instrumentos legais como o Plano Diretor, Lei de parcelamento do solo, uso e ocupação, Código de Obras, dentre outros, ajudam a nortear o crescimento das cidades. Nos municípios do Sertão Central, muitas dessas legislações são ausentes, conforme levantado de acordo com dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) de 2015, realizada pelo IBGE. A MUNIC efetua um levantamento de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições

públicas municipais, sendo as prefeituras as principais fontes de informação para esse estudo. O quadro 8 informa se o município possui ou não a legislação e o respectivo ano de criação.

Quadro 8 - Legislações urbanas dos municípios do Sertão Central

Município	População	Plano Diretor	Perímetro Urbano	Parcelamento do Solo	Zoneamento	Código de Obras
Banabuiú	18.256	Não	Sim (1989)	Sim (2009)	Sim (2009)	Sim
Choró	13.565	Não	Não	Não	Não	Sim (1993)
Dep. Irapuan Pinheiro	9.662	Não	Sim (2002)	Não	Não	Sim (2001)
Ibaretama	13.369	Não	Sim (2012)	Sim (2001)	Sim (2001)	Sim (2001)
Ibicuitinga	12.629	Não	Sim (1990)	Não	Não	Não
Milhã	13.142	Não	Não	Não	Não	Sim (2001)
Mombaça	43.858	Não	Sim (2014)	Não	Não	Não
Pedra Branca	43.309	Sim (2009)	Sim -	Sim -	Sim -	Sim -
Piquet Carneiro	17.086	Não	Sim (2014)	Não	Não	Sim (2011)
Quixadá	88.321	Sim (2000)	Sim (2012)	Sim (2000)	Sim (2000)	Sim (2000)
Quixeramobim	81.778	Sim (2000)	Sim (2010)	Sim -	Sim -	Sim (2000)
Senador Pompeu	25.456	Não	Não	Sim (2008)	Sim (2008)	Sim (1992)
Solonópole	18.357	Não	Sim (1985)	Sim (1974)	Não	Sim (1974)

Fonte: MUNIC, 2015

Dois principais problemas podem ser destacados: o primeiro diz respeito à ausência de inúmeros instrumentos normativos. No caso do Plano Diretor, há obrigatoriedade para cidades com mais de 20 mil habitantes, segundo o Estatuto da Cidade (Lei N. 10.257, de 10 de julho de 2001). No Sertão Central, os municípios de Senador Pompeu e Mombaça, com população de 25.456 e 43.858, respectivamente, ainda não possuem esse instrumento. Destaca-se que cidades com menos de 20 mil habitantes, embora não haja a obrigatoriedade, podem elaborar o Plano Diretor. Municípios como Solonópole, Banabuiú e Piquet Carneiro, que se aproximam da marca dos 20 mil habitantes, poderiam iniciar o processo de elaboração. Um segundo problema corresponde ao ano de criação ou revisão dessas legislações, no caso dos Planos Diretores, deve haver uma revisão a cada 10 anos, o que não ocorreu nesses municípios. Nas demais legislações, percebe-se que algumas foram criadas há muito tempo, como é o caso de Solonópole, com legislações de 1974.

Ainda sobre essa temática de legislação, em 2019, começou a tramitar na Assembleia Legislativa do Ceará o Projeto de Lei Complementar Nº 20/19, que propõe a criação da Região Metropolitana do Sertão Central (RMSC), de autoria do deputado Leonardo Pinheiro. Embora ainda não tenha sido aprovado, esse projeto de lei abre margem para discussão sobre o contexto metropolitano, sobretudo os territórios que nem sempre apresentam características e requisitos para se denominarem regiões metropolitanas.

No Brasil, um marco significativo referente ao debate metropolitano refere-se à aprovação da Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, que cria 9 regiões metropolitanas (RM) nas principais capitais brasileiras. Até então, era prerrogativa da União a criação dessas regiões. No entanto, a partir da Constituição federal de 1988, disposto no § 3º do art. 25, o poder decisório para instituir novas regiões metropolitanas passa a ficar a cargo dos estados, devendo estes entes federativos buscarem integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum dessas áreas.

Com isso, nas décadas posteriores à promulgação da Constituição, houve um aumento significativo do número de novas regiões metropolitanas criadas pelos estados. Segundo levantamento recente publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atualmente existem 74 regiões metropolitanas no Brasil.

Sobre esse processo, Cordeiro (2009) menciona que muitas dessas regiões metropolitanas criadas são espaços sem configuração metropolitana, e que suas cidades-sede não passam de “metrópoles de papel”. Esse termo é também utilizado por Cunha (2005), e retrata os interesses políticos que muitas vezes são priorizados na definição dessas novas regiões, visto que a política metropolitana federal disponibiliza recursos específicos para essas áreas.

É fato que a falta de critérios técnicos que embasasse a decisão dos estados para a criação de novas regiões metropolitanas teve grande impacto nesse cenário. Moura e Hoshino (2015) citam que os atores políticos possuíam posições de conforto nessa conjuntura. No entanto, como tentativa de oferecer aos estados diretrizes para institucionalização das regiões metropolitanas e as aglomerações urbanas, após mais de 10 anos de tramitação, foi aprovado, em 2015, o Estatuto da Metrópole (EM).

Fazem-se necessárias algumas reflexões acerca dos desdobramentos oriundos da instituição desse instrumento. Muito embora tenha representado um grande avanço e reflita um esforço para evitar certas arbitrariedades viabilizadas pela ausência, na Constituição federal, de definições que identifiquem e diferenciem conceitos como: região metropolitana e aglomeração urbana, alguns desafios ainda devem ser pautados. Cordeiro (2019) menciona que a vigência do Estatuto da Metrópole não revoga as leis estaduais instituidoras das metrópoles já existentes, além disso, cita que, com essa lei federal, não há determina o constitucional que obrigue os estados a adotá-la. Moura e Hoshino (2015) apresentam também alguns questionamentos, como, por exemplo: a necessidade de compatibiliza o dos demais planos setoriais com o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, além de mencionarem que não deveria ser somente facultada, mas sim determinada aos Estados a oficializa o de regiões metropolitanas e/ou aglomera es urbanas, quando, comprovadamente, elas estivessem consolidadas.

Dada essa realidade, percebe-se que esse fen meno da busca pela institucionaliza o de novas regiões metropolitanas está presente no estado do Ceará, a exemplo do Projeto de Lei Complementar 20/19, que está em tramita o na Assembleia Legislativa, e dispõe sobre a cria o da Região Metropolitana do Sertão Central. No texto da proposta, menciona-se que a região apresenta um alto grau de desenvolvimento econ mico e considerável contingente populacional (somando todos os municípios, corresponde a apenas 361.943 habitantes). Ressalta-se que o maior município do Sertão Central   Quixadá, e, segundo a REGIC (IBGE, 2020),   classificado como Centro Sub-Regional B. Embora possa representar relevância para as cidades que compõem a região, o município não está classificado como Capital Regional, categoria mencionada como requisito pelo Estatuto da Metrópole. Mesmo que haja uma grande centralidade na cidade de Quixadá em rela o aos demais municípios da região do Sertão Central (SOUSA, 2019; PEREIRA, 2014),   questionável se esta cidade possui porte para caracteriza o como Metrópole.

O professor Alexandre Queiroz Pereira, na matéria intitulada "Campo e cidade no sertão do Ceará", publicada em maio de 2021 no Diário do Nordeste, discorre sobre o ambiente urbano no Sertão Central e, ainda, a forte intera o com o rural, com maiores exemplifica es da cidade de Quixadá.

Pereira (2021) destaca inúmeras características observadas no cotidiano da cidade que evidenciam essa interação com a ruralidade, como o comércio de animais vivos e abatidos, resquício da época em que a pecuária era a principal atividade da região; os caminhões com bovinos e caprinos circulando pelas vias urbanas, tornando evidente a existência de fazendas no entorno; no mercado público ou em barracas nas proximidades, produtos trazidos pelos pequenos agricultores, como o queijo coalho, as espigas de milho verde, e o feijão sendo debulhado ao ar livre na cidade.

Exemplos de personagens característicos da cidade mencionados por Pereira (2021) são os carroceiros vendedores de água (figura 11). Muito frequentemente, circulam pelas ruas carroças com reservatórios vendendo água potável à população. Não utilizada apenas com essa finalidade, pode-se dizer que as carroças são um modal que disputam espaço na cidade, juntamente com pedestres, ciclistas e veículos automotivos. No centro da cidade, inclusive, há um estacionamento sinalizado exclusivo para carroças, conforme pode ser visualizado na figura 12.

Figura 11 - Carroça-pipa



Fonte: Massimiliana Beserra, 2007

Figura 12 - Estacionamento para carroças



Fonte: Acervo do autor, 2021

Essas características apresentadas, tão presentes no Sertão Central, caracterizam um espaço urbano com tradições rurais locais muito enraizadas. Se essa percepção foi apreendida na observação do cotidiano de Quixadá, que é a maior cidade da região, nas cidades com portes ainda menores, essas conexões campo-

cidade tornam-se mais evidentes. Ainda sobre o Sertão Central, Pereira (n.p., 2021) menciona: “nesses aspectos do cotidiano, ruralidades e urbanidades chocavam-se e, mutuamente, produziam a alma da cidade.” O autor complementa:

Nos estudos urbanos e regionais, há uma máxima bem conhecida: a cidade reflete sua região. Essa é uma premissa empírica e lógica, posto remeter ao espaço urbano na sua condição de centralidade e polo de atração. Em miúdos, aponta para o modelo de organização do território onde o assentamento urbano absorve os recursos do campo e do seu entorno. Simultaneamente, esse intercâmbio é capaz de influenciar a história das cidades e deixar marcas em seu padrão arquitetônico, em sua dinâmica econômica e cultural, em sua interação com os recursos naturais, e em tantas outras situações. Aqui poderia continuar narrando outras tantas particularidades do urbano sertanejo, como o estacionamento para carroças no centro da cidade. A relação campo-cidade é regra, mas em alguns espaços essas expressões são mais latentes e marcam o cotidiano. No Sertão Central cearense é assim! (PEREIRA, 2021, n.p.).

Dada essa apresentação da região de planejamento do Sertão Central, no capítulo seguinte serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa.

4. Metodologia



Neste capítulo, inicialmente, é apresentado o referencial teórico metodológico. Para tanto, foram levantados trabalhos que continham atributos de avaliação do espaço público. Posteriormente, estão descritos os procedimentos metodológicos adotados nas quatro fases delimitadas para a pesquisa, esses procedimentos foram elaborados com base nos atributos encontrados nos estudos do referencial teórico metodológico.

4.1 A abordagem metodológica

A abordagem metodológica da pesquisa contemplou os trabalhos de Gehl (2015), Saboya (2011), Chakur (2018), Cabral (2015), Zaitter e Oliveira (2018) e Tenório (2012). Esses autores apresentam metodologias ou parâmetros para leitura do espaço público, visando a identificação de aspectos que contribuem para a urbanidade do lugar. Foram listados os atributos mencionados por cada autor, e, em seguida, agrupados de acordo com as similaridades. O quadro 9 apresenta o resultado desse levantamento. Com o agrupamento dos atributos, foi criada uma coluna denominada “síntese das variáveis”.

Quadro 9 - Referencial teórico metodológico das variáveis de avaliação do espaço público

Síntese das variáveis	Saboya (2011)	Chakur (2018)	Cabral (2015)	Zaitter e Oliveira (2018)	Gehl (2015)	Tenório (2012)
Localização			Localização			Localização Integração global
Quantidade e dimensões					Escala humana	Quantidade e dimensões dos espaços livres públicos
Densidade		Densidade Compacidade	Densidade Construída	Lote estreito		Piso (nível do solo)
Diversidade dos edifícios do entorno (usos, tipos, idades)			Diversidade de usos Condições de segurança	Multifuncionalidade	Proteção contra o crime e violência-sensação de segurança	Tipos edifícios Habitações (variedade, distribuição e densidade) Manutenção e vigilância Passagem (pessoas transitando) Encontros Permanência

Síntese das variáveis	Saboya (2011)	Chakur (2018)	Cabral (2015)	Zaitter e Oliveira (2018)	Gehl (2015)	Tenório (2012)
Permeabilidade das fachadas	Interação entre os espaços abertos públicos e os espaços fechados			Fachada ativa		Portas e janelas
						Limites e dimensões (relações público/privado)
Mobilidade	Diversidade de modos de transporte e deslocamento			Quadras curtas		Mobilidade
						Acesso e circulação
Acessibilidade				Caminho seguro	Proteção contra o tráfego e acidentes Oportunidades para caminhar	Orientabilidade e identificabilidade
Conforto ambiental					Oportunidade para aproveitar aspectos positivos do clima Proteção contra experiências sensoriais desconfortáveis	Conforto
Conservação e manutenção						Beleza e conservação/manutenção Custos de implantação e manutenção
Quantidade e diversidade de pessoas no espaço	Diversidade de perfis, interesses, atividades, idades, classes sociais					Variedade de pessoas Distribuição de pessoas no tempo
Diversidade de usos e atividades realizadas	Pessoas interagindo em grupos	Diversidade	Atividades no local		Oportunidades para brincar e praticar atividades físicas Oportunidades para ouvir e conversar	Atividades no lugar Atividades nos limites e arredores do lugar Atividades realizadas no espaço Demais atividades (número tipo e origem)
Traços da vida cotidiana	Traços da vida cotidiana					
Riqueza perceptiva		Qualidade Física do espaço	Riqueza perceptiva		Oportunidades para sentar-se Oportunidade para ver Experiências sensoriais positivas Oportunidades para permanecer em pé	Afetos Significado e simbolização

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021, com base em Gehl (2015), Saboya (2011), Chakur (2018), Cabral (2015), Zaitter e Oliveira (2018) e Tenório (2012).

As variáveis enumeradas na síntese foram as utilizadas no estudo, sendo elas: quantidade e dimensões, densidade, diversidade dos edifícios do entorno (usos,

tipos, idades), permeabilidade das fachadas, mobilidade, acessibilidade, conforto ambiental, conservação e manutenção, quantidade e diversidade de pessoas no espaço, diversidade de usos e atividades realizadas, traços da vida cotidiana e riqueza perceptiva.

Devido às restrições da atual situação ocasionada pela pandemia do SARS-CoV-2 (COVID-19), que impede o livre caminhar no espaço público e a aproximação das pessoas em aglomerados, as etapas do trabalho de campo foram adaptadas para demandar o menor contato possível. Para isso, foram exploradas ferramentas como: *Google Street View* e realidade virtual.

A definição dos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa recebeu influência da disciplina “Acessibilidade e Ergonomia do Ambiente”, ministrada pela Professora Vilma Villarouco. Dentre outros enfoques, na referida disciplina foi apresentada a Metodologia Ergonômica para o Ambiente Construído – MEAC, que foi desenvolvida pela própria professora. Embora essa metodologia tenha o foco na análise de aspectos ergonômicos do ambiente, ela contempla diversas etapas, considerando as características físicas do espaço, formas de uso, além de contemplar uma síntese com recomendações diante dos problemas identificados.

A MEAC é composta por cinco fases. A primeira etapa é a Análise Global do Ambiente, fase de reconhecimento e levantamento de dados iniciais, com abordagem macro, através da qual se busca uma visão sistêmica do ambiente. A segunda etapa é a Identificação da Configuração Ambiental, e consiste no levantamento de dados de dimensionamento, iluminação, ventilação, ruído, layout, materiais de revestimento e condições de acessibilidade. A terceira fase é a Avaliação do Ambiente em Uso, na qual é observada a efetiva realização das atividades, visando verificar o quanto o ambiente facilita ou dificulta essa realização. A quarta etapa é a Percepção Ambiental do Usuário, nessa fase, busca-se identificar como o usuário percebe o ambiente, com uso de ferramentas diversas, tais como: constelação de atributos, observação incorporada, poema dos desejos e seleção visual. E a última fase é o Diagnóstico Ergonômico do Ambiente, que, além de apontar os problemas e potencialidades, são atribuídas sugestões de melhorias e soluções (VILLAROUCO, 2008).

4.2 O desenho metodológico adotado

As variáveis apresentadas no subitem anterior foram agrupadas de modo a compor os quatro passos metodológicos da pesquisa, nomeados como: **1. Contextualizar**; **2. Conhecer**; **3. Observar** e **4. Conversar**. Para cada passo metodológico, foram selecionados os atributos correspondentes, definidas escalas de estudo e o procedimento adotado para coleta de dados. O quadro 10 apresenta o esquema metodológico da pesquisa.

Quadro 10 - Procedimentos metodológicos da pesquisa

Passos metodológicos	Variáveis analisadas	Escala de estudo	Técnica/procedimento
Contextualizar	Localização	Cidades do Sertão Central	Utilização de dados secundários (IBGE, IPECE, etc.)
	Quantidade e dimensões		
	Densidade		
Conhecer	Diversidade dos edifícios do entorno (usos, tipos, idades)	Praças e entorno (poligonal)	Levantamento através de imagens de satélites, <i>Google Street View</i> e observação <i>in loco</i> (<i>checklist</i>)
	Permeabilidade das fachadas		
	Mobilidade		
	Acessibilidade		
	Conforto ambiental		
Conservação e manutenção			
Observar	Quantidade e diversidade de pessoas no espaço	Praças escolhidas para amostra	Mapeamento comportamental
	Diversidade de usos e atividades realizadas		
	Traços da vida cotidiana local		
Conversar	Riqueza perceptiva	Usuários	Ferramenta de percepção ambiental (seleção visual + entrevista semiestruturada)
	Problemáticas		
	Recomendações para a qualidade do lugar		

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

O primeiro passo metodológico foi o **contextualizar**, e teve como objetivo obter dados gerais para caracterizar a região do Sertão Central cearense, de modo a apresentar características dos espaços livres públicos, da rede urbana e aspectos

demográficos, econômicos, sociais e históricos. Para isso, foram utilizados dados secundários do IBGE, IPECE e outras fontes bibliográficas.

O segundo passo metodológico – **conhecer** – contemplou um estudo mais aprofundado em uma escala de trabalho mais reduzida, partindo da avaliação de aspectos morfológicos do espaço urbano. Zaitter e Oliveira (2018) estabelecem uma interligação entre informações teóricas com as principais características físicas da urbanidade, em que o nível de urbanidade está relacionado com a intensidade da interação entre os usuários e os elementos físicos.

Nessa fase, os parâmetros são mais específicos e, por isso, foram delimitadas duas poligonais para análise. Com o intuito de estabelecer um estudo comparativo, com resultados que pudessem exemplificar cenários da região de planejamento do Sertão Central cearense, foram selecionadas duas cidades com portes populacionais distintos para a aplicação dos estudos de caso: Quixadá e Solonópole.

A cidade de Quixadá foi escolhida por ser a que possui maior população, a que possui um maior nível hierárquico segundo o IBGE, e, conseqüentemente, a que detém uma maior influência em relação às demais, por possuir Plano Diretor e outros instrumentos normativos⁹, e também por conter a maior densidade demográfica e taxa de urbanização da região.

Solonópole possui uma população intermediária, considerando os demais municípios, menor densidade demográfica da região, e está classificada no menor nível hierárquico da rede urbana segundo o IBGE. Dessa forma, a cidade apresenta indicadores diferentes de Quixadá, cumprindo o objetivo para o estudo comparativo.

Além disso, uma dificuldade para trabalhar com cidades de menor porte é a ausência de dados estatísticos e georreferenciados. No caso de Solonópole, anteriormente já havia sido desenvolvido pelo pesquisador outros estudos que podem contribuir para o andamento da pesquisa. Também pela questão do deslocamento

⁹ Quixadá é uma das poucas cidades do Sertão Central que possui Plano Diretor, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei de Parcelamento do Solo, dentre outras legislações urbanas. Esses instrumentos normativos, em tese, deveriam contribuir para o planejamento urbano da cidade, entretanto, a maioria dessas legislações foram criadas há muitos anos. Além disso, no período de criação, não houve um rigor de um diagnóstico urbano detalhado para identificar as especificidades da área urbana, bem como uma ampla participação popular, necessitando, assim, de uma revisão desses instrumentos e um esforço para o cumprimento das premissas contidas nessas legislações.

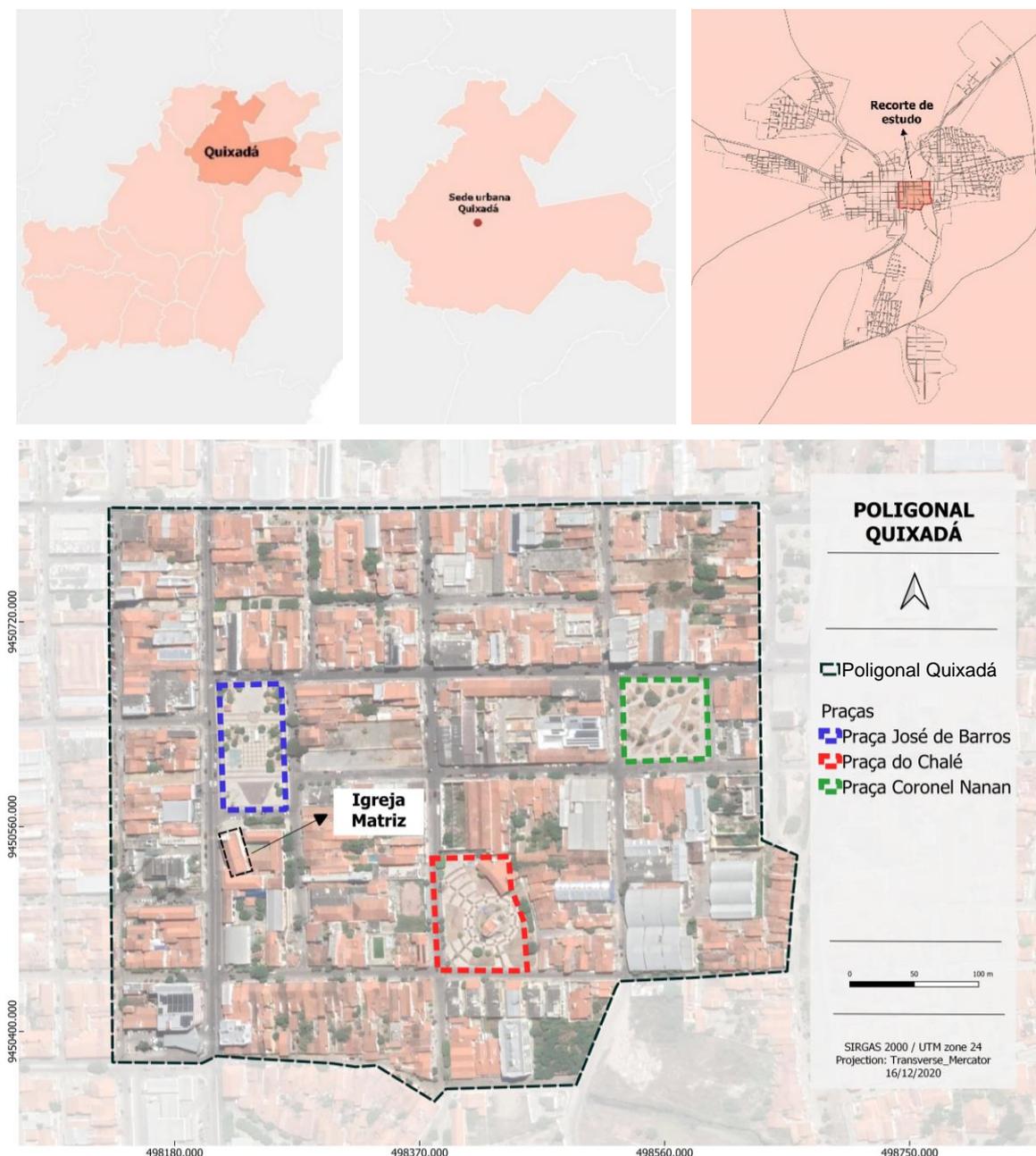
para o desenvolvimento dos estudos de campo, a cidade de Solonópole é a que apresenta uma maior viabilidade, sobretudo dado o atual contexto da pandemia e as restrições de deslocamentos.

Acrescenta-se também, como motivação para a escolha da cidade de Solonópole, o sentido de pertencimento do pesquisador para com o lugar, visto ser esta a cidade onde cresceu, a qual acompanhava e observava constantemente, possibilitando, assim, com esse processo investigativo, melhor compreender as múltiplas formas de usos e apropriação dos espaços livres públicos da cidade.

De cada cidade selecionada para a pesquisa (Quixadá e Solonópole), foram escolhidas três praças para avaliação, e traçada uma poligonal de entorno única contemplando esses espaços. Como ponto de partida para definição da poligonal, foi identificada a praça localizada nas proximidades da Igreja Matriz. Conforme já apresentado na literatura, na maioria das cidades a praça da Igreja Matriz é uma das mais antigas e, mesmo com o passar do tempo, ainda permanece tendo maior centralidade e relevância no cenário urbano.

O mapa 5 apresenta a poligonal do recorte delimitado da cidade de Quixadá. Na cor azul está destacada a Praça José de Barros, popularmente conhecida como Praça do Leão, ela está localizada em frente à Igreja Matriz da cidade. Ainda dentro da poligonal, estão a Praça do Chalé e a Praça Coronel Nanan.

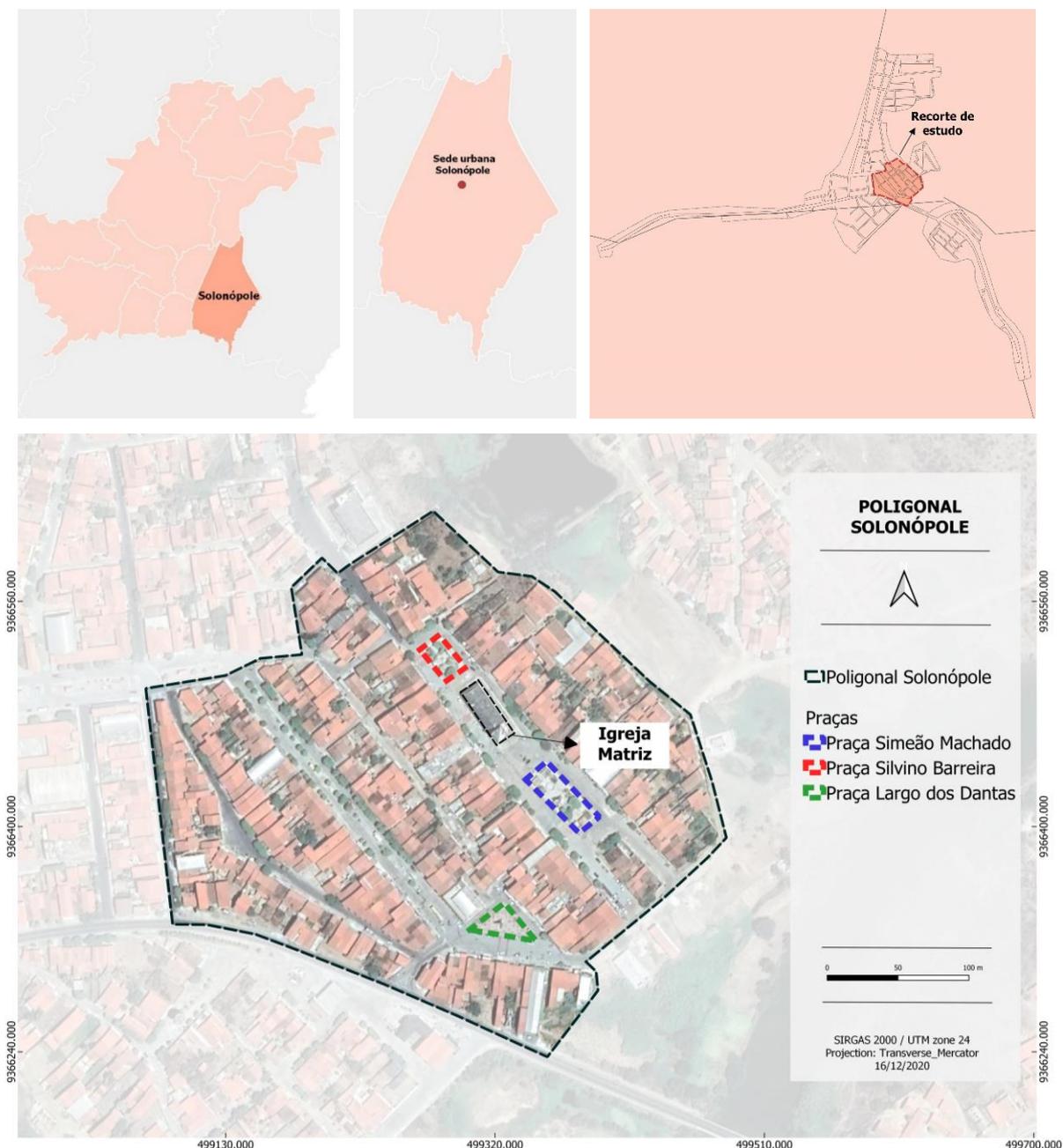
Mapa 5 - Poligonal Quixadá



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

O mapa 6 apresenta a poligonal do recorte selecionado da cidade de Solonópolis. Em azul está representada a Praça Simeão Machado, popularmente conhecida como praça da matriz, estando localizada em frente à Igreja Matriz da cidade. Na poligonal também estão localizadas a Praça Silvino Barreira e a Praça Largo dos Dantas.

Mapa 6 - Poligonal Solonópole

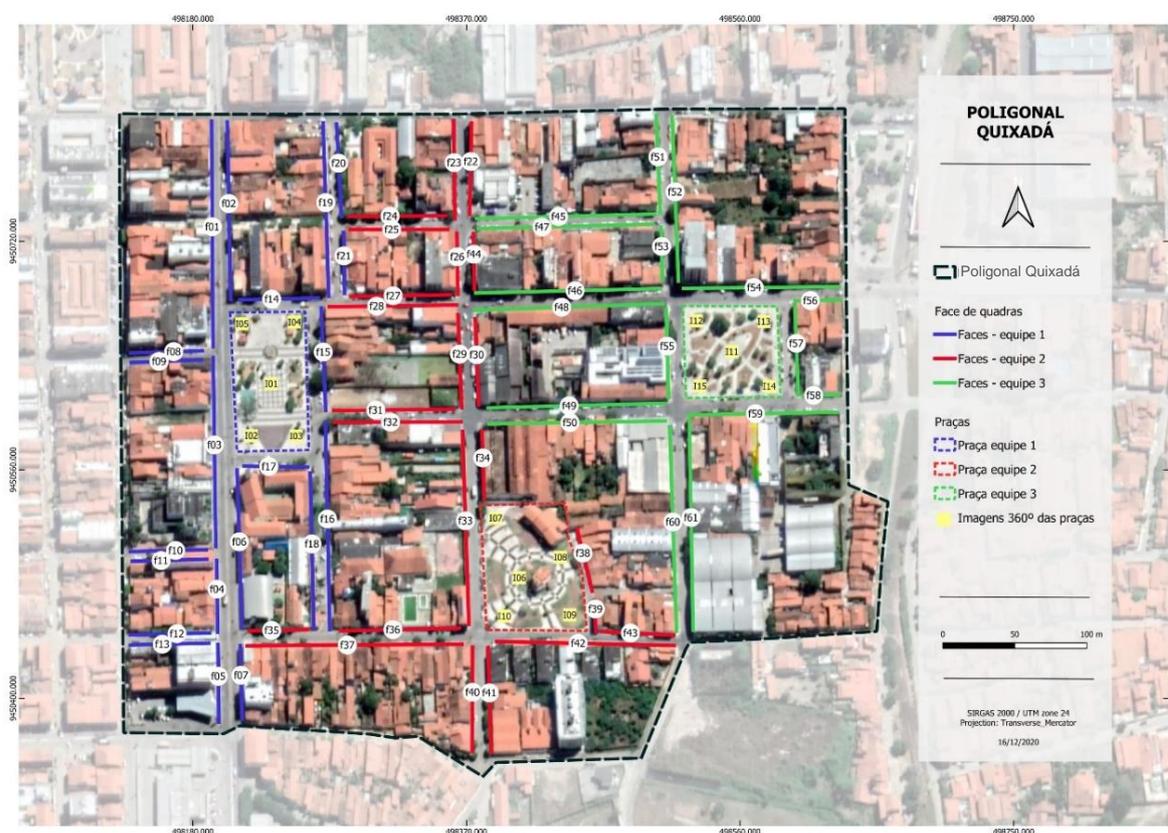


Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

O levantamento dos dados dessa fase do trabalho foi realizado juntamente com os alunos da disciplina de Desenho Universal, do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (UFC), no semestre letivo 2020.2. A atividade foi inserida na disciplina como forma de integração com a realização do estágio docente. Os alunos foram orientados e supervisionados pelo mestrando e pela orientadora e professora da disciplina, Zilsa Santiago. A turma foi

dividida em quatro equipes, nos mapas, as equipes foram numeradas de 1 a 4, e representadas em cores diferentes. As equipes 1, 2 e 3 realizaram os levantamentos da cidade de Quixadá (mapa 7), e a equipe 4 realizou o levantamento dos dados da cidade de Solonópolis (mapa 8). Para facilitar a coleta de dados, cada face da quadra/trecho do passeio já foi catalogado e numerado, sendo que os alunos receberam uma planilha, organizada pelo pesquisador, para preenchimento dos dados, e o *checklist* detalhado com os procedimentos da avaliação.

Mapa 7 - Catalogação das faces das quadras - Quixadá



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Mapa 8 - Catalogação das faces das quadras - Solonópole



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

O apêndice 1 contém o *checklist* elaborado para essa fase da pesquisa, ele foi embasado no índice de Caminhabilidade - iCam do ITDP Brasil (2018), e no método Fòllia Urbana, proposto por Zaitter (2019). No âmbito da acessibilidade, foi utilizado como referência o *checklist* desenvolvido por Santiago et al. (2016). Essa avaliação foi realizada a partir de imagens obtidas através do *Google Street View*. O quadro 11 apresenta a síntese do *checklist*, que possui uma escala que varia de 1 a 4, sendo que 1 é a pontuação mínima (e consequentemente a variável analisada possui pior desempenho) e 4 a pontuação máxima (avaliação positiva), além disso, está dividido em quatro partes: avaliação das faces das quadras (edificações), avaliação dos trechos dos passeios, avaliação das travessias e avaliação das praças.

Quadro 11 - Síntese do *checklist*

Itens analisados	Variáveis	Pontuações atribuídas			
		1	2	3	4
FACES DAS QUADRAS (edificações)	Variedade do uso	Muito baixa	Baixa	Média	Alta
	Variedade da idade aparente da edificação	Muito baixa	Baixa	Média	Alta
	Fachadas ativas	0 a 25%	25% a 50%	50 a 75%	75% a 100%
TRECHOS DOS PASSEIOS	Largura da calçada	Muito estreita	Estreita	Razoável	Larga
	Inclinação da calçada	Muito inclinada	Inclinada	Parcialmente plana	Plana
	Presença de desníveis	Muitos desníveis	Alguns desníveis	Poucos desníveis	Sem desnível
	Presença de obstáculos	Muitos obstáculos	Alguns obstáculos	Poucos obstáculos	Sem obstáculos
	Mobiliários	Sem mobiliários	Poucos mobiliários	Alguns mobiliários	Muitos mobiliários
	Tipo de pavimentação	Ruim	Regular	Bom	Ótimo
	Conservação e manutenção das calçadas	Ruim	Regular	Bom	Ótimo
	Limpeza	Ruim	Regular	Bom	Ótimo
	Sombreamento por vegetação	Inexistente	Insuficiente	Regular	Suficiente
	Sombreamento por marquises	Inexistente	Insuficiente	Regular	Suficiente
TRAVESSIAS	Sinalização vertical e horizontal	Inexistente	Existente - inadequada	Existente - parcialmente adequada	Existente - adequada
	Rampa	Inexistente	Existente - inadequada	Existente - parcialmente adequada	Existente - adequada
	Faixa elevada	Inexistente	Existente - inadequada	Existente - parcialmente adequada	Existente - adequada
	Semáforo	Não possui	Possui		
	Chanfro do lote	Não possui	Possui	Não se aplica	
PRAÇAS	Tipo de pavimentação	Ruim	Regular	Bom	Ótimo
	Conservação e manutenção do piso	Ruim	Regular	Bom	Ótimo
	Limpeza	Ruim	Regular	Bom	Ótimo
	Conservação e manutenção dos mobiliários	Ruim	Regular	Bom	Ótimo
	Sombreamento por vegetação	Inexistente	Insuficiente	Regular	Suficiente
	Rota acessível	Inexistente	Existente - inadequada	Existente - parcialmente adequada	Existente - adequada
	Rampa	Inexistente	Existente - inadequada	Existente - parcialmente adequada	Existente - adequada

Itens analisados	Variáveis	Pontuações atribuídas			
		1	2	3	4
	Faixa elevada	Inexistente	Existente - inadequada	Existente - parcialmente adequada	Existente - adequada

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

O terceiro passo da pesquisa, o **observar**, correspondeu a uma análise da interação das pessoas com espaço, buscando uma compreensão das formas de usos e apropriações. Tenório (2012) menciona que os estudiosos da urbanidade estabelecem a relevância da observação atenta do comportamento das pessoas nos espaços públicos para compreender a relação entre sua configuração e sua utilização.

Como técnica para anotação dos dados observados em campo, foi utilizado o mapeamento comportamental. Pinheiro, Elali e Fernandes (2008) definem esse instrumento como um documento empírico correspondente à representação gráfica das localizações e comportamentos das pessoas no espaço, possibilitando, assim, uma análise crítica dessas atividades desempenhadas.

No estágio inicial da pesquisa, em janeiro de 2020, foi realizado um mapeamento de duas praças da cidade de Quixadá, período anterior à pandemia da Covid-19 no Brasil. Como a situação da pandemia ainda não está plenamente controlada, e por já se ter os dados dessas duas praças, ambas foram selecionadas para repetição dos procedimentos de análise. O intuito foi comparar o uso do espaço atualmente com a época anterior à pandemia. Sendo assim, as novas observações ocorreram no mês de novembro de 2021.

Para observação das formas de usos do espaço, foram realizadas visitas às praças nos turnos da manhã, tarde e noite. Cada sessão de observação durou aproximadamente meia hora, e foi escolhido um ponto estratégico com bom campo de visualização. Nesse período, foram identificadas e desenhadas, através de croquis, a localização dos usuários no espaço, classificando-os quanto a faixa etária aparente, posição (sentado ou em pé), atividades desenvolvidas, além da representação dos principais fluxos e deslocamentos. Para levantamento desses dados e representação, foram utilizadas como referências as ferramentas propostas por Gehl e Savarre (2018).

O quarto passo foi o **conversar**, que correspondeu à avaliação da percepção dos usuários do espaço. A percepção pode ser apreendida como um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente, que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente, cognitivos (DEL RIO, 1990). A pessoa, portanto, deve ser o foco de uma análise espacial que objetiva compreender os modos de apreensão e apropriação do espaço.

Tuan (2012) afirma que percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, em que alguns fenômenos são claramente registrados, enquanto outros não. Muito do que é percebido tem um determinado valor para o observador e para proporcionar satisfações que estão relacionadas às vivências culturais.

Na pesquisa, foram utilizadas duas ferramentas para identificação da percepção ambiental: a seleção visual e a entrevista semiestruturada. A seleção visual teve como foco a avaliação das seis praças, sendo três delas inseridas na poligonal da cidade de Quixadá, e as outras três inseridas na poligonal da cidade de Solonópole. A entrevista semiestruturada tanto contemplou perguntas complementares em relação a essas praças, como questionamentos referentes à percepção dos usuários quanto às condições de caminhabilidade do centro da cidade.

Esses instrumentos foram aplicados para 20 pessoas, sendo 10 participantes da cidade de Quixadá, e 10 participantes da cidade de Solonópole. Por não ser uma vivência *in loco*, nas praças, foram selecionadas pessoas que já tivessem vivências anteriores nos referidos espaços. Os procedimentos foram realizados na residência dos voluntários, em ambiente interno. O perfil dessas pessoas está descrito na apresentação dos resultados dos estudos de caso.

O processo de percepção dos espaços ocorre através dos sentidos, como, por exemplo, a visão. Rheingantz et al. (2009) citam as referências visuais como elementos importantes para a percepção e a interpretação da realidade. Complementa, ainda, que nos processos de avaliação espacial os instrumentos que utilizam imagens possibilitam uma maior evidenciação aos usuários das diversas possibilidades visuais, colaborando com uma análise comparativa e definição de elementos preferenciais.

Nesse sentido, a técnica de seleção visual pode colaborar com estudos de avaliação espacial. Essa ferramenta tem sido utilizada e amplamente divulgada pelo arquiteto Henry Sanoff. Rheingantz et al. (2009) mencionam que a seleção visual pode ser utilizada para identificar associações positivas e negativas, e/ou a imageabilidade dos usuários sobre um conjunto de imagens de ambientes. A técnica permite estabelecer uma reflexão dos usuários sobre as características dos espaços, compará-las entre si, além de determinar as suas preferências.

Geralmente, para aplicação da seleção visual são disponibilizadas imagens impressas dos ambientes previamente selecionados, e, posteriormente, são direcionadas perguntas aos participantes. Nessa pesquisa, foi proposta a visualização das imagens através da tecnologia de realidade virtual, o intuito foi possibilitar ao usuário uma melhor interpretação do espaço não presencial. Esse instrumento foi escolhido mediante a atual condição pandêmica, como uma forma de avaliação sem a necessidade de estar presencialmente no espaço público.

Sobre essa relação entre tecnologia e percepção do ambiente, Barros e Toneo (2018, n.p.) mencionam que “o século XXI tem sido marcado pelo desenvolvimento de dispositivos multissensoriais que auxiliam as práticas de visualização de ambientes, buscando a aproximação entre um ambiente virtual e os usuários remotos das percepções do mundo real.” E uma possibilidade tecnológica disponível para tal objetivo é a realidade virtual.

Jerald (2015) define a realidade virtual (RV) como um ambiente digital gerado computacionalmente que pode ser experienciado de forma interativa, como se fosse real. Para Guimarães (2004), a realidade virtual é uma representação de um ambiente real que é visualizado, explorado e manipulado em tempo real, tendo como características principais a imersão e a interatividade. A imersão, por deter a atenção do usuário, e interatividade, devido à capacidade de respostas do sistema ao usuário.

Para a pesquisa, foram captadas imagens 360° das duas praças, utilizando um smartphone com o aplicativo P360 para esse levantamento fotográfico. As imagens foram exibidas aos participantes através dos óculos de realidade virtual do modelo VR Box (figuras 13 e 14). Os modelos planejados dessas imagens estão representados no apêndice 2.

Figura 13 - Óculos VR BOX



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 14 - Voluntária da pesquisa



Fonte: Acervo do autor, 2021

A coleta de dados ocorreu de forma separada, para que as respostas de cada participante não interferissem nas demais. Cada voluntário visualizou uma imagem por vez, através dos óculos de realidade virtual, e permaneceu em observação enquanto respondia aos questionamentos. Para cada imagem foi utilizado um tempo médio de observação de 10 minutos. Como cada participante visualizou 3 imagens, o tempo total de cada sessão durou cerca de 30 minutos.

Para auxiliar na aplicação da ferramenta, foi elaborada uma ficha de avaliação contendo os pontos questionados aos entrevistados. A ficha foi desenvolvida a partir de uma adaptação de modelos trabalhados por Sanoff (2001), Rheingantz et al. (2009) e Paiva (2018). A ficha de avaliação consta no apêndice 2.

A ficha de avaliação foi dividida em duas etapas. Para cada praça analisada foi, a princípio, solicitado que os participantes mencionassem os aspectos positivos e negativos de cada uma das três praças. Na segunda etapa, foi aplicada uma escala de diferencial semântico, em que foram apresentados adjetivos opostos, e solicitado que os participantes escolhessem o adjetivo que melhor correspondesse ao espaço analisado (exemplo: feio ou bonito). O diferencial semântico foi criado por Osgood, Suci e Tannenbaum (1957, apud ANDRADE et. al., 2009). Para a definição dos adjetivos, foi utilizada a referência de Paiva (2018), com a exclusão de alguns itens e inclusão de outros, por esta ser uma pesquisa de avaliação de um espaço externo e não de um ambiente residencial. O quadro 12 demonstra um esquema com essas duas etapas da técnica de **seleção visual**, bem como apresenta os adjetivos

utilizados na escala de diferencial semântico. A ficha completa utilizada para coleta dos dados encontra-se no apêndice 3.

Quadro 12 - Síntese das etapas realizadas na aplicação da técnica de seleção visual

Etapa 1 – Aspectos positivos e negativos	Etapa 2 – Escala de diferencial semântico	
Descrição dos aspectos positivos da praça	Bonita	Feia
	Alegre	Triste
	Aconchegante	Incômodo
	Relaxante	Angustiante (tenso)
	Confortável	Desconfortável
Descrição dos aspectos negativos da praça	Ocioso (vazio)	Poluído (cheio)
	Arejado	Abafado
	Empolgante (excitante)	Entediante (desanimado)
	Espaçosa	Apertada

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Como forma de obter mais informações referentes aos usos das praças, memórias desses lugares, sugestões para melhorias, além de informações sobre o caminhar na cidade, optou-se, de modo complementar à seleção visual, por realizar uma entrevista semiestruturada. Segundo Minayo (2008, p. 261), a entrevista semiestruturada “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”.

A entrevista foi aplicada aos mesmos 20 participantes do procedimento de seleção visual. A entrevista foi dividida em dois blocos de perguntas, o primeiro com questões relacionadas às praças, e o segundo bloco com perguntas contemplando aspectos da caminhabilidade na cidade. As repostas verbalizadas pelos participantes foram transcritas para posterior análise. As perguntas da entrevista semiestruturada estão apresentadas no quadro 13.

Quadro 13 - Perguntas da entrevista semiestruturada

Bloco 1 - Perguntas sobre as praças	Bloco 2 - Perguntas sobre as condições de caminhabilidade
Você costuma frequentar as praças do centro da cidade? Com qual finalidade? Com qual frequência?	Com quais finalidades você caminha pelo centro da cidade? Qual a frequência?
Você utiliza a praça mais como um local de passagem ou como local de permanência?	Para os deslocamentos cotidianos, você costuma utilizar como maior frequência quais meios? (ex: caminhada, bicicleta, veículo automotivo, etc.)
Visualizando essas praças, você consegue ter algumas memórias de momentos vivenciados nesses locais?	Você acredita que as calçadas do centro oferecem boas condições para o caminhar? Que elementos favorecem ou não essa caminhabilidade?
Na sua opinião, quais elementos poderiam tornar essas praças mais atrativas?	Você se sente seguro em caminhar pelas ruas do centro da cidade? Isso interfere em relação a horários?
	Na sua opinião, quais elementos poderiam tornar o caminhar na cidade mais atrativo?

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Para representar os resultados das perguntas relacionadas a sugestões de melhorias para as praças, e para a pergunta de direcionamento de elementos para tornar o caminhar da cidade mais atrativo, foi elaborada uma nuvem de palavras, em que optou-se por destacar os termos mais comentados pelos voluntários. Gerson (2021, p.251) assinala que a “nuvem de palavras é um recurso visual que aplica a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) através da justaposição das palavras citadas e o aumento do tamanho das que mais aparecem nas respostas abertas.” Para esse procedimento, foi utilizado o site *Wordclouds* para representação dos termos mais citados, entretanto, sem a utilização das técnicas de análise de conteúdo.

5. Lendo a Urbanidade



Este capítulo apresenta os resultados dos estudos de caso realizados, e está dividido em dois subcapítulos: Estudo de caso 1: a cidade de Quixadá; e Estudo de caso 2: a cidade de Solonópole. Cada subcapítulo inicia com uma apresentação da cidade. Essa discussão contempla a exposição de imagens divulgadas em sites e reportagens, além de fotografias feitas pelo autor durante as visitas de observações em campo.

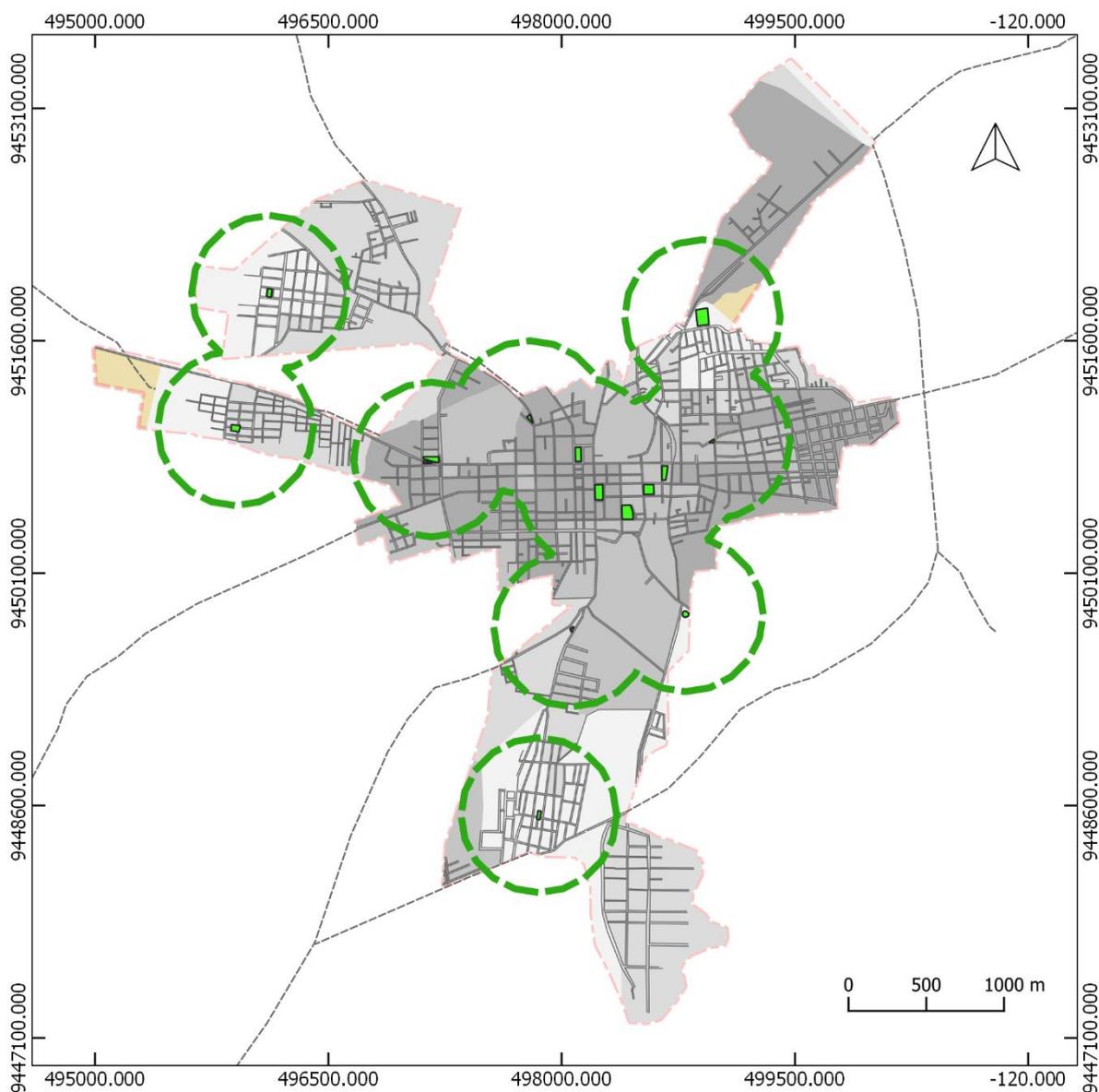
5.1 Estudo de caso I: a cidade de Quixadá

Apresentando, inicialmente, um panorama dos espaços livres públicos¹⁰ da cidade de Quixadá, foram identificados 14 desses espaços, conforme estão demarcados no mapa 9. Para análise da influência desses espaços, foi delimitado um raio de ação de 500 metros. Essa medida é proposta por Weingartner (2008), e corresponde a uma zona confortável de caminhabilidade, região em que são desenvolvidas as ações corriqueiras, logo, as práticas de usos mais frequentes. Em termos percentuais, apenas 58,72% do perímetro urbano de Quixadá está coberto por essa área de influência.

No mapa, percebe-se uma maior concentração de espaços livres públicos nas áreas centrais, em comparação com as zonas periféricas. Destaca-se também que há uma maior predominância desses espaços em áreas com maior renda *per capita* da população, indicando um padrão de distribuição desigual.

¹⁰ Para este levantamento, foi considerado os “espaços livres voltados a práticas sociais”, categoria proposta por Queiroga, Mayer e Macedo (2018), e apresentada no subcapítulo 2.2 - Os espaços livres públicos na cidade

Mapa 9 - Espaços livres públicos - Quixadá

**ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS - QUIXADÁ**

■ Espaços livres públicos	Renda per capita (R\$)
○ Raio de caminhada (500 m)	159 - 254
— Malha urbana	254 - 362
■ Perímetro da mancha urbana	362 - 548
-- Rodovias	548 - 4049

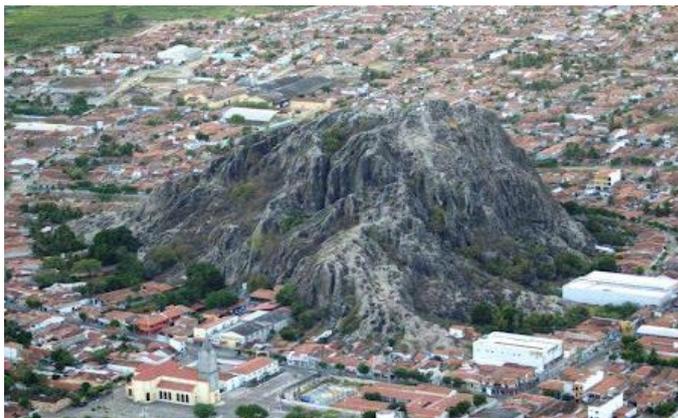
SIRGAS 2000 / UTM zone 24S

Quantidade de espaços livres públicos	14
Área de espaços livres públicos	40.428,67 m ²
Porcentagem do território coberto pela área de influência	58,72%
Relação área esp. livres/habitantes	0,81 m ² /hab
Relação área esp. livres/perímetro	0,44%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Alguns dos elementos característicos da paisagem urbana da cidade de Quixadá são os monólitos¹¹, formações rochosas que compõem o cenário do entorno e que também estão inseridas no tecido urbano da cidade. A figura 15 apresenta a pedra do cruzeiro, ponto turístico localizado no centro da cidade. Na figura 16 é possível visualizar um monólito de menor porte em uma via do centro da cidade.

Figura 15 - Pedra do Cruzeiro



Fonte: Diário do Nordeste, 2019

Figura 16 - Monólito em via



Fonte: Acervo do autor, 2021

Considerando a contribuição desses elementos para a identidade da paisagem urbana, tem-se a verticalização como uma limitação para a apreciação dos monólitos, sobretudo nas áreas centrais, conforme pode ser visualizado nas figuras 17 e 18. Dado o crescimento demográfico do município, esse processo de verticalização foi intensificado nas últimas décadas

¹¹ Embora sejam mais conhecidos popularmente como monólitos, o termo científico mais adequado é “*inselbergs*”. Trata-se de formações geológico-geomorfológicas que datam do Pré-Cambriano. São maciços residuais, resultados da ação do intemperismo e agentes externos do relevo, são estruturas bastante rígidas que resistiram há vários tempos e eras da história geológica da Terra, sendo considerados verdadeiros testemunhos de tempos pretéritos. (SILVA, 2017)

Figura 17 - Verticalização das edificações 1



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 18 - Verticalização das edificações 2



Fonte: Acervo do autor, 2021

Embora o trânsito de uma cidade com o porte de Quixadá tenha uma menor intensidade de fluxo que nas metrópoles, cabe-se destacar que também há diferenciação no porte das vias para alocação da frota de veículos. Com isso, conforme pode ser visualizado nas figuras 19 e 20, alguns cruzamentos do centro da cidade apresentam considerável concentração de veículos, influenciando, inclusive, no que diz respeito à segurança dos pedestres para travessia nessas vias.

Figura 19 - Trânsito - cruzamento 1



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 20 - Trânsito - cruzamento 2



Fonte: Acervo do autor, 2021

Indicando também uma relação ainda existente com o modo de vida rural, é muito comum, nas vias da cidade, o trânsito de veículos de tração animal. Essas carroças têm como principal função o transporte de cargas, como, por exemplo, venda

de água potável, frete para deslocamento de mercadorias, etc. As figuras 21 e 22 mostram as carroças dividindo espaço no trânsito com os veículos automotivos.

Figura 21 - Carroças no trânsito 1



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 22 - Carroças no trânsito 2



Fonte: Acervo do autor, 2021

Um outro elemento característico presente no trânsito de Quixadá são os paus de arara, sendo caminhões que realizam o transporte de passageiros de modo irregular, mas muito comum na região. O fluxo predominante desses veículos são os deslocamentos das localidades rurais para o centro da cidade. As figuras 23 e 24 apresentam paus de arara estacionados em vias da cidade.

Figura 23 - Paus de arara estacionados 1



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 24 - Pau de arara estacionado 2



Fonte: Acervo do autor, 2021

Embora a cidade não possua uma infraestrutura de ciclovias ou ciclofaixas para trânsito de bicicletas, pôde ser observado o deslocamento de pessoas utilizando este modal. A figura 25 apresenta ciclistas transitando pela faixa de rolamento, e na figura 26 podem ser visualizadas várias bicicletas estacionadas em uma área do centro da cidade. A existência de uma infraestrutura adequada poderia incentivar um maior uso desse modal.

Figura 25 - Ciclistas nas vias



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 26 - Bicicletas estacionadas no centro



Fonte: Acervo do autor, 2021

No centro da cidade, é comum a venda de produtos oriundos das produções agrícolas das localidades rurais do município. Na figura 27 é possível visualizar produtos como milho e feijão. Na figura 28 um homem vende melões em uma carroça estacionada em uma área central da cidade.

Figura 27 - Produtos advindos da zona rural



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 28 - Carrozeiro vendedor



Fonte: Acervo do autor, 2021

Antes da pandemia, semanalmente, artesãos locais organizavam uma feira de artesanato (figura 29) na Praça José de Barros. É importante destacar esse uso dado à praça, que, além da venda das peças, funciona como um modo de exposição da cultura local.

Figura 29 - Feira de artesanato



Fonte: Diário do Nordeste, 2018

Nas pequenas e médias cidades, diante da inexistência de locais como teatros e centros de eventos, muitas das festividades da cidade acontecem nos espaços livres públicos, principalmente nas praças. Dois exemplos desse uso do espaço podem ser visualizados nas imagens a seguir. A figura 30 contém a apresentação do reisado de caretas¹² na Praça José de Barros. E a figura 31 apresenta um evento realizado anualmente no período de festas juninas, chamado Pula Fogueira, sediado também na Praça José de Barros.

¹² O Reisado Careta é uma festa para louvar Santo Reis e acontece em forma de jornada que simboliza o caminho feito pelos Três Reis do Oriente desde a noite do dia 25 de dezembro, data do nascimento de Cristo Jesus até o dia 06 de janeiro, quando os Reis chegaram a Belém. As personagens representadas na brincadeira variam entre seres animais (burrinha, boi, galo, ema, babau), humanos (Nega-véia) e fantásticos (jaraguaia, os caretas), entre outros conforme cada grupo de brincantes apresentar. (CORNELIO, 2009).

Figura 30 - Reisado de caretas



Fonte: Boi Coração, 2019

Figura 31 – Pula Fogueira



Fonte: Radialista Rochinha, 2021

Em Quixadá, tanto em bairros centrais como em áreas mais periféricas, é comum a presença de pessoas sentadas na calçada, especialmente no período noturno. A calçada, nessa situação, assume a função de transição entre o espaço público e o privado, sendo uma área de apropriação por parte dos moradores, utilizada como espaço de conversa entre as pessoas ou mesmo como um ponto para observar a vida da cidade. As figuras 32 e 33 demonstram esse uso.

Figura 32 - Pessoas conversando na calçada



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 33 - Moradora sentada na calçada



Fonte: Acervo do autor, 2021

Essa breve apresentação da cidade de Quixadá objetivou elencar algumas características do espaço urbano, com ênfase na demonstração de algumas especificidades das pequenas e médias cidades que influenciam nas formas de uso e

apropriação do espaço, e que, conseqüentemente, refletem na urbanidade desses lugares.

5.1.1 Conhecer

O segundo passo metodológico da pesquisa corresponde ao **conhecer**, e tem como foco a avaliação do espaço físico. Para análise do espaço, foi aplicado o *checklist* que consta no apêndice 1. Todo o *checklist* possui uma escala que varia de 1 a 4.

A primeira parte do *checklist* corresponde a avaliação das faces da quadra, tendo como foco as edificações inseridas na poligonal. O atributo “variedade de usos” obteve média de 2,62 (mapa 10). Observa-se que as faces das edificações apresentaram resultados diversificados, algumas sem indicar variedades nos usos, enquanto outras já indicando edificações com diferentes funções compartilhando o mesmo trecho da quadra. Jacobs (2011) considera essa diversidade das funções um aspecto primordial para garantir a circulação de um maior número de pessoas e nos diversos horários do dia. Por se tratar de uma área central e com considerável concentração comercial, embora no período do dia haja uma constante circulação de pessoas (figura 34), no período da noite as ruas não possuem tantos transeuntes (figura 35).

Figura 34 - Centro Quixadá - dia



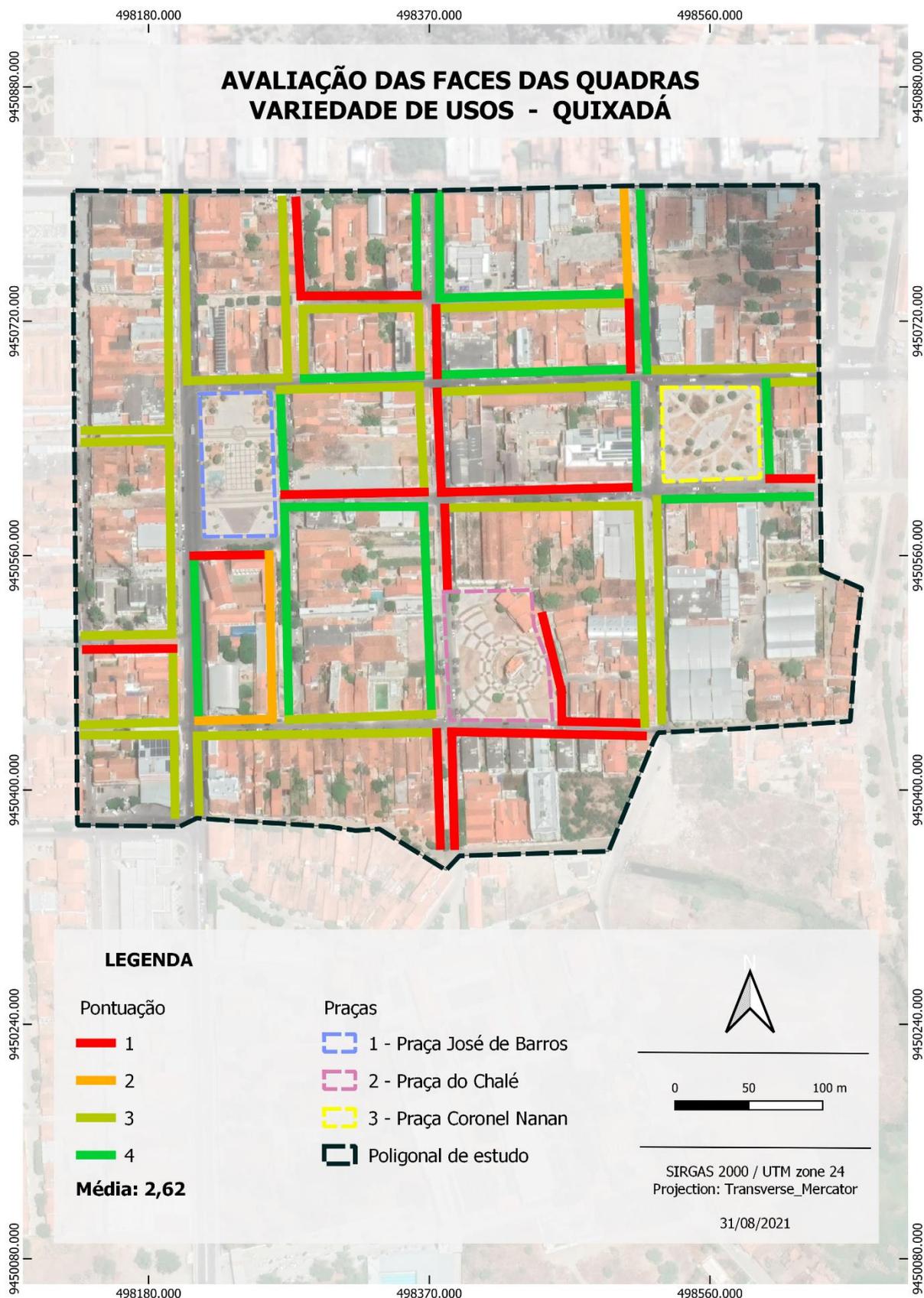
Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 35 - Centro Quixadá - noite



Fonte: Acervo do autor, 2021

Mapa 10 - Variedade de usos - Quixadá



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

A “idade aparente da edificação” apresentou uma pontuação média de 2,00 (mapa 11), representando, assim, uma baixa diversidade. Zaitter (2009) considera a diferença temporal dos edifícios de uma cidade uma condicionante para o nível de urbanidade, para ele, “a preservação ou conservação de edificações, mesmo que modificados seus usos, significa o respeito da memória do local e de seus moradores, promovendo o sentimento de pertencimento do cidadão com a cidade” (ZAITTER, 2019, p. 36).

As figuras 36 e 37 apresentam o contraste de uma edificação de cinco pavimentos de construção mais recente, e o casarão que abrigava o Colégio Valdemar Alcântara. Nos últimos anos, muitas edificações de construção mais antiga foram demolidas para implantação de novos equipamentos no centro de Quixadá, sendo, em sua maioria, empreendimentos comerciais, causando grande perda do patrimônio edificado da cidade. No ano de 2020 um caso ganhou maior repercussão: após rumores de que o Ginásio Valdemar Alcântara seria demolido pela Diocese de Quixadá (proprietária do imóvel), foi criado o movimento “Salve o Casarão”, com participação de ex-alunos e ex-professores do antigo colégio, arquitetos e urbanistas, historiadores e outros membros da sociedade, em que foi solicitado o processo de tombamento via câmara municipal e posterior restauração da edificação. Embora a edificação não tem sido demolida, o prédio ainda não teve o processo de tombamento concluído.

Figura 36 - Edifício com cinco pavimentos



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 37 - Ginásio Valdemar Alcântara



Fonte: Repórter Ceará, 2021

A variável “permeabilidade das fachadas” obteve média de 2,45 (mapa 12), apresentando desempenho mediano, considerando a escala aplicada. Essa interação entre espaço edificado e espaço aberto público pode favorecer a sensação de segurança do pedestre, possibilitando que as aberturas das fachadas proporcionem uma comunicação entre o interior das edificações e a vida pública (JACOBS, 2011; GEHL, 2015). A figura 38 apresenta uma exemplificação de fachada cega, e a figura 39 demonstra fachadas com aberturas amplas.

Figura 38 - Fachada Cega



Fonte: Acervo do autor, 2021

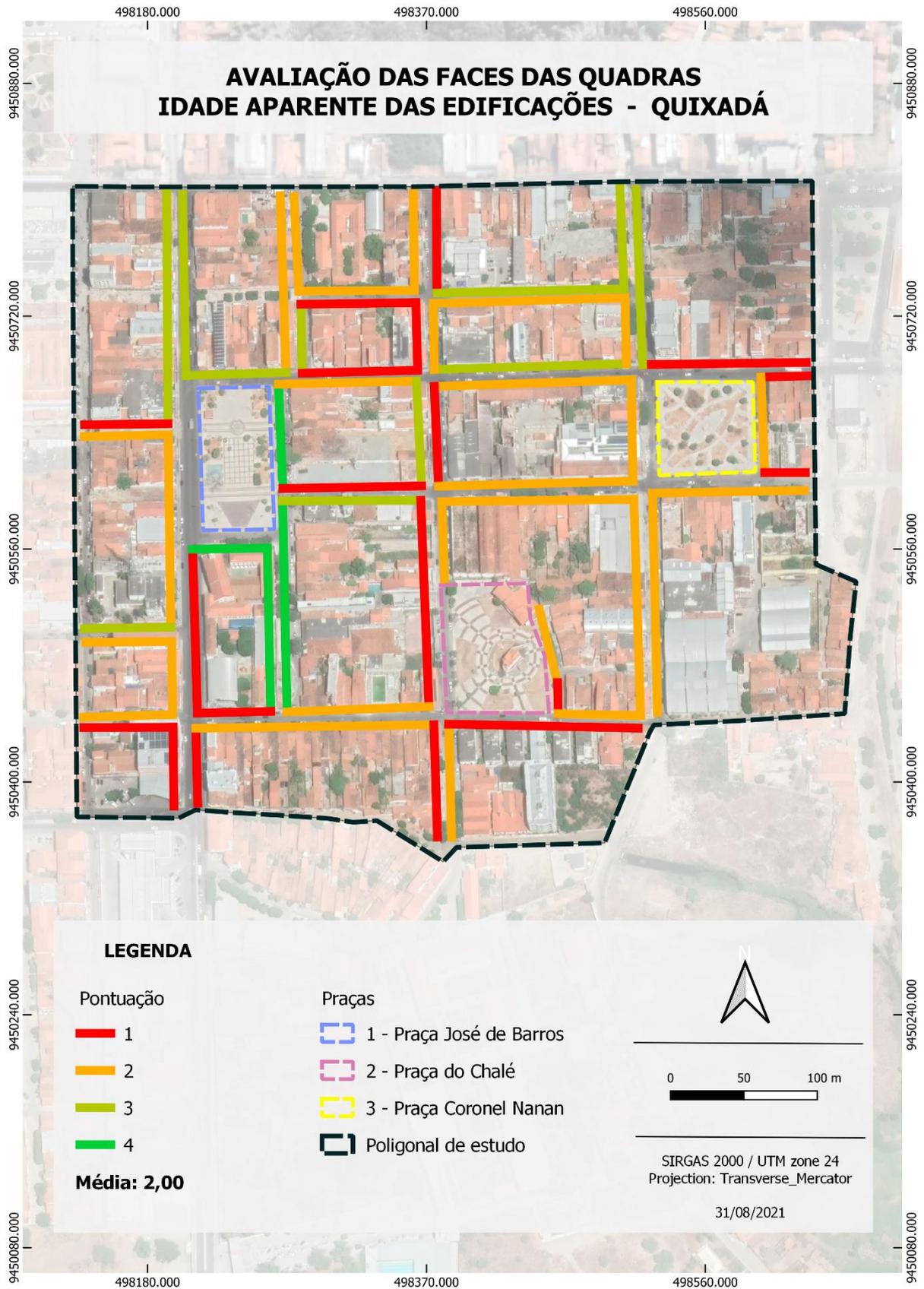
Figura 39 - Fachada com aberturas



Fonte: Acervo do autor, 2021

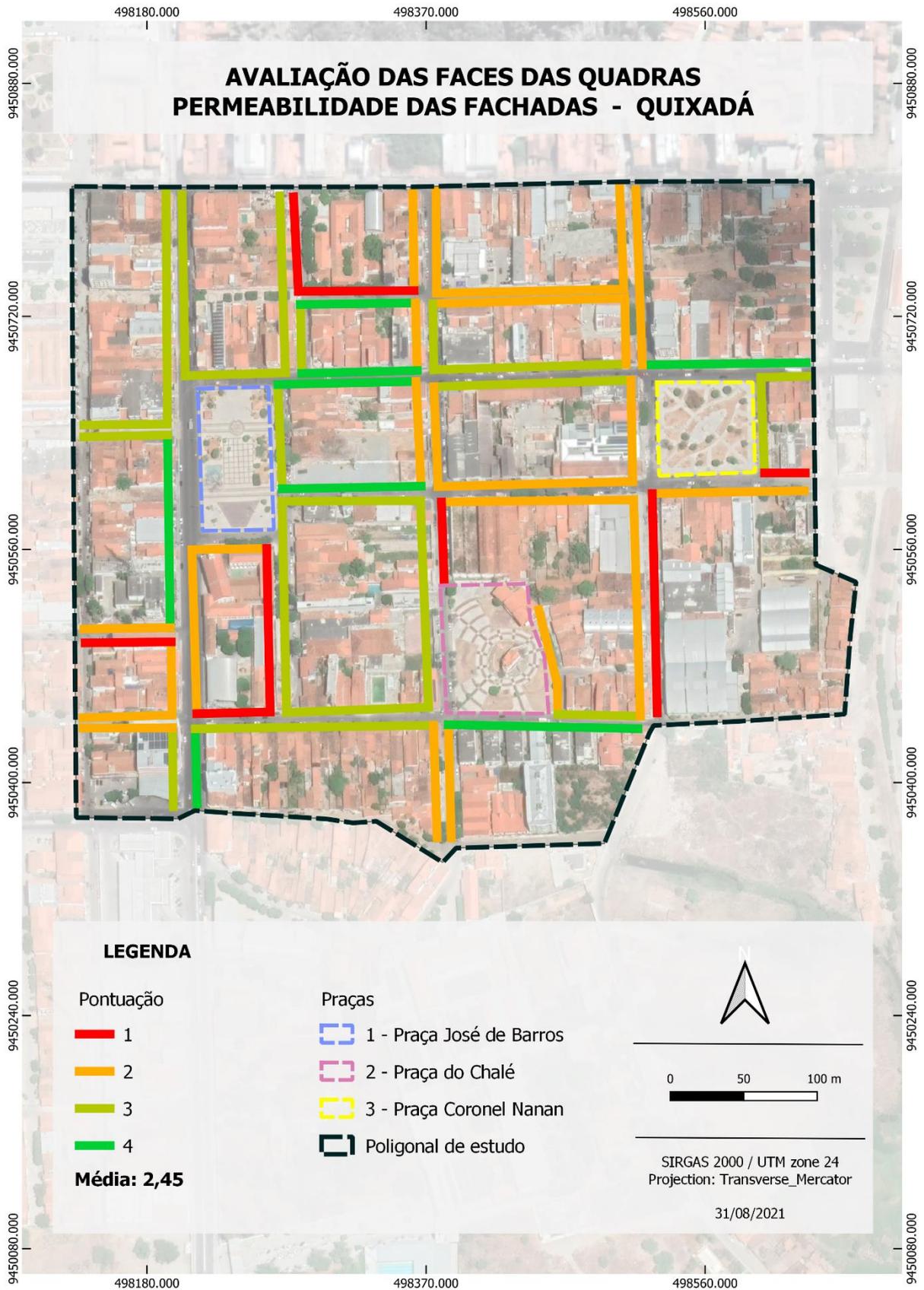
O mapa 13 apresenta uma síntese das variáveis analisadas referentes às faces das quadras. Como média geral dos resultados dessa parte, obteve-se a pontuação de 2,36, indicando um resultado mais próximo da pontuação mínima (1) do que da pontuação máxima (4).

Mapa 11 - Idade aparente das edificações - Quixadá



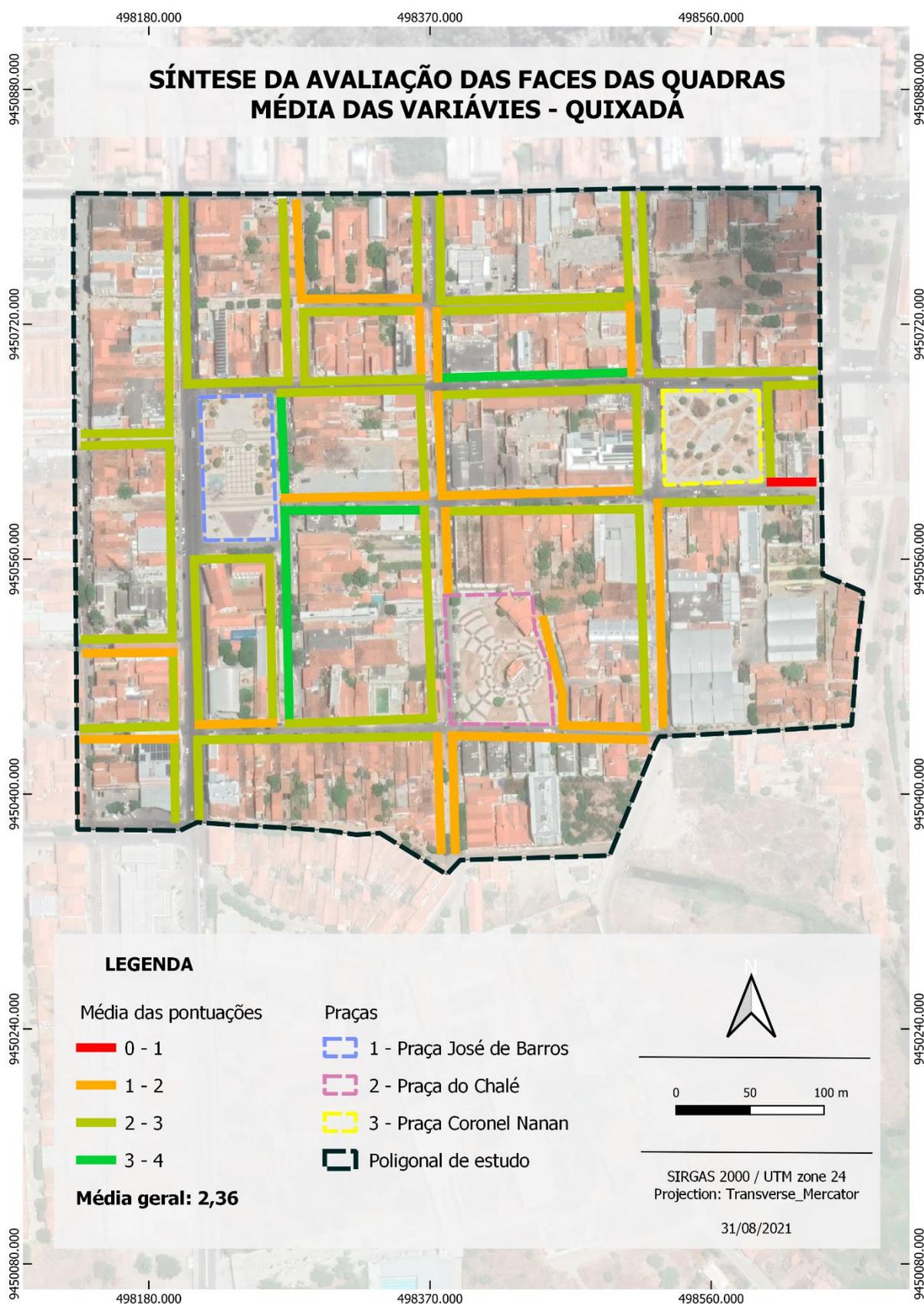
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Mapa 12 - Permeabilidade das fachadas - Quixadá



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Mapa 13 - Síntese da avaliação das faces das quadras - Quixadá



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

A segunda parte do *checklist* contempla a avaliação dos trechos dos passeios. Incentivar a mobilidade a pé é primordial para que sejam alcançados modelos de cidades centrados nas pessoas e com foco na urbanidade. Para isso, as calçadas devem oferecer condições favoráveis à circulação dos pedestres. A acessibilidade deve ser prioridade para garantir um acesso igualitário ao espaço público. Zaitter (2019) considera a acessibilidade como uma das quatro dimensões inerentes à condição da urbanidade, definindo-a como a qualidade do caminho a ser percorrido pelos pedestres. Os atributos a seguir consideram a acessibilidade e outros aspectos que influenciam na qualidade do caminhar.

Na variável “largura da calçada”, foi obtida a média de 2,18, a baixa pontuação indica que a maioria das calçadas são estreitas. Analisando o mapa 14, percebe-se que, de todas as calçadas do trecho, apenas duas têm pontuação acima de 2. A figura 40 apresenta uma calçada com dimensão aproximada de dois metros, enquanto na figura 41, no lado direito da via, o passeio possui menos de um metro de largura. Já no que diz respeito à “inclinação da calçada”, o resultado foi positivo, a média foi 3,47 (mapa 15), esse resultado é reflexo da topografia plana da região, que favorece para que as calçadas não possuam grandes inclinações.

Figura 40 - Calçada com largura confortável



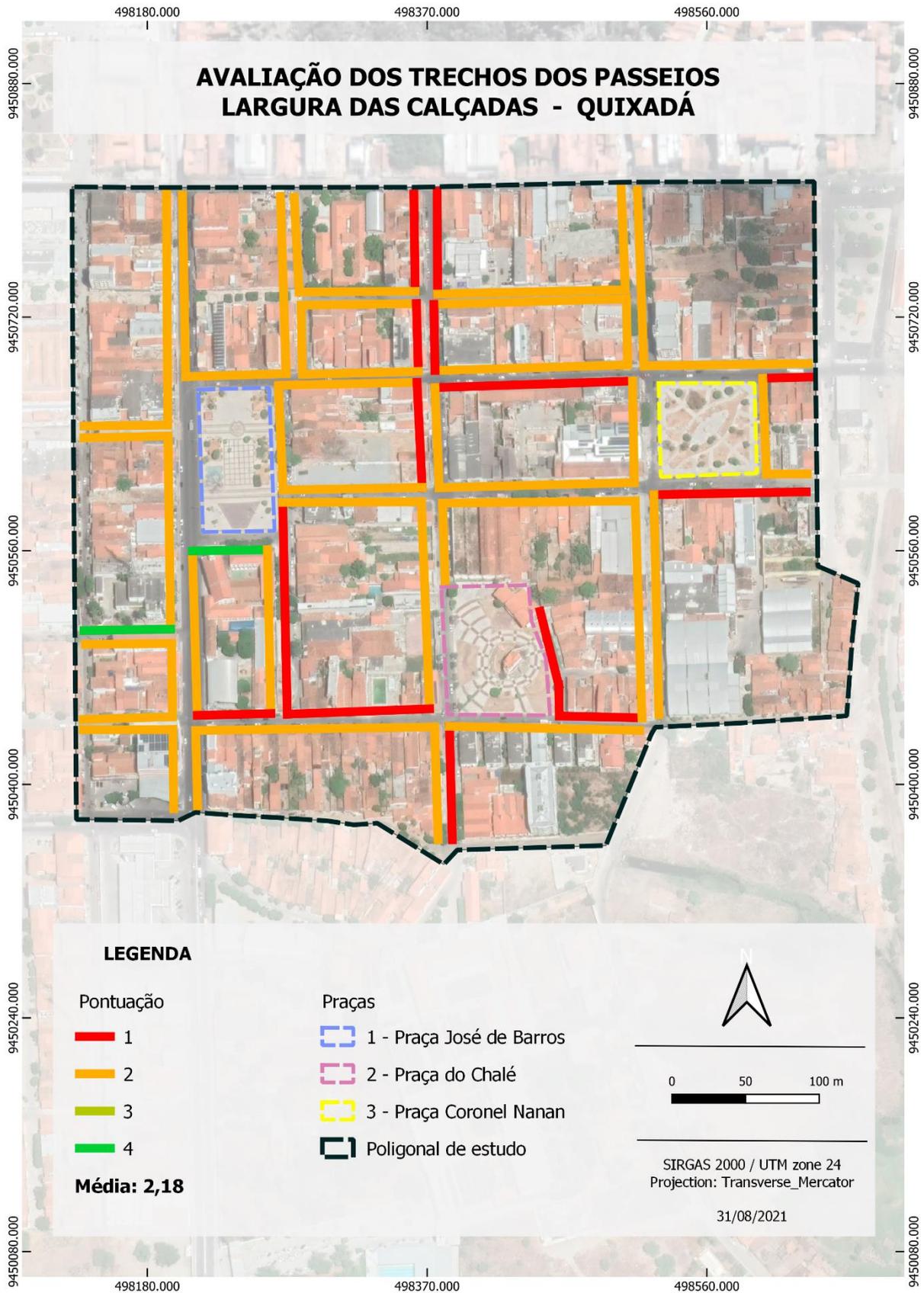
Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 41 - Calçada estreita



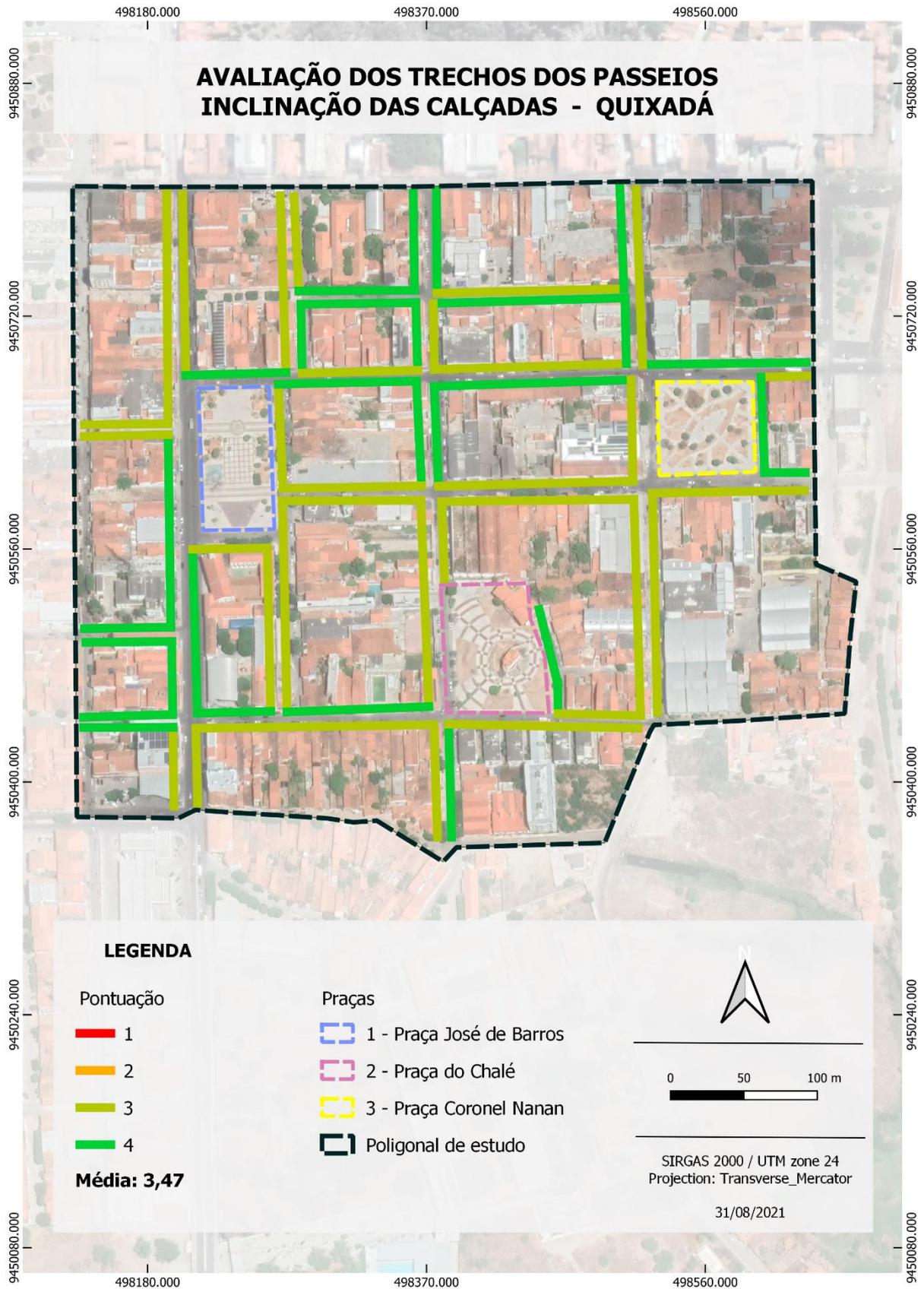
Fonte: Acervo do autor, 2021

Mapa 14 - Largura das calçadas - Quixadá



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Mapa 15 - Inclinação das calçadas - Quixadá



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

A variável “presença de desníveis” apresentou uma pontuação de 3,3 (mapa 15), e o atributo “presença de obstáculo” obteve média 3 (mapa 17). Em relação aos obstáculos, além dos fixos, foram encontrados obstáculos móveis, como, por exemplo: cavaletes de identificação de lojas, produtos expostos nas calçadas, mesas de estabelecimentos comerciais, dentre outros. A extinção dessas barreiras seria de fácil resolução, por serem móveis, no entanto, está relacionada à falta de conscientização da população, e torna-se um desafio a mudança desses hábitos. As figuras 42 e 43 trazem exemplificações desses obstáculos fixos e móveis.

Figura 42 - Obstáculo fixo (rampa)



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 43 - Obstáculos móveis



Fonte: Acervo do autor, 2021

Na análise, foram identificados poucos mobiliários dispostos nos passeios. Na maioria dos trechos, havia apenas postes de iluminação, e em poucos pontos da poligonal existiam lixeiras. Dessa forma, a pontuação média desse atributo foi de 1,22 (mapa 18). A figura 44 mostra uma geladeira transformada em biblioteca, localizada em uma calçada do centro da cidade, e a figura 45 apresenta um banco alocado no passeio. Nessa imagem, ainda é possível visualizar uma bicicleta presa ao poste de iluminação, indicando a falta de paraciclos para alocação desse meio de transporte.

Figura 44 - Mobiliário (geladeira com livros)



Fonte: Acervo do autor, 2021

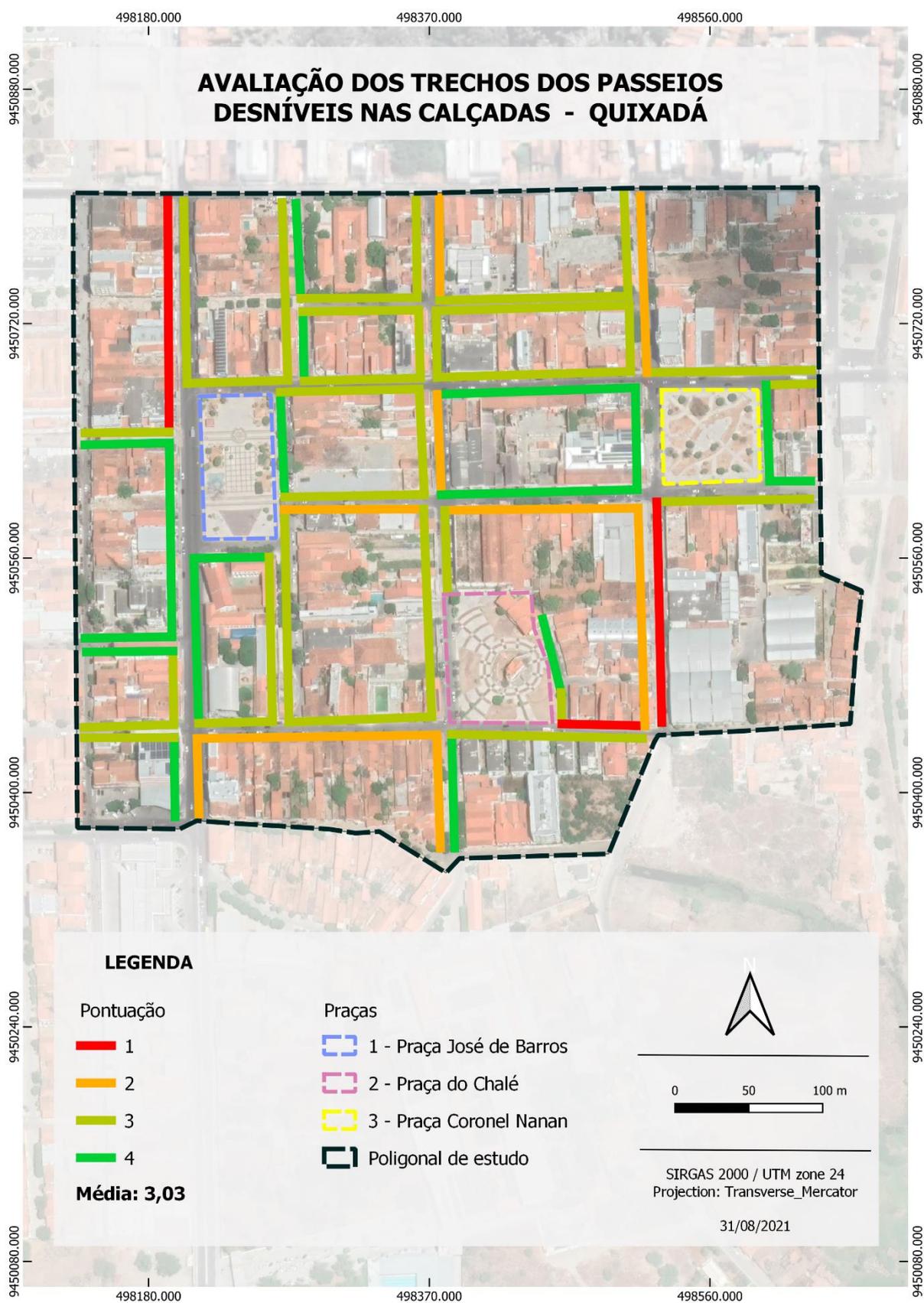
Figura 45 - Mobiliário (banco)



Fonte: Acervo do autor, 2021

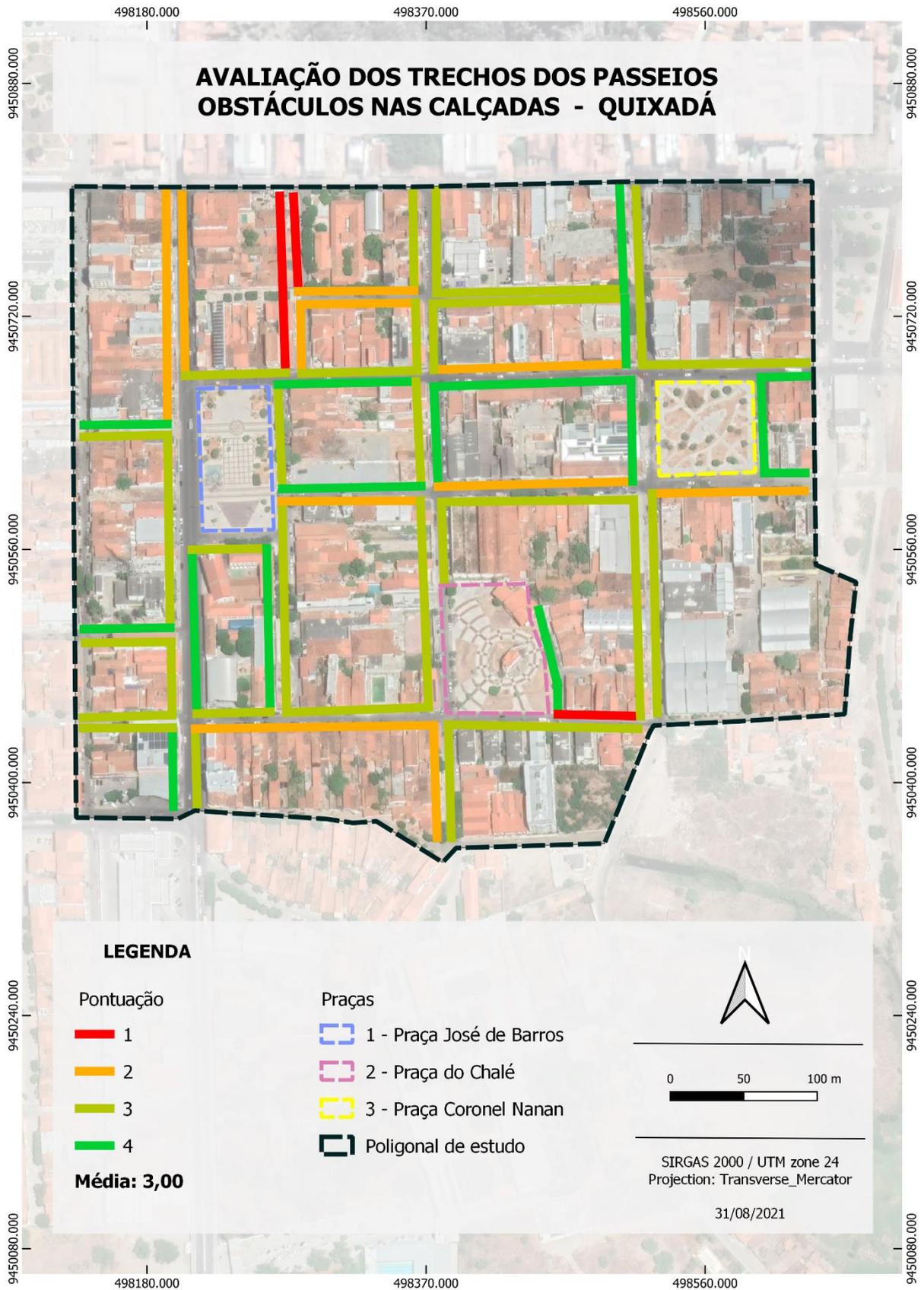
A variável “tipo de pavimentação” apresentou média de 2,67. Observando o mapa 19, percebe-se que os trechos apresentaram variação do desempenho. Nesse tópico, foi considerado, principalmente, se o piso era uniforme, aderente e não apresentava riscos de acidentes. O “guia de acessibilidade: espaços públicos e edificações”, do Governo do Estado do Ceará (2009), orienta que nas áreas de circulação de pedestres sejam utilizados materiais que propiciam superfície contínua, regular, antiderrapante, resistente e durável. Como sugestão de pavimentação é citado: placa pré-moldada de concreto, blocos intertravados, ladrilho hidráulico, concreto moldado in loco e cimento desempenado (não queimado), observando-se, todavia, o adequado assentamento.

Mapa 16 - Desníveis nas calçadas - Quixadá



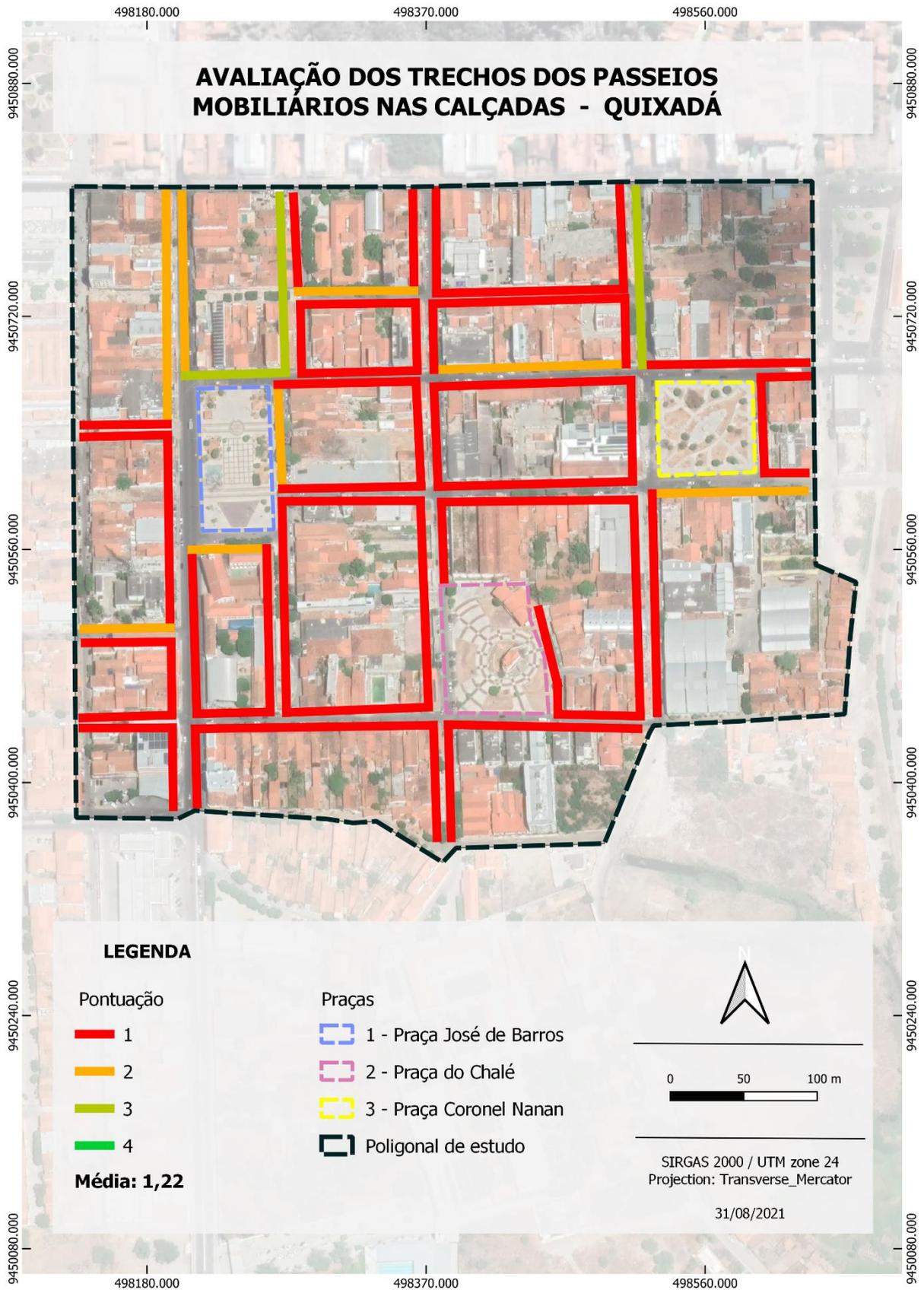
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Mapa 17 - Obstáculos nas calçadas - Quixadá



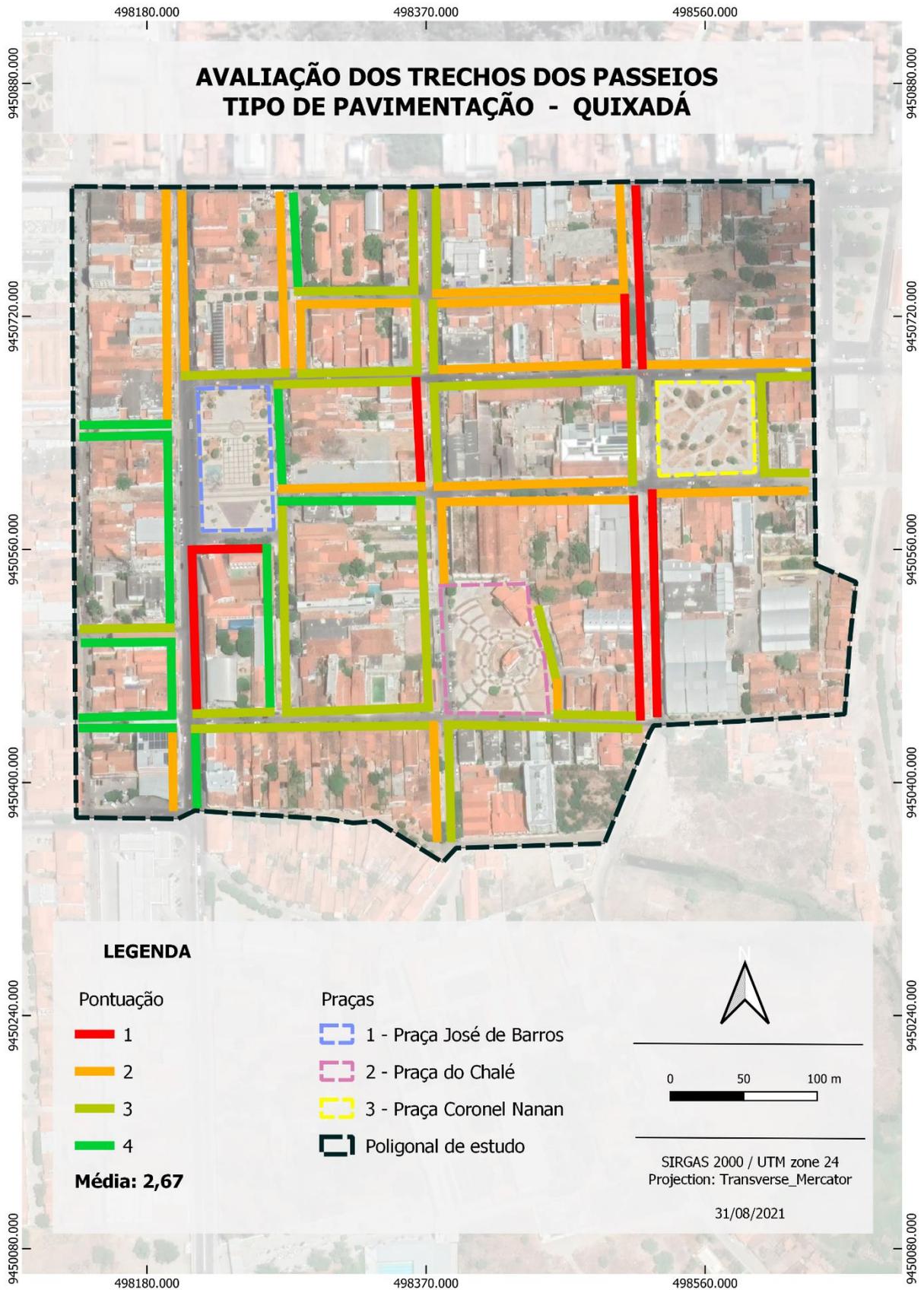
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Mapa 18 - Mobiliários nas calçadas - Quixadá



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Mapa 19 - Tipo de pavimentação - Quixadá



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

O atributo “conservação e manutenção das calçadas” obteve pontuação de 2,77 (mapa 20), representando um resultado mediano. O quesito de limpeza urbana foi bem avaliado, apresentando média de 3,21, conforme pode ser visualizado no mapa 21. Na figura 46, o piso da calçada está quebrado, gerando um pequeno desnível. Ainda que o atributo tenha obtido boa avaliação, na figura 47 é possível visualizar lixo acumulado no passeio.

Figura 46 - Calçada com piso danificado



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 47 - Lixo na calçada

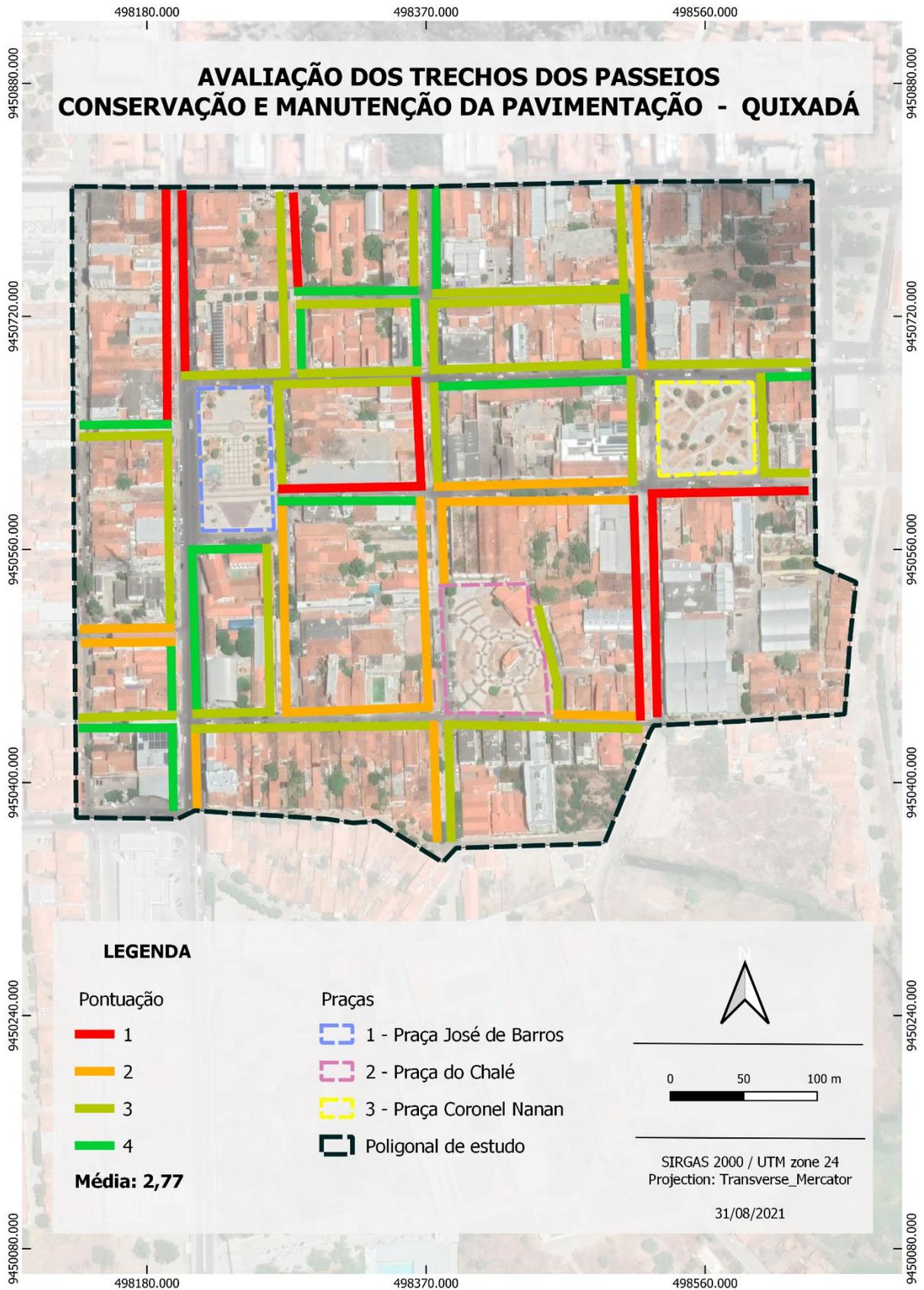


Fonte: Acervo do autor, 2021

Considerando, sobretudo, as características climáticas da região do Sertão Central cearense, a existência de áreas sombreadas nos passeios é um aspecto relevante e contribui para um melhor conforto térmico para os pedestres. Analisando a variável “sombreamento por vegetação” (mapa 22), foi obtida como média final a pontuação de 1,96. Semelhantemente, a variável “sombreamento por marquises” apresentou média de 2,06 (mapa 23). Ambas as variáveis indicam que os passeios não possuem boa proteção para conter a incidência direta dos raios solares, seja através da arborização ou mesmo pela existência das marquises.

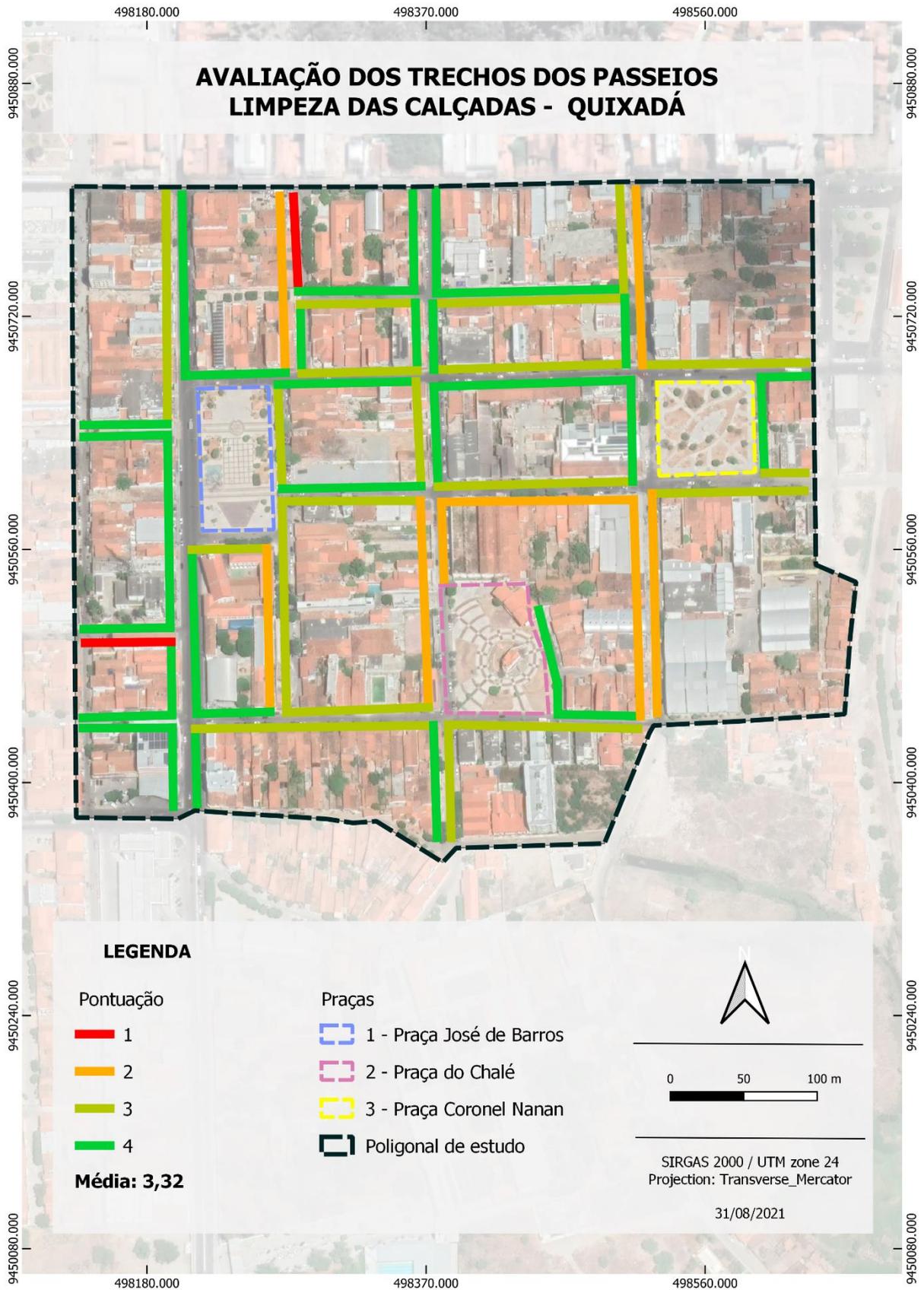
No mapa 24 está representada a síntese das variáveis analisadas referentes aos trechos dos passeios. Como média geral dessa fase da pesquisa, obteve-se a pontuação de 2,57, apontando um resultado mediano, considerando a escala adotada (pontuações atribuídas: 1, 2, 3 ou 4). Os atributos que receberam pontuação mais baixa foram: “largura da calçada”, “mobiliários”, “sombreamento por vegetação” e “sombreamento por marquises”.

Mapa 20 - Conservação e manutenção da pavimentação - Quixadá



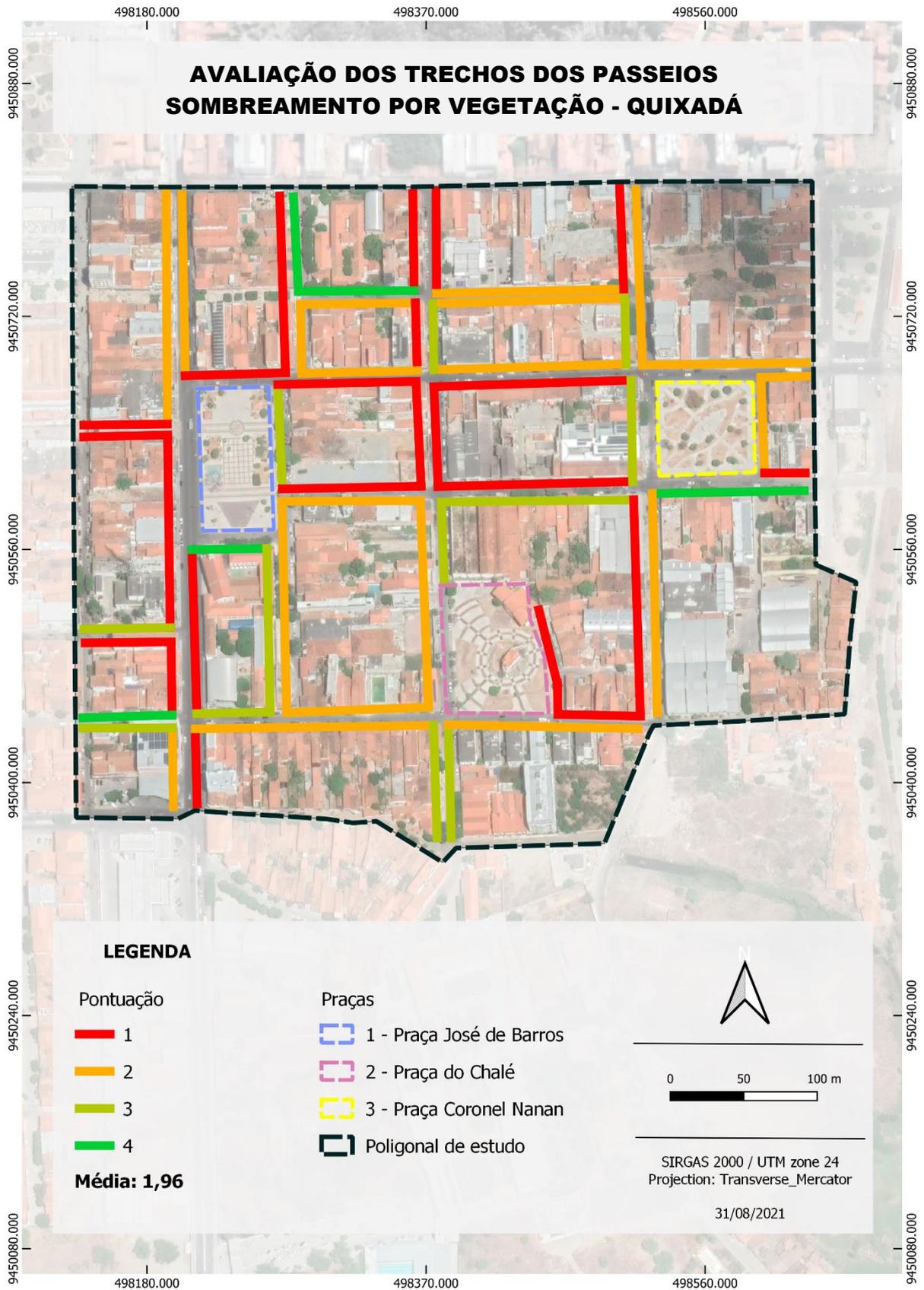
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Mapa 21 - Limpeza das calçadas - Quixadá



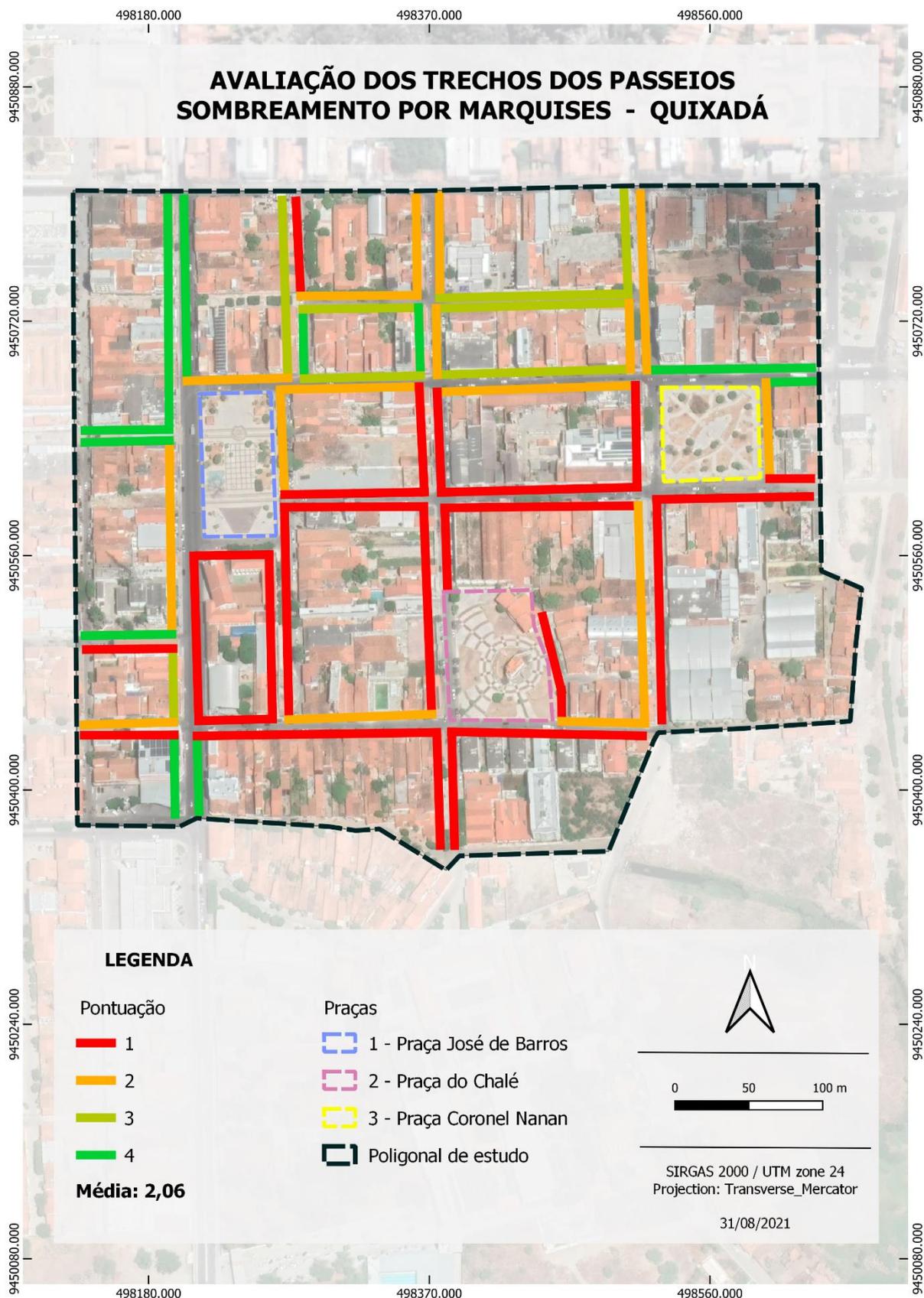
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Mapa 22 - Sombreamento por vegetação - Quixadá



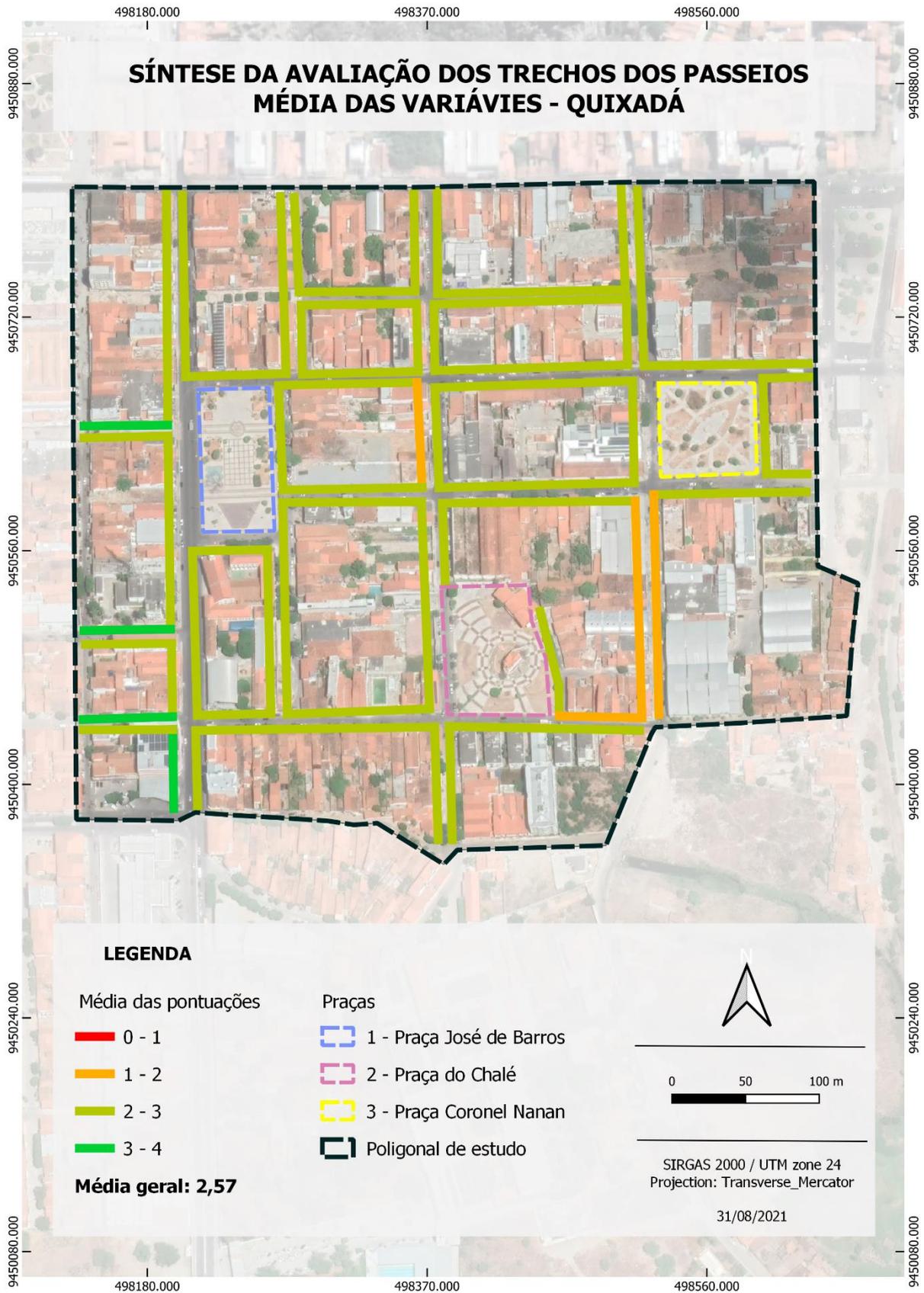
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Mapa 23 - Sombreamento por marquises - Quixadá



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Mapa 24 - Síntese da avaliação dos trechos dos passeios - Quixadá



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Para análise das travessias, foram identificados os pontos que possuíam elementos para facilitar a passagem dos pedestres, como: sinalização, faixas de pedestres, faixas elevadas e rampas. Esses pontos identificados estão representados na figura 50, juntamente com a pontuação atribuída às variáveis analisadas.

A maioria das travessias não possui sinalização horizontal ou vertical. As faixas de pedestres, quando existentes, estão apagadas e com pouca visibilidade. As rampas existentes, em sua maioria, estão em desacordo com as normas de acessibilidade, por fatores diversos, tais como: largura, inclinação, área de manobra, sinalização e tipo de pavimentação.

A poligonal analisada possui apenas quatro semáforos, e estes priorizam o fluxo dos veículos. Os semáforos estão localizados em uma avenida, e não há um período para fluxo exclusivo dos pedestres, sendo necessário realizar a travessia em duas etapas.

Com essas questões analisadas, verifica-se que as travessias não oferecem condições seguras para os pedestres, e, na maioria dos casos, é priorizado o fluxo dos veículos automotivos. Além da sensação de segurança contra a criminalidade, Gehl (2015) cita a segurança no tráfego como uma condicionante indispensável para as cidades que buscam a priorização do pedestre e boas condições de urbanidade. As figuras 48 e 49 apresentam cruzamentos de vias do centro da cidade não sinalizados.

Figura 48 – Cruzamento de vias



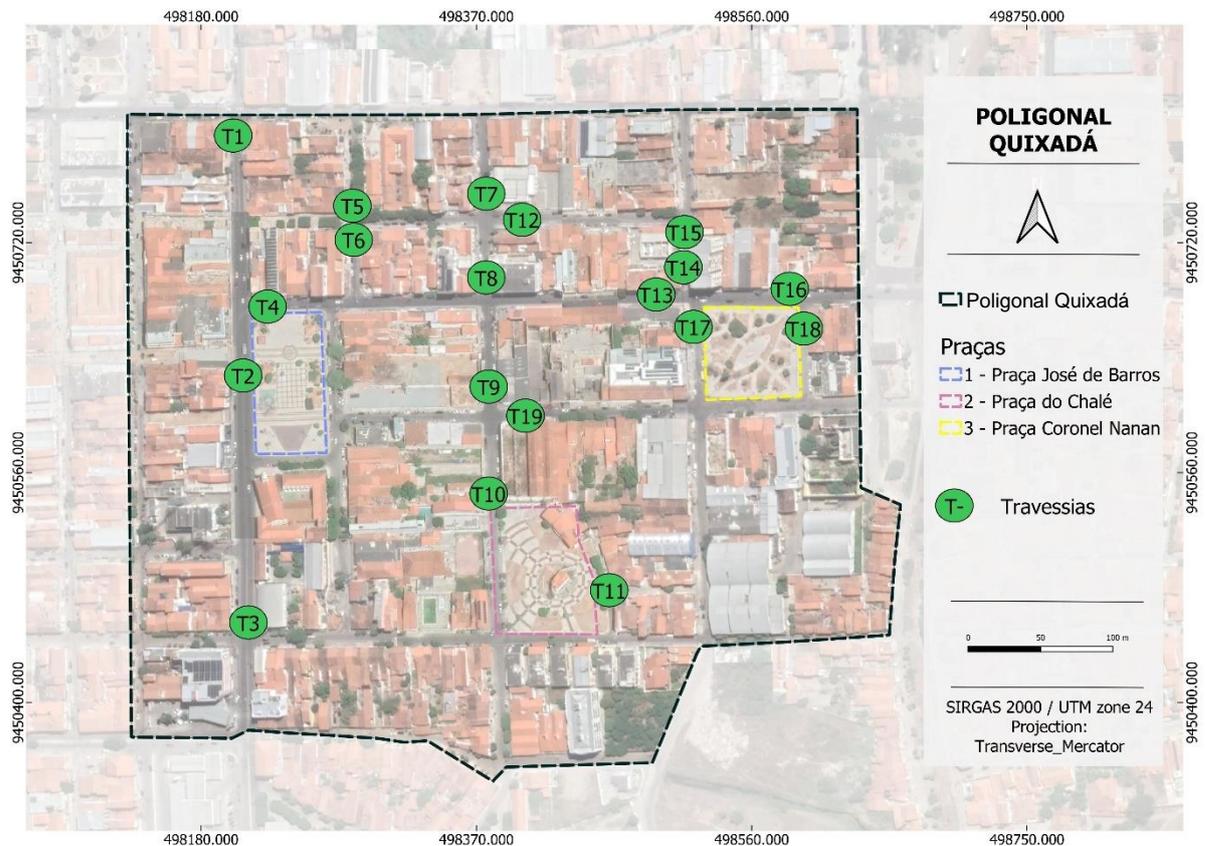
Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 49 - Cruzamento de vias



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 50 - Análise das travessias - Quixadá



	Sinalização (vertical e horizontal)				Rampa				Faixa elevada				Semáforo		Chanfro do Lote	
T1	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T2	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T3	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T5	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T6	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T7	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T8	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T9	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T10	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T11	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T12	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T13	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T14	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T15	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T16	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T17	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T18	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T19	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
	1-Inexistente 2-Exist. (inadequada) 3-Exist. (parcialmente adequada) 4-Exist. (adequada)				1-Inexistente 2-Exist. (inadequada) 3-Exist. (parcialmente adequada) 4-Exist. (adequada)				1-Inexistente 2-Exist. (inadequada) 3-Exist. (parcialmente adequada) 4-Exist. (adequada)				1-Não possui 2-Possui		1-Não possui 2-Possui	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Ainda no que tange aos aspectos físicos do espaço, foram analisadas três praças localizadas no centro da cidade. A Praça José de Barros (figura 51) foi construída na década de 1920, e é popularmente conhecida como Praça do Leão. Sendo uma das mais antigas da cidade, é tida por muitos como um ponto de referência e resgate de memórias. Hoje, além de ser um espaço de lazer e convivência, é também palco de alguns dos principais eventos e shows da cidade.

Figura 51 - Praça 1 - José de Barros

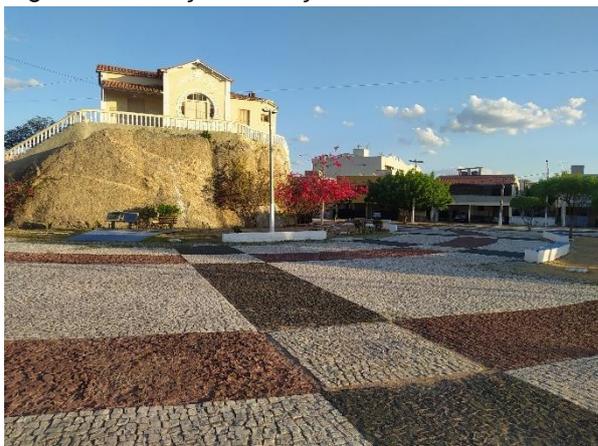


Fonte: Acervo do autor, 2021

A Praça do Chalé (figura 52) foi construída em 2003, e abriga o Chalé da Pedra, construção histórica da década de 1920, que está localizada no centro da praça. A praça é caracterizada pela função cultural, visto que possui um anfiteatro, um centro cultural e o chalé que abriga o memorial Rachel de Queiroz.

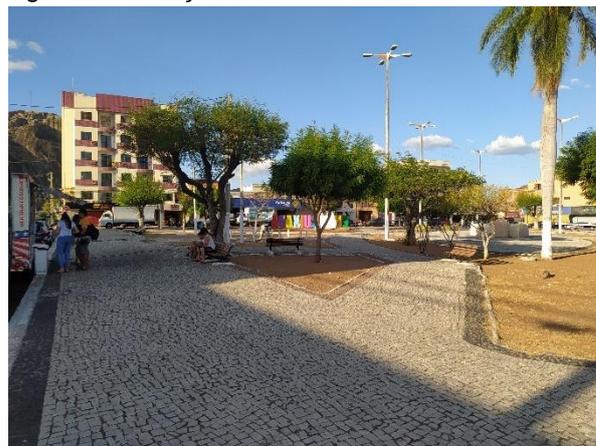
A Praça Coronel Nanan (figura 53) também possui representatividade na história da cidade, e teve sua construção na década de 1930. Possui várias denominações, tais como: Praça dos Crentes, Praça da Biblioteca e Praça do Sindicato. No ano de 2017 foi instalado o letreiro “Eu amo Quixadá”, tornando-a um espaço simbólico e procurado por moradores e turistas para fotografias.

Figura 52 - Praça 2 - Praça do Chalé



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 53 - Praça 3 - Coronel Nanan



Fonte: Acervo do autor, 2021

O quadro 14 apresenta a síntese dos resultados obtidos a partir da aplicação do *checklist*. Comparando as três praças, percebe-se que ambas apresentaram desempenho similar. Os atributos: “conservação e manutenção do piso” e “limpeza” foram os melhores avaliados. As variáveis: “conservação e manutenção dos mobiliários” e “sombreamento por vegetação” obtiveram pontuação intermediária, e os demais itens obtiveram baixo desempenho. Destaca-se que os quesitos relacionados à acessibilidade são inexistentes nas praças, embora algumas tenham rampas, estas não estão de acordo com as recomendações das normas de acessibilidade.

Quadro 14 - Avaliação das praças - Quixadá

	PRAÇA 1				PRAÇA 2				PRAÇA 3			
Tipo de pavimentação	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Conservação e manutenção do piso	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Limpeza	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Conservação e manutenção dos mobiliários	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Sombreamento por vegetação	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Rota acessível	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Rampa	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Faixa elevada	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Vagas reservadas para pessoas com deficiência	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Vagas reservadas para idosos	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Piso tátil de alerta e direcional	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

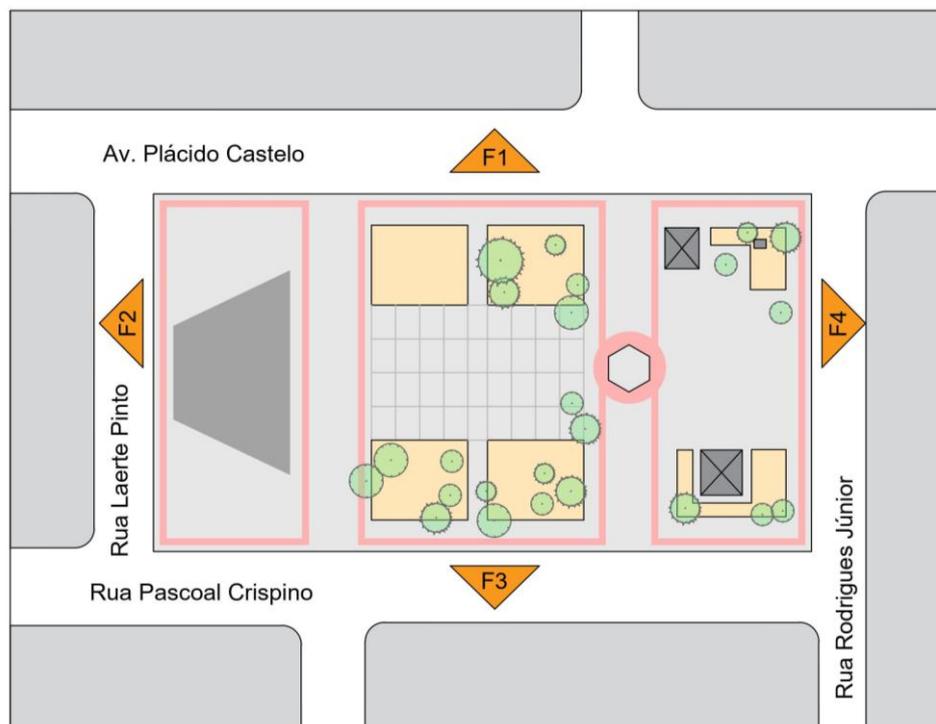
5.1.2 Observar

O terceiro passo metodológico da pesquisa é o **observar**, em que foram analisadas formas de uso e apropriação do espaço público. Foi utilizado o mapeamento comportamental como ferramenta principal para levantamento dos dados, essas observações aconteceram em duas praças inseridas dentro da poligonal.

No estágio inicial da pesquisa, em janeiro de 2020, foi realizado um mapeamento de duas praças da cidade de Quixadá (Praça 1 - José de Barros e Praça 2 - Coronel Nanan), período anterior à pandemia da Covid-19 no Brasil. Por já se ter os dados dessas praças, ambas foram selecionadas para repetição dos procedimentos de análise. O intuito é comparar o uso do espaço atualmente com a época anterior à pandemia.

Antes da exibição desses mapeamentos comportamentais, apresenta-se uma análise do entorno dessas praças, mostrando os usos adjacentes que podem ajudar a compreender algumas apropriações desses espaços. Na figura 54 está a representação das ruas do entorno da Praça José de Barros (Praça 1), e as numerações com as indicações das faces que foram analisadas.

Figura 54 - Indicação das faces do entorno da Praça 1



Fonte: Acervo do autor, 2021

Na face 1 (figuras 55 e 56), percebe-se uma predominância de edificações comerciais, em sua maioria com gabaritos de um ou dois pavimentos. Nessa face, tanto existem lojas e farmácias, como também restaurantes, que garantem um bom fluxo de pessoas no período noturno, horário em que os demais pontos comerciais estão fechados.

Figura 55 - Face 1 - Praça 1



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 56 - Face 1 - Praça 1



Fonte: Acervo do autor, 2021

Na face 2 (figuras 57 e 58), tem-se como destaque duas importantes edificações, que são: a Igreja Matriz e o Colégio Sagrado Coração de Jesus. Essas edificações tiveram sua construção em período anterior à praça, e são elementos marcantes para a memória dos usuários desse espaço. Além disso, geralmente a praça recebe um fluxo maior de usuários após as celebrações religiosas da igreja.

Figura 57 - Face 2 - Praça 1



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 58 - Face 2 - Praça 1



Fonte: Acervo do autor, 2021

Na face 3 (figuras 59 e 60), há uma maior mescla entre edificações residenciais, comerciais e institucionais (centro cultural e banco). Uma edificação com significativo valor patrimonial é a Casa de Saberes Cego Aderaldo, que é um centro cultural e espaço institucional da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult) na região do Sertão Central. Algumas das atividades da Casa de Saberes estendem-se à praça.

Figura 59 - Face 3 - Praça 1



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 60 - Face 3 - Praça 1



Fonte: Acervo do autor, 2021

Na face 4 (figuras 61 e 62), há uma predominância de edificações comerciais. Nesse trecho, existem algumas edificações com gabaritos maiores (três e quatro pavimentos), interferindo, inclusive, na visualização da Pedra do Cruzeiro (ponto turístico da cidade) pelos usuários da praça.

Figura 61 - Face 4 - Praça 1



Fonte: Acervo do autor, 2021

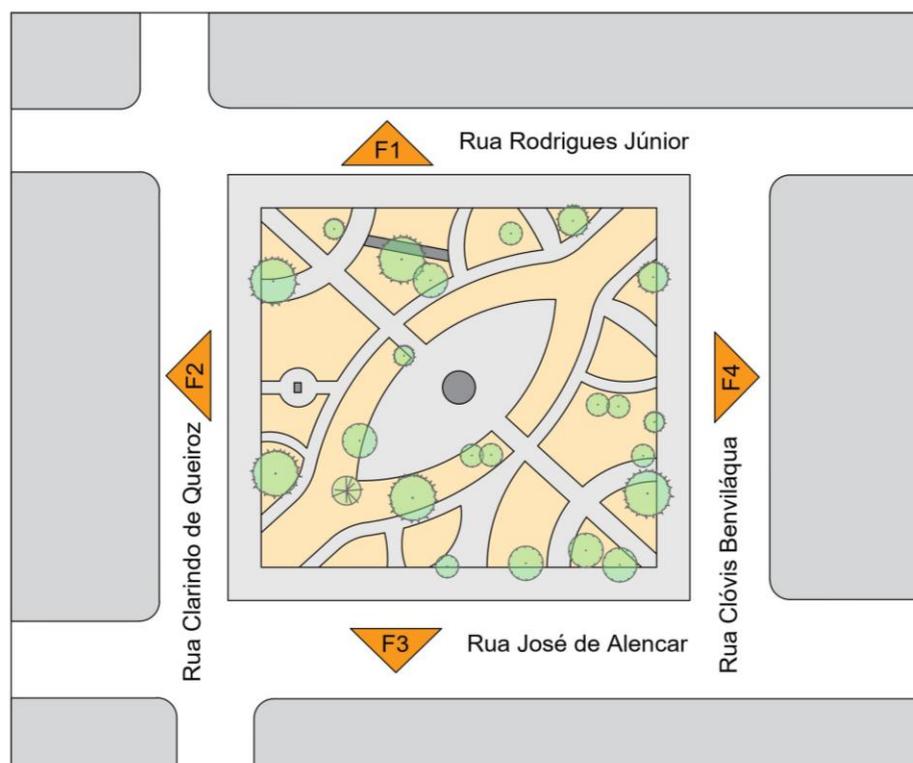
Figura 62 - Face 4 - Praça 1



Fonte: Acervo do autor, 2021

Na figura 63 está representada a Praça Coronel Nanan, bem como as indicações das numerações das faces da quadra do entorno da praça.

Figura 63 - Indicação das faces do entorno da Praça 2



Fonte: Acervo do autor, 2021

Na face 1 (figuras 64 e 65), há uma predominância de edificações comerciais no pavimento térreo e edificações residenciais nos pavimentos superiores. Dentre as edificações comerciais, existem dois restaurantes com horário de funcionamento noturno, um deles, inclusive, utiliza a área da praça para alocação de mesas. Além disso, um prédio com residências multifamiliares de seis pavimentos, localizado nesse trecho, também impede a visualização da Pedra do Cruzeiro em algumas áreas da praça.

Figura 64 - Face 1 - Praça 2



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 65 - Face 1 - Praça 2



Fonte: Acervo do autor, 2021

Na face 2 (figuras 66 e 67), existem edificações comerciais, residenciais e institucionais. Nessa face, está localizado o Centro de Doenças Renais, que opera em horário comercial, e recebe, periodicamente, pacientes de outros municípios do Sertão Central para a realização de procedimentos de hemodiálise. Muitos dos pacientes utilizam a praça como local de espera, e também, esses usuários, consomem alimentos dos pontos de vendas – informais – de lanches localizados na praça.

Figura 66 - Face 2 - Praça 2



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 67 - Face 2 - Praça 2



Fonte: Acervo do autor, 2021

Na face 3 (figuras 68 e 69), também existe uma mescla de edificações comerciais, residenciais e institucionais. Nesse trecho, está alocado um bar que, geralmente, funciona no período da noite/madrugada. Na mesma face também está localizada uma Igreja Evangélica.

Figura 68 - Face 3 - Praça 2



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 69 - Face 3 - Praça 2



Fonte: Acervo do autor, 2021

A face quatro (figuras 70 e 71), assim como as demais, demonstra uma variedade nos usos das edificações. Nesse trecho, está localizado um importante equipamento, que é a Biblioteca Pública Padre Francisco Clineu Ferreira.

Figura 70 - Face 4 - Praça 2



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 71 - Face 4 - Praça 2



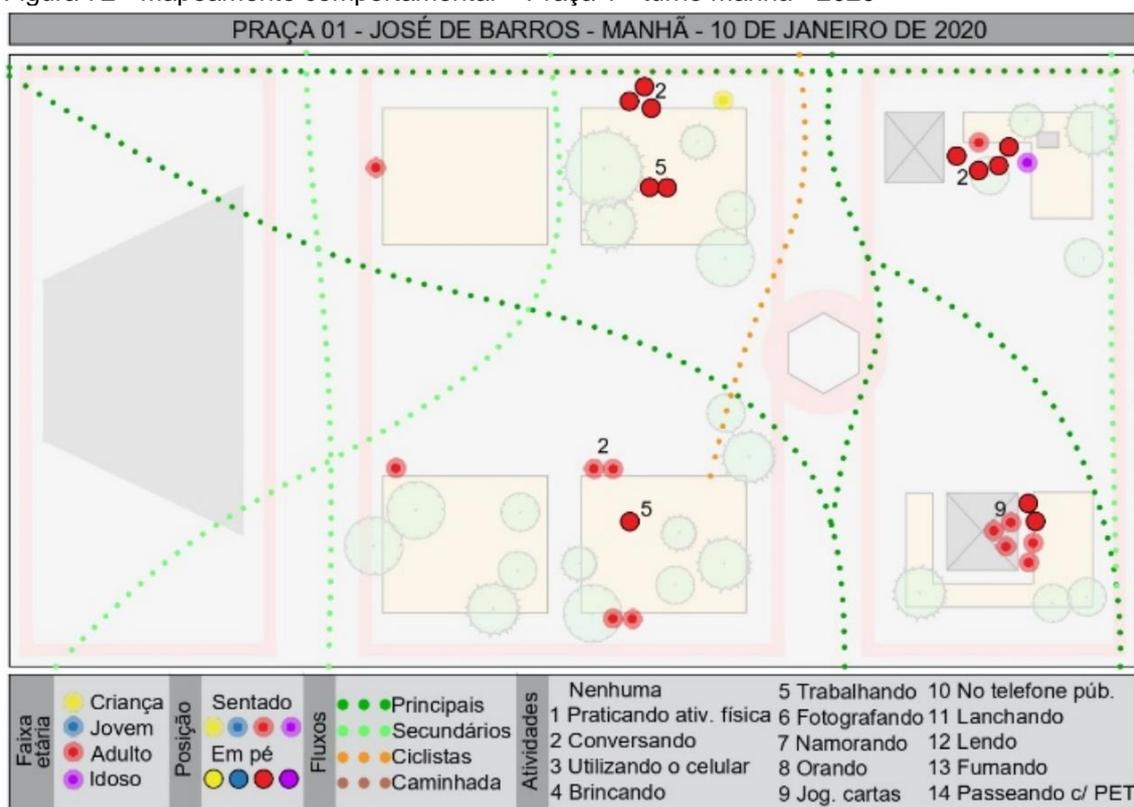
Fonte: Acervo do autor, 2021

Quanto aos mapeamentos comportamentais, as primeiras observações ocorreram nos três turnos distintos, visto que os usos do espaço apresentam maleabilidade, a depender do horário do dia. O levantamento desses dados para a elaboração do mapeamento comportamental ocorreu às 8h, 16h e 19h, do dia 10 de janeiro de 2020, sendo que cada sessão de observação durou cerca de 30 minutos

em cada praça. Foram classificados como critérios de análise: a faixa etária, por classificação mediante aparência de idade (criança, jovem, adulto ou idoso); a posição (sentado ou em pé); a atividade que estava sendo desempenhada pelo usuário; e os principais fluxos das pessoas. As segundas observações ocorreram no dia 10 de novembro de 2021, nos mesmos horários do procedimento anterior.

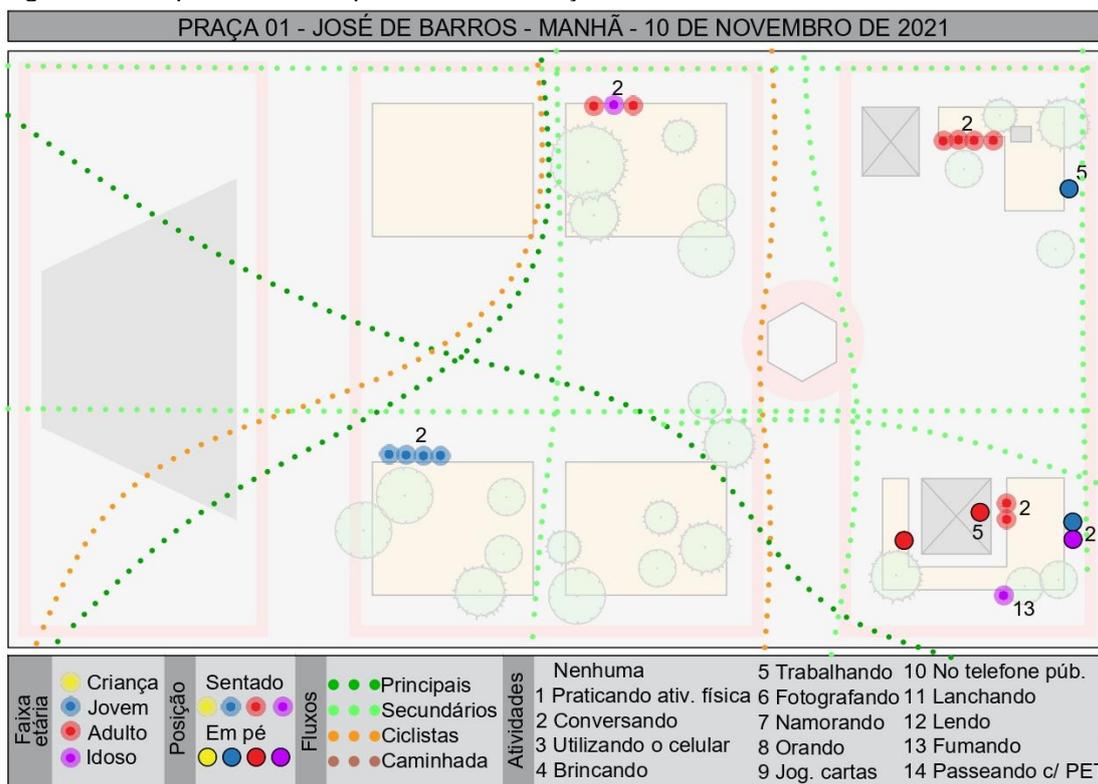
As figuras 72 e 73 apresentam o mapeamento comportamental do turno da manhã da Praça José de Barros (Praça 1). Em relação ao quantitativo de pessoas, visualiza-se que, embora no período anterior à pandemia tenha mais pessoas, essa diferença não é tão significativa. Nesse turno, os usos mais recorrentes foram como ponto conversa e trabalho, sendo a maioria dos usuários da faixa etária adulta.

Figura 72 - Mapeamento comportamental – Praça 1 - turno manhã - 2020



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

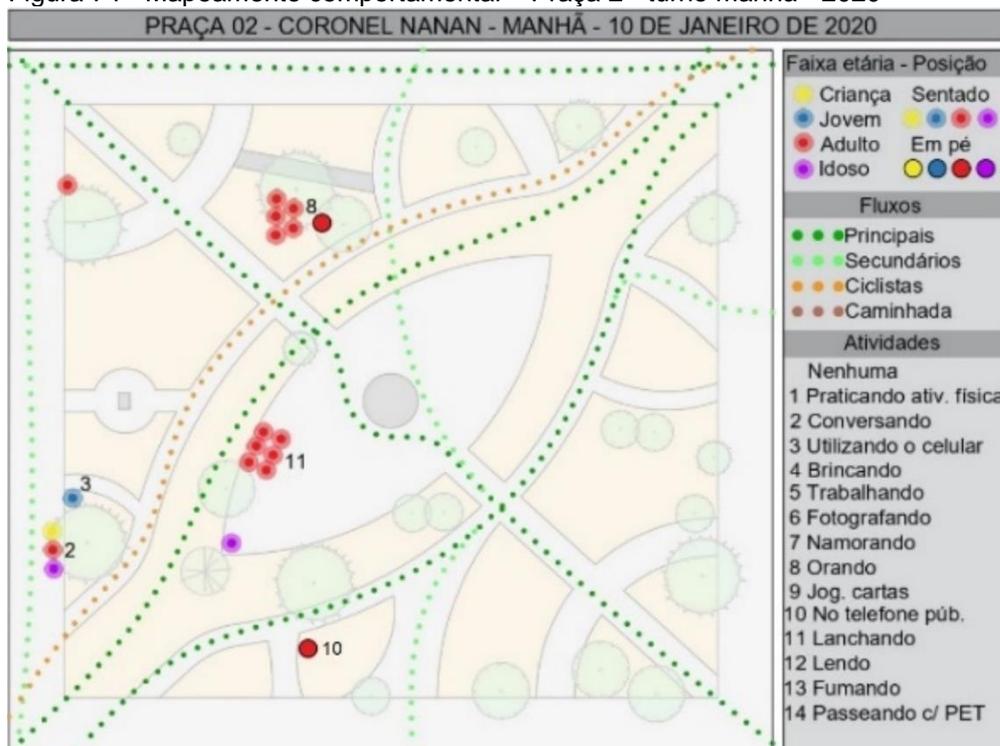
Figura 73 - Mapeamento comportamental – Praça 1 - turno manhã - 2021



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

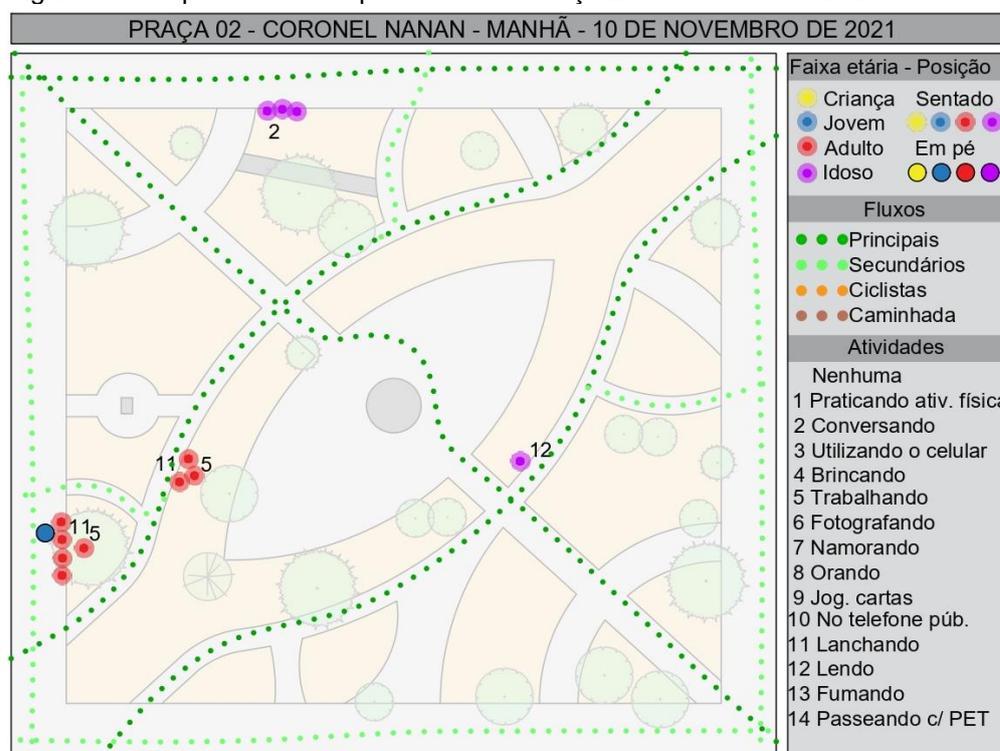
Semelhantemente à Praça José de Barros, comparando as observações recentes e anteriores à pandemia no turno da manhã, na Praça Coronel Nanan (Praça 2) percebe-se uma pequena diferença no quantitativo de usuários do espaço, sendo que a observação recente foi a que apresentou um menor número de usuários. A faixa etária predominante dos usuários foi a adulta, seguida da idosa. As figuras 74 e 75 contêm os mapeamentos comportamentais desse espaço.

Figura 74 - Mapeamento comportamental – Praça 2 - turno manhã - 2020



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Figura 75 - Mapeamento comportamental – Praça 2 - turno manhã - 2021



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Dentre alguns dos usos dados a essa praça, destaca-se a venda de lanches (figura 76 - 2021), fazendo com que algumas pessoas permaneçam na praça enquanto se alimentam. Na figura 77 (2020), algumas pessoas participam de um culto a céu aberto, indicando uma forma de apropriação do espaço para essa finalidade.

Figura 76 - Pessoas lanchando – Praça 2



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 77 - Pessoas orando - Praça 2

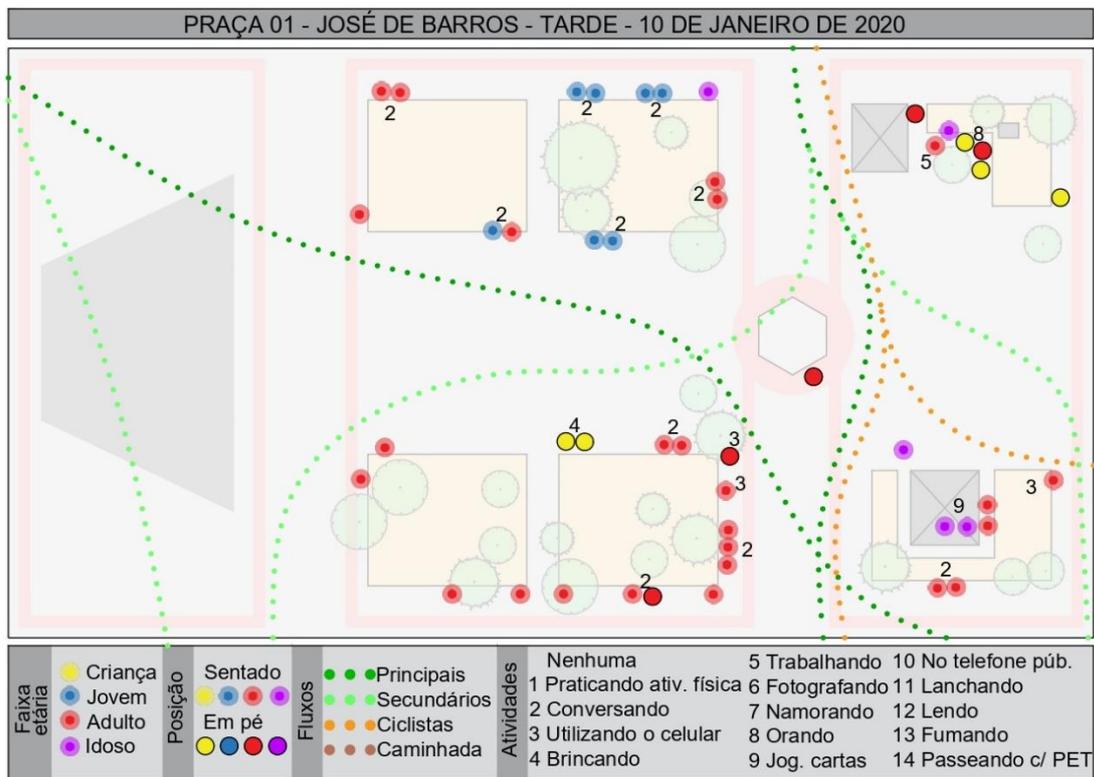


Fonte: Acervo do autor, 2020

As figuras 78 e 79 apresentam o mapeamento comportamental do período da tarde da Praça José de Barros (Praça 1). Nas observações de janeiro de 2020, percebe-se que havia um considerável número de pessoas a mais que nas observações recentes. As faixas etárias e as atividades desenvolvidas pelos usuários apresentavam maior diversidade, como pode ser visualizado na figura 80, na qual havia um grupo de pessoas jogando cartas no coreto da praça.

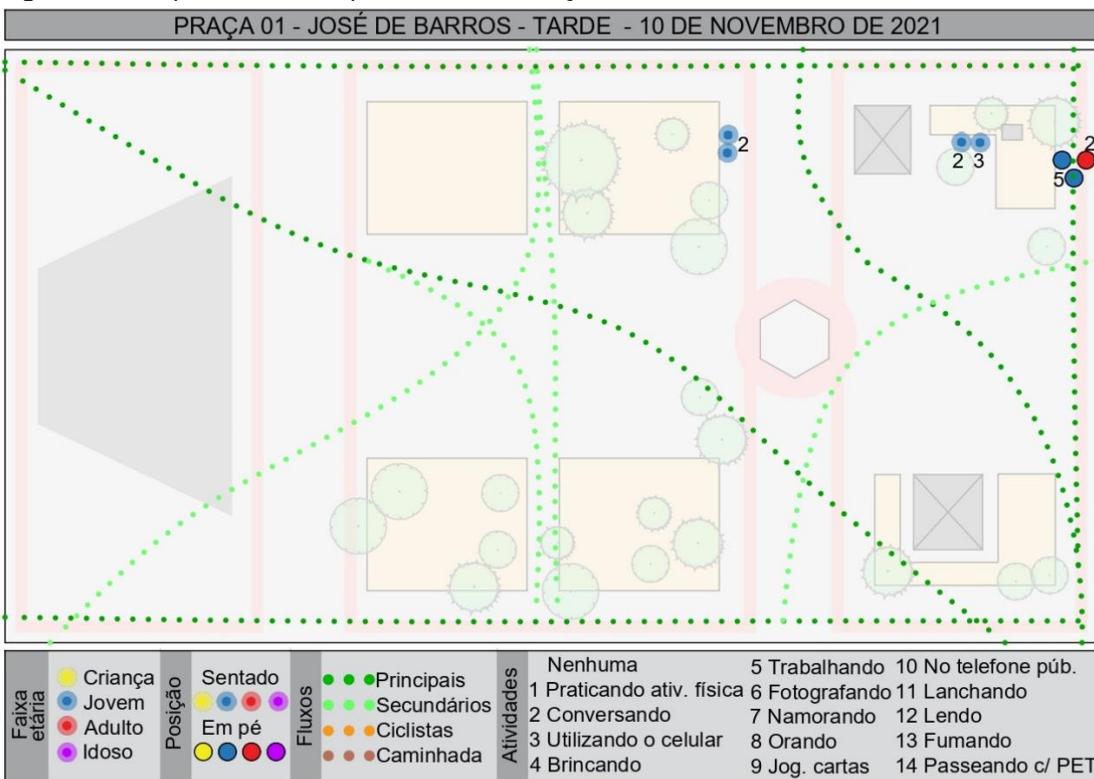
Já no mapeamento de novembro de 2021, foram identificados poucos usuários na praça. Contudo, nesse período, houve um fluxo considerável de pessoas circulando pelo espaço, indicando a praça como um ponto de passagem dos percursos realizados pelos transeuntes. A figura 81 traz uma fotografia do período da tarde.

Figura 78 - Mapeamento comportamental – Praça 1 - turno tarde - 2020



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Figura 79 - Mapeamento comportamental – Praça 1 - turno tarde - 2021



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Figura 80 - Pessoas jogando cartas - Praça 1



Fonte: Acervo do autor, 2020

Figura 81 - Praça com poucas pessoas - Praça 1



Fonte: Acervo do autor, 2021

No período da tarde, foi identificada, na Praça Coronel Nanan (Praça 2), uma quantidade maior de pessoas na observação recente do que no período anterior à pandemia. Ressalta-se que, no dia do mapeamento (10 de novembro de 2021), estava alocado, temporariamente, um *food truck* na praça, de uma rede do segmento de *milk-shake*. Certamente, a presença desse equipamento atraiu muitas pessoas ao espaço. Esse comparativo explicita a potencialidade que pode ser dada a um determinado espaço através da instalação de equipamentos. A figura 82 demonstra a praça vazia na primeira observação, e a figura 83 apresenta várias pessoas próximas ao *food truck* no dia da segunda observação. As figuras 84 e 85 contêm os mapeamentos comportamentais da Praça 2 no turno da tarde.

Figura 82 - Espaço vazio - Praça 2



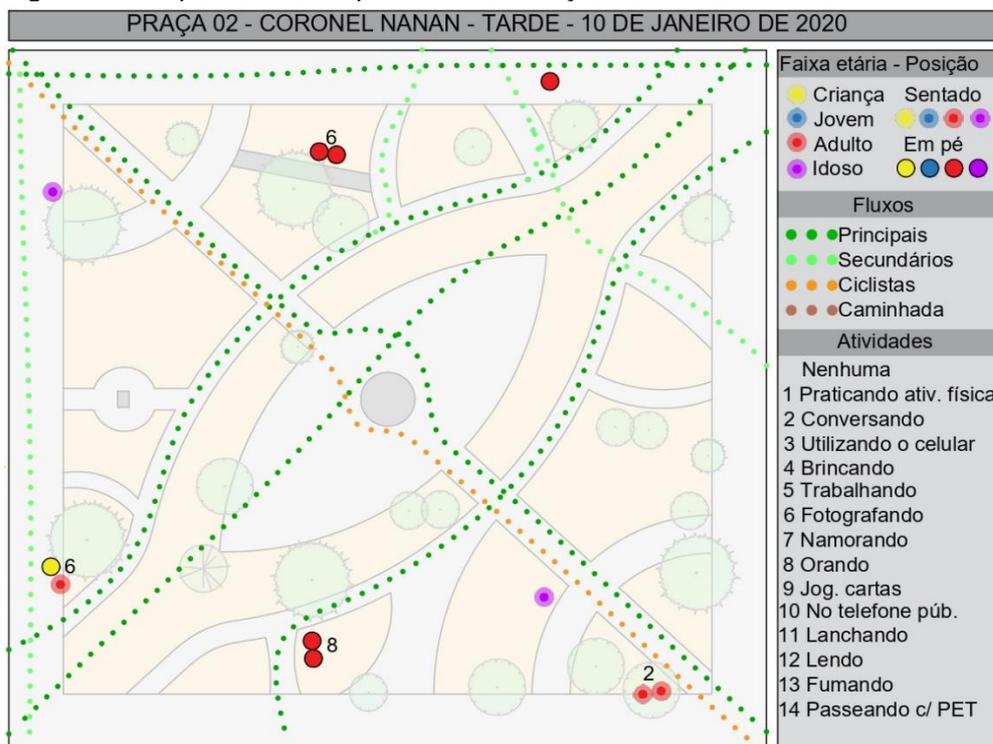
Fonte: Acervo do autor, 2020

Figura 83 - Food truck – Praça 2



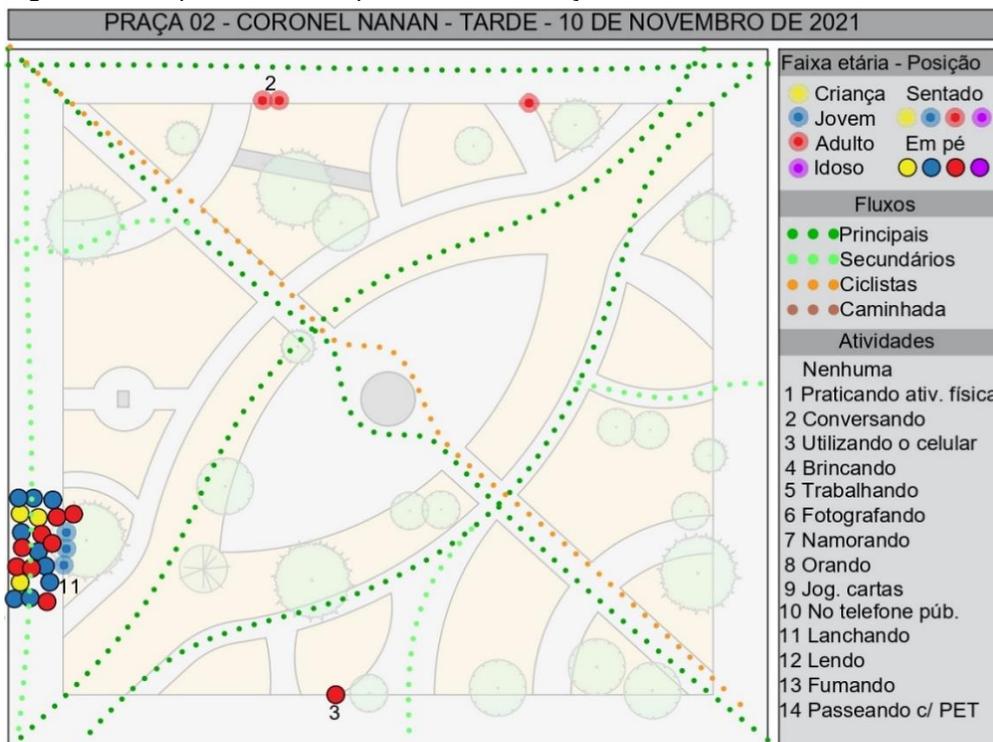
Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 84 - Mapeamento comportamental - Praça 2 - turno tarde - 2020



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Figura 85 - Mapeamento comportamental – Praça 2 - turno tarde - 2021



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

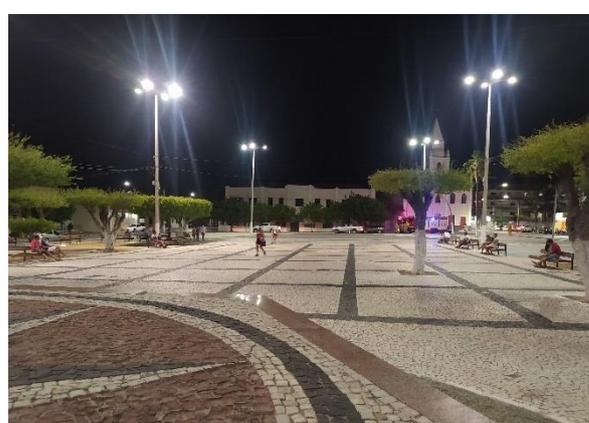
Nas figuras 88 e 89 estão representados os mapeamentos comportamentais realizados na Praça José de Barros no turno da noite. Os usuários da praça relataram, durante as observações realizadas no dia 10 de janeiro de 2020, que duas vezes por semana um grupo de pessoas se reunia na praça para a prática de atividades físicas. No dia da observação, o agrupamento era composto por cerca de 50 membros, essa aglomeração pode ser observada nas figuras 86 (fotografia) e 88 (mapa).

Figura 86 - Prática de ativ. física - Praça 1



Fonte: Acervo do autor, 2020

Figura 87 - Pessoas utilizando a praça - Praça 1

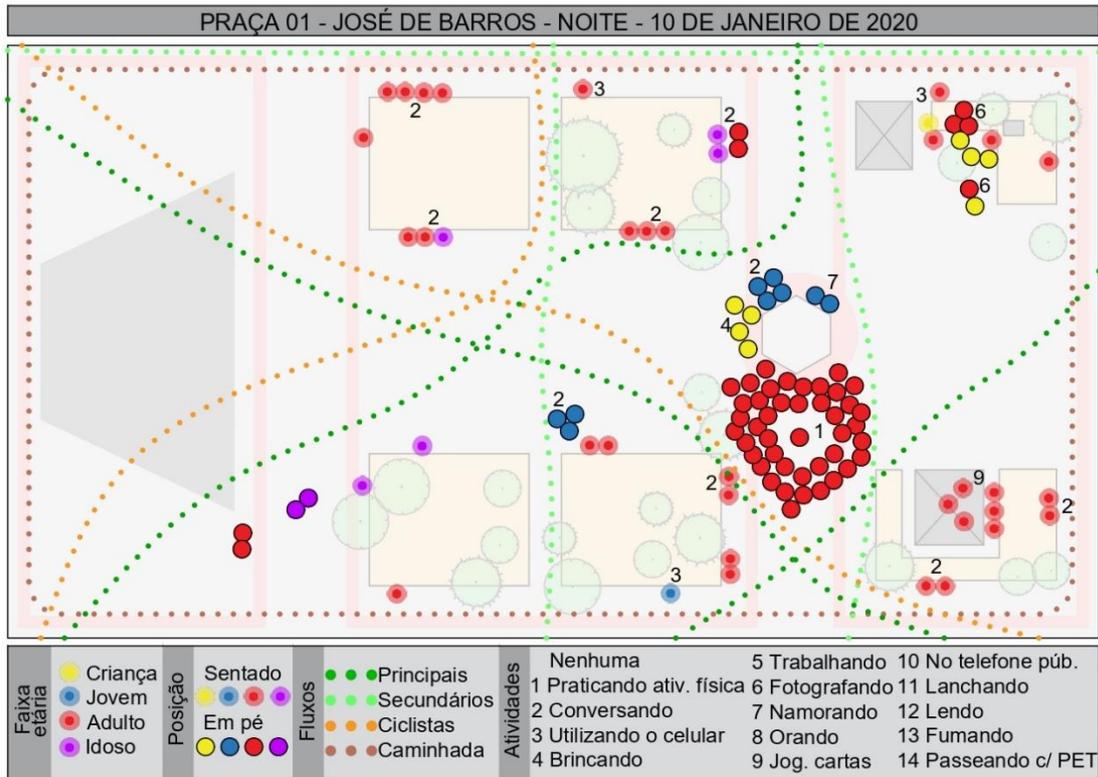


Fonte: Acervo do autor, 2021

Já no dia 10 de novembro de 2021, data em que foi realizado o segundo mapeamento, o grupo não estava na praça praticando atividades físicas, fator que interfere no comparativo da quantidade total de usuários da praça nos dois períodos analisados. No dia posterior à realização do levantamento, o grupo estava na praça, com isso, destaca-se que as atividades estão sendo realizadas mesmo em meio à pandemia. Se desconsiderar o grupo de pessoas do mapa 88 (observação anterior à pandemia), no mapa 89 (observação recente) existem mais pessoas, indicando que as pessoas estão voltando a utilizar os espaços públicos. A figura 87 apresenta a fotografia da segunda observação.

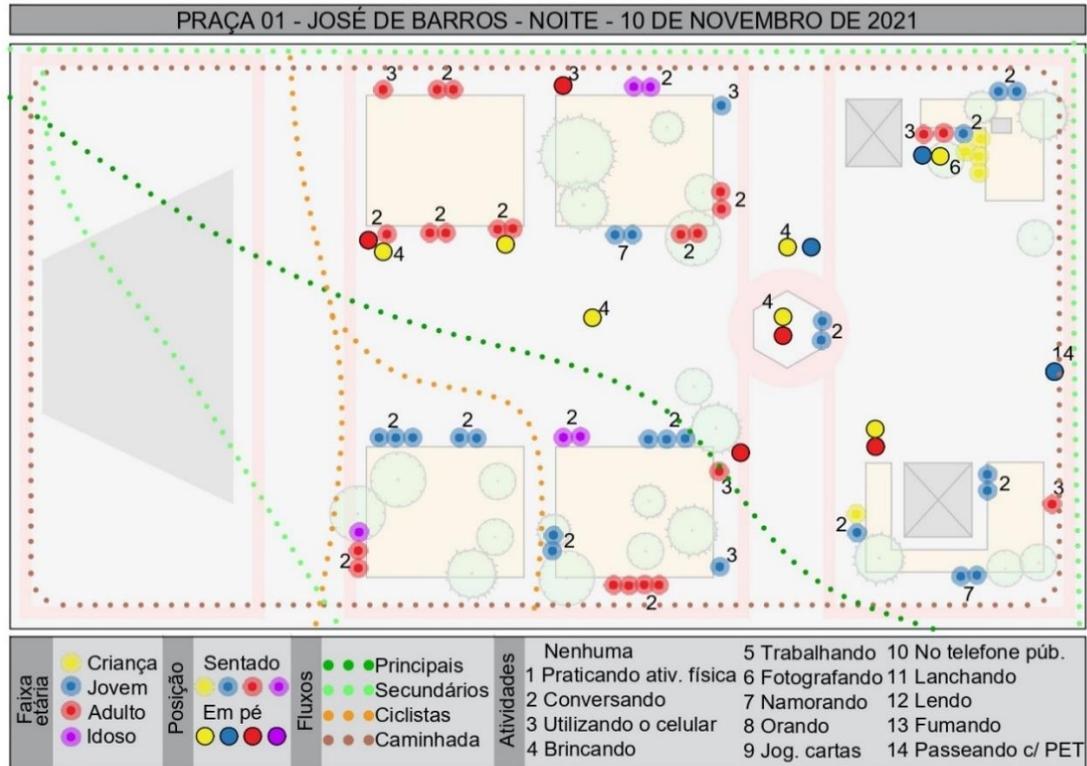
Em ambas as observações percebe-se uma variação na faixa etária dos usuários, principalmente no mapeamento mais recente. A utilização para conversas e prática de atividades físicas foram os usos mais recorrentes.

Figura 88 - Mapeamento comportamental – Praça 1 - turno noite - 2020



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Figura 89 - Mapeamento comportamental – Praça 1 - turno noite - 2021



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

As figuras 92 e 93 apresentam os mapeamentos comportamentais da Praça Coronel Nanan (Praça 2) do período noturno. Estabelecendo uma comparação entre os turnos analisados, verifica-se que ambas as praças são mais utilizadas pelos usuários no período noturno. Comparando a quantidade de pessoas, verificou-se que na observação mais recente havia mais pessoas na praça. Destaca-se que, assim como no período da tarde, próximo ao *food truck* havia um grande número de pessoas (mapa da figura 93). Nas demais áreas da praça também é possível visualizar mais pessoas atualmente que na primeira observação.

É possível visualizar que na praça há uma concentração da faixa etária infantil, embora não tenha equipamentos direcionados às crianças, como, por exemplo, *playground*. Na figura 90 uma criança está brincando de escalada em um palco localizado no centro da praça. Na figura 91 uma pessoa está sendo fotografada no letreiro “Eu amo Quixadá”.

Figura 90 - Criança brincando - Praça 2



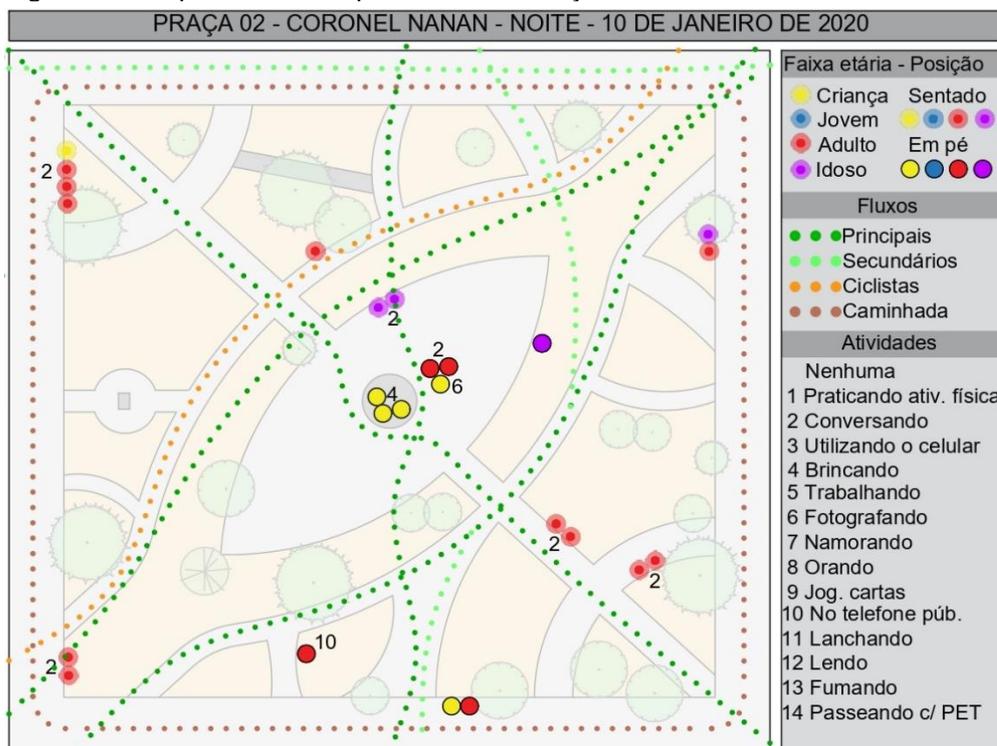
Fonte: Acervo do autor, 2020

Figura 91 - Pessoas fotografando - Praça 2



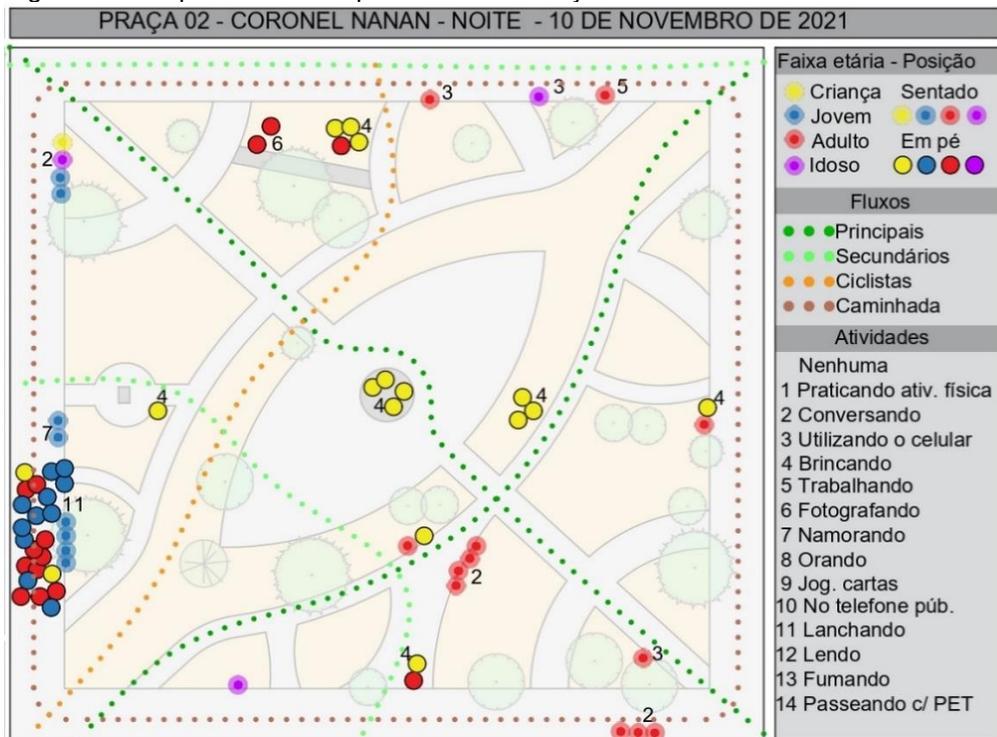
Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 92 - Mapeamento comportamental – Praça 2 - turno noite - 2020



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Figura 93 - Mapeamento comportamental – Praça 2 - turno noite - 2021



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Em síntese, a Praça 1 apresentou uma maior quantidade de usuários em praticamente todos os horários. Dentre as atividades mais recorrentes observadas na referida praça, destacam-se: pessoas conversando, jogando cartas, utilizando o celular e praticando atividades físicas. Na Praça 2, como atividades mais recorrentes, observou-se: pessoas conversando, fotografando, e crianças brincando.

Pelo próprio desenho dos espaços, a Praça 1 apresenta grandes áreas de circulação através de espaços amplos. Já na Praça 2 existem muitos percursos, porém, com dimensões mais reduzidas. Dadas essas informações e analisando os fluxos anotados nos mapas comportamentais, verifica-se que, mesmo não possuindo caminhos delimitados, a Praça 1 apresenta um sistema de fluxo mais lógico, sem tantas variações. Já na Praça 2, por haver muitos passeios, os usuários desempenham uma maior variedade de percursos.

Em ambas as praças foram observados deslocamentos por parte de ciclistas. Outra questão relevante, analisada através das anotações de fluxo, foi o uso de ambas as praças para a prática de caminhada no período noturno (Figura 94). Sendo que, inversamente a quantidade de usuários, a Praça 2 foi mais utilizada para caminhada que a Praça 1.

Figura 94 - Pessoas caminhando - Praça 1



Fonte: Acervo do autor, 2020

Analisando o contexto atual, em comparação com o período anterior à pandemia, percebe-se que os resultados dos mapeamentos comportamentais dão indícios de retorno aos usos das praças, sendo que a quantidade de usuários se aproximou e até se superou em determinados turnos. Destaca-se que a observação mais recente ocorreu no dia 10 de novembro de 2021, e representou o retrato de um

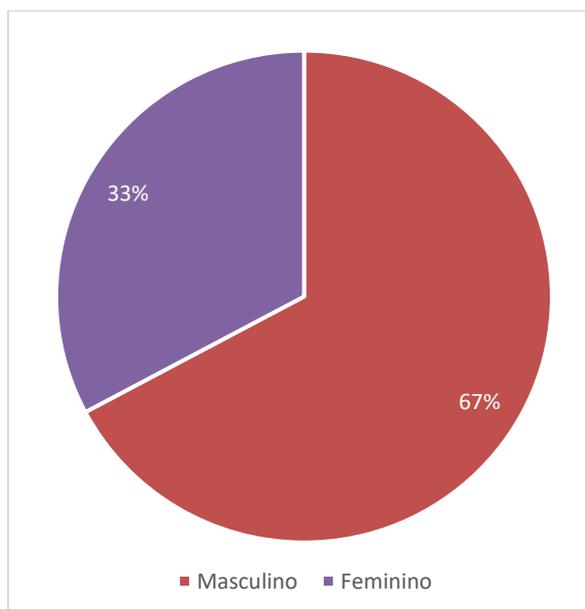
único dia. Deve-se considerar que a situação da pandemia não encontra-se plenamente controlada, assim, os usos do espaço público ainda podem ser influenciados pelo aumento dos casos de Covid-19 e/ou pelo surgimento de novas variantes do vírus.

5.1.3 Conversar

O **conversar** corresponde ao quarto passo metodológico, e foi desenvolvido através da aplicação da técnica de seleção visual e entrevista semiestruturada, com auxílio da tecnologia de realidade virtual. Esse procedimento foi realizado com dez moradores da cidade de Quixadá, entre os dias 8 e 11 de novembro de 2020. Ressalta-se que os participantes, por serem residentes da cidade, possuem memórias em relação aos espaços.

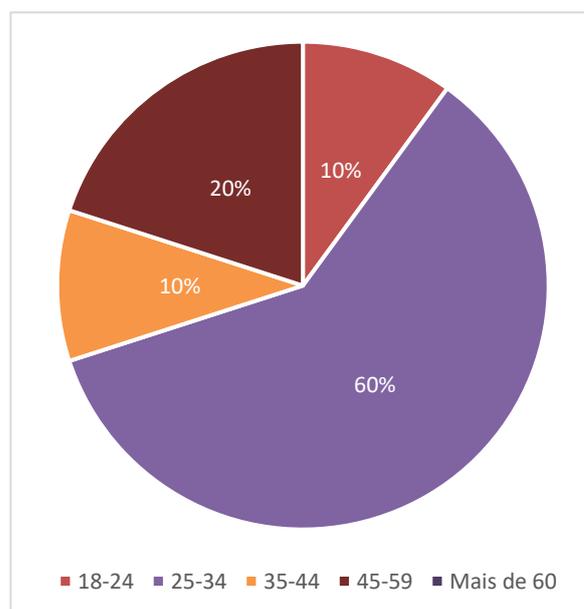
Dos participantes, a maioria é do sexo masculino, com idade entre 25 e 34 anos, ambos possuem ensino superior completo e renda salarial de até um salário mínimo. O detalhamento do perfil dos entrevistados pode ser visualizado nos gráficos 2, 3, 4 e 5. As ocupações dos voluntários são: atendente comercial (4), estudante (2), professor (2), empresário (1) e analista de sistemas (1).

Gráfico 2 - Sexo



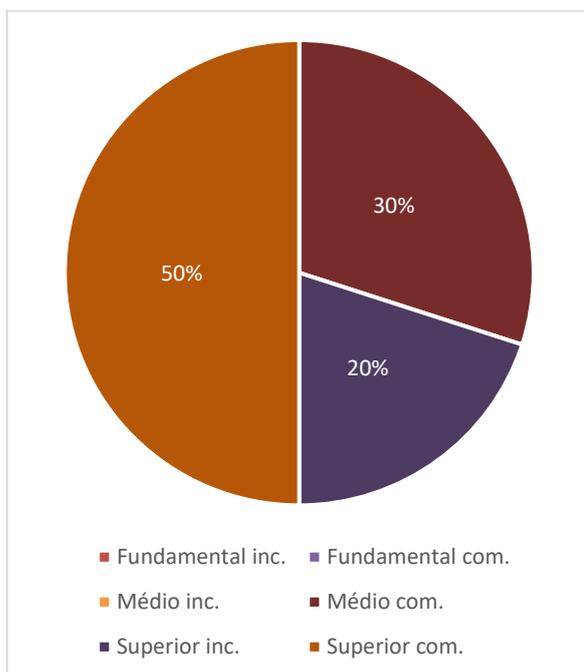
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Gráfico 3 – Faixa etária



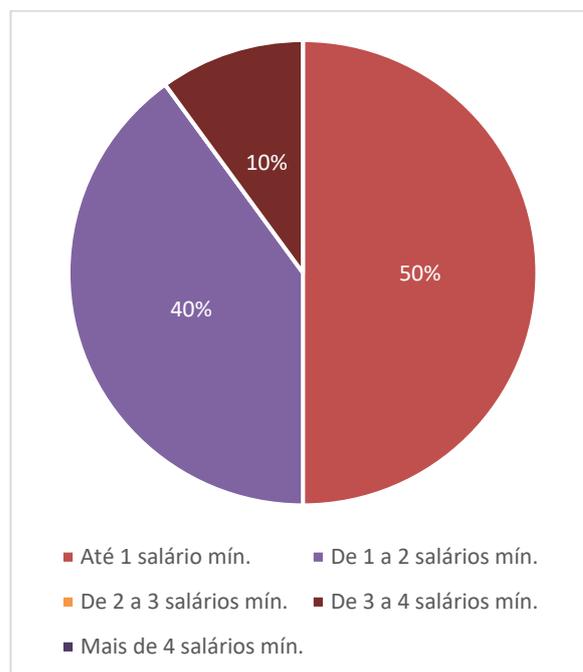
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Gráfico 4 - Grau de escolaridade



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Gráfico 5 – Renda



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Resultados da aplicação da técnica de Seleção visual

A primeira parte do procedimento foi direcionada à análise das três praças inseridas dentro da poligonal de estudo, sendo: a Praça José de Barros (Praça 1), a Praça do Chalé (Praça 2) e a Praça Coronel Nanan (Praça 3). O quadro 15 apresenta os aspectos positivos e negativos de cada uma das praças, de acordo com a percepção dos voluntários. Para facilitar a visualização das respostas mais recorrentes, elas estão representadas com tonalidade de cor mais forte.

Quadro 15 - Aspectos positivos e negativos das praças de Quixadá

	Aspectos positivos	Qtd. de respostas	Aspectos negativos	Qtd. de respostas
Praça 1	Espaço para prática de exercícios e eventos	7	Falta elementos/equipamentos	12
	Dimensão (é ampla)	5	Pouca arborização	9
	Bancos confortáveis	4	Falta de manutenção	9
	Arborização	3	Sensação de insegurança	1
	Localização	3		
	O entorno (edificações históricas e restaurantes)	2		
	A existência da estátua do Leão	2		
	Espaço aconchegante e favorável ao encontro	2		

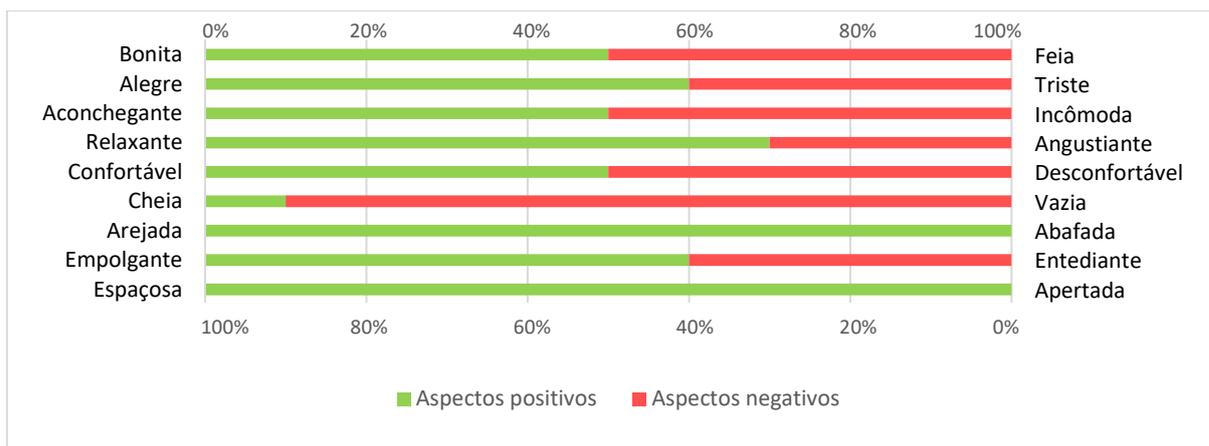
	Aspectos positivos	Qtd. de respostas	Aspectos negativos	Qtd. de respostas
	Boa iluminação à noite	1		
	Estacionamento no período noturno	1		
	Brinquedos infláveis atraem as crianças	1		
	Demonstra segurança devido à quantidade de pessoas	1		
	Limpeza	1		
	Qtd. total de aspectos positivos	34	Qtd. total de aspectos negativos	31
Praça 2	Existência de equipamentos culturais	7	Bancos desconfortáveis e poucos	9
	Espaço agradável e aconchegante	6	Pouca arborização	6
	O Chalé da Pedra (bem patrimonial)	4	Falta de manutenção	6
	Estética (é bonita)	4	Falta de limpeza	3
	Localização	2	Pouca iluminação à noite	3
	Arborização	1	Falta atividades culturais	2
	Os bares no entorno trazem movimentação à noite	1	Sensação de insegurança	2
	Dimensão (é ampla)	1	A localização não é boa	1
			Má apropriação (mesas dos bares na praça)	1
	Qtd. total de aspectos positivos	26	Qtd. total de aspectos negativos	33
Praça 3	O letreiro é atrativo	6	Falta de arborização (e grama)	7
	Arborização	2	Falta de iluminação à noite	5
	Localização	2	Falta de manutenção	5
	Muitos locais para sentar	1	Bancos desconfortáveis	4
	Estado de conservação do piso	1	Espaço sem vitalidade	3
	Dimensão (é ampla)	1	Falta de elementos/mobiliários	3
	Espaço para caminhada	1	Falta de limpeza	2
	Estética (desenho dos canteiros)	1	Má apropriação (mesas dos bares na praça)	1
	Entorno (biblioteca)	1		
	Presença de lixeiras	1		
	Qtd. total de aspectos positivos	17	Qtd. total de aspectos negativos	30

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Comparando a quantidade de aspectos positivos e negativos mencionados, percebe-se que em apenas uma das praças a quantidade de aspectos positivos supera os aspectos negativos. Esse dado indica que, na maioria das praças, os usuários identificaram mais problemas do que qualidades dos espaços, fator que pode determinar na qualidade percebida pelos usuários. Ainda sobre o aspecto quantitativo, destaca-se que a Praça 3 foi a que obteve mais respostas negativas, se comparada às demais praças analisadas.

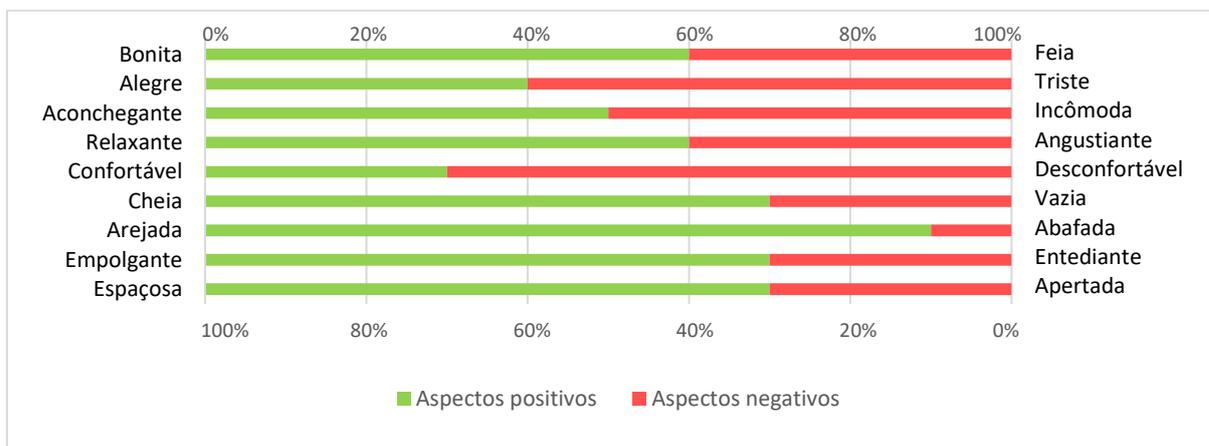
Com a aplicação da escala de diferencial semântico, foi possível identificar a opinião dos voluntários a partir de aspectos previamente estabelecidos. As praças 1 e 2 apresentaram resultados medianos, enquanto a Praça 3 obteve uma pior avaliação. Os gráficos 6, 7 e 8 detalham os resultados levantados.

Gráfico 6 - Escala de diferencial semântico - Praça 1 - Quixadá



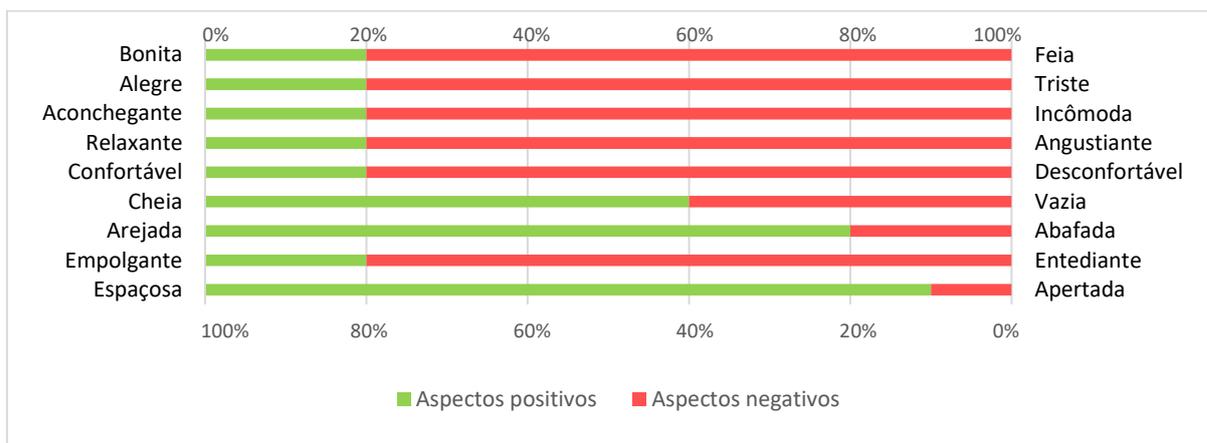
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Gráfico 7 - Escala de diferencial semântico - Praça 2 - Quixadá



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Gráfico 8 - Escala de diferencial semântico - Praça 3 - Quixadá



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Resultados da entrevista semiestruturada

Após a realização dos procedimentos relacionados à seleção visual, foram direcionadas algumas perguntas correspondentes ao roteiro da entrevista semiestruturada. Na primeira etapa, esses questionamentos ainda foram relacionados às praças em estudo.

Quanto à frequência e finalidade de uso da praça, dentre os dez participantes, três frequentam alguma das praças todos os dias com finalidade de caminhada, lazer ou conversa com amigos; três participantes frequentam uma vez por semana para lazer, encontro com amigos ou passeio com o cachorro; três participantes vão à praça uma vez durante o mês para lazer, conversa com amigos, caminhada ou eventos; e um dos entrevistados frequenta uma vez ao ano para lazer. Essas respostas indicam uma boa frequência de uso das praças por parte dos entrevistados, sendo que as finalidades mais recorrentes foram lazer, conversa com amigos e caminhada.

Foi perguntado se, no cotidiano, os participantes utilizavam a praça mais como um local de passagem ou como local de permanência, ou seja, se era frequente nos percursos diários passar pelas praças ou se, na maioria das vezes, utilizavam a praça com o intuito já determinado de ir ao espaço. Dos entrevistados, seis disseram utilizar mais como local de passagem, e quatro afirmaram uma maior utilização como local de permanência. Para a maioria dos participantes, essas praças fazem parte dos percursos cotidianos.

Destaca-se que, mesmo que a praça, em sua essência, esteja mais atrelada a um local de permanência, ela também pode ser muito utilizada como local de passagem de pedestres, como, por exemplo, foi identificado em alguns horários do mapeamento comportamental, que no período da tarde as praças eram mais utilizadas como local de passagem, enquanto no período noturno prevalecia a permanência das pessoas.

Na entrevista, também foi perguntado se os participantes possuíam memórias de momentos vivenciados nas praças. Cinco dos participantes relataram lembranças de festas e eventos na praça, como: feira de negócios, Réveillon, shows com grandes cantores, e festividades tradicionais como o carnaval e o Pula Fogueira (evento de festas juninas). Outras respostas recorrentes foram relacionadas às características físicas das praças. Os participantes descreveram elementos que existiam na praça e que, atualmente, não existem mais. Alguns dos voluntários comentaram lembrar de fases de suas vidas, ressaltando que, em determinados momentos, frequentavam a praça para uma determinada função: no tempo do colégio para ir à biblioteca, na época da faculdade como ponto partida do ônibus, na fase adulta para a prática de atividades físicas, etc. Também foi mencionada a praça como um local para aliviar as tensões de situações pessoais problemáticas. Essas situações evidenciam o quanto esses espaços fazem parte do cotidiano das pessoas e podem ter usos que sejam relevantes para a memória desses usuários.

Também foi solicitado que os participantes mencionassem elementos que poderiam tornar as praças mais atrativas. De acordo com essas respostas, foi elaborada a nuvem de palavras que está representada na figura 95. Os elementos mais recorrentes estão representados em fonte de maior dimensão, dessa forma, percebe-se que esses termos são: vegetação, necessidade de mais equipamentos e acessibilidade.

Figura 95 - Nuvem de palavras - sugestões para as praças de Quixadá



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

A segunda etapa da entrevista foi direcionada à opinião dos voluntários sobre o ato de caminhar na cidade. Sobre a frequência dos deslocamentos pelo centro da cidade, cinco pessoas relataram transitar pelo centro todos os dias, uma pessoa mencionou frequentar três vezes por semana, duas pessoas afirmaram frequentar uma vez por semana e duas pessoas relataram frequência média de uma vez ao mês. As principais finalidades desses deslocamentos são percursos para o trabalho e universidade, além de atividades cotidianas como: fazer compras, pagar contas e passear com o cachorro.

Sobre o meio utilizado com maior frequência para esses deslocamentos, seis participantes afirmaram ser a caminhada, três mencionaram veículo automotivo, principalmente motocicleta, e uma pessoa relatou ser bicicleta. Mesmo a maioria dos participantes utilizando a caminhada como meio prioritário para esses deslocamentos, alguns mencionaram o trânsito como motivo para priorizar os percursos a pé e, principalmente, a pouca disponibilização de vagas de estacionamento.

Foi perguntado aos voluntários da pesquisa se eles acreditavam que as calçadas do centro ofereciam boas condições para o caminhar, seis participantes mencionaram que não, apresentando como principais problemas: desníveis das calçadas, piso escorregadio, obstáculos, apropriação por parte de ambulantes e lojas,

calçadas estreitas e entulhos de construções; uma pessoa considerou as condições razoáveis; e três participantes consideraram boas. Dentre essas avaliações positivas, ambos mencionaram as melhorias ocorridas através de uma obra recente, que ainda está em andamento, em que estão padronizando as calçadas do centro com bloco intertravado. Embora em alguns trechos as calçadas tenham sido niveladas, como na figura 96, por exemplo, em outros pontos as rampas não foram feitas de modo adequado. Além disso, por conta da presença de muitos obstáculos, e mesmo alguns trechos com largura insuficiente, um cadeirante não consegue se locomover por longos trechos pelas calçadas, como pode ser visualizado na figura 97, em que o cadeirante disputa espaço com os veículos automotivos na faixa de rolamento.

Figura 96 - Padronização das calçadas



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 97 - Cadeirante se locomovendo pela via



Fonte: Acervo do autor, 2021

Os participantes também responderam se se sentiam seguros em caminhar pelas ruas do centro da cidade. Apenas uma pessoa afirmou não ter medo de transitar pelo centro, nem no período diurno nem no noturno, os demais participantes responderam se sentirem seguros durante o dia e terem receio durante a noite, principalmente pelo pouco fluxo de pessoas circulando pelas ruas, e pelo fato da iluminação ser insuficiente.

Foi requisitado que os voluntários mencionassem elementos que poderiam tornar o caminhar da cidade mais atrativo. As respostas também foram representadas através de uma nuvem de palavras (figura 98), os termos mencionados com maior frequência foram: nivelamento das calçadas, iluminação, faixas de pedestres, arborização e sinalização.

Figura 98 - Nuvem de palavras - sugestões para a caminhabilidade em Quixadá



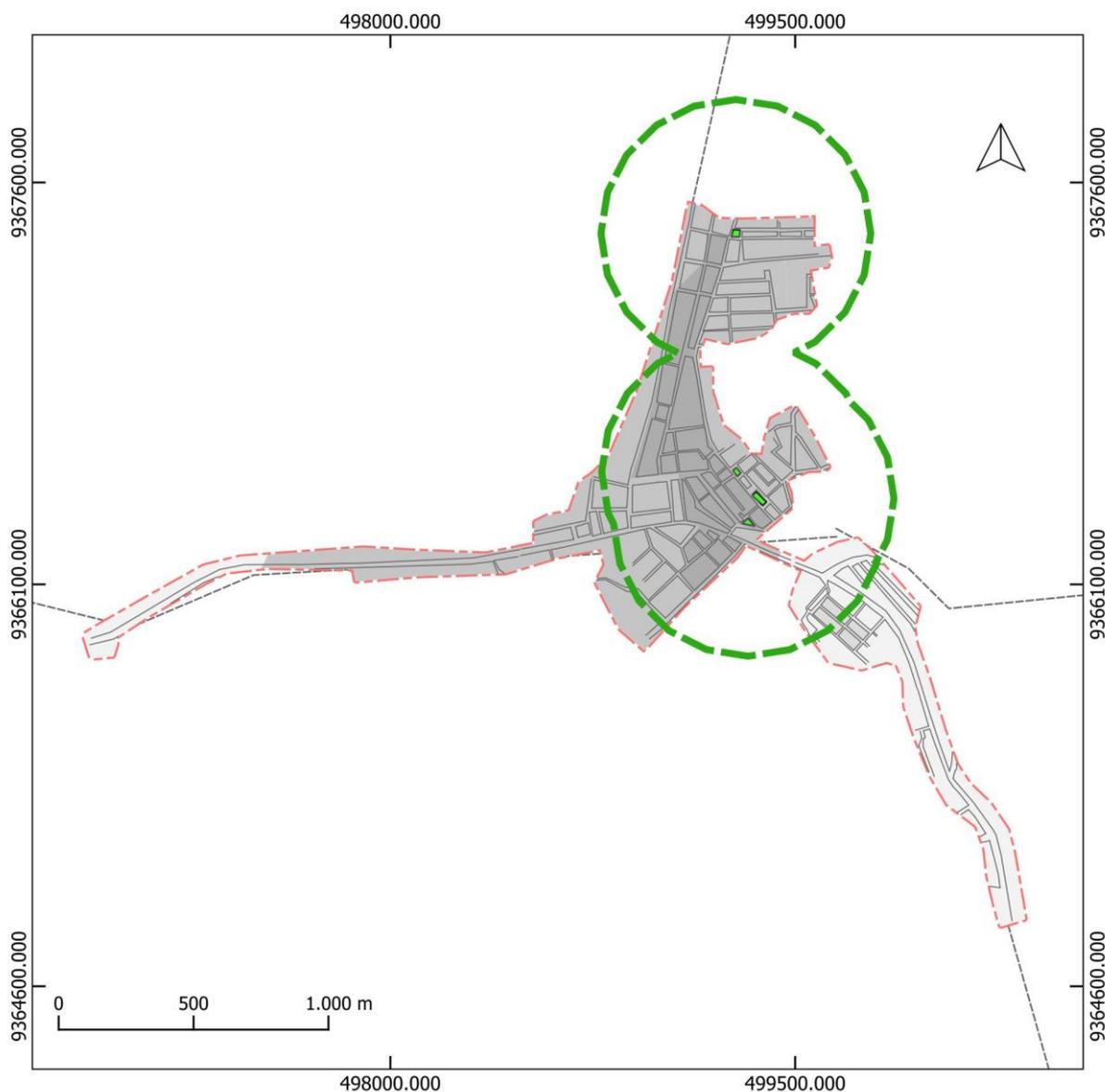
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Demais considerações referentes ao estudo de caso da cidade de Quixadá, assim como o comparativo com os resultados do estudo de caso da cidade de Solonópole, serão apresentados no quadro síntese do subcapítulo “5.3 Considerações e comparativo dos estudos de caso”.

5.2 Estudo de caso 2: a cidade de Solonópole

A cidade de Solonópole possui apenas quatro praças, que estão representadas no mapa 25. Considerando o raio de influência de 500 metros desses espaços (WEINGARTNER, 2008), apenas 63,14% do perímetro urbano da cidade está coberto por essa área demarcada. Três praças estão localizadas no centro da cidade, e uma no bairro Santa Tereza. Destaca-se que os dois bairros periféricos que estão representados em cor mais clara (com maior renda *per capita* da população) não possuem praças.

Mapa 25 - Espaços livres públicos - Solonópole



ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS - SOLONÓPOLE

■ Espaços livres públicos	Renda per capita (R\$)
□ Raio de caminhada (500 m)	144 - 257
— Malha urbana	257 - 369
□ Perímetro da mancha urbana	369 - 482
-- Rodovias	482 - 594

SIRGAS 2000 / UTM zone 24S

Quantidade de espaços livres públicos	4
Área de espaços livres públicos	2846,75 m ²
Porcentagem do território coberto pela área de influência	63,14%
Relação área esp. livres/habitantes	0,44 m ² /hab
Relação área esp. livres/perímetro	0,23%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

A paisagem urbana da cidade tem como elemento natural constituinte o Riacho do Sangue, rio que corta a cidade e ganha maior destaque, principalmente, na quadra invernosa, em que há aumento do nível da água. As figuras 99 e 100 apresentam imagens aéreas, podendo-se visualizar o tecido urbano e o rio.

Figura 99 - Vista aérea 1 - Solonópole



Fonte: Prefeitura de Solonópole, 2021

Figura 100 - Vista aérea 2 - Solonópole



Fonte: Prefeitura de Solonópole, 2021

Semelhantemente a Quixadá, em Solonópole é comum a utilização das calçadas pelos moradores como um local de conversa e socialização (figura 101). Para além dos espaços livres públicos formais, como, por exemplo, as praças, na figura 102 alguns jovens estão sentados nas escadarias da igreja.

Figura 101 - Moradores sentados nas calçadas



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 102 - Jovens nas escadarias da igreja



Fonte: Acervo do autor, 2021

O uso dos espaços livres públicos como palco de eventos e festividades também é recorrente em Solonópole. Na figura 103, o patamar da igreja está sendo utilizado para apresentação de dança, e a figura 104 apresenta um evento junino com grupos de quadrilha. Portanto, esses espaços assumem importantes papéis enquanto lugares de expressão das manifestações culturais locais.

Figura 103 - Apresentação de dança



Fonte: Solonópole Blogspot, 2012

Figura 104 - Grupo de quadrilha



Fonte: Solonópole Blogspot, 2016

Esse conjunto, patamar da igreja e praça, abriga os principais eventos da cidade. A figura 105 apresenta uma festa de *Réveillon*, com exibição de queima de fogos, que, tradicionalmente, acontece nesse mesmo lugar. A figura 106 é uma imagem de uma missa campal realizada durante os festejos do Bom Jesus Aparecido, padroeiro da cidade.

Figura 105 - Festa de *Réveillon*

Fonte: Diário do Nordeste, 2016

Figura 106 - Missa campal



Fonte: Prefeitura de Solonópole, 2021

Na figura 107, é possível visualizar a relevância da vegetação e áreas de sombreamento nos espaços livres públicos, em que alunos se aglomeram em áreas sombreadas no centro da cidade de Solonópole. Por conta do clima quente, característico da região, essas áreas sombreadas estão diretamente relacionadas ao conforto dos usuários.

Figura 107 - Alunos em áreas sombreadas



Fonte: Prefeitura de Solonópole, 2018

Seguindo o fluxo zona rural/zona urbana, o pau de arara ainda é, bem como em Quixadá, utilizado como transporte coletivo na cidade. Na figura 108, visualiza-se um pau de arara circulando em uma via da cidade. Diante das observações realizadas, percebe-se que em Solonópole existe um fluxo maior de motocicletas que de carros (figura 109). Esse dado pode ser comprovado através das estatísticas da frota de veículos divulgadas pelo Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Ceará - Dentran-CE (2021), que aponta que no município existem 4.802 motocicletas e 1.253 automóveis. Nas grandes cidades, essa proporção inverte-se, em Fortaleza, por exemplo, existem 323.009 motocicletas e 629.948 automóveis.

Figura 108 - Pau de arara



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 109 - Trânsito de motocicletas



Fonte: Acervo do autor, 2021

5.2.1 Conhecer

No segundo passo metodológico, **conhecer**, foi aplicado o *checklist* do apêndice 1 na poligonal da cidade de Solonópole. A primeira parte do *checklist* corresponde à avaliação das faces da quadra. O atributo “variedade de usos” obteve pontuação de 2,63 (mapa 26), um valor mediano, considerando a escala adotada. A variável “idade aparente das edificações” atingiu média de 2,45 (mapa 27). Assim como na cidade de Quixadá, em Solonópole, algumas das edificações ainda existentes atualmente, que são do período do surgimento da cidade, estão sendo demolidas ou descaracterizadas, como é o caso das figuras 110 e 111.

Figura 110 - Foto de edificação - antes



Fonte: IBGE, sem data especificada

Figura 111 - Foto de edificação - atualmente



Fonte: Acervo do autor, 2017

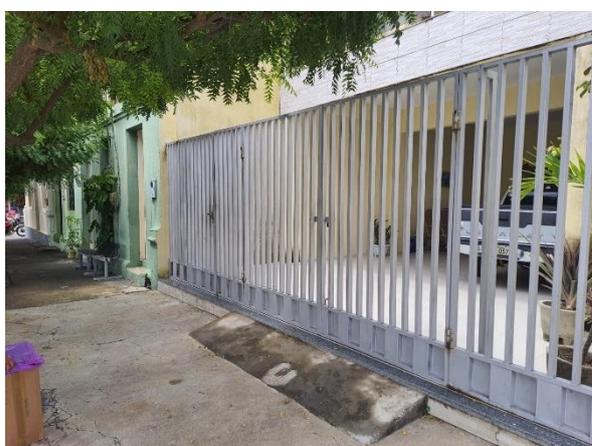
A variável “permeabilidade das fachadas” obteve média de 2,63 (mapa 28). As figuras 112 e 113, do centro de Solonópolis, apresentam trechos de quarteirões com fachadas cegas e trechos com mais aberturas. As fachadas que são mais vazadas contribuem para a sensação de segurança dos pedestres, visto que os próprios moradores atuam como vigilantes da vida na cidade, como citam Gehl (2015) e Jacobs (2011).

Figura 112 - Fachada cega



Fonte: Acervo do autor, 2021

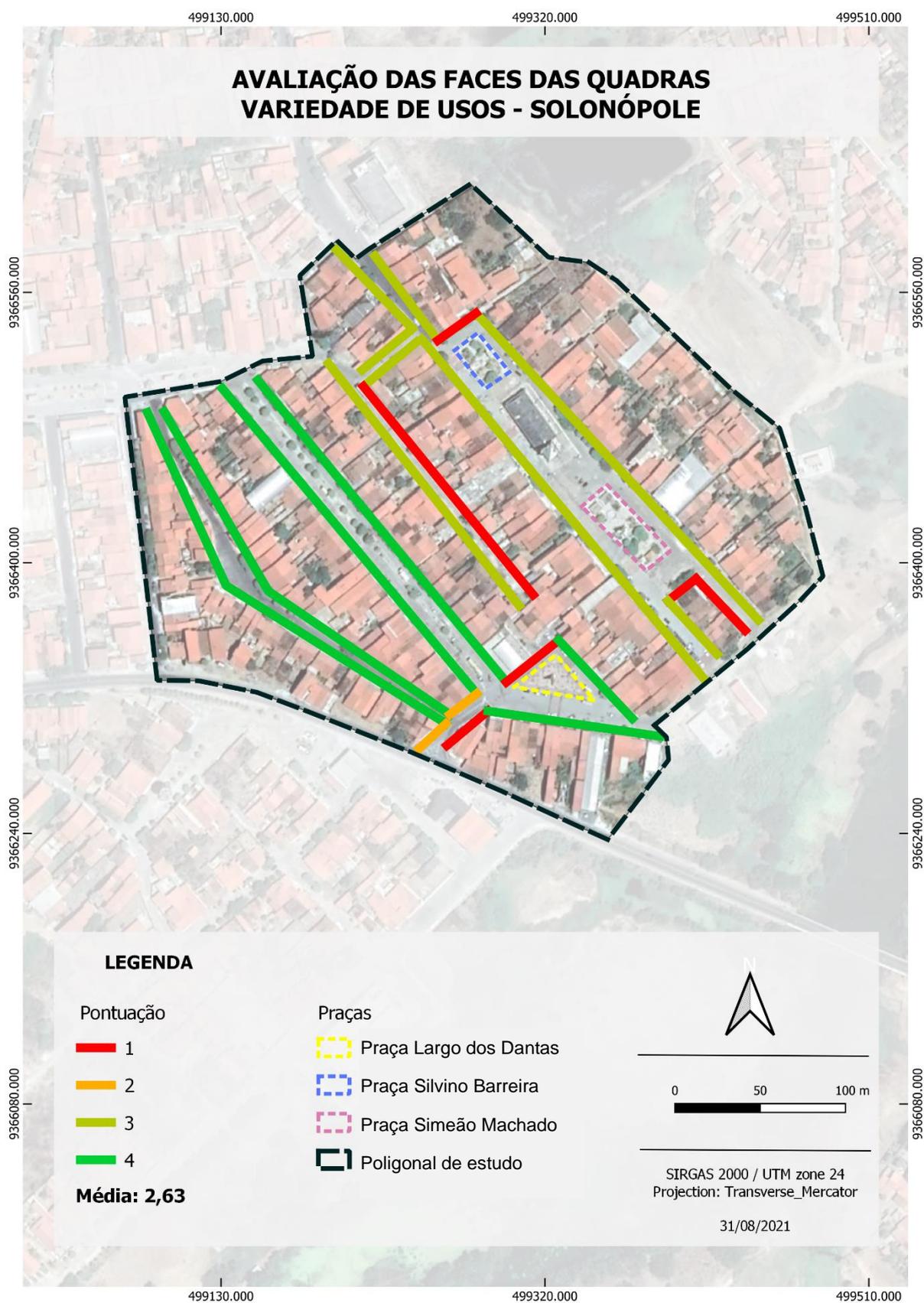
Figura 113 - Fachada vazada



Fonte: Acervo do autor, 2021

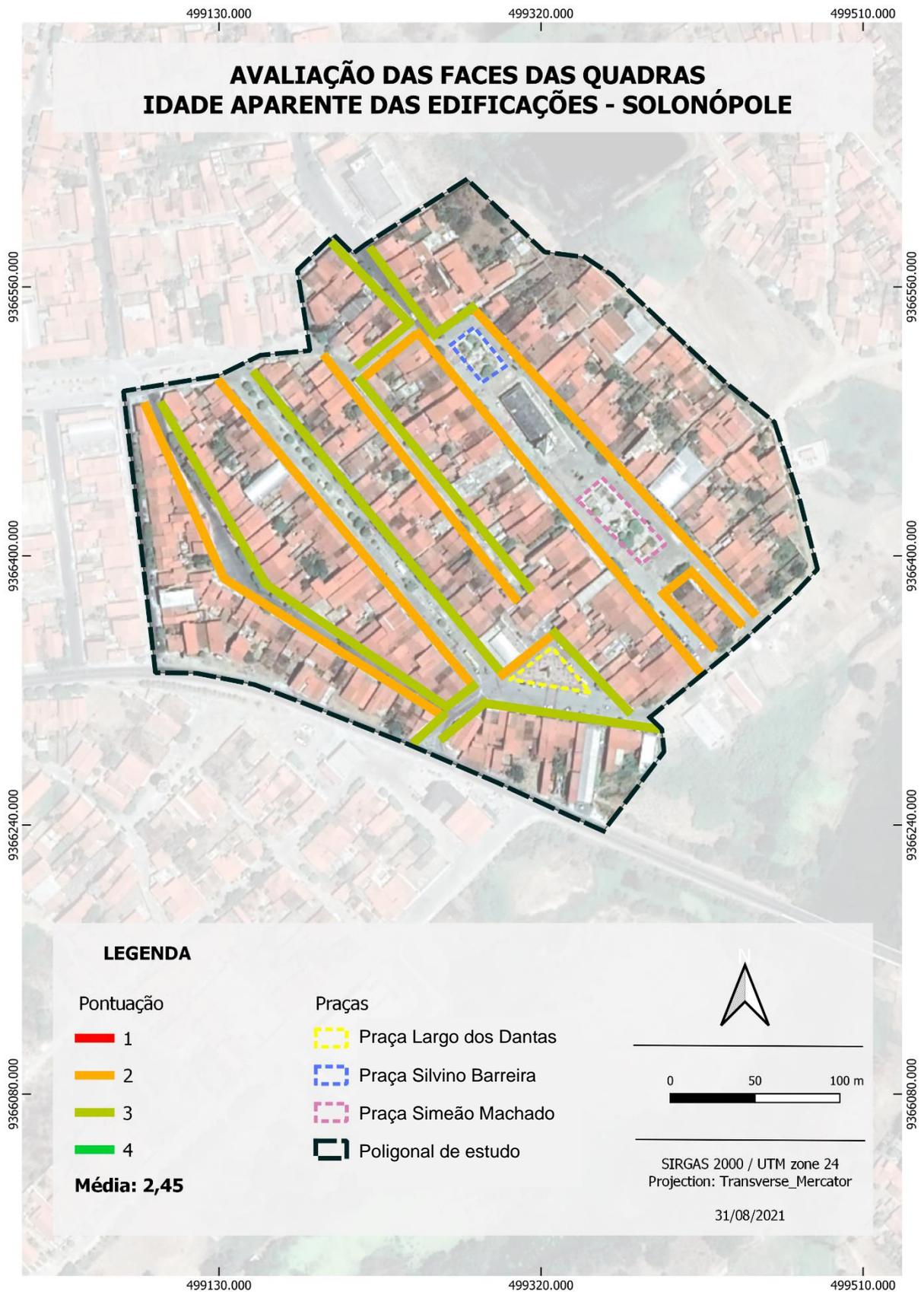
O mapa 29 apresenta a síntese das variáveis referente às faces das quadras. A média geral dos resultados dessa fase foi a pontuação de 2,57, representando um resultado mediano, considerando a pontuação mínima (1) e a pontuação máxima (4).

Mapa 26 - Variedade de usos - Solonópole



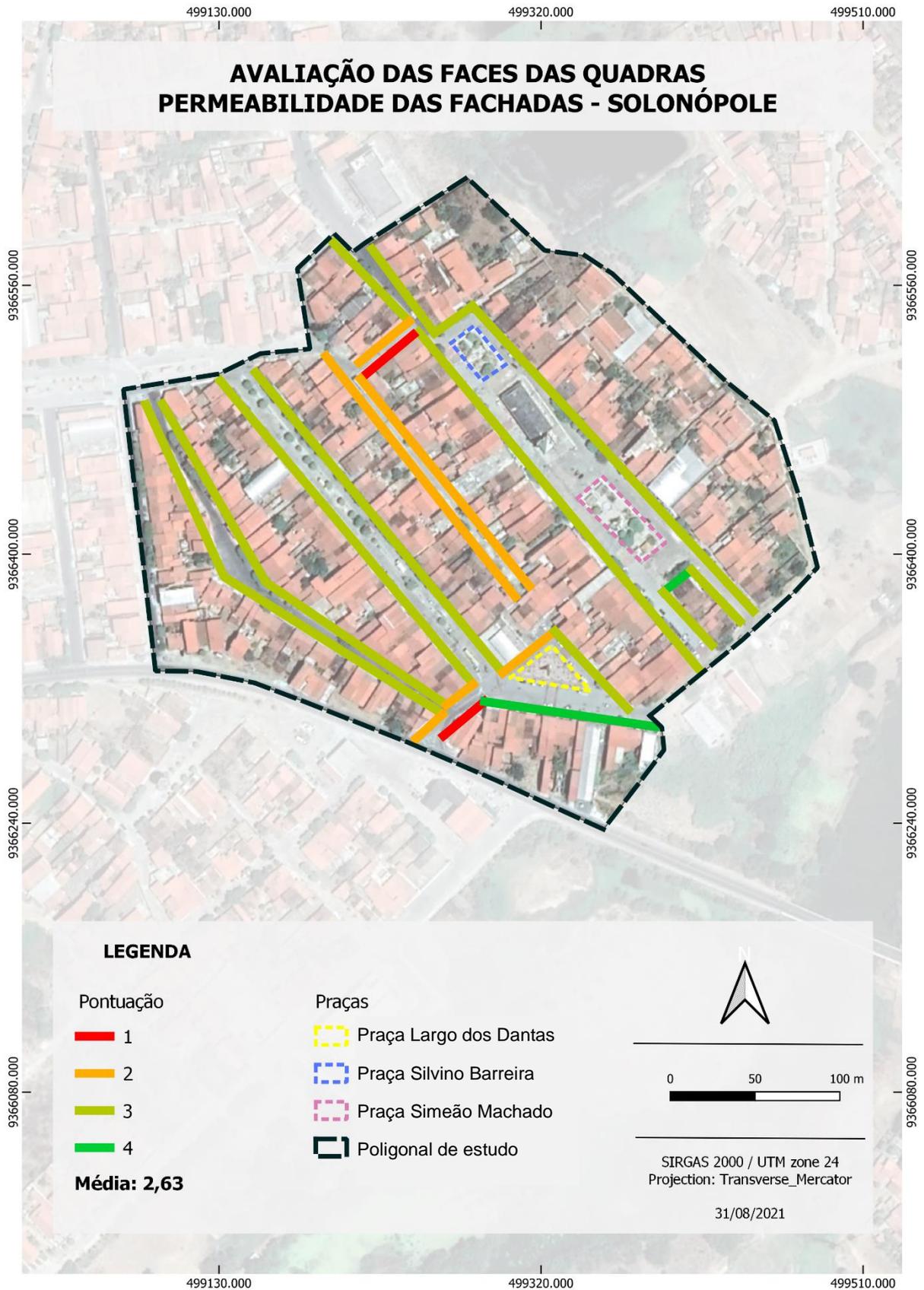
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Mapa 27 – Idade aparente das edificações - Solonópole



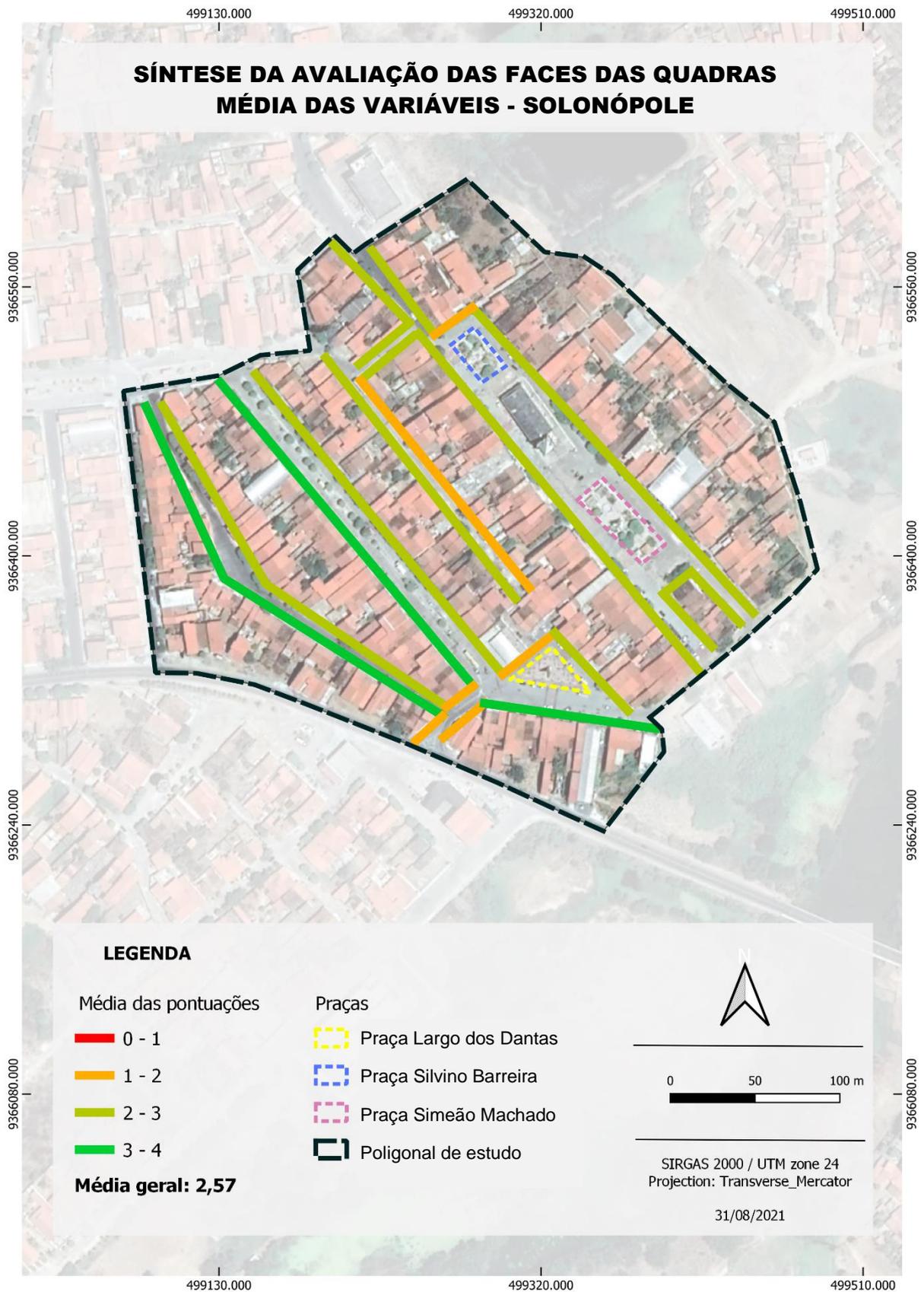
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Mapa 28 - Permeabilidade das fachadas - Solonópole



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Mapa 29 - Síntese da avaliação das faces das quadras - Solonópole



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

A segunda parte do *checklist* corresponde à avaliação dos trechos dos passeios. O atributo “largura das calçadas” obteve média de 2,37 (mapa 30). Os passeios mais largos estão localizados na rua da Igreja Matriz, que é o núcleo original da cidade (figura 114). A maioria dos demais trechos são estreitos, como pode ser visualizado na figura 115, nessa imagem, além da calçada possuir dimensão limitada, ainda há uma motocicleta estacionada, impedindo totalmente a passagem dos pedestres.

Figura 114 - Calçada com largura confortável



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 115 - Calçada estreita



Fonte: Acervo do autor, 2021

A variável “inclinação das calçadas” apresentou a pontuação de 3,45 (mapa 31), sendo um resultado positivo. Assim como Quixadá, a topografia do centro da cidade de Solonópole contribui para que as calçadas não possuam grandes inclinações. Entretanto, mesmo as condições topográficas sendo favoráveis, ainda é possível visualizar muitos trechos com desníveis, como pode ser visualizado nas figuras 116 e 117, atributo que obteve pontuação de 2,31 (mapa 32).

Figura 116 - Calçadas com desníveis 1



Fonte: Acervo do autor, 2021

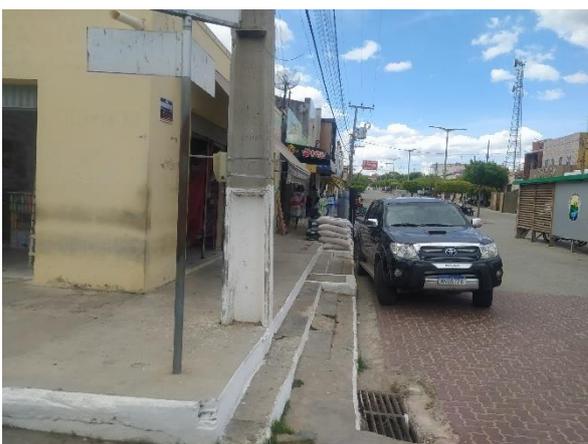
Figura 117 - Calçadas com desníveis 2



Fonte: Acervo do autor, 2021

O atributo “obstáculos nas calçadas” obteve média de 1,95 (mapa 33). A pontuação baixa é reflexo tanto de elementos fixos que estão localizados na faixa de circulação dos passeios, como também de obstáculos móveis, alocados principalmente pelos proprietários dos comércios da região. A figura 118 apresenta uma exemplificação de obstáculo fixo (poste mal localizado), e a figura 119 mostra um comércio utilizando não somente a calçada para expor produtos, como também a faixa de rolamento.

Figura 118 - Obstáculo fixo (poste)



Fonte: Acervo do autor, 2021

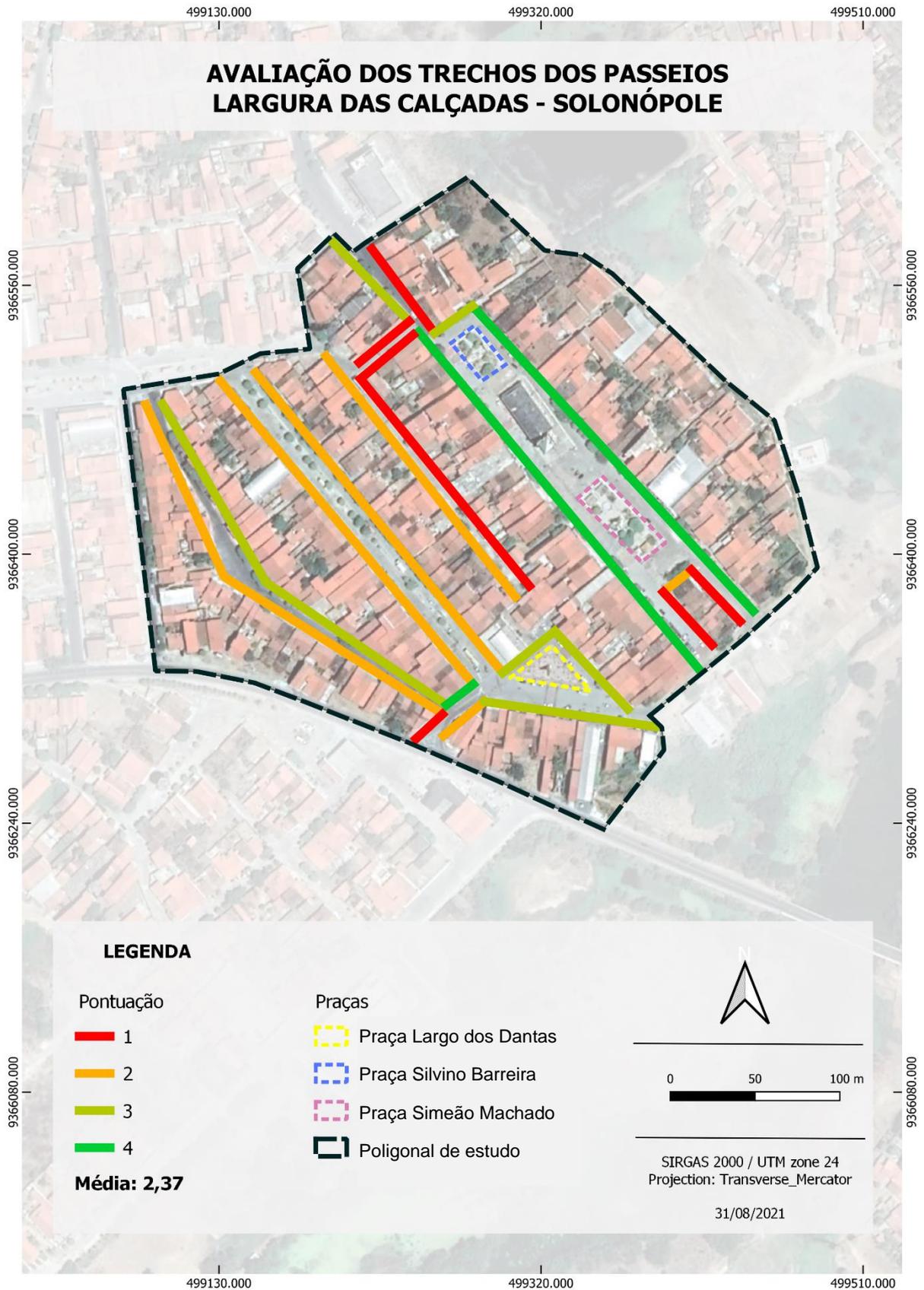
Figura 119 - Obstáculos móveis



Fonte: Acervo do autor, 2021

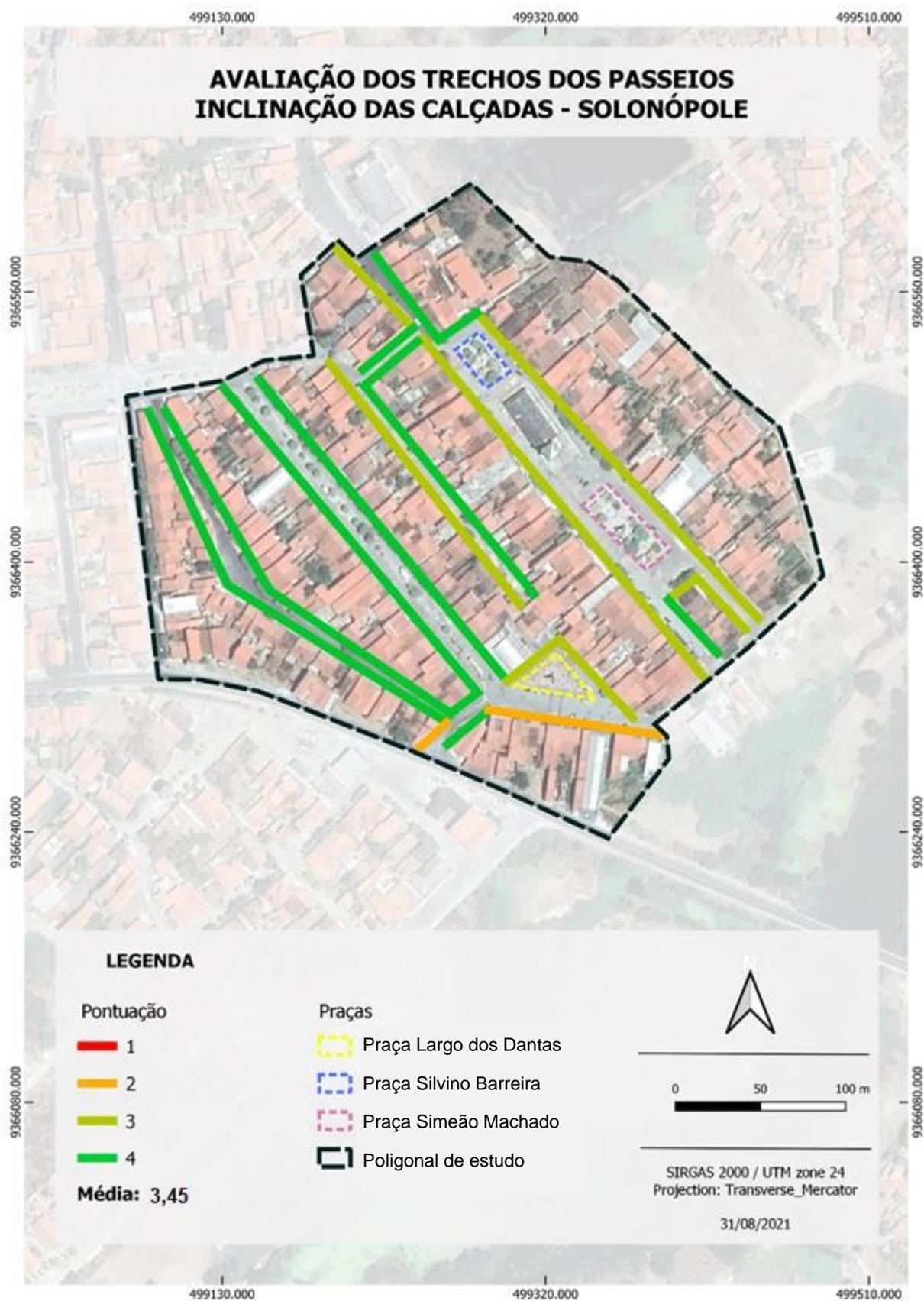
Além dos postes, praticamente não foram identificados outros mobiliários, com isso, a pontuação desse atributo foi de 1,04 (mapa 34).

Mapa 30 - Largura das calçadas - Solonópole



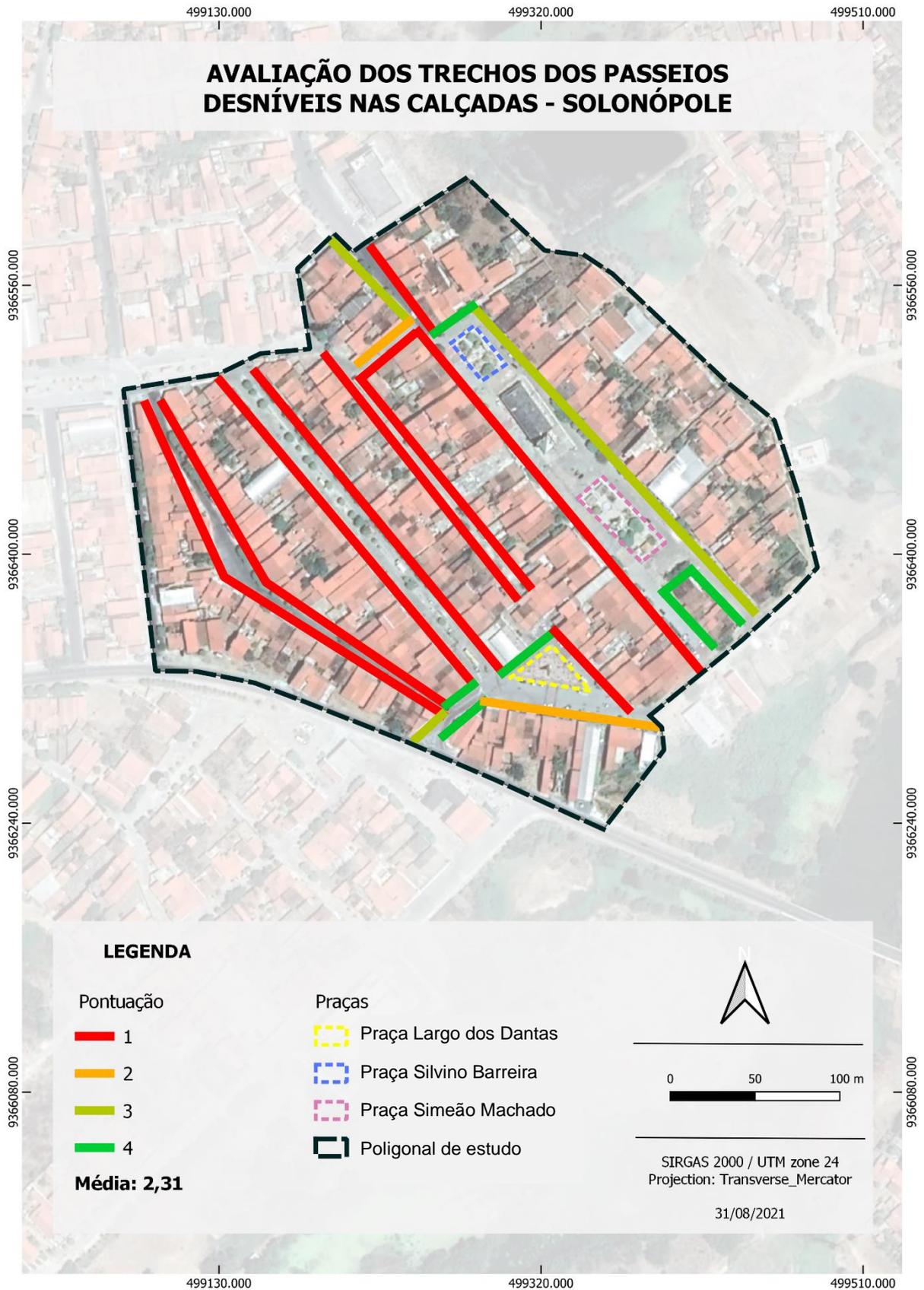
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Mapa 31 - Inclinação das calçadas - Solonópole



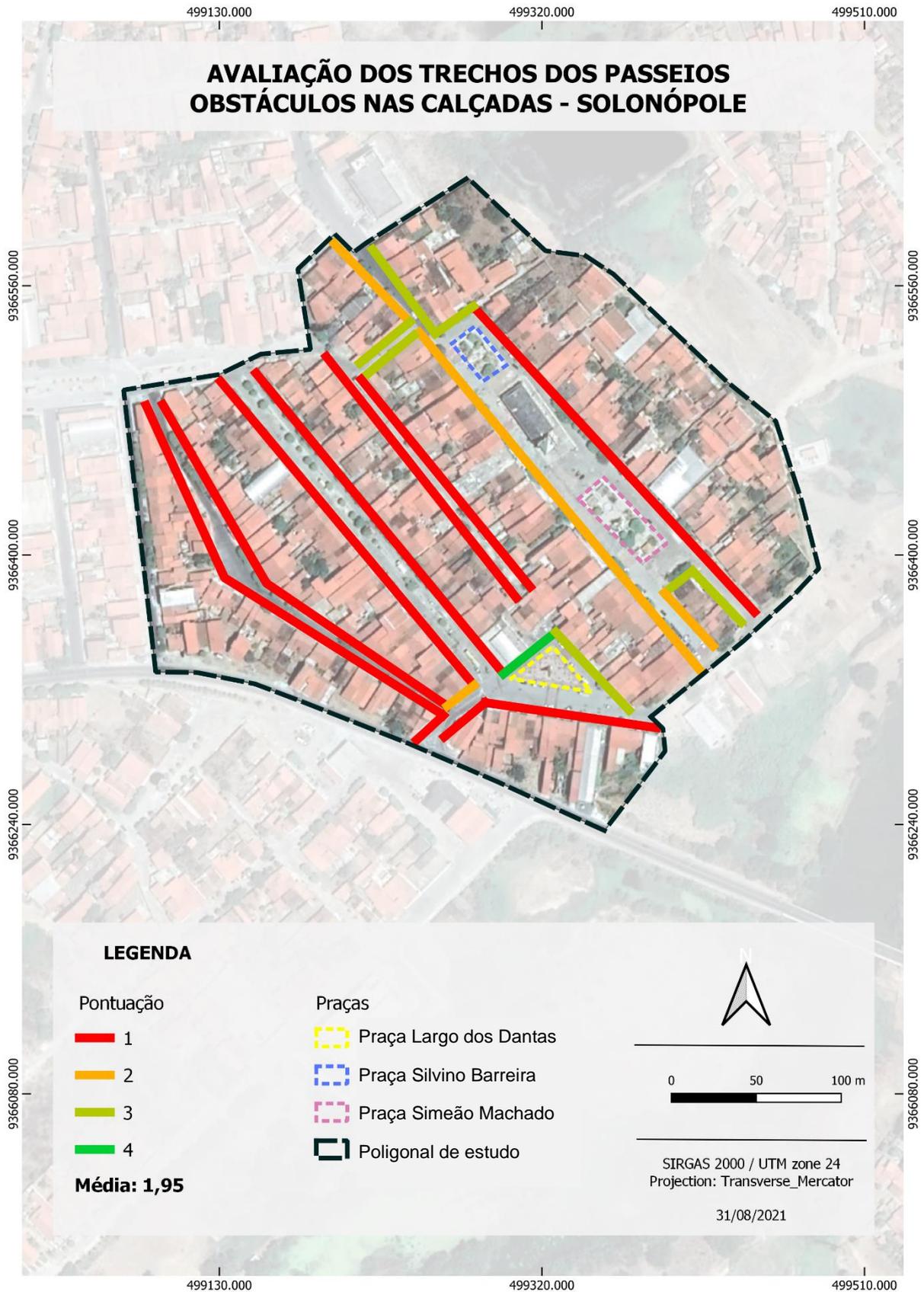
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Mapa 32 - Desníveis nas calçadas - Solonópole



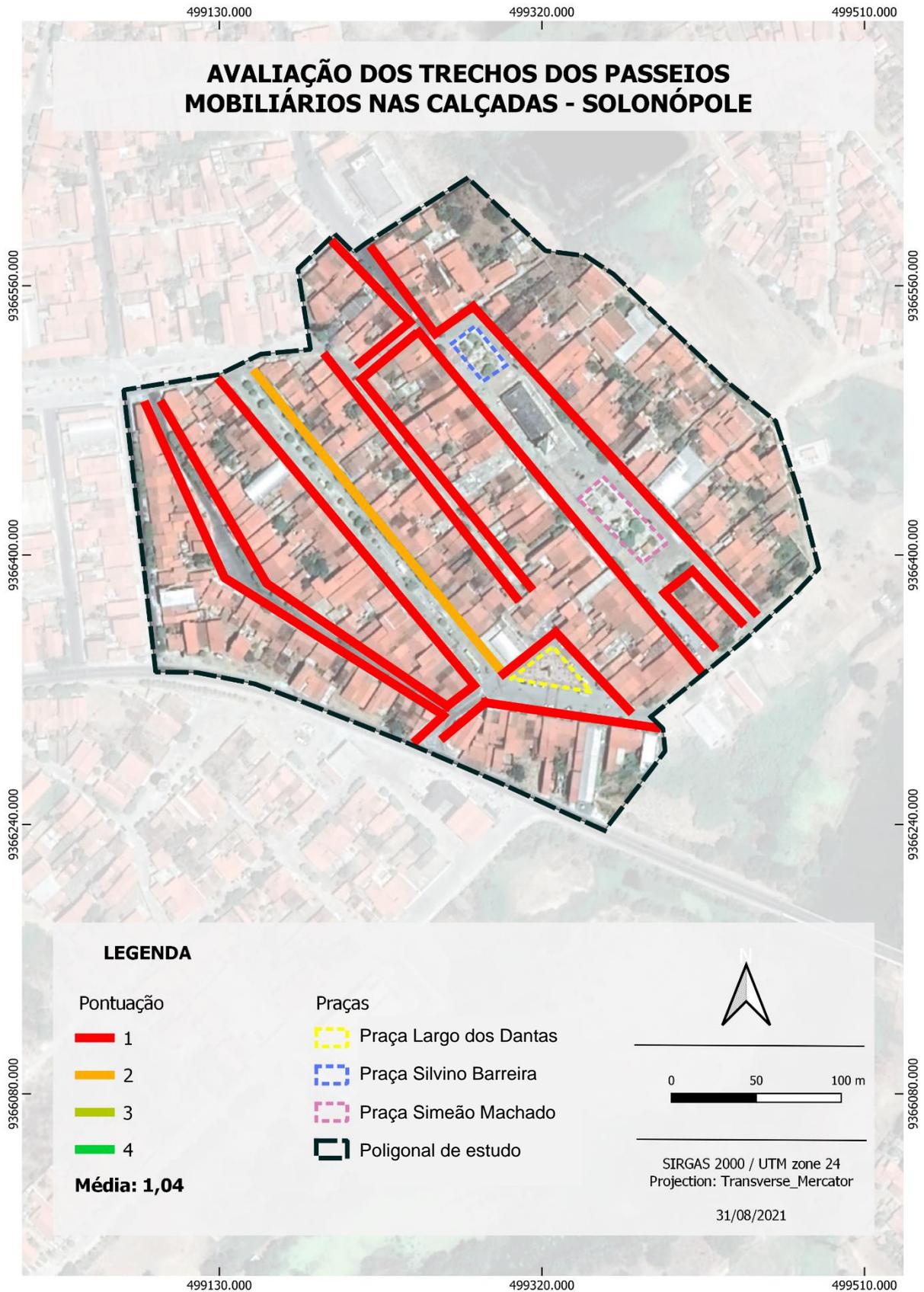
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Mapa 33 – Obstáculos nas calçadas - Solonópole



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Mapa 34 – Mobiliários nas calçadas - Solonópole



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

O atributo “tipo de pavimentação” apresentou pontuação de 2,54 (mapa 35), representando valor mediano. Na figura 120, o revestimento predominante é o concreto desempenado, material de baixo custo e boa aderência. A variável “conservação e manutenção” obteve pontuação pouco abaixo da média, 2,36 pontos (mapa 35). A figura 121 apresenta uma calçada com pavimentação danificada, podendo ocasionar acidentes aos pedestres. O atributo “limpeza” foi bem avaliado, obtendo pontuação de 3,31 (mapa 37).

Figura 120 - Calçada com concreto desempenado Figura 121 - Calçada com revestimento danificado



Fonte: Acervo do autor, 2021

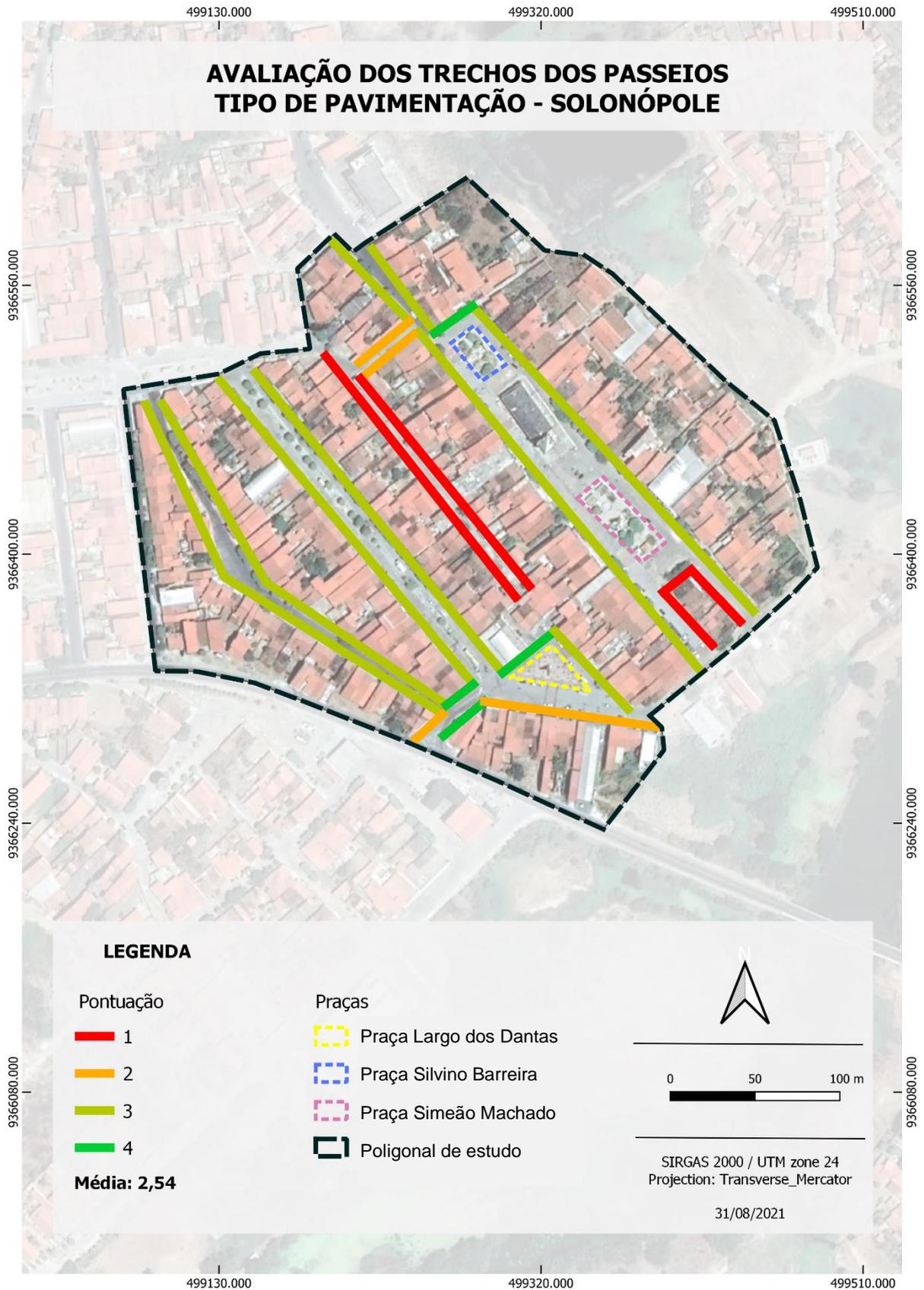


Fonte: Acervo do autor, 2021

As variáveis “sombreamento por vegetação” (mapa 38) e “sombreamento por marquises” (mapa 39) apresentaram baixa pontuação, 1,86 e 1,40 respectivamente, interferindo, principalmente, no conforto dos percursos dos pedestres nos horários de maior incidência solar.

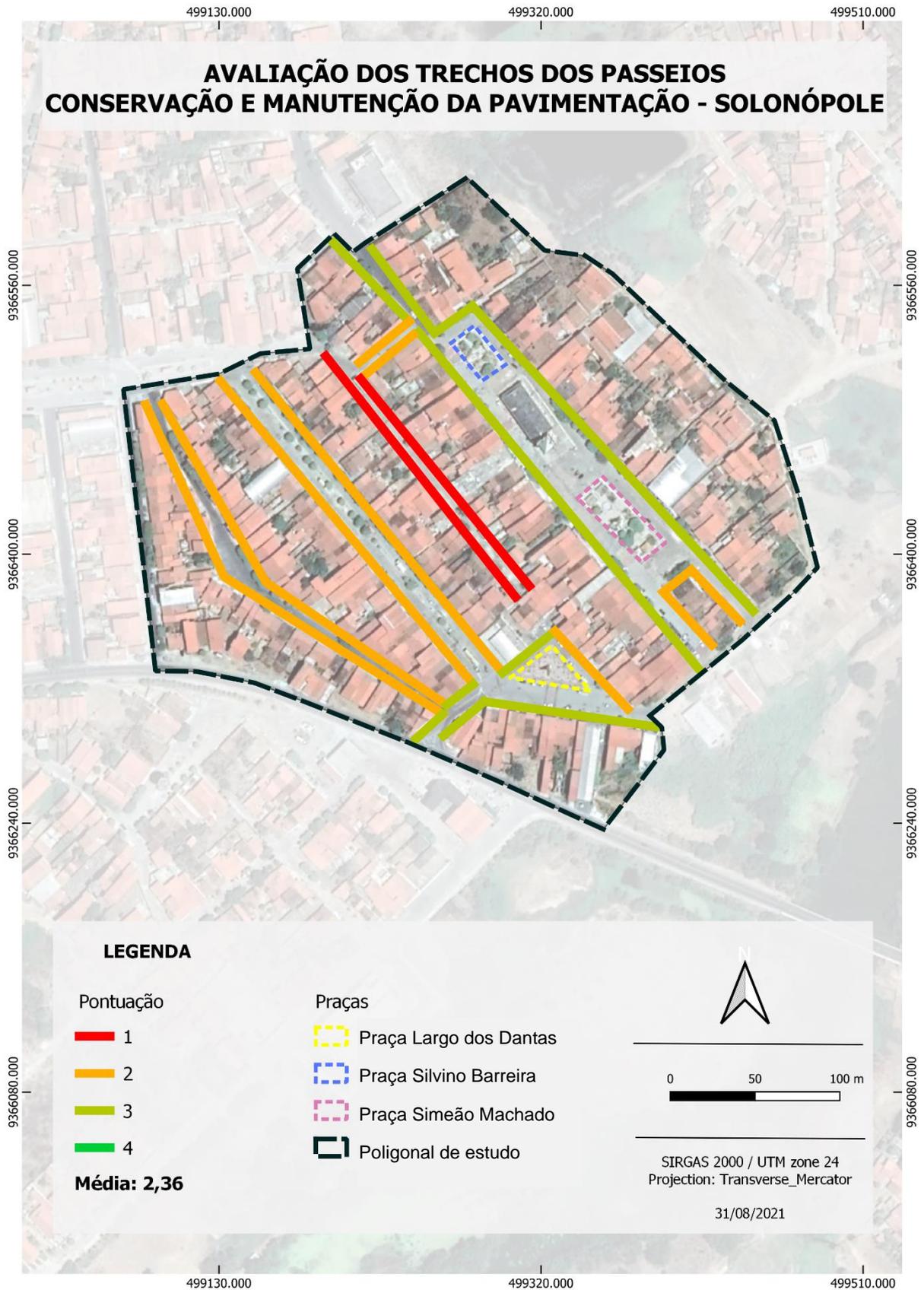
O mapa 40 apresenta a média da síntese das variáveis referentes à análise dos trechos dos passeios, essa média geral foi de 2,25 pontos. Os atributos que obtiveram baixa pontuação foram: obstáculos nas calçadas, mobiliários nas calçadas, sombreamento por vegetação e sombreamento por marquises. As variáveis “largura das calçadas”, “conservação e manutenção”, “desníveis” e “tipo de pavimentação” apresentaram pontuação mediana. Apenas os atributos “inclinação das calçadas” e “limpeza” receberam pontuação mais elevada.

Mapa 35 - Tipo de pavimentação - Solonópole



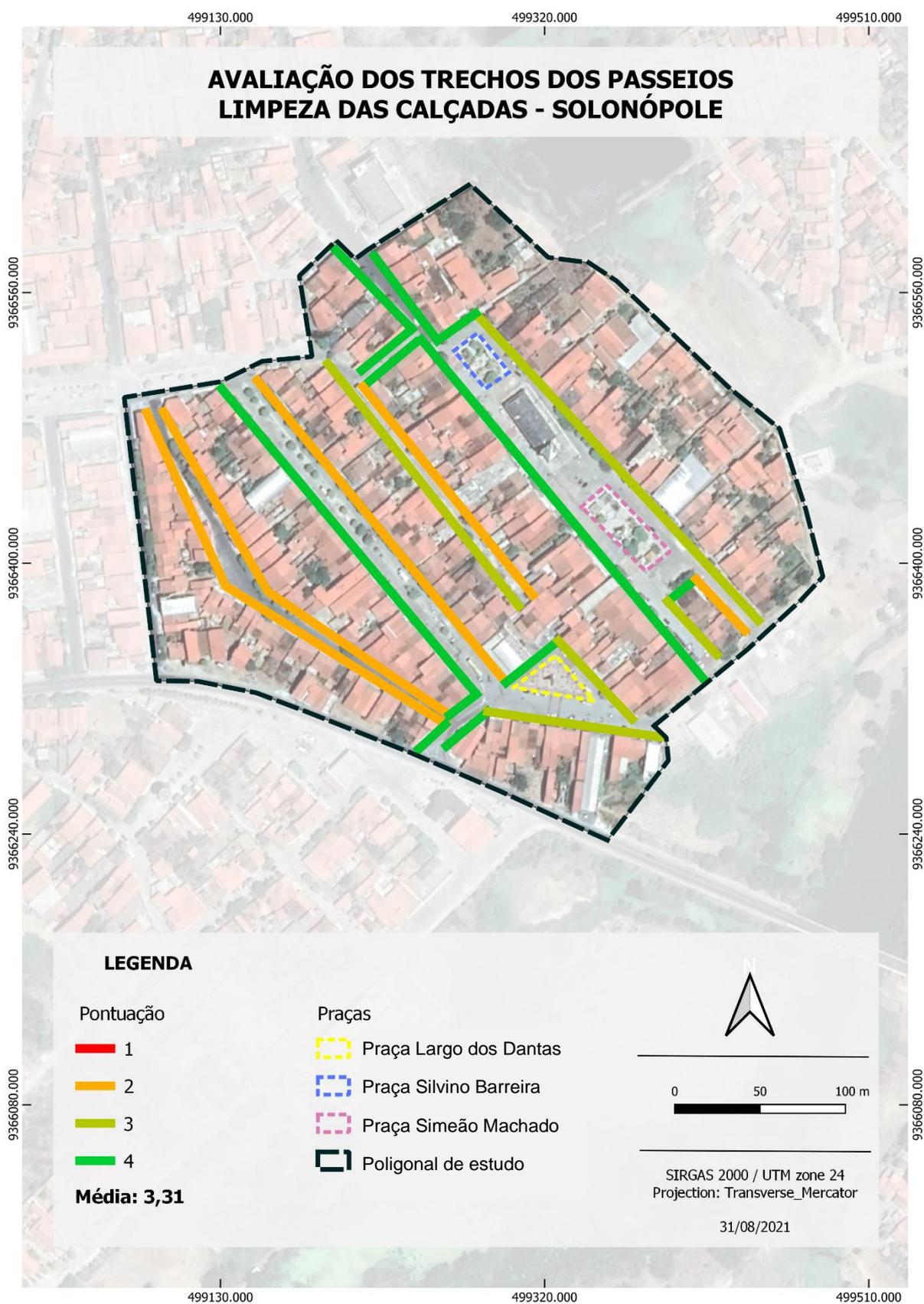
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Mapa 36 - Conservação e manutenção da pavimentação - Solonópole



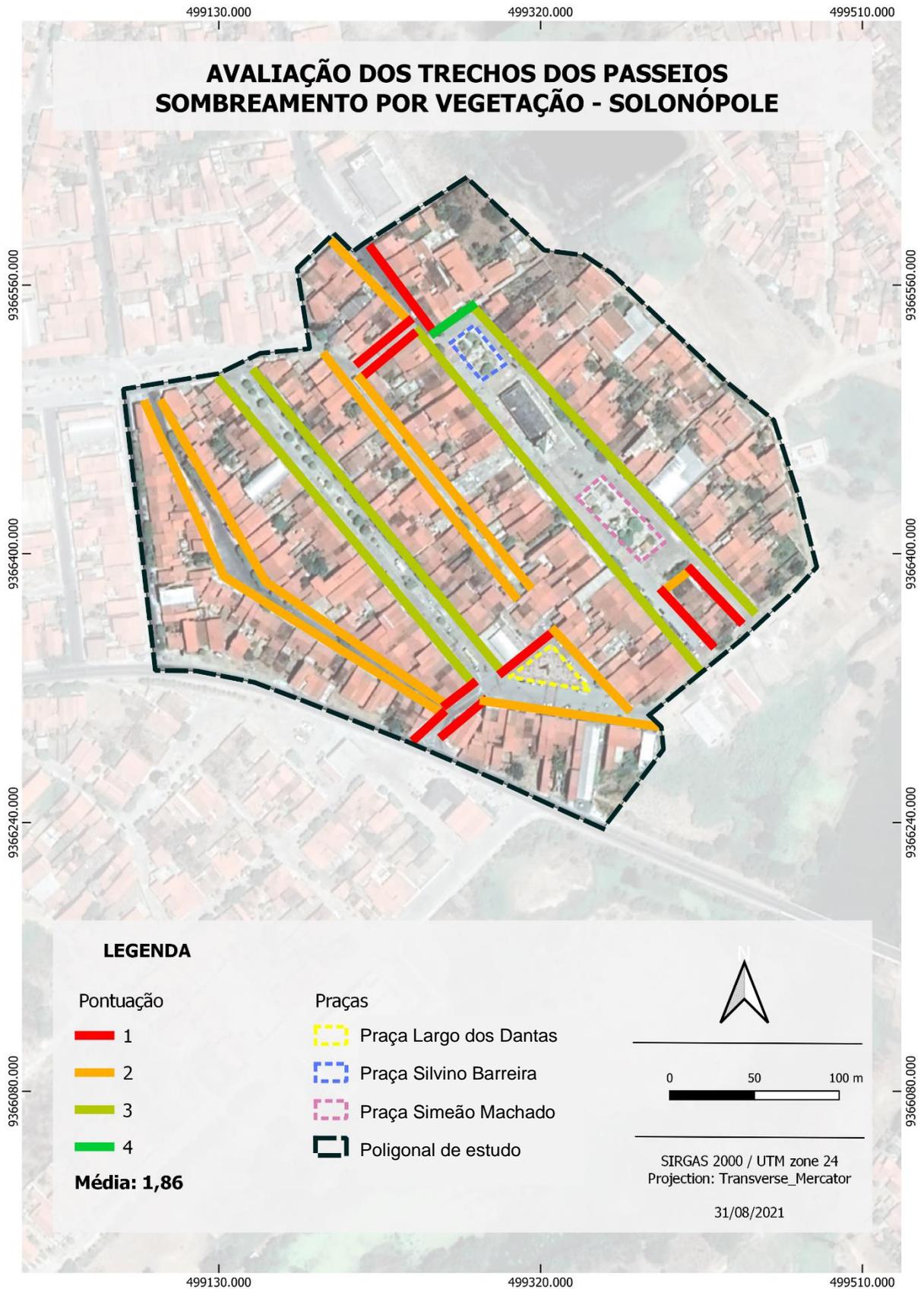
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Mapa 37 - Limpeza das calçadas - Solonópole



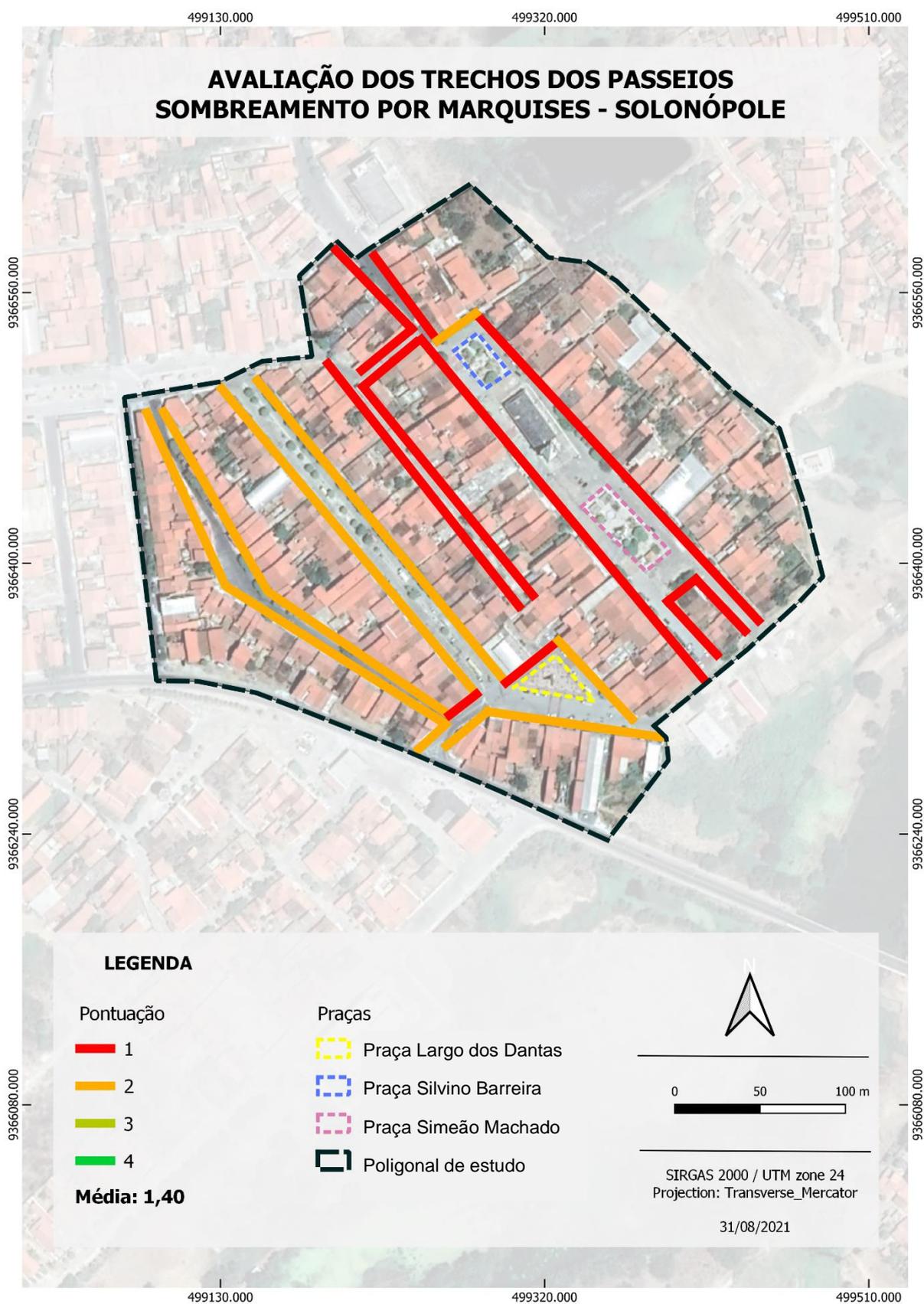
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Mapa 38 – Sombreamento por vegetação - Solonópole



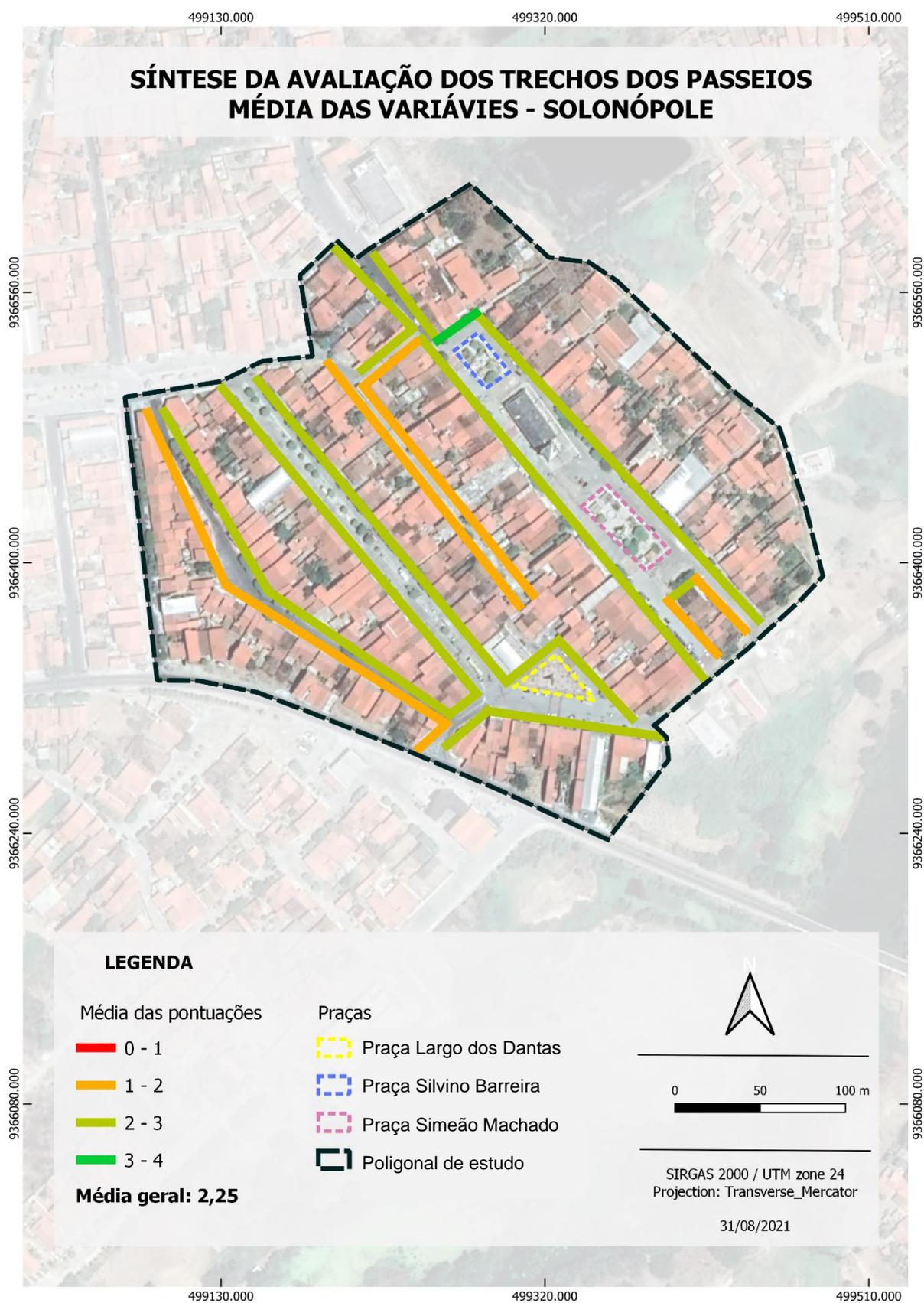
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Mapa 39 - Sombreamento por marquises - Solonópole



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Mapa 40 – Síntese da avaliação dos trechos dos passeios



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

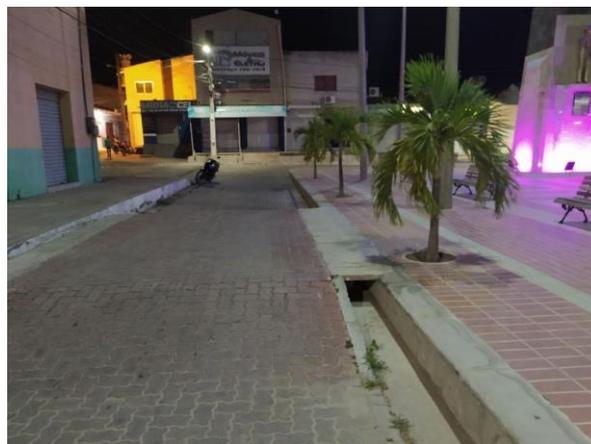
Os pontos de travessias da poligonal de estudo estão representados na figura 124, bem como a pontuação atribuída a partir das variáveis analisadas. Em todos os pontos de travessia identificados, existem faixas elevadas, todavia, a maioria delas foram implantadas de maneira inadequada. O problema mais recorrente foi a não interligação com as calçadas, fazendo com que ficassem espaços que impossibilitam a travessia de um cadeirante, dificultando também para pessoas que possuem mobilidade reduzida, como demonstra a figura 122. Na figura 123, embora de um dos lados a faixa elevada esteja no mesmo nível da praça, no outro lado há um degrau para alcançar o nível da calçada.

Figura 122 - Faixa elevada 1



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 123 - Faixa elevada 2

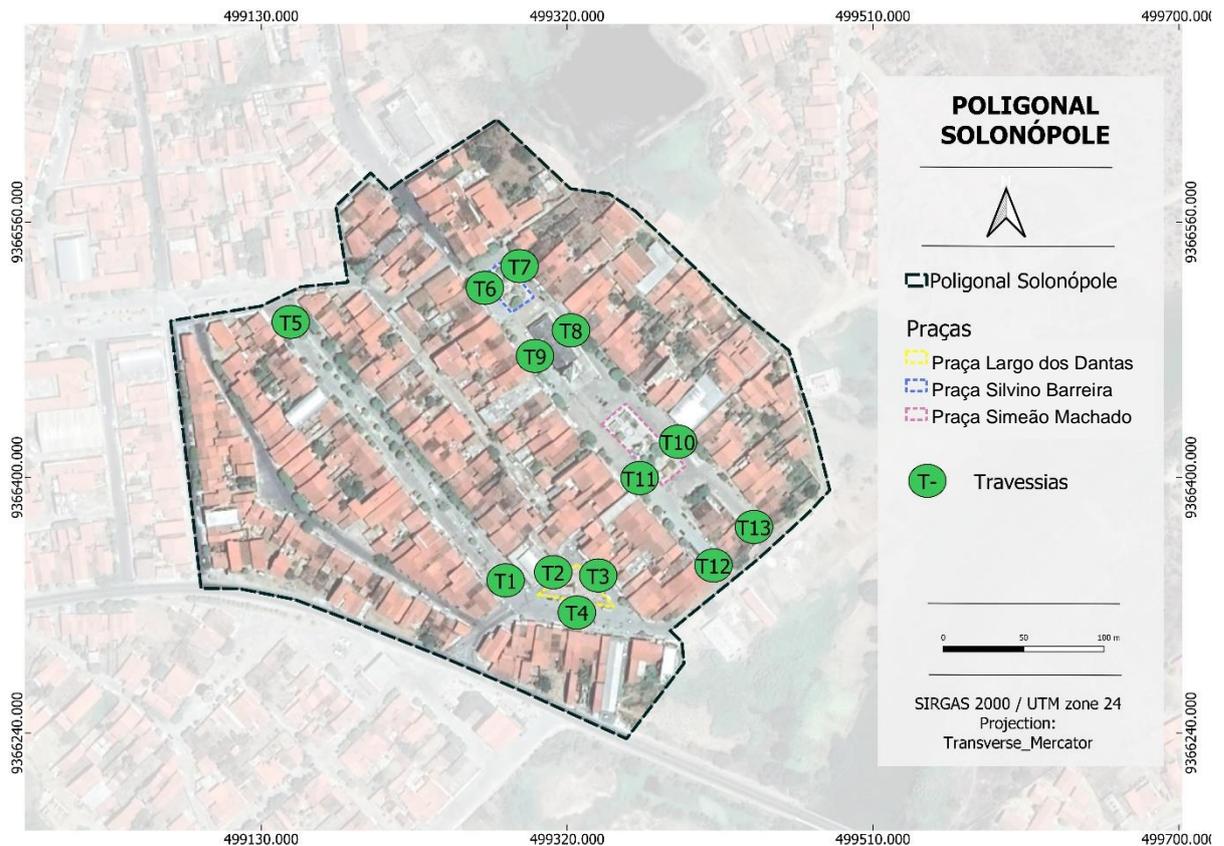


Fonte: Acervo do autor, 2021

Apenas uma das travessias possui sinalização vertical ou horizontal, e ainda encontra-se de maneira inadequada, as demais não estão sinalizadas. Ressalta-se que não existe semáforo em nenhum cruzamento da cidade em questão.

Esses dados indicam que travessias localizadas na poligonal não oferecem boas condições ao pedestre. Mesmo que essas faixas elevadas tenham sido implantadas recentemente, não houve o devido cuidado nas etapas de projeto ou execução para que pudessem cumprir a função de garantir uma travessia segura aos transeuntes.

Figura 124 - Análise das travessias - Solonópole



	Sinalização (vertical e horizontal)				Rampa				Faixa elevada				Semáforo		Chanfro do Lote	
T1	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T2	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T3	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T5	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T6	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T7	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T8	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T9	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T10	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T11	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T12	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
T13	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	1	2
	1-Inexistente 2-Exist. (inadequada) 3-Exist. (parcialmente adequada) 4-Exist. (adequada)				1-Inexistente 2-Exist. (inadequada) 3-Exist. (parcialmente adequada) 4-Exist. (adequada)				1-Inexistente 2-Exist. (inadequada) 3-Exist. (parcialmente adequada) 4-Exist. (adequada)				1-Não possui 2-Possui		1-Não possui 2-Possui	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Foram analisadas três praças localizadas no centro da cidade de Solonópole. A praça Simeão Machado (figura 125) foi construída no ano de 1957, e a última reforma ocorreu em 2009, é a segunda mais antiga da cidade e está localizada em frente à Igreja Matriz. Os equipamentos existentes são: um monumento com relógio, um playground, uma fonte e um quiosque de vendas.

Figura 125 - Praça 1 - Simeão Machado

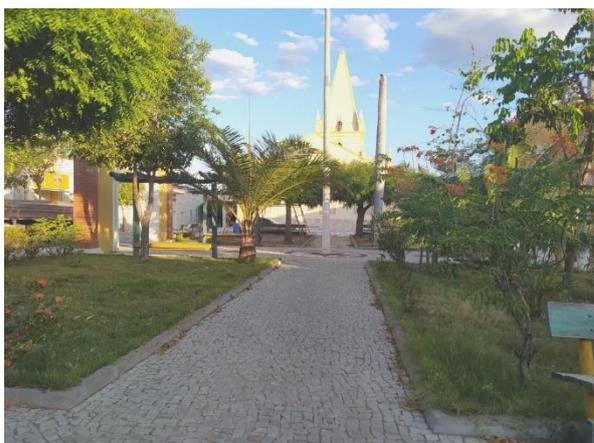


Fonte: Acervo do autor, 2021

A praça Silvino Barreira (figura 126) foi construída em 1950 e é a mais antiga da cidade, está localizada atrás da Igreja Matriz. A última reforma do espaço também ocorreu no ano de 2009. Essa praça possui cerca de metade da dimensão da primeira praça, e, embora pequeno, o espaço possui muita vegetação.

A praça Largo dos Dantas (figura 127) teve construção mais recente, no ano de 2019. A praça tem formato triangular, no centro há um obelisco com a estátua de Solon Pinheiro (personalidade que originou o nome da cidade), e possui pouca vegetação.

Figura 126 - Praça 2 – Silvino Barreira



Fonte: Acervo do autor, 2021

Figura 127 - Praça 3 – Largo dos Dantas



Fonte: Acervo do autor, 2021

O quadro 16 apresenta os resultados obtidos a partir da aplicação do *checklist*. As praças 1 e 2 obtiveram avaliações semelhantes, e os principais problemas identificados foi em relação ao tipo de pavimentação, conservação e manutenção dos mobiliários, além de questões ligadas à acessibilidade. Das três praças, a que obteve uma melhor avaliação foi a Praça 3, ainda assim, foi identificada a falta de sombreamento e também problemas ligados à acessibilidade, mesmo possuindo piso tátil, este não foi instalado da maneira adequada.

Quadro 16 - Avaliação das praças - Solonópole

	PRAÇA 1				PRAÇA 2				PRAÇA 3			
Tipo de pavimentação	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Conservação e manutenção do piso	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Limpeza	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Conservação e manutenção dos mobiliários	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Sombreamento por vegetação	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Rota acessível	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Rampa	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Faixa elevada	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Vagas reservadas para pessoas com deficiência	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Vagas reservadas para idosos	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Piso tátil de alerta e direcional	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4

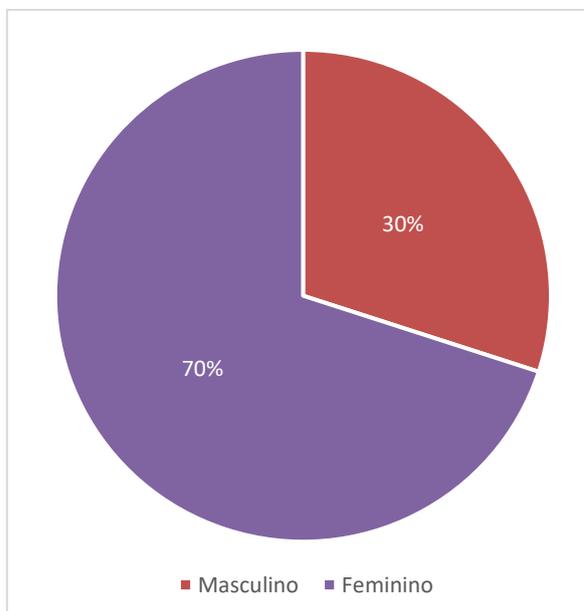
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

5.2.2 Conversar

Com o auxílio da tecnologia de realidade virtual, foi aplicada a técnica de seleção visual e entrevista semiestruturada para dez moradores da cidade de Solonópolis. Desses, cinco participantes já haviam participado do pré-teste, que correspondeu a aplicação da técnica de seleção visual. Portanto, nessa etapa, foi realizada apenas a entrevista semiestruturada com esses voluntários, e, para os outros cinco participantes, foi realizado o procedimento completo.

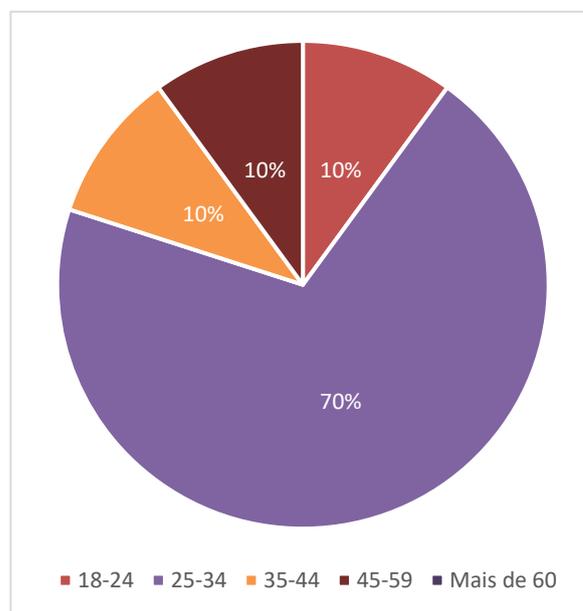
Dentre os voluntários, a maioria é do sexo feminino, com idades entre 25 e 34 anos, com ensino superior completo e renda salarial de até um salário mínimo. Os gráficos 9, 10, 11 e 12 apresentam a proporção do perfil dos entrevistados. As ocupações dos participantes são: atendente comercial (2), caixa (2), estudante (1), professor (1), agricultora (1), contadora (1), gerente comercial (1) e psicólogo (1).

Gráfico 9 - Sexo



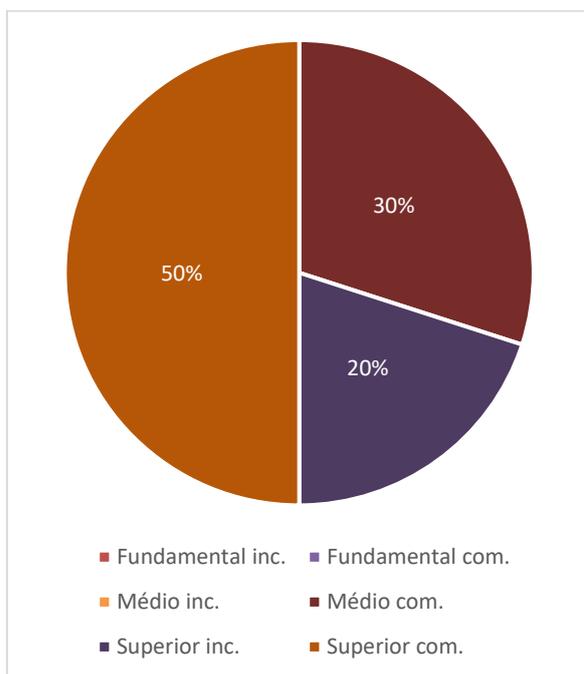
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Gráfico 10 – Faixa etária



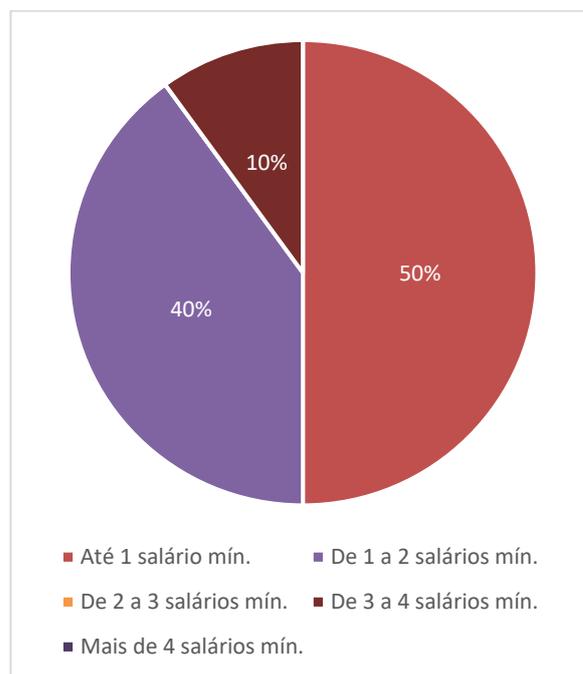
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Gráfico 11 - Grau de escolaridade



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Gráfico 12 – Renda



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Resultados da aplicação da técnica de Seleção visual

Na primeira parte do procedimento, foram analisadas as praças inseridas na poligonal de estudo: a Praça Simeão Machado (Praça 1), a Praça Silvino Barreira (Praça 2), e a Praça Largo dos Dantas (Praça 3). A partir da percepção e descrição dos participantes, foram listados os aspectos positivos e negativos de cada uma das praças (quadro 17).

Quadro 17 - Aspectos positivos e negativos das praças de Solonópole

	Aspectos positivos	Qtd. de respostas	Aspectos negativos	Qtd. de respostas
Praça 1	Arborização (o verde)	9	Falta de manutenção	10
	A torre do relógio (estilo e cor)	5	Falta de arborização	7
	O espaço para lazer das crianças	5	Falta água na fonte	5
	O entorno é bonito (tem a igreja)	4	Falta de limpeza	5
	A fonte (elemento natural da água)	3	Bancos não parecem confortáveis	3
	Posição dos bancos não linear (favorecem o conversar)	2	Rampas de cadeirantes mal localizadas	3
	A existência de quiosque para vendas	2	Falta de uma paginação no piso	2
	O espaço é aconchegante e arejado	2	Falta de lixeira	1
	Estética (é bonita)	2	Os bancos não estão abaixo de árvores	1
	Variedade de elementos	2	Nível alto em relação à rua	1

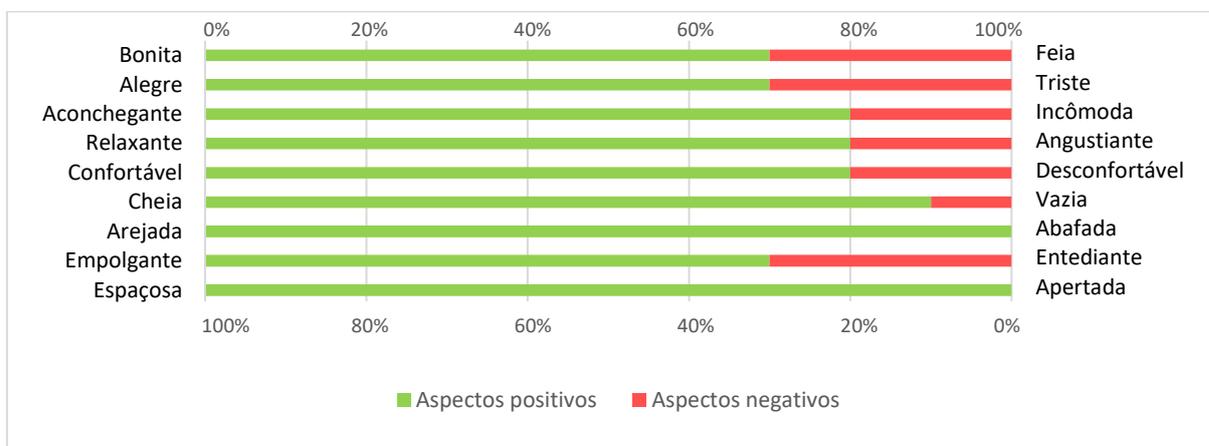
	Aspectos positivos	Qtd. de respostas	Aspectos negativos	Qtd. de respostas
	Dimensão (é espaçosa)	1		
	Qtd. total de aspectos positivos	36	Qtd. total de aspectos negativos	38
Praça 2	Arborização (o verde)	11	Falta de manutenção	9
	A existência do <i>playground</i>	5	Bancos desconfortáveis e mal localizados	5
	A existência de flores (a cor rosa)	2	Falta de mobiliários/equipamentos	5
	Cores fortes	3	Falta grama em uma parte da praça	4
	Desenho geométrico do chão é bonito	2	Ausência da acessibilidade	4
	Espaço aconchegante	2	Falta de limpeza	2
	Os arcos chamam atenção	2	A localização não é favorável	1
	Estética (é bonita)	1	Dimensão (é pequena)	1
	Alguns bancos terem pergolado	1	A paginação do piso é feia	1
	Localização	1		
	Qtd. total de aspectos positivos	30	Qtd. total de aspectos negativos	32
Praça 3	As formas geométricas e cores no piso	5	Falta de vegetação	11
	Espaço arejado e agradável	4	Falta de elementos (vazia)	9
	Localização	3	Os bancos estão voltados para a rua e distantes	3
	Estética (é bonita)	2	Falta de vitalidade	2
	O espaço vazio pode ser útil para algumas atividades (ex: atividades físicas)	1	Formato e piso não são bonitos	2
	Quantidade e conforto dos bancos	2	Falta de rampas para cadeirante	1
	Estado de conservação	1	O espaço é quente (abafado)	1
	Qtd. total de aspectos positivos	18	Qtd. total de aspectos negativos	28

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Em termos quantitativos, percebe-se que em todas as praças foram descritos mais aspectos negativos do que positivos. Esse dado indica que os usuários identificaram mais problemas do que qualidades dos espaços. Ainda sobre o aspecto quantitativo, destaca-se que as praças 1 e 2 obtiveram mais respostas positivas que a Praça 3.

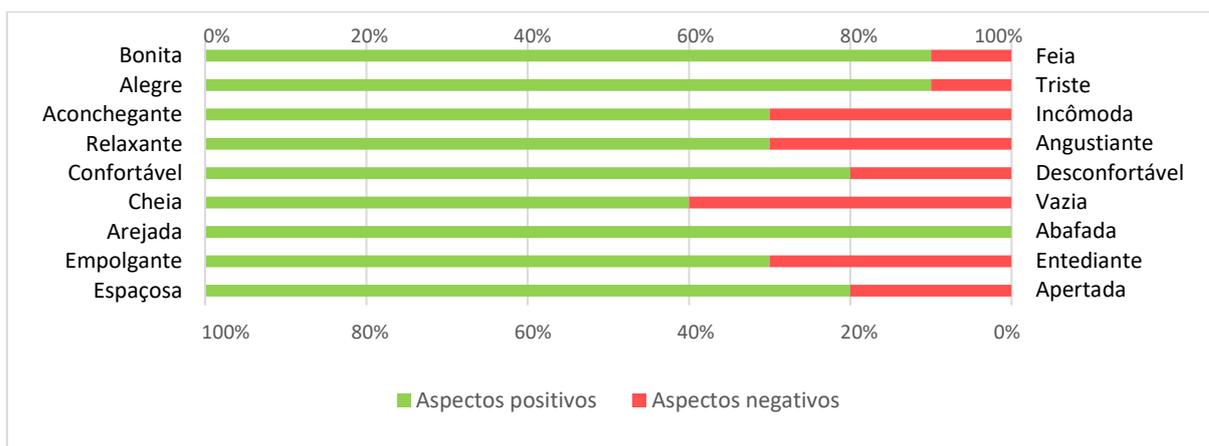
Na escala de diferencial semântico, os participantes escolheram entre dois adjetivos contrários para caracterizar os espaços. As praças 1 e 2 receberam melhor avaliação, enquanto a Praça 3 apresentou mais respostas negativas que positivas, os dados podem ser visualizados nos gráficos 13, 14 e 15.

Gráfico 13 - Escala de diferencial semântico - Praça 1 - Solonópole



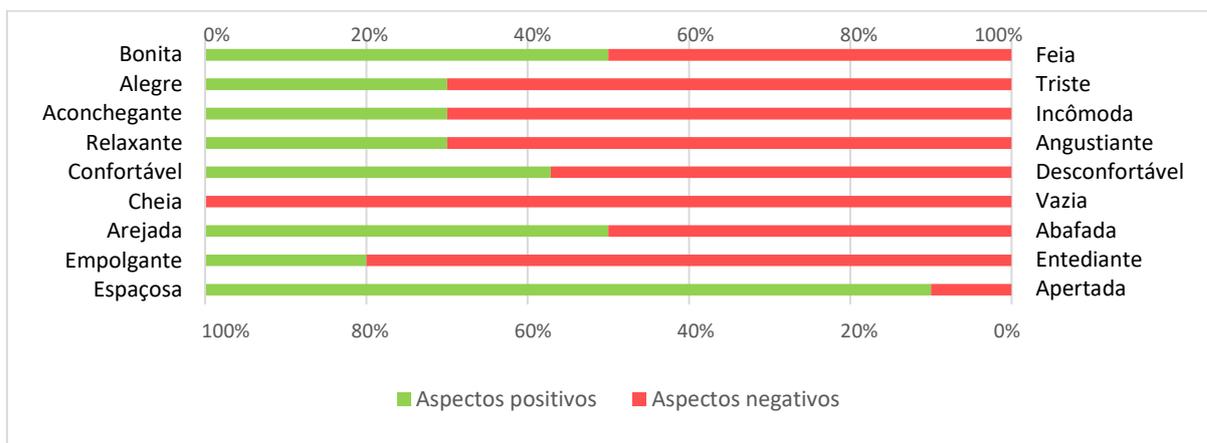
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Gráfico 14 - Escala de diferencial semântico - Praça 2 - Solonópole



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Gráfico 15 - Escala de diferencial semântico - Praça 3 - Solonópole



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

De acordo com a percepção dos participantes da pesquisa, alguns problemas foram identificados, todavia, foram percebidos também atributos positivos, que apresentaram boas qualificações para o espaço, podendo-se considerar que as praças têm potencialidades e que podem ser exploradas para a promoção de melhorias nesses ambientes.

A partir desses resultados, surge, então, um questionamento: como está acontecendo o atual planejamento dos espaços públicos da cidade de Solonópole? É importante destacar que as duas praças preferidas pelos participantes do estudo foram as mais antigas, reformadas há mais de 10 anos. Enquanto a praça construída em 2019, teve, na avaliação, um maior destaque para os pontos negativos. Questiona-se, com isso, como se deu o processo de planejamento desses espaços, se os novos projetos de praças da cidade incluem algum processo participativo que possa melhor compreender as preferências e anseios da população.

Resultados da entrevista semiestruturada

Na entrevista, os participantes foram indagados sobre a frequência de uso das praças do centro da cidade. Dos dez voluntários, dois afirmaram frequentar uma vez por semana, quatro disseram frequentar uma vez por mês, e os outros quatro relataram ir aproximadamente uma vez ao ano. Considerando a amostragem, percebe-se que não há uma alta frequência de uso. As finalidades mais citadas foram:

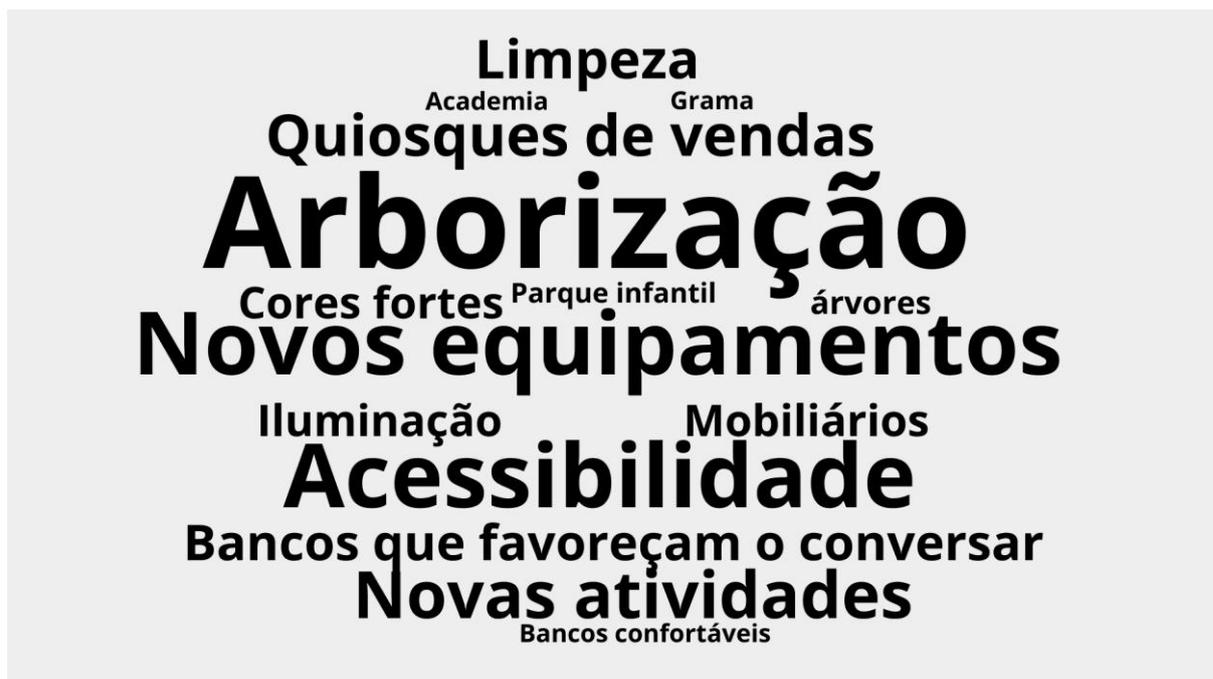
conversar com os amigos, namorar, frequentar o quiosque de alimentação, festas da igreja, Réveillon, e para espairecer.

Foi perguntado se essas praças eram mais utilizadas como um local de permanência ou como local de passagem, e a grande maioria (oito pessoas) respondeu utilizar mais como um local de transição nos percursos cotidianos, e apenas duas pessoas informaram que usam mais frequentemente como local de permanência.

Os participantes também descreveram memórias de momentos vivenciados nas praças, como, por exemplo: a tradicional festa de Réveillon, festas do padroeiro, lembranças de quando eram crianças e iam brincar, dos namoros na adolescência, de encontros com amigos e de rodas de música. Duas pessoas mencionaram que há algumas décadas as praças eram mais visitadas e tinham uma maior utilização por parte dos usuários.

A figura 128 apresenta a nuvem de palavras que foi elaborada a partir de sugestões dos participantes para tornar as praças mais atrativas. Os termos mais recorrentes foram: arborização, novos equipamentos, acessibilidade e novas atividades.

Figura 128 - Nuvem de palavras - sugestões para as praças de Solonópole



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

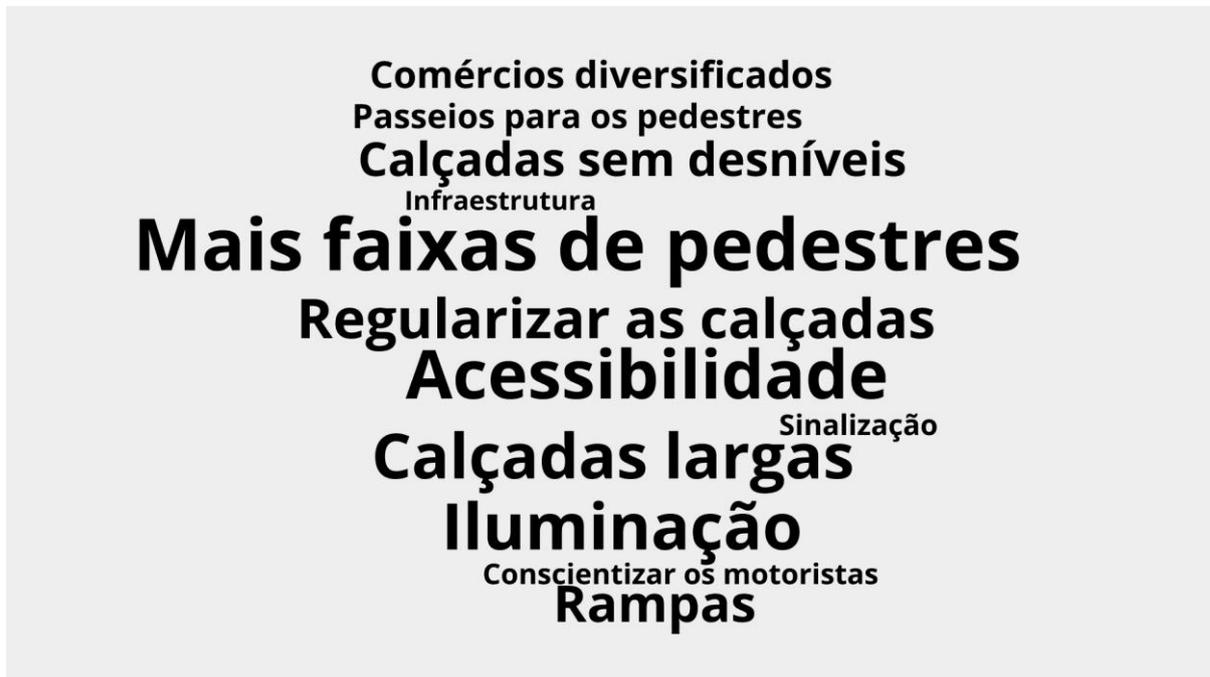
A segunda parte da entrevista foi direcionada a questões relacionadas à caminhabilidade. Inicialmente, foi perguntado com que frequência os participantes caminhavam pelo centro da cidade. Dos dez voluntários, quatro responderam frequentar todos os dias, quatro mencionaram ir ao centro uma vez por semana, um dos participantes informou ser uma vez por mês, e um participante relatou frequência média de uma vez a cada três meses. As principais finalidades relatadas para esses deslocamentos foram: trabalho, compras, pagar contas e passear. Para esses percursos, cinco pessoas utilizam com maior frequência veículos automotivos, sendo a maioria motocicleta, quatro pessoas fazem esses deslocamentos a pé, e uma pessoa utiliza bicicleta.

Foi perguntado se os participantes acreditavam que as calçadas do centro da cidade ofereciam boas condições para o caminhar. Das dez pessoas entrevistadas, uma pessoa considerou que as calçadas possuíam condições razoáveis e nove participantes relataram que as calçadas não ofereciam boas condições. Os problemas descritos foram: presença de desníveis, o fato de serem estreitas, obstáculos, trechos inexistentes, materiais escorregadios, descontinuidade, falta de manutenção, ocupação por parte dos comerciantes e má iluminação à noite.

Os participantes também responderam sobre a sensação de segurança. Oito participantes relataram não ter medo de se deslocar pelas ruas do centro, nem no período diurno nem no noturno, embora alguns tenham relatado que à noite a iluminação é insuficiente. Duas pessoas afirmaram sentirem-se seguras apenas no período do dia. Metade dos participantes comentou sobre a insegurança relacionada ao trânsito. Por não haver calçadas apropriadas, relataram que, na maioria dos casos, têm que usar a faixa de rolamento dos veículos, além de mencionarem a falta de conscientização dos motoristas.

Foi solicitado que os voluntários citassem elementos que poderiam tornar o caminhar da cidade mais atrativo. As sugestões mais recorrentes foram: mais faixas de pedestre, regularização das calçadas, acessibilidade, calçadas largas e iluminação. Os termos mencionados também foram representados através de uma nuvem de palavras (figura 129).

Figura 129 - Nuvem de palavras - sugestões para a caminhabilidade em Solonópole



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

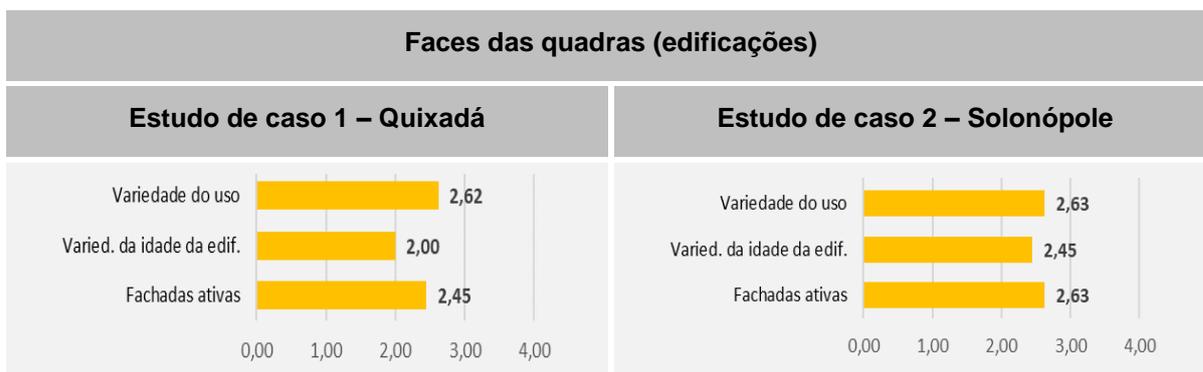
5.3 Considerações e comparativo dos estudos de caso

Diante dos dados obtidos com os estudos de caso, neste subcapítulo é apresentado, de modo sintético, um comparativo entre as duas cidades, assim como estabelecidas considerações sobre esses dados. Esse comparativo é apresentado de acordo com os passos metodológicos desenvolvidos: conhecer, observar e conversar.

5.3.1 Conhecer

Nesta etapa do estudo de campo, foram analisadas as faces das quadras (quadro 18), os trechos dos passeios (quadro 19), as travessias (quadro 20) e as praças (quadro 21).

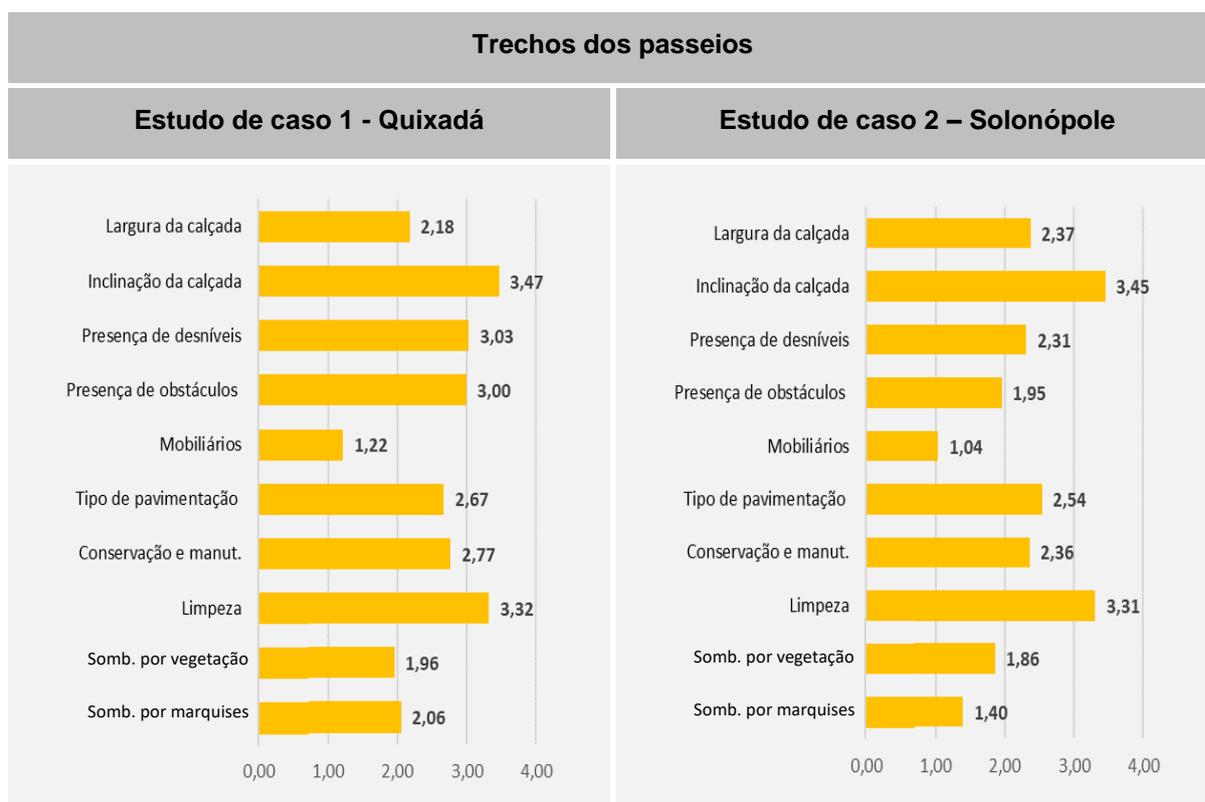
Quadro 18 - Comparativo dos estudos de caso - faces das quadras



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Bertuluci (2019, p.15) afirma que a urbanidade contempla a função social da cidade como local de encontro e promoção de boas áreas para caminhar, pedalar e permanecer, assim, a cidade se torna mais viva. A riqueza e vivacidade da cidade também está na diversidade, nas diferentes pessoas, nos diferentes usos e tipologias construtivas. Saboya (2011) também cita essa diversidade como característica intrínseca da urbanidade. Para o autor, o espaço, para possuir urbanidade, necessita, dentre outros aspectos, de “diversidade de perfis, interesses, atividades, idades, classes sociais, etc.; Alta interação entre os espaços abertos públicos e os espaços fechados”. Esses aspectos contemplam as variáveis analisadas. Nos dois estudos de caso, as avaliações dessa interação entre as edificações e o espaço público resultaram em uma pontuação mediana, considerando a escala adotada para o estudo. Percebe-se também que não houve tanta diferença entre as pontuações das duas cidades.

Quadro 19 - Comparativo dos estudos de caso - trechos dos passeios



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Uma cidade dotada de urbanidade é aquela que não somente oferece condições de atratividade para as pessoas permanecerem nos locais, mas que também proporciona um caminhar seguro e prazeroso. Para Medeiros (2019, p.13), pode-se dizer “que quando as características do espaço urbano tornam a caminhada uma opção viável e prazerosa de deslocamento, gerando um senso de apreciação da paisagem e troca de experiências, ali encontra-se boas condições de caminhabilidade.” Um dos quesitos necessários para favorecer à locomoção dos pedestres é a segurança. Gehl (2015) menciona a qualidade e acessibilidade das calçadas como indispensáveis para o caminhar. Dada essa relevância, analisando as pontuações dos atributos de análise das calçadas nas poligonais em estudo, percebe-se que alguns aspectos não estão oferecendo boas condições aos pedestres, tais como: largura da calçada, desníveis (Solonópole) ou obstáculos (Quixadá), ausência de mobiliários e falta de sombreamento. Algumas variáveis receberam pontuação mediana, como, por exemplo: tipo de pavimentação, conservação e manutenção. Os atributos melhores avaliados foram: limpeza e inclinação das calçadas. Assim como

na avaliação das faces da quadra, o resultado da análise dos trechos dos passeios não apresentou muita discrepância entre os dois estudos de caso.

Quadro 20 - Comparativo dos estudos de caso - travessias

Travessias	
Estudo de caso 1 - Quixadá	Estudo de caso 2 - Solonópole
Em Quixadá, foram identificados 19 pontos de travessia. Embora a maioria dessas travessias possuam rampas para rebaixamento da calçada, essas rampas não estão em conformidade com as normas. A grande maioria das travessias não possui sinalização horizontal nem vertical. Existem quatro semáforos na poligonal de estudo, mas que priorizam o fluxo dos veículos e não facilitam a passagem dos pedestres.	Na poligonal de Solonópole, foram identificados 13 pontos de travessia. Todos esses pontos possuem faixa elevada, mas a grande maioria não possui a interligação com o nível da calçada, além de não possuir sinalização. Na cidade não existem semáforos.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Zaitter (2019) cita a segurança para os pedestres no momento das travessias como um dos elementos para o caminhar seguro. A análise das travessias é um dos nove critérios utilizados pelo autor no seu método de aferição da urbanidade das vias. Medeiros (2019) também utiliza a “segurança viária das travessias” como um dos critérios de análise. Essas condições de segurança para o pedestre não foram identificadas nos estudos de caso desenvolvidos, em ambas as cidades os atributos avaliados obtiveram baixa avaliação. Destaca-se aqui que, embora a cidade de Solonópole tenham recentemente investido na implantação de faixas elevadas, estas não foram executadas da maneira correta, faltou um projeto adequado ou falha na execução.

Quadro 21 - Comparativo dos estudos de caso - praças

Praças	
Estudo de caso 1 - Quixadá	Estudo de caso 2 - Solonópole
Nas três praças analisadas o piso é em pedra portuguesa, e não está assentado de modo regular, mas encontra-se em bom estado de conservação e manutenção. As praças são limpas e possuem mobiliários que estão em razoável estado de conservação e manutenção. Em duas das três praças há pouca área de sombreamento por vegetação. De todos os itens de acessibilidade analisados, há apenas rampas, mas estão em desconformidade com as normas.	Nas duas praças mais antigas (Praça Simeão Machado e Praça Silvino Barreira) o piso também é em pedra portuguesa, e, por conta do assentamento, não possui superfície regular. Nas referidas praças, os mobiliários estão em estado ruim de manutenção e conservação. Dos itens de acessibilidade do <i>checklist</i> , elas possuem apenas rampa ou faixa elevada, entretanto, não seguem as normas de acessibilidade. A praça Largo dos Dantas possui um piso regular e aderente, os mobiliários estão em bom estado de conservação e manutenção, fatores influenciados pelo fato de ter sido construída recentemente. A praça possui poucas árvores, e as árvores existentes não fornecem sombreamento. Embora existam alguns elementos para promoção da acessibilidade, esses não foram executados da maneira correta, como é o caso das faixas elevadas e piso tátil. Todas as praças são limpas.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Trigueiro (2012) afirma que os espaços públicos estão no cerne da questão da urbanidade, e são considerados “instrumentos da urbanidade”. Para as cidades de pequeno porte, a praça é considerada um espaço de grande representatividade. Minda (2009) menciona que nas pequenas cidades a praça faz parte do cotidiano, sendo espaço de grande relevância para o encontro e a socialização dos cidadãos. Na análise dos atributos físicos das praças dos dois estudos de caso, percebe-se que ambos não obtiveram boa avaliação. Os problemas mais recorrentes foram: falta de acessibilidade e poucas áreas de sombreamento.

5.3.2 Observar

Esse passo metodológico foi desenvolvido apenas na cidade de Quixadá, e a síntese dos resultados está representada no quadro 22.

Quadro 22 - Comparativo dos estudos de caso - mapeamento comportamental

Mapeamento comportamental	
Estudo de caso 1 - Quixadá	Estudo de caso 2 - Solonópole
Foram realizadas observações recentes (novembro de 2021) e em período anterior à pandemia (janeiro de 2020). Nos turnos da manhã e tarde, as praças apresentaram um menor fluxo de pessoas, e no período noturno foi observado um maior uso. Dentre as atividades mais recorrentes identificadas, pode-se citar: pessoas conversando, utilizando o celular, trabalhando, se alimentando, praticando atividades físicas e crianças brincando. Pode-se mencionar também usos menos frequentes, mas que demonstraram formas de apropriação do espaço, como, por exemplo, um grupo de pessoas jogando cartas, e um culto realizado a céu aberto em uma das praças.	--

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Para avaliação da urbanidade, Tenório (2012, p. 180) menciona que “deve-se observar os sujeitos e suas atividades: quantos são, quem são, o que estão fazendo, quando e onde estão fazendo; ver se estão realizando suas atividades com facilidade ou dificuldade.” Em razão da pandemia da Covid-19, essa etapa metodológica foi comprometida, primeiro pelas restrições de deslocamentos e riscos de ir a campo, além do mais, durante muito tempo, a maioria das pessoas só saíam nas ruas para finalidades estritamente essenciais, e ir à praça não se enquadrava nessas situações. Atualmente, no Brasil (dezembro de 2021), o quadro é de avanço na vacinação e diminuição no número de casos. Embora isso sinalize a volta à normalidade, o surgimento de novas variantes pode vir a aumentar os riscos de contaminação, portanto, não há como prever como será o pós-pandemia, se os espaços públicos necessitarão de adaptações para a nova realidade e como será o comportamento das pessoas.

Dada essa realidade, optou-se por realizar os mapeamentos comportamentais em apenas duas praças da cidade Quixadá. Como já havia outro mapeamento de um período anterior à pandemia, o objetivo era, inclusive, fazer o comparativo com o momento atual. Nas observações, foi constatado que, mesmo que

em alguns horários houvesse uma menor quantidade de usuários nas praças, essa diferença não foi tão significativa. Esse resultado não significa necessariamente que houve uma volta à normalidade, ele representa um retrato de um momento específico da observação, e foi relevante por ter como parâmetro comparativo dados de um período anterior à pandemia.

5.3.3 Conversar

Essa etapa do trabalho contemplou a identificação da percepção ambiental dos participantes, e correspondeu à aplicação da ferramenta de seleção visual (quadro 23) e entrevista (quadros 24 e 25).

Quadro 23 - Comparativo dos estudos de caso – seleção visual

Seleção visual	
Estudo de caso 1 - Quixadá	Estudo de caso 2 – Solonópole
Inicialmente, foram descritos os pontos positivos e negativos de cada praça. A Praça 1 (José de Barros) foi a única que obteve uma maior quantidade de avaliações positivas em relação às negativas; a Praça 2 (Praça do Chalé) obteve avaliação mediana; e a Praça 3 (Coronel Nanan) obteve uma quantidade bem superior de aspectos negativos em relação aos positivos. Semelhante à descrição desses aspectos, na escala de diferencial semântico, as praças 1 e 2 obtiveram melhor avaliação em comparação com a Praça 3.	As praças 1 e 2 (Simeão Machado e Silvino Barreira, respectivamente) receberam quantidades semelhantes de aspectos positivos e negativos. Já na Praça 3 (Largo dos Dantas), a quantidade de aspectos negativos foi bem superior aos pontos positivos. A escala de diferencial semântico seguiu o mesmo resultado, as praças 1 e 2 foram bem avaliadas, enquanto a Praça 3 obteve uma pior avaliação, em que os adjetivos negativos foram mais destacados em relação aos positivos.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Cuti (2019, p.34) menciona que “a percepção do lugar vem da atenção do indivíduo para a apreensão das características contextuais, interpretação dessas características e comparação com outros lugares conhecidos, de modo a proceder a avaliação”. Rheingantz (2012) aponta que o entendimento da urbanidade está condicionado de maneira direta ao contexto vivencial das experiências pessoais de cada indivíduo. Portanto, ouvir as pessoas é fundamental para apreender os elementos que contribuem para a urbanidade dos lugares. Uma das técnicas

utilizadas para identificação da percepção ambiental foi a seleção visual (aplicada com auxílio da realidade virtual). Analisando os resultados dos estudos de caso, em cada cidade duas praças obtiveram melhor avaliação, e uma das praças obteve um pior desempenho. Na escala de diferencial semântico, as praças da cidade de Solonópole receberam mais atributos positivos que as praças da cidade de Quixadá.

Quadro 24 - Comparativo dos estudos de caso – entrevista - praças

Entrevista – praças	
Estudo de caso 1 - Quixadá	Estudo de caso 2 - Solonópole
Os participantes da entrevista mencionaram frequentar alguma das praças com certa periodicidade, e as finalidades mais recorrentes foram: conversa com amigos, lazer, prática de atividades físicas e passeio com o cachorro. Dos dez participantes, seis afirmaram utilizar mais a praça como local de passagem que de permanência. Os participantes descreveram memórias de momentos vivenciados nesses espaços, a maioria deles comentou sobre as festividades, além de descrever lembranças de momentos específicos da vida. Como sugestão para tornar esses espaços mais atrativos, foi mencionado: aumentar o tipo e quantidade de vegetação, a necessidade de mais equipamentos, a promoção da acessibilidade, dentre outros aspectos.	Os entrevistados relataram baixa frequência de uso das praças. Algumas das finalidades mencionadas foram: conversar com os amigos, namorar, participação em eventos promovidos pela igreja durante as festividades do padroeiro do município, Réveillon e lazer. Dos dez participantes, oito utilizam mais a praça como local de passagem que de permanência. As memórias descritas pelos voluntários foram: festas de Réveillon, festas do padroeiro, lembranças de quando eram crianças e iam brincar, dos namoros na adolescência, de encontros com amigos e de rodas de música. Os termos mais recorrentes como sugestões para melhoria desses espaços foram: arborização, novos equipamentos, acessibilidade e novas atividades.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Comparando as respostas dos estudos de caso (considerando a amostragem dos entrevistados), verifica-se que as praças da cidade de Quixadá possuem maior uso por parte das pessoas. A descrição de memórias de momentos vivenciados nas praças foi relevante para demonstrar que esses espaços fizeram parte da vida dessas pessoas. Quando há um sentido de pertencimento em relação ao lugar, maiores são as probabilidades do usuário se sentir abraçado pelo espaço.

Quadro 25 - Comparativo dos estudos de caso – entrevista: condições de caminhabilidade

Entrevista: condições de caminhabilidade	
Estudo de caso 1 - Quixadá	Estudo de caso 2 - Solonópole
<p>Quanto à frequência dos deslocamentos dos participantes, cinco pessoas relataram transitar pelo centro da cidade todos os dias. As principais finalidades mencionadas a respeito desses percursos foram: deslocamentos para o trabalho ou universidade, e compras. Dos participantes, seis deles geralmente fazem esses percursos a pé, e um dos participantes utiliza bicicleta. Para a maioria deles (6 pessoas), as calçadas do centro da cidade não oferecem boas condições para o caminhar, em que foram citados como problemas: os desníveis, largura, apropriação por parte dos comerciantes, etc. Nove participantes relataram que não se sentem seguros em transitar pelas ruas no período da noite, principalmente por falta de iluminação e pela presença de poucas pessoas nesse horário. Como sugestões de melhorias para a caminhabilidade, os participantes citaram: nivelamento das calçadas, iluminação, faixas de pedestres, arborização, sinalização, dentre outros aspectos.</p>	<p>Dos dez participantes da entrevista, quatro mencionaram frequentar o centro da cidade todos os dias. As finalidades mais recorrentes desses deslocamentos citadas pelos entrevistados foram: trabalho, compras, pagar contas e passear. Quatro pessoas fazem esses deslocamentos a pé, e uma pessoa utiliza bicicleta, os demais utilizam veículos automotivos com maior frequência. Sobre as condições das calçadas, uma pessoa considerou-as como razoáveis, e nove participantes relataram que as calçadas não ofereciam boas condições. A grande maioria dos participantes (8) afirmou não ter medo de se deslocar pelas ruas do centro nem no período diurno nem no noturno, embora tenham destacado o risco de acidentes de trânsito. As sugestões descritas pelos entrevistados para tornar o caminhar da cidade mais atrativo foram: mais faixas de pedestres, regularização das calçadas, acessibilidade, calçadas largas, iluminação, dentre outros aspectos.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Foi possível constatar que os participantes de Quixadá caminham no centro da cidade com maior frequência e fazem menos uso de veículos automotivos (acredita-se que o fato do trânsito ter um fluxo maior e a baixa demanda de estacionamento podem influenciar nesse resultado). Sobre as condições das calçadas, a cidade de Quixadá também obteve melhor avaliação (como mencionado pelos próprios participantes, atualmente está sendo executado um projeto de padronização das calçadas). Um dado bem discrepante entre as duas cidades foi a sensação de segurança, os participantes de Solonópole se sentem mais seguros para caminhar pelo centro da cidade, inclusive no período noturno (certamente o porte da cidade influencia nesse dado, por Solonópole ser uma cidade menor, tem menor incidência de atos de violência).

6. Considerações 6. finais



A questão de partida para o desenvolvimento desta pesquisa foi: de que modo os espaços livres públicos nas pequenas e médias cidades podem contemplar formas, usos e apropriações que favoreçam boas condições de circulação, convívio e permanência das pessoas, além de potencializar a promoção da sociabilidade e da interação social? Alguns dos atributos físicos mais recorrentes apontados pelos autores pesquisados foram: deve haver variedade de usos dos imóveis, de modo a contribuir para uma maior quantidade de pessoas circulando nas ruas nos diversos horários do dia; deve haver variedade na idade das edificações, colaborando para manter a identidade do lugar; as fachadas devem ser vazadas, para que os moradores possam atuar como vigias da vida na cidade; deve haver boas condições para o caminhar, de modo a eliminar obstáculos e desníveis; deve haver elementos que contribuam para segurança do pedestre nas travessias; e deve haver áreas de sombreamento para melhorar o conforto térmico.

Essas exemplificações estão relacionadas à forma física da cidade, mas, para responder a esse questionamento, é importante destacar a grande variedade das tipologias e características desses lugares, assim como as especificidades, dado o contexto espacial que estão inseridos. Muitas das pequenas cidades ainda possuem uma certa relação com o modo de vida rural, fazendo-se necessária uma análise mais específica dos usos nessas cidades. Neste trabalho, foram aplicados dois estudos de caso, com a finalidade de analisar esses aspectos.

Para definição do **método** adotado neste trabalho, teve-se como base o levantamento de atributos de avaliação do espaço público que contribuem para a urbanidade do lugar. Para isso, foram utilizados tanto estudos com abordagens mais teóricas, quanto trabalhos com aplicações práticas de análise, correspondendo, principalmente, a dissertações e teses. Esse levantamento resultou em uma quantidade considerável de variáveis a serem analisadas. Como vantagem, pode-se ressaltar que a avaliação a partir desses múltiplos aspectos possibilitou a obtenção de uma visão ampla do objeto, entretanto, não foi possível um aprofundamento em todos os atributos.

As análises centraram-se em três aspectos, que foram: a avaliação da forma física da cidade; do uso do espaço; e da percepção dos usuários. Para tanto, foi necessária a adoção de procedimentos distintos. Nessas análises, os aspectos relacionados ao cotidiano e aos modos de vida necessitam de uma maior

investigação. Essas avaliações do uso do espaço foram comprometidas diante do contexto pandêmico.

Ainda sobre as questões relacionadas ao método, destaca-se que o uso dessa tecnologia de realidade virtual foi motivado pelo contexto da pandemia, como uma alternativa de avaliação do espaço público sem a presença do usuário no ambiente analisado. Apresentando uma reflexão a respeito da contribuição da tecnologia mencionada para o estudo, ressalta-se que os participantes apresentaram boa aceitação e tiveram a possibilidade de imersão no ambiente em análise. Contudo, cabe destacar que a experiência não corresponde à sensação plena de estar presencialmente no lugar, com a ativação de todos os sentidos, os efeitos das condições térmicas, etc. Tais limitações não invalidam a contribuição do instrumento, tendo em vista, principalmente, o desafio do levantamento de dados em períodos de restrições decorrentes da pandemia.

Comparando os dois **estudos de caso**, esses não demonstraram significativas diferenças nos resultados obtidos. As pontuações atribuídas nas variáveis relacionadas à caminhabilidade, os aspectos físicos das praças e as condições das travessias apresentaram desempenhos semelhantes em ambas as cidades, indicando que as condições físicas do espaço urbano resultaram em um padrão de semelhança das cidades.

A principal discrepância entre os estudos de caso foi em relação à sensação de segurança descrita pelos participantes. Em Quixadá, cidade de porte maior, os voluntários relataram maior medo de transitar pelas ruas do centro, principalmente no período noturno. É importante enfatizar que, presumivelmente, nas cidades de menor porte existem menos atos de violência no espaço público, o que pode ter contribuído para a sensação de segurança dos pedestres na cidade de Solonópole.

Destaca-se que, mesmo que a sensação de segurança seja maior na cidade de Solonópole, os participantes desta cidade apontaram a insegurança relacionada especificamente a acidentes de trânsito. Mesmo a cidade sendo de porte inferior a Quixadá, apresentou um número significativo de reclamações relacionadas a essa questão. Esse resultado coincide com o dado apresentado no segundo capítulo deste trabalho, o qual mostra que são nas cidades de menor porte onde acontecem, proporcionalmente, um maior número de acidentes de trânsito. Tais questões

apontam para a necessidade de intervenções a serem realizadas, de modo a priorizar a segurança do pedestre.

O ambiente urbano possui suas problemáticas, e se faz necessário conviver e aprender com os conflitos. A convivência com esses conflitos faz parte da essência desses espaços. Os males urbanos, como a insegurança, a criminalidade e os acidentes, fazem parte da realidade das cidades. A segurança em relação à criminalidade afeta a urbanidade, interferindo nas formas de apropriações e interações. Neste trabalho, as análises de campo tiveram um maior enfoque no viés do trânsito e conforto ergonômico.

As observações de uso do espaço foram centradas em duas praças da cidade de Quixadá. A principal utilização identificada foi como local de conversa entre as pessoas, reforçando a relevância da praça como lugar de convivência e socialização. Entretanto, embora menos recorrentes, foram observados usos variados, tais como: prática de atividades físicas, jogo de cartas, culto religioso, alimentação, e, mesmo sem equipamentos direcionados ao público infantil, esses locais também são frequentados por crianças para brincar.

Nas metrópoles, por exemplo, os *shoppings* são espaços fechados de uso coletivo, identificados pela população como local de passeio e ponto de encontro das pessoas. Como os *shoppings* são inexistentes nas cidades do Sertão Central, a praça ainda pode ser considerada uma referência enquanto lugar de encontro e convivência. É importante destacar que, nessas cidades de menor porte não há tantos atos de violência como nos grandes centros, o que contribui para que, principalmente no período noturno, essas praças sejam utilizadas para o lazer da população.

Diante de todas as análises realizadas e respondendo ao objetivo geral do trabalho, conclui-se que, nas cidades em estudo, os aspectos físicos dos espaços livres públicos não apresentaram boas avaliações, segundo os atributos avaliados. Algumas dessas condições configuram-se como barreiras que dificultam o caminhar na cidade, bem como não favorecem a permanência confortável dos usuários nas praças. No entanto, tais problemas não inviabilizam o uso do espaço público. Tais condições, portanto, não impossibilitam a manifestação da **urbanidade**. Para além desses aspectos físicos do espaço, a urbanidade pode estar condicionada também às relações sociais, à apropriação do lugar e às memórias atreladas a esses lugares.

Os espaços livres públicos são produtos de uma construção temporal com interferência de aspectos históricos, econômicos, sociais, geográficos e demográficos da região no qual estão inseridos, e, com isso, possuem suas especificidades. Tratando-se do contexto das pequenas e médias cidades, mencionando especificamente os estudos de caso desenvolvidos, foram identificadas características distintas dos centros urbanos maiores, como, por exemplo: o pau de arara - meio de transporte irregular comum na região - como transporte coletivo de ligação entre áreas rurais e urbanas; a existência de um estacionamento exclusivo para veículos de tração animal; e fluxo desse meio de transporte no trânsito da cidade.

Outras características, embora também possam ser visualizadas nas grandes cidades, nesses centros urbanos menores adquirem uma maior relevância, como, por exemplo, nas cidades em questão (Quixadá e Solonópole), as praças abrigam as principais festividades da cidade, como: as festas de padroeiro, as festas juninas, e os reisados de caretas. Muitas pessoas utilizam a calçada como local de conversa e como extensão da própria residência. Isso tanto pode ser visualizado no centro da cidade quanto em bairros periféricos. Quanto aos aspectos econômicos, as feiras são centros de compras de significativa relevância para a venda da produção agrícola local.

As características supracitadas comprovam a diversidade dos espaços livres públicos das cidades analisadas, diversidade que pode ser considerada um indicativo para a urbanidade. Considerando essas múltiplas características, destaca-se que essas especificidades resultam em padrões de usos diferentes dos centros urbanos de maior porte, fazendo com que se tenha uma urbanidade enraizada nesses aspectos locais. Não existe um padrão único de urbanidade, existem urbanidades, sendo pertinente a utilização, como citado por alguns autores, do termo urbanidades, no plural, para enfatizar as suas variadas possibilidades.

No contexto das pequenas e médias cidades, compreende-se, portanto, que a urbanidade está no espaço público que abraça as múltiplas diversidades existentes nesses lugares, oferecendo condições atrativas para as pessoas transitarem e socializarem. Essa urbanidade contempla as práticas sociais do cotidiano na cidade, que, em muitos casos, possui ainda forte relação com a ruralidade. São lugares em que há maior proximidade nas relações sociais da

população, em que os modos de vida e costumes resultam em urbanidades que contemplam a identidade e a cultura local.

Por fim, a partir dos resultados da pesquisa e considerações estabelecidas, foram enumeradas recomendações para a qualidade do lugar, de modo a favorecer a urbanidade nos espaços livres públicos:

- Incluir a participação popular nos processos de elaboração de projetos de implantação ou requalificação dos espaços livres públicos;
- Incentivar a mobilidade ativa a partir de estratégias, como a implantação de uma infraestrutura cicloviária, de modo a reduzir a frota de veículos automotivos;
- Garantir a segurança do pedestre no trânsito, já que, atualmente, é priorizado o fluxo dos veículos automotivos;
- Estimular a caminhabilidade como meio de deslocamento prioritário, proporcionando melhorias nas calçadas e pavimentações adequadas, de modo a reduzir os desníveis, riscos de queda e acidentes;
- Dialogar com o setor comercial, buscando uma conscientização da não utilização além do espaço privado, para a apropriação correta do espaço público, sobretudo das calçadas;
- Promover a acessibilidade das praças e demais espaços, implementando rotas acessíveis, rampas, rebaixamento de guias nas travessias, sinalização tátil e demais elementos que favorecem o acesso autônomo e seguro para esses espaços;
- Propor um plano de arborização para praças e vias, com priorização de espécies nativas e compatíveis com o clima da região.
- Incentivar iniciativas de restauração de edificações que possuem determinado valor patrimonial para a cidade e para a memória da população;
- Implantar novos mobiliários e equipamentos nas praças, almejando uma maior diversidade de atividades possíveis aos usuários;
- Adequar a disposição dos bancos das praças, de modo a favorecer um ambiente de conversa e socialização;

- Promover medidas de conservação e manutenção das praças e demais espaços livres, assim como demais itens precários de infraestrutura, como, por exemplo, a iluminação pública;
- Fomentar os eventos e festividades locais realizados nos espaços livres públicos das cidades, solidificando o vínculo com a cultura regional.

Para concluir, os estudos sobre urbanidades em cidades pequenas e médias não se esgotam com esta pesquisa, neste sentido, serão apresentados alguns desdobramentos possíveis para encaminhamento de futuras pesquisas: 1. Realizar um estudo com maior enfoque nas análises de uso e apropriação dos espaços livres públicos e o seu reflexo para a urbanidade do lugar, visto que tais observações foram limitadas devido às restrições impostas em decorrência da pandemia da Covid-19; 2. Avaliar os efeitos ocasionados pela pandemia da Covid-19 no que diz respeito aos usos dos espaços livres públicos, bem como possíveis novos hábitos e funcionalidades adquiridos nesse período; 3. Ampliar a quantidade de estudos de caso, de modo a obter mais características e especificidades dos espaços livres públicos das cidades do Sertão Central cearense e de outras regiões; 4. Explorar as relações existentes entre o urbano e o rural nessas cidades e a intensidade dessas características, considerando o atual contexto globalizado; 5. Aprofundar o estudo da rede urbana do Sertão Central cearense, avaliando os principais fluxos e relações existentes entre essas cidades, assim como o nível de dependência dos centros urbanos menores no que tange à oferta de serviços, relações comerciais, atividades de lazer, etc.; 6. Avaliar as inter-relações entre os espaços livres públicos dessas cidades, analisando se tais conexões correspondem a um sistema integrado.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, D. Urbanidade e a qualidade da cidade. *In*: AGUIAR, D.; NETTO, V. M. Org(s). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Fólio Digital: Letra e Imagem, 2012. p.61-80.

ALEX, S. **Projeto da praça**: Convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

ANDRADE, A. L. de *et al.* Construção de escalas de diferencial semântico: medida de avaliação de sons no interior de aeronaves. **Aval. psicol.**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 197-208, ago. 2009. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712009000200006&lng=pt&nrm=iso. acessos em: 30 ago. 2021.

A NOITE ILUSTRADA. Rio de Janeiro: A Noite, v. 153, mar. 1933. Disponível em: <https://ihgb.org.br/pesquisa/hemeroteca/periodicos/item/101415-a-noite-ilustrada.html>. Acesso em: 02 out. 2021.

AZEVEDO, A. **Brasil a terra e o homem**: a vida humana. 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1970.

ARAÚJO, T. B. de. **Por uma política nacional de desenvolvimento local**. Brasília, 2005.

BARROS, B.; TONEO, C.; **Realidade virtual e percepção ambiental**: um estudo de caso da percepção de espaço sob uso de óculos de RV, p. 968-979. *In*: São Paulo: Blucher, 2018.

BAVARESCO, P. R. **O indivíduo urbano**: cotidiano, resistência e políticas públicas em pequenas cidades do oeste de Santa Catarina. 2010. 269 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

BERTULUCI, G. de O. **Espaços livres e urbanidade**: análise dos aspectos da praça como geradores de qualidade socioespacial urbana. 2019. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

BESERRA, M. **Carroça-pipa**. 2007. Fotografia. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/massimiliana/1425804602>. Acesso em: 02 out. 2021.

BEZERRA, M. A.; CUNHA JÚNIOR, M. F. Cidades, espaços públicos e comportamento: discussões sobre o cenário urbano no contexto de pandemia global. **Observatório das Metrôpoles**. 2020 Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/cidades-espacos-publicos-e-comportamento-discussoes-sobre-o-cenario-urbano-no-contexto-de-pandemia-global/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

BOI CORAÇÃO. O Reisado de Caretas Boi Coração participa do cortejo de abertura do XX Pula Fogueira de Quixadá. 2019. Disponível em: <http://boicoracao.blogspot.com/2019/10/o-reisado-de-caretas-boi-coracao.html>. Acesso em: 14 nov. 2021.

BOVO, M. C.; HAHN, F. A.; RÉ, T. M. A praça como objeto de estudo de uma pequena cidade. **Fronteiras**, v. 18, n. 31, p. 431-456, jul. 2016. ISSN 2175-0742. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/5478>. Acesso em: 24 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Presidência da República. Casa civil. **Lei N. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 17 dez. 2021.

_____. Presidência da República. Casa civil. **Lei n. 13.089, de 12 de janeiro de 2015**. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm. Acesso em: 12 dez. 2020.

CABRAL, T. N. D. **Espaço público e urbanidade**: Um estudo sobre a apropriação de praças no município de Florianópolis. 2015. 263 p. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade – PGUA-Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

CALDEIRA J. M. **A praça brasileira**: trajetória de um espaço urbano - origem e modernidade. 2007. 434p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280677>. Acesso em: 9 ago. 2018.

CAMPOS, A. C. de A.; QUEIROGA, E. F.; CUSTÓDIO, V. Espaços livres na forma urbana: uma relação sistêmica. Três cidades médias. *In*: MACEDO, S.S.; CUSTÓDIO, V.; DONOSO, V. G. (org.). **Reflexões sobre espaços livres na forma urbana**. São Paulo: Fauusp, 2018. p. 65-79.

CARVALHO, M. L; FREITAS, C. Pedalando em Busca de Alternativas Saudáveis e Sustentáveis. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v.17, n.6, p.1617-1628, 2012.

CASTRO, J. R. B. de. A proposição do conceito de centralidade cultural e a promoção de eventos festivos como estratégia de turistificação de pequenas cidades: reflexões a partir de alguns estudos de caso. *In*: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (org.). **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: Sei, 2010. p. 109-123.

CEARÁ. **Guia de Acessibilidade: espaços públicos e edificações**. Elaboração: MONTENEGRO, N. G. da S. D.; Santiago, Z. M. P.; Sousa, V. C. de. Fortaleza: SEINFRA-CE, 2009.

_____. **Lei Complementar nº 154, de 20 de outubro de 2015**. Define as regiões do Estado do Ceará e suas composições de municípios para fins de planejamento. Fortaleza, CE. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/desenv-regional-recursos-hidricos-minas-e-pesca/item/5220-lei-complementar-n-154-de-20-10-15-d-o-22-10-15>. Acesso em: 16 ago. 2021.

_____. **Projeto de Lei Complementar nº 19/20, de 28 de agosto de 2019**. Dispõe sobre a criação da Região Metropolitana do Sertão Central, cria o Conselho de Desenvolvimento e Integração da região e o Fundo de Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Sertão Central, altera a composição das microrregiões do Estado do Ceará e dá outras providências. Fortaleza, CE. Disponível em: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/tramit2019/plc20_19.htm. Acesso em: 01 out. 2021.

CHAKUR, P. B. de S. L. **Urbanidade**: proposição de uma estratégia de avaliação de instrumentos urbanísticos na cidade de São Paulo. 2018. 193 p. Dissertação (mestrado), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

CORDEIRO, E. C. Da banalização das regiões metropolitanas ao Estatuto da Metrópole: será o fim das “metrópoles de papel”? **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 1, p. 040-058, abr. 2019. ISSN 2179-0892.

CORNELIO, Paloma Sá de Castro. **Reisado careta**: play to praise Santo Reis. 2009. 81 f. Dissertação (Mestrado em SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA) - Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2009.

CORRÊA, R. L. **Trajatórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, M dos S. **O espaço livre público na habitação social em Araguari, Minas Gerais**: Uma avaliação do papel da legislação urbanística no quadro projetual do sistema de espaços livres públicos em cinco conjuntos habitacionais produzidos entre 1965 e 2015. 2016. 300p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

CUNHA, F. C. A. **A metrópole de papel**: a representação “Londrina Metrópole” na institucionalização da região metropolitana de Londrina. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

CUTI, A. F. **Paisagem e ambiente na cidade pequena**: Percepção de moradores e visitantes em municípios do interior do Rio Grande do Sul. 2019. 252p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em

Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. 1. ed. São Paulo: Pini, 1990.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO CEARÁ. **Frota de veículos por município**. 2021. Disponível em: https://www.detran.ce.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/001_B_FROTA_POR_MUNICIPIO_NOV_2021.pdf. Acesso em: 22 dez. 2021.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Casa de Saberes Cego Aderaldo promove Feira de Artesanato no Centro de Quixadá**. 2018. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/sertaocentral/economia/casa-de-saberes-cego-aderaldo-promove-feira-de-artesanato-no-centro-de-quixada/60406>. Acesso em: 14 nov. 2021.

_____. **Ponto turístico de Quixadá**. 2019. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/sertaocentral/policia/69861/69861>. Acesso em: 14 nov. 2021.

_____. **Prefeitura de Solonópole promoveu Réveillon em parceria com paróquia e distribuiu bebidas e comidas**. 2016. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/centrosul/cidades/prefeitura-de-solonopole-promoveu-reveillon-em-parceria-com-paroquia-e-distribuiu-bebidas-e-comidas>. Acesso em: 14 nov. 2021.

DUARTE JUNIOR, R. Arquitetura colonial cearense: meio- ambiente, projeto e memória. **Revista CPC**, n. 7, p. 43-73, 2009. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i7p43-73. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15638>. Acesso em: 24 ago. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Cidades pequenas concentram metade das mortes no trânsito**. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/cidades-pequenas-concentram-metade-das-mortes-no-transito.shtml>. Acesso em: 13 nov. 2021.

GATTI, S.; ZANDONADE, P. **Espaços Públicos Leitura Urbana e Metodologia de Projeto** [dos pequenos territórios às cidades médias]. São Paulo: ABCP, 2017.

GEHL, J; SAVARRE, B. **A vida na cidade: como estudar**. 1ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2018.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. 3ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GERSON, G. C. **Territórios educativos e infâncias: vivências das crianças nos percursos entre a casa e a escola**. 2021. 3072p. Tese (Doutorado em Ciências da Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

GOETTEMS, R. F. **Urbanidade desperdiçada: o caso das praças de Joinville/SC.** 2017. 310 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

GUIMARÃES, M. P. **Um ambiente para o desenvolvimento de aplicações de realidade virtual baseadas em aglomerados gráficos.** 2004. 115 p. tese (doutorado) Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

HAIASHIDA, K. A. **Quixadá: centro regional de convergência e irradiação da educação superior (1983-2013).** 2014. 370 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=88063>. Acesso em: 24 de agosto de 2021.

HOLANDA, F. de. **O espaço de exceção.** Brasília: EdUnB, 2002.

_____. **Arquitetura & Urbanidade.** Brasília: FRBH, 2011.

_____. Urbanidade: arquitetônica e social. Impressões digitais da urbanidade. *In:* AGUIAR, D.; NETTO, V. M. Org(s). **Urbanidades.** Rio de Janeiro: Fólio Digital: Letra e Imagem, 2012. p.163-188.

HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante de; AMORA, Zenilde Baima. Cidades médias do Ceará, estado do Nordeste do Brasil, e suas dinâmicas contemporâneas. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47, p. 1-13, ago. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2279/2175>. Acesso em: 02 jun. 2021.

HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de. Transformações sócioespaciais das cidades médias cearenses. **Revista de Geografia (UFPE)** Recife, v. 28, n. 1, p. 1-13, abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228639>. Acesso em: 02 jun. 2021.

INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO. **Índice de Caminhabilidade - iCam.** ITDP Brasil. São Paulo, 2018. Disponível em: http://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2019/05/Caminhabilidade_Volume-3_Ferramenta-ALTA.pdf. Acesso em: abril de 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas.** Rio de Janeiro, 1972.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades: revisão atualizada do estudo Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas.** Rio de Janeiro, 1987.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 1993.** Rio de Janeiro, 2000.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC**. Rio de Janeiro, 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 2018**. Rio de Janeiro, 2020.

_____. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IPECE. **As regiões de Planejamento do Estado do Ceará**: textos para discussão, nº 111. Fortaleza: IPECE, 2015. 58 p. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/02/TD_111.pdf. Acesso em: 04 jun. 2021.

_____. **Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)**. Fortaleza: IPECE, 2018. 101 p. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2020/12/IDM_2018.pdf. Acesso em: 04 set. 2021.

_____. **IPECEDATA**: Sistema de Informações Geossocioeconômicas do Ceará. Disponível em: <http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/module/perfil-municipal.xhtml>. Acesso em: 24 nov. 2019.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 3ª. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

JERALD, J. **The VR book**: human-centered design for virtual reality. Morgan & Claypool, 2015.

KRAFTA, R. C. Impressões digitais da urbanidade. *In*: AGUIAR, D.; NETTO, V. M. Org(s). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Fólio Digital: Letra e Imagem, 2012. p.115-134.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.

LEITÃO, L. **As Praças que a Gente tem, as Praças que a Gente Quer**. Manual de Procedimentos para Intervenção em Praças. Editora Prefeitura de Recife, Recife, 2002.

LIMA, J. G.; SILVEIRA, R. L. L da. Cidades Médias Brasileiras a Partir de um Novo Olhar Denominal e Conceitual: Cidades de Comando Regional. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 42, p. 8–41, 2017. DOI: 10.21527/2237-6453.2018.42.8-41. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/6330>. Acesso em: 24 jul. 2021.

LIMA JUNIOR, F. do O de. Macro contexto contemporâneo e transformações econômicas: os ajustes espaciais cearenses. **Geosul**, v. 34, n. 70, p. 195-219, 25 mar. 2019. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2177-5230.2019v34n70p195>.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1999.

MACEDO, S. S. Espaços Livres. **Revista Paisagem Ambiente: Ensaios**, São Paulo, no. 7, p. 15-56, 1995. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i7p15-56.

MAGNOLI, M. M. E. M. **Espaços livres e urbanização**: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. Tese (Livre-docência em Arquitetura e Urbanismo), 1982. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MAIA, D. S. Cidades médias e pequenas do Nordeste: conferência de abertura. *In*: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: Sei, 2010. p. 13-41.

MARIA JÚNIOR, M. **Cidades Médias**: uma abordagem da urbanização cearense. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

MARON, D. **O ambiente construído e a mobilidade a pé: explorando a caminhabilidade em Carazinho/RS**. 2020. 219p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

MEDEIROS, G. E. C. **Avaliação da importância da perspectiva do pedestre na análise da caminhabilidade: aplicação de um modelo multicritério**. 2019. 124p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

MESQUITA, A. P. **Rural e urbano na vila do distrito de Pires Belo, município de Catalão (GO)**: a vida cotidiana e a relação com o lugar. 2014. 132 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2014.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINDA, J. E. C. **Os espaços livres públicos e o contexto local**: o caso da Praça Principal de Pitalito - Huila - Colômbia. 2009. 106 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MOURA, R.; NAGAMINE, L., FERREIRA, G. **REGIC**: trajetória, variações e hierarquia urbana em 2018. Rio de Janeiro: Ipea, 2021.

MOURA, R.; HOSHINO, T. A. P. Estatuto da Metrópole: enfim, aprovado! Mas o que oferece à metropolização brasileira? **Observatório das Metrópoles**, Rio de Janeiro, p.1-14, 2015.

NETTO, V. M. A urbanidade como devir do urbano. *In*: AGUIAR, D.; NETTO, V. M. Org(s). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Fólio Digital: Letra e Imagem, 2012. p.33-60.

PAIVA, M. M. B. **Percepção de salas residenciais por idosos – uso das técnicas de Seleção Visual, Realidade Virtual e Eletroencefalografia**. 2018. 299 p. tese (doutorado) Centro de Artes e Comunicação, Departamento de Design, Universidade Federal De Pernambuco, Recife, 2018.

PEREGRINO, Y. R; BRITO, A. L. R., SILVEIRA, J. A. R. O espaço livre público informal como lócus da oportunidade e da integração socioespacial da cidade: o caso da favela Beira Molhada, em João Pessoa - PB, Brasil. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**. v. 9, n. 3, p. 456-473, set./dez. 2017.

PEREIRA, C. S. S.; OLIVEIRA, J. C. A. de O. Cidades médias cearenses e a reestruturação do espaço urbano: algumas ponderações acerca de Juazeiro do Norte/CE. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, Sobral, v. 14, n. 1, p. 56-68, 2012.

PEREIRA, A. Q. Hierarquia urbana no Sertão Central Cearense. *In*: **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 32, n. 2, p. 109-125, jul./dez. 2012.

_____. Caracterização das Atividades Terciárias no Centro Urbano de Quixadá/CE. *In*: **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 41, n. 1, jan/2014, p. 168-184.

_____. Campo e cidade no sertão do Ceará. **Diário do Nordeste**, 24 mai. 2021. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/alexandre-queiroz-pereira/campo-e-cidade-no-sertao-do-ceara-1.3089217>. Acesso em: 21 set. 2021.

PINHEIRO, J. Q.; ELALI, G. A.; FERNANDES, O. S. Observando a interação pessoa ambiente: vestígios ambientais e mapeamento comportamental. *In*: PINHEIRO, J. Q.; GÜNTHER, H. **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 75 104.

PONTES, Lana Mary Veloso de. **Formação do território e evolução políticoadministrativa do Ceará**: a questão dos limites municipais. Fortaleza: IPECE, 2010.

PRADO, R. M. Cidade pequena: paraíso e inferno da personalidade. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 31-56, 1995.

PREFEITURA DE SOLONÓPOLE. **Censo territorial do município tem início neste mês**. 2021. Disponível em: <https://solonopole.ce.gov.br/informa.php?id=117>. Acesso em: 14 nov. 2021.

PRETO, M. H. de F. **Sistema de espaços livres públicos**: uma contribuição ao planejamento local. 2009. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/D.16.2009.tde-03052010-164003. Acesso em: 07 out. 2021.

QUEIROGA, E. F.; BENFATTI, D. M. Sistemas de Espaços Livres Urbanos: construindo um referencial teórico. **Paisagem Ambiente: ensaios**. São Paulo, n. 34, p. 81-88. 2007.

QUEIROGA, E. F.; MEYER, J. P.; MACEDO, S. S. Forma urbana e multidisciplinaridade: contribuições para a revisão do plano diretor estratégico de São Paulo. *In*: MACEDO, S. S.; CUSTÓDIO, V.; DONOSO, V. G. (org.). **Reflexões sobre espaços livres na forma urbana**. São Paulo: FAUUSP, 2018. p. 120-130.

QUEIROGA, E. F. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros**. 2012. Tese (Livre Docência em Urbanismo e Paisagismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.16.2016.tde-07122016-101803. Acesso em: 07 out. 2021.

RADIALISTA ROCINHA. **Prefeito de Quixadá, Ilário Marques, agradece população que participou do XX Pula Fogueira**. 2019. Disponível em: <https://www.radialistarochinha.com.br/2019/07/prefeito-de-quixada-ilario-marques.html>. Acesso em: 14 nov. 2021.

REPÓRTER CEARÁ. **Quixadá: Após repercussão, Comissão esclarece que antigo prédio do GVA passa por restauração**. 2021. Disponível em: <http://www.reporterceara.com.br/2021/01/30/quixada-apos-repercussao-comissao-esclarece-que-antigo-predio-do-gva-passa-por-restauracao/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

REVISTA DA SEMANA. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, v. 4238, n. 346, dez. 1906. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=025909_01&pasta=ano%20190&pesq=%22quixeramobim%22&pagfis=5411. Acesso em: 02 out. 2021.

REZENDE, W. de S. **Urbanidade experiencial: situações e interações no cotidiano de Paraisópolis**. 2019. 379 f. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.

RIBEIRO, M. S. **Habitar, trabalhar, recrear e circular: possibilidades e limitações nas superquadras de Brasília**. 2013. 221 f. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

RHEINGANTZ, P. A, *et al.* **Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: Coleção PROARQ/FAU/UFRJ, 2009.

RHEINGANTZ, P. A. Narrativas ou traduções de urbanidade. *In*: AGUIAR, D.; NETTO, V. M. Org(s). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Fólio Digital: Letra e Imagem, 2012. p.135-161.

ROCHA, M. C. da S. **Quando a cidade convida: lições de urbanidade e configuração em assentamentos limitados**. 2017. 271 f. Dissertação (Mestrado) -

Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças Brasileiras**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

RODRIGUES, A. V. **Cidades médias no contexto metropolitano brasileiro: institucionalização e planejamento territorial da região metropolitana de Sobral/CE**. 2020. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2020.

SABOYA, R. T. **Kevin Lynch e a imagem da cidade**. 2008. Disponível em: <https://urbanidades.arq.br/2008/03/14/kevin-lynch-e-a-imagem-da-cidade/>. Acesso em: 17 dez. 2021.

_____. **Urbanidades: Urbanismo, Planejamento Urbano e Planos Diretores**. 2011. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2011/09/o-conceito-de-urbanidade/>. Acesso em: 19 nov. 2019.

SANOFF, H. **School Building Assessment Methods**. AIA, Celen Pasalar, and Mine Hashas, School of Architecture, College of Design, North Carolina State University with support from the National Clearinghouse for Educational Facilities, 2001.

SANTIAGO, Z. M. P.; SANTIAGO, C. Q. de; SOARES, T. S. Acessibilidade no espaço público: o caso das praças de Fortaleza. **Revista Ergodesign HCI**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 32-39, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.22570/ergodesignhci.v4i2.69>.

SILVA, P. F. J. da; SPOSITO, E. S. Discussão geográfica sobre cidades pequenas. **Geografia de Sobral**, Rio Claro, v. 34, n. 2, p. 203-217, mai./ago. 2009.

SILVA, C. A. V. da. **Há “pedras” no meu curral: a paisagem dos monólitos de Quixadá-CE**. 2017. 195p. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2017.

SOARES, B. R.; MELO, N. A. de. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. *In*: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: Sei, 2010. p. 229-250.

_____. **Solonópole Blogspot. Apresentações culturais na festa do Bom Jesus Aparecido em Solonópole**. 2012. Disponível em: <http://solonopole.blogspot.com/2012/12/apresentacoes-culturais-na-festa-do-bom.html>. Acesso em: 14 nov. 2021.

_____. **Solonópole Cidade Junina realizado com sucesso**. 2016. Disponível em: <http://solonopole.blogspot.com/2016/07/solonopole-cidade-junina-realizado-com.html>. Acesso em: 14 nov. 2021

SOUSA, S. A. M. de. Centralidade no Sertão Cearense: uma perspectiva a partir do comércio em Quixadá-CE. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA*, 26., 2019, Espírito Santo. **Anais [...]**. Espírito Santo: Ufes, 2019. p. 3994-4011.

SOUZA, M. V. M. de. **Cidades médias e novas centralidades**: análise dos subcentros e eixos comerciais em Uberlândia (MG). 2009. 248 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

SPOSITO, M. E. B. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: FASE/ICSA/UFPA, 2009.

TENÓRIO, G. de S. **Ao desocupado em cima da ponte. Brasília, arquitetura e vida pública**. 2012. 391 f. Tese (doutorado), Programa de Pesquisa e Pós-graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

TRIGUEIRO, M. **Pacificação da cidade**: a urbanidade legitimada. *In: AGUIAR, D.; NETTO, V. M. Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012. p. 81-114.

TRINDADE, G. A. Urbanização e gestão urbana no Sul da Bahia: o predomínio da aglomeração de Itabuna–Ilhéus na rede urbana regional. *In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (org.). Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: Sei, 2010. p. 163-183.

TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Edue. 2012.

UCHOA, A. **Açude do Cedro**. 2007. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.pbase.com/alexuchoa/image/83358960>. Acesso em: 02 out. 2021.

URBE.ME. **A cidade sustentável passa pelo conceito de Walkability**. Disponível em: <https://urbe.me/lab/o-espaco-urbano-sustentavel-passa-pelo-conceito-de-walkability/>. Acesso em: 11 out. 2021

VILLAROUCO, V. **Construindo uma metodologia de avaliação ergonômica do ambiente**. *In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ergonomia – ABERGO*, Bahia, 2008.

WEINGARTNER, G. dos S. **A construção de um sistema**: os espaços livres públicos de recreação e de conservação em Campo Grande, MS. 2008. Tese (Doutorado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/T.16.2008.tde-14012010-150527. Acesso em: 10 out. 2021.

WHITACKER, A. M. Campo e cidade. Cidades médias e pequenas. Algumas proposições para a pesquisa e o debate. *In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (org.). Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: Sei, 2010. p. 187-194.

ZAITTER, B. A. H.; OLIVEIRA, V. A urbanidade na via pública pelo método Fòllia Urbana. **Revista I+A, Investigación más Acción**, N° 21, p. 96-110. 2018.

ZAITTER, B. A. H. **Fòllia Urbana**: reconstruindo cidades. Curitiba: PUCPRESS, 2019.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Checklist de avaliação física do espaço público.

Avaliação das edificações das faces das quadras					
Variável	1	2	3	4	
Variedade do uso	Muito baixa (apenas um tipo de uso)	Baixa (Dois usos - nenhum deles sendo residencial)	Média (Dois usos - um deles sendo residencial)	Alta Três usos ou mais	O tipo de uso deverá ser percebido mediante análise visual. Os usos mais comuns são: residencial, comercial/serviços, misto, institucional e industrial.
Variedade da idade aparente da edificação	Muito baixa (menos de 25 anos de variação)	Baixa (Entre 25 e 50 anos)	Média (Entre 50 e 75 anos de variação)	Alta (Mais de 100 anos de variação)	A idade aparente corresponde à percepção do observador em relação à linguagem plástica da edificação.
Fachadas ativas	0 a 25%	25% a 50%	50 a 75%	75% a 100%	<p>Deverá ser estipulada mediante técnicas de proporção da porcentagem aproximada das aberturas das edificações. Considerar toda abertura que possibilite o acesso visual ao lote.</p> <p>Opção 1 - lotes com recuo frontal: Caso os recuos frontais com espaços apresentam uso público, toda a extensão relativa ao uso público deve ser contabilizada como ativa.</p> <p>Opção 2 Lotes sem o recuo frontal: Contabilizar aberturas, ex: porta, janela, elementos vazados, (considerar gradil ou muros de vidro)</p> <p>Obs: Considerar apenas o pavimento térreo. Obs 2: Verificar percentual de cada edificação e depois extrair a média da quadra.</p>

Avaliação dos trechos do passeio					
Variável	1	2	3	4	Descrição
Largura da calçada	Muito Estreita (até 1,20 m)	Estreita (1,20 – 1,50 m)	Razoável (1,50 – 2,00 m)	Muito Larga (mais de 2,00 m)	Deverá ser estipulada mediante técnicas de proporção aproximada.
Inclinação da calçada	Muito inclinada (Mais que 8%)	Inclinada (4% - 8%)	Parcialmente plana (2% - 4%)	Plana (Menos que 2%)	Deverá ser estipulada mediante técnicas de proporção aproximada.
Presença de desníveis	Muitos desníveis (Cinco ou mais desníveis)	Alguns desníveis (Três ou quatro desníveis)	Poucos desníveis (Um ou dois desníveis)	Sem desnível	Deverá ser percebida mediante análise visual. Considerar degraus e diferenças de níveis que impossibilite, por exemplo, a circulação de cadeirantes.
Presença de obstáculos	Muitos obstáculos (Cinco ou mais obstáculos)	Alguns obstáculos (Três ou quatro obstáculos)	Poucos Obstáculos (Um ou dois obstáculos)	Sem obstáculos	Deverá ser percebida mediante análise visual. Considerar todo obstáculo fixo ou móvel que interfira no fluxo da faixa de circulação.
Mobiliários	Sem mobiliários (ou apenas postes)	Poucos mobiliários (Um ou dois mobiliários)	Alguns mobiliários (Três ou quatro mobiliários)	Muitos mobiliários (Cinco ou mais mobiliários)	Deverá ser percebida mediante análise visual. Os mobiliários mais comuns são: postes, bancos e lixeiras.
Tipo de pavimentação	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Deverá ser percebida mediante análise visual. Nas áreas de circulação de pedestres, recomenda-se a utilização de materiais que propiciem superfície contínua, regular, antiderrapante, resistente e durável. Exemplos: pavimento em blocos intertravados, placa pré-moldada de concreto, ladrilho hidráulico, concreto moldado in loco, cimento desempenado (não

					<p>queimado), observando-se, todavia, o adequado assentamento.</p> <p>Desaconselha-se o uso de materiais lisos, como cerâmica vitrificada, e que sejam muito ásperos, como a pedra tosca, por exemplo, visto que podem causar problemas na passagem de cadeira de rodas ou dificultar o uso da bengala.</p> <p>Também é desaconselhável o emprego de material com superfície escorregadia, como cerâmica lisa, mármore e granito polido, cimento queimado, pastilhas, e pedra ardósia (esta última quando polida), dentre outros de características semelhantes.</p> <p>(Guia de acessibilidade do Governo do Estado do Ceará, 2009)</p>
Conservação e manutenção das calçadas	Ruim (Cinco ou mais problemas identificados)	Regular (Três ou quatro problemas identificados)	Boa (Um ou dois problemas identificados)	Ótima (Nenhum problema identificado)	Deverá ser percebida mediante análise visual. Observar a presença de buracos, revestimentos quebrados, ou outros problemas.
Limpeza	Ruim (Cinco ou mais volumes de lixo identificados)	Regular (Três ou quatro volumes de lixo identificados)	Boa (Um ou dois volumes de lixo identificados)	Ótima (Nenhum volume de lixo identificado)	Deverá ser percebida mediante análise visual.
Sombreamento por vegetação	Inexistente	Insuficiente (Menos de 25% do trecho é sombreado)	Regular (Entre 25% e 50% do trecho é sombreado)	Suficiente (Mais de 50% do trecho é sombreado)	Deverá ser percebida mediante análise visual das copas das árvores.
Sombreamento por marquises	Inexistente	Insuficiente (Menos de 25% do trecho é sombreado)	Regular (Entre 25% e 50% do trecho é sombreado)	Suficiente (Mais de 50% do trecho é sombreado)	Deverá ser percebida mediante análise visual das marquises.

Avaliação das travessias					
Variável	1	2	3	4	Descrição
Sinalização vertical e horizontal	Inexistente	Existente - inadequada	Existente - parcialmente adequada	Existente – adequada	Deverá ser percebida mediante análise visual. Observar sinalização visual e tátil. A largura mínima para a faixa de pedestres deve ser de 4,00m, podendo ser determinada a partir do fluxo de pedestres. Segundo o Código de Trânsito Brasileiro, a travessia deve ser pintada na cor branca. (Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, 2005) (NBR 9050/2020 – Acessibilidade, 2020)
Rampa	Inexistente	Existente - inadequada	Existente - parcialmente adequada	Existente – adequada	As rampas devem possuir largura mínima de 1,20m, inclinação máxima de 8,33%, abas laterais da rampa com largura mínima de 50 cm, sem desnível entre o término da rampa e o leito carroçável, guia rebaixada junto à faixa de pedestres. (NBR 9050/2020 – Acessibilidade, 2020) (Guia de acessibilidade do Governo do Estado do Ceará, 2009)
Faixa elevada	Inexistente	Existente - inadequada	Existente - parcialmente adequada	Existente – adequada	A faixa elevada deve possuir mesmo nível que a calçada. (NBR 9050/2020 – Acessibilidade, 2020) (Guia de acessibilidade do Governo do Estado do Ceará, 2009)
Semáforo	Não possui	Possui			Deverá ser percebida mediante análise visual.
Chanfro do lote	Não possui	Possui	Não se aplica		Deverá ser percebida mediante análise visual.

Avaliação das praças

Variável	1	2	3	4	Descrição
Tipo de pavimentação	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	<p>Deverá ser percebida mediante análise visual. Nas áreas de circulação de pedestres, recomenda-se a utilização de materiais que propiciam superfície contínua, regular, antiderrapante, resistente e durável. Exemplos: pavimento em blocos intertravados, placa pré-moldada de concreto, ladrilho hidráulico, concreto moldado in loco, cimento desempenado (não queimado), observando-se, todavia, o adequado assentamento.</p> <p>Desaconselha-se o uso de materiais lisos, como cerâmica vitrificada, e que sejam muito ásperos, como a pedra tosca, por exemplo, visto que podem causar problemas na passagem de cadeira de rodas ou dificultar o uso da bengala. Também é desaconselhável o emprego de material com superfície escorregadia, como cerâmica lisa, mármore e granito polido, cimento queimado, pastilhas, e pedra ardósia (esta última quando polida), dentre outros de características semelhantes.</p> <p>(Guia de acessibilidade do Governo do Estado do Ceará, 2009)</p>
Conservação e manutenção do piso	Ruim (Cinco ou mais problemas identificados)	Regular (Três ou quatro problemas identificados)	Boa (Um ou dois problemas identificados)	Ótima (Nenhum problema identificado)	Deverá ser percebida mediante análise visual. Observar a presença de buracos, revestimentos quebrados, ou outros problemas.
Limpeza	Ruim (Cinco ou mais volumes de lixo identificados)	Regular (Três ou quatro volumes de lixo identificados)	Boa (Um ou dois volumes de lixo identificados)	Ótima (Nenhum volume de lixo identificado)	Deverá ser percebida mediante análise visual.

Conservação e manutenção dos mobiliários	Ruim (Cinco ou mais problemas identificados)	Regular (Três ou quatro problemas identificados)	Boa (Um ou dois problemas identificados)	Ótima (Nenhum problema identificado)	Deverá ser percebida mediante análise visual. Observar a presença de mobiliários quebrados, sem pintura, ou outros problemas.
Sombreamento por vegetação	Inexistente	Insuficiente (Menos de 25% do trecho é sombreado)	Regular (Entre 25% e 50% do trecho é sombreado)	Suficiente (Mais de 50% do trecho é sombreado)	Deverá ser percebida mediante análise visual das copas das árvores.
Rota acessível	Inexistente	Existente - inadequada	Existente - parcialmente adequada	Existente – adequada	A rota acessível é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que deve ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência e mobilidade reduzida. A rota acessível pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, pisos, corredores, escadas e rampas, entre outros. (NBR 9050/2020 – Acessibilidade, 2020)
Rampa	Inexistente	Existente - inadequada	Existente - parcialmente adequada	Existente – adequada	As rampas devem possuir largura mínima de 1,20m, inclinação máxima de 8,33%, abas laterais da rampa com largura mínima de 50 cm, sem desnível entre o término da rampa e o leito carroçável, guia rebaixada junto à faixa de pedestre. (NBR 9050/2020 – Acessibilidade, 2020) (Guia de acessibilidade do Governo do Estado do Ceará, 2009)
Faixa elevada	Inexistente	Existente - inadequada	Existente - parcialmente adequada	Existente - adequada	A faixa elevada deve possuir mesmo nível que a calçada. (NBR 9050/2020 – Acessibilidade, 2020) (Guia de acessibilidade do Governo do Estado do Ceará, 2009)

Vagas reservadas para pessoas com deficiência (PcD)	Inexistente	Existente - inadequada	Existente - parcialmente adequada	Existente – adequada	Nas vagas deverá existir espaço lateral de 1,20 m, sinalização horizontal e vertical. (Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, 2005) (Guia de acessibilidade do Governo do Estado do Ceará, 2009)
Vagas reservadas para idosos	Inexistente	Existente - inadequada	Existente - parcialmente adequada	Existente – adequada	Nas vagas deverá existir espaço lateral de 1,20 m, sinalização horizontal e vertical. (Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, 2005) (Guia de acessibilidade do Governo do Estado do Ceará, 2009)
Piso tátil de alerta e direcional	Inexistente	Existente - inadequado	Existente - parcialmente adequado	Existente – adequado	Deverá haver sinalização tátil de alerta: em torno dos obstáculos suspensos com altura entre 0,60m e 2,10m, nos rebaixamentos de calçadas, no início e término de escadas, no início e término de rampas, junto a desníveis. Deverá haver sinalização tátil direcional: em áreas de circulação na ausência de guia de balizamento assim como em espaços amplos. (NBR 16537 - 2016 - Sinalização tátil no piso)

Apêndice 2 – Modelo planejado das imagens obtidas através do aplicativo P360 e visualizadas nos óculos de realidade virtual

Praça 1 – Quixadá – José de Barros



Praça 2 – Quixadá – Praça do Chalé



Praça 3 – Quixadá – Coronel Nanan



Praça 1 – Solonópole – Simeão Machado



Praça 2 – Solonópole – Silvino Barreira



Praça 3 – Solonópole – Largo dos Dantas



Apêndice 3 – Ficha para aplicação da seleção visual e entrevista semiestruturada (a ser preenchida pelo pesquisador)

ROTEIRO PARA APLICAÇÃO DA SELEÇÃO VISUAL E ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA			
Nº do participante:	Data e horário:	Local:	Profissão:
Grau de escolaridade: () Fundamental inc. () Fundamental com. () Médio inc. () Médio com. () Superior inc. () Superior com.	Idade: () 18 – 24 () 25 – 34 () 35 – 44 () 45 – 59 () + de 60	Sexo: () Masculino () Feminino () Não informado	Renda: () Até 1 Sal. () De 1 a 2 Sal. () De 2 a 3 Sal. () De 3 a 4 Sal. () + de 4 Sal.

SELEÇÃO VISUAL						
	Praça 1		Praça 2		Praça 3	
Aspectos positivos						
Aspectos negativos						
Escala semântica bipolar	Bonita	Feia	Bonita	Feia	Bonita	Feia
	Alegre	Triste	Alegre	Triste	Alegre	Triste
	Aconchegante	Incômodo	Aconchegante	Incômodo	Aconchegante	Incômodo
	Relaxante	Angustiante (tenso)	Relaxante	Angustiante (tenso)	Relaxante	Angustiante (tenso)
	Confortável	desconfortável	Confortável	desconfortável	Confortável	desconfortável
	Ocioso(vazio)	poluído(cheio)	Ocioso(vazio)	poluído(cheio)	Ocioso(vazio)	poluído(cheio)
	Arejado	Abafado	Arejado	Abafado	Arejado	Abafado
	Empolgante (excitante)	Entediante (desanimado)	Empolgante (excitante)	Entediante (desanimado)	Empolgante (excitante)	Entediante (desanimado)
Espaçosa	Apertada	Espaçosa	Apertada	Espaçosa	Apertada	

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – BLOCO 1 – PRAÇAS
Você costuma frequentar as praças do centro da cidade? Com qual finalidade? Com qual frequência?
Você utiliza a praça mais como um local de passagem ou como local de permanência?
Visualizando essas praças, você consegue ter algumas memórias de momentos vivenciados nesses locais?
Na sua opinião, quais elementos poderiam tornar essas praças mais atrativas?

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – BLOCO 2 – CONDIÇÕES DE CAMINHABILIDADE
Com quais finalidades você caminha pelo centro da cidade? Qual a frequência?
Para os deslocamentos cotidianos, você costuma utilizar com maior frequência quais meios? (ex: caminhada, bicicleta, veículo automotivo, etc)
Você acredita que as calçadas do centro oferecem boas condições para o caminhar? Que elementos favorecem ou não essa caminhabilidade?
Você se sente seguro em caminhar pelas ruas do centro da cidade? Isso interfere em relação a horários?
Na sua opinião, quais elementos poderiam tornar o caminhar na cidade mais atrativo?

ANEXOS

Anexo 1 – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EM BUSCA DA URBANIDADE: UMA LEITURA DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NO SERTÃO CENTRAL CEARENSE

Pesquisador: Antonio Auriseu Nogueira Pinheiro

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 49900921.1.0000.5054

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.912.383

Apresentação do Projeto:

O projeto EM BUSCA DA URBANIDADE: UMA LEITURA DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NO SERTÃO CENTRAL CEARENSE apresenta 4 passos enumerados em seu desenho: "A pesquisa será desenvolvida em quatro passos metodológicos, nomeados como: compreender, conhecer, observar e conversar. No primeiro passo busca-se obter dados gerais que possam caracterizar o objeto em estudo, traçando um panorama geral da atual situação dos espaços livres públicos nos municípios do Sertão Central cearense. O segundo passo contempla a avaliação de aspectos morfológicos do espaço urbano, tendo como recorte espacial duas poligonais (traçadas no centro de duas cidades distintas). O terceiro passo corresponde à uma análise da interação das pessoas com espaço, buscando uma compreensão das formas de usos e apropriações, serão observados os usuários das praças inseridas nas poligonais delimitadas na fase anterior. O quarto passo objetiva avaliar a percepção dos usuários do espaço, para isso serão utilizados instrumentos como a seleção visual e o poema de desejos". E na Introdução é exposto o recorte espacial do trabalho: "O recorte espacial delimitado para estudo é a região de planejamento do Sertão Central cearense, na qual é composta pelos municípios: Banabuiú, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibaratama, Ibicuitinga, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu e Solonópole. Com uma área territorial de 16.014 km² e uma população de 373.278 habitantes, resulta em uma densidade demográfica de 23,3 hab/km². Complementando à caracterização demográfica, a região apresenta uma taxa de urbanização de 56,08%. (IPECE, 2019)"

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

CEP: 60.430-275

E-mail: comepe@ufc.br

Continuação do Parecer: 4.912.383

Objetivo da Pesquisa:

Como Objetivos (primário e secundários) temos: "Objetivo Primário: Analisar a urbanidade dos espaços livres públicos em um contexto não metropolitano por meio de relações entre aspectos espaciais e formas de apropriação, utilizando como recorte espacial a região do Sertão Central cearense.

Objetivo Secundário:

- Traçar um panorama geral da atual situação dos espaços livres públicos da região do Sertão Central cearense, visualizando comparativamente dados de cada município.
- Verificar características físicas de praças e seu entorno, bem como níveis de apropriações, utilizando atributos recorrentes na literatura que abordam a urbanidade.
- Identificar as preferências ambientais dos usuários de espaços livres públicos a fim de levantar tanto problemas existentes que possam ser corrigidos quanto recomendações para melhorar a qualidade do lugar.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Quanto a Risco & Benefícios temos: "Riscos: Devido as restrições da atual situação ocasionada pela pandemia do SARS-CoV-2 (COVID-19), as etapas foram adaptadas para demandar o menor contato possível com o trabalho de campo. As coletas de dados dos passos metodológicos 1 e 2 serão realizadas exclusivamente através do Google Maps e Google Street View. O terceiro passo metodológico ocorrerá através da observação em campo das pessoas utilizando os espaços públicos, não havendo contato direto com os usuários. Nesta fase serão respeitadas as recomendações dos governos municipais, estaduais ou federal, mediante a situação real do estágio de contágio do vírus na data de realização do estudo. O quarto e último passo ocorrerá através da aplicação das técnicas de seleção visual e poemas de desejos, no qual consiste na realização de perguntas enquanto os voluntários da pesquisa portarão os óculos de realidade virtual, essas entrevistas ocorrerão de maneira individual e seguindo as orientações de segurança da OMS para prevenção da COVID-19. Diante do risco de cansaço ou aborrecimento ao responder os questionamentos, os voluntários poderão interromper a sua participação na pesquisa a qualquer momento, além disso terão liberdade para não responder alguma pergunta que julgar algum constrangimento. Os participantes terão acesso prévio ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com as principais informações referentes a pesquisa, no qual não deverá ser assinado contra a sua vontade. Será esclarecido aos participantes a confidencialidade e a privacidade dos dados levantados.

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

Continuação do Parecer: 4.912.383

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A metodologia do trabalho está devidamente adaptada para o contexto das dificuldades vivenciadas no período pandêmico. Traz um recorte temporal (no cronograma) e uma representação de recrutamento de participantes (trinta), bastante adequado à realização e a flexibilidade, caso novas dificuldades se apresentem. Justamente por isso, a pesquisa está bem amparada pela proposta em exame. A proposição exposta - "Aplicação das técnicas de seleção visual e poema dos desejos. (Serão direcionadas perguntas a serem respondidas verbalmente pelos participantes.)"- demonstra muito cuidado e qualificação para o desenvolvimento de um estudo bastante original.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos exigidos estão completos e bem organizados.

Recomendações:

Nenhuma recomendação

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto tem plena condição de ser aprovado. Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1788570.pdf	06/07/2021 20:20:06		Aceito
Outros	lattes.pdf	06/07/2021 20:17:29	Antonio Auriseu Nogueira Pinheiro	Aceito
Outros	TERMO_DE_COMPROMISSO_PARA_UTILIZACAO_DE_DADOS.pdf	06/07/2021 20:15:45	Antonio Auriseu Nogueira Pinheiro	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	CARTA_SOLICITANDO_APRECIACAO_CEP_UFC.pdf	06/07/2021 20:14:26	Antonio Auriseu Nogueira Pinheiro	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_TCLE.pdf	06/07/2021 20:13:41	Antonio Auriseu Nogueira Pinheiro	Aceito
Orçamento	DECLARACAO_DE_ORCAMENTO_FINANCEIRO.pdf	06/07/2021 20:12:41	Antonio Auriseu Nogueira Pinheiro	Aceito
Declaração de	DECLARACAO_DOS_PESQUISADORES	06/07/2021	Antonio Auriseu	Aceito

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

Continuação do Parecer: 4.912.383

concordância	ENVOLVIDOS_NA_PESQUISA.pdf	20:12:25	Nogueira Pinheiro	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	06/07/2021 20:09:11	Antonio Auriseu Nogueira Pinheiro	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_comite_rev2.pdf	06/07/2021 20:08:35	Antonio Auriseu Nogueira Pinheiro	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Auriseu.pdf	06/07/2021 20:08:22	Antonio Auriseu Nogueira Pinheiro	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 17 de Agosto de 2021

Assinado por:
FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000
Bairro: Rodolfo Teófilo **CEP:** 60.430-275
UF: CE **Município:** FORTALEZA
Telefone: (85)3366-8344 **E-mail:** comepe@ufc.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) pelo pesquisador ANTONIO AURISEU NOGUEIRA PINHEIRO para participar da pesquisa intitulada “EM BUSCA DA URBANIDADE: UMA LEITURA DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NO SERTÃO CENTRAL CEARENSE”. Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

Este termo de consentimento apresentará a você, possível participante, a pesquisa em desenvolvimento, que busca analisar a qualidade do espaço urbano público no Sertão Central cearense e a sua relação com as pessoas que ali frequentam.

Mesmo diante da intensidade dos processos de urbanização e metropolização, a maior parte do território brasileiro, segundo dados do IBGE, é composto por pequenas e médias cidades. Apresentando dados mais precisos, 94,18% dos municípios têm uma população inferior a 100 mil habitantes, número significativo para que esses territórios mereçam visibilidade. Essa notoriedade faz-se relevante tanto no aspecto acadêmico, através do desenvolvimento de pesquisas, já que a maioria dos trabalhos científicos têm como foco as grandes metrópoles, quanto por parte do poder público, através da necessidade de estratégias de planejamento e implementação de políticas públicas para esses municípios.

A análise de potencialidades, deficiências e necessidades dos espaços livres públicos das pequenas cidades configura-se como a premissa central deste trabalho. Pretende-se, portanto, incorporar uma leitura do espaço urbano capaz de identificar as características locais e as necessidades dos usuários. A depender dos resultados a serem obtidos, espera-se que este trabalho possa ressaltar os aspectos que qualificam bons espaços públicos, bem como, caso sejam encontradas incongruências, seja pautada uma fundamentação crítica direcionada aos agentes responsáveis por essas desconformidades.

A pesquisa será desenvolvida em quatro passos metodológicos, nomeados como: **contextualizar, conhecer, observar e conversar**. No primeiro passo, busca-se obter dados gerais que possam caracterizar o objeto em estudo. O segundo passo contempla a avaliação de aspectos físicos do espaço urbano. O terceiro passo corresponde a uma análise da interação das pessoas com o espaço, buscando uma compreensão das formas de usos e apropriações, em que serão observadas as atividades desempenhadas pelos usuários do espaço público. O quarto passo objetiva avaliar a percepção dos usuários do espaço, para tanto, serão utilizados como instrumentos a seleção visual e a entrevista semiestruturada. A partir da aplicação desses procedimentos, busca-se traçar um diagnóstico, para que sejam listados atributos positivos e negativos que interfiram na qualidade do espaço público.

Dentre os quatro passos supramencionados, o último deles contará com uma coleta de dados a ser realizada diretamente com os participantes. A pesquisa será realizada com uma amostra aleatória composta por 20 voluntários. A coleta de dados ocorrerá de forma separada, para que as respostas de cada participante não interfiram nas respostas dos demais. Cada participante visualizará uma imagem por vez, através dos óculos de realidade virtual, e a observação permanecerá enquanto responde aos questionamentos (os participantes verbalizarão a sua percepção em relação ao espaço, a partir de perguntas que serão direcionadas). Para cada imagem, será utilizado um tempo médio de observação de 10 minutos. Como cada participante visualizará 3 imagens, o tempo total de cada sessão irá durar cerca de 30 minutos por participante.

Ressalta-se que, nesta pesquisa, você não terá nenhum custo e nem receberá qualquer vantagem financeira ou pagamento para participar. Você poderá se recusar a continuar participando e também poderá retirar o seu consentimento, sem que isso o traga qualquer prejuízo.

Nesta mesma pesquisa, você não será identificado em nenhum momento, e as informações mencionadas só serão trabalhadas entre os profissionais estudiosos do assunto.

Você, participante, poderá ter acesso a informações referentes à pesquisa (dados, entrevistas, fotos) a qualquer momento. E, ao final da pesquisa, todos os resultados estarão disponíveis ao público.

Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua autorização. Todas as informações coletadas ficarão armazenadas somente pelo período de 5 (cinco) anos, sob posse do pesquisador responsável; após este período, elas serão destruídas.

Este termo de consentimento apresenta o telefone do pesquisador responsável para qualquer informação e/ou dúvida. Ele será impresso em duas vias, sendo uma arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra entregue a você, participante.

Contato e endereço do responsável pela pesquisa:

<p>Nome: Antonio Auriseu Nogueira Pinheiro Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC) Endereço: Tv. Luiz Almeida da Silva, SN, Santa Tereza, Solonópole-CE. Telefone para contato: (88) 9 9911 9812</p>
